

MARIA LÚCIA VANNUCHI TOMAZINI

**A MULHER NA FÁBRICA DE SAPATOS:
TRABALHO E GÊNERO NA INDÚSTRIA
CALÇADISTA DE FRANCA (SP)**

Araraquara

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP

2003

MARIA LÚCIA VANNUCHI TOMAZINI

**A MULHER NA FÁBRICA DE SAPATOS:
TRABALHO E GÊNERO NA INDÚSTRIA
CALÇADISTA DE FRANCA (SP)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (SP), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucila Scavone.

Araraquara

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP

2003

MARIA LÚCIA VANNUCHI TOMAZINI

**A MULHER NA FÁBRICA DE SAPATOS:
TRABALHO E GÊNERO NA INDÚSTRIA
CALÇADISTA DE FRANCA (SP)**

Tese aprovada em 01.10.2003, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (SP).

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Lucila Scavone (presidente)

Prof^a Dr^a Eleonora Menicucci de Oliveira (UNIFESP)

Prof^a Dr^a Ângela Maria Carneiro Araújo (IFCH/UNICAMP)

Prof^a Dr^a Maria Alice Rosa Ribeiro (FCL/UNESP - Araraquara)

Prof^a Dr^a Leila de Menezes Stein (FCL/UNESP - Araraquara)

Apresentação

“No meio do caminho
tinha uma pedra.
Tinha uma pedra
no meio do caminho...”

Drummond

(excerto da poesia “No meio do caminho”)

Havia uma árvore à beira da estrada que nos conduzia à Araraquara; caminho que tantas vezes trilhamos durante o período de pós-graduação. Era uma árvore estranha, diferente, linda, que chamava a atenção dos viajantes.

Tortuosa, numa sinuosidade quase horizontal, parecia desafiar os princípios da lei da gravidade ou de um geotropismo positivo.

Lembrava-me, todas as vezes que a via, a mulher que, a despeito de quaisquer construções sociais hierarquizadas, que apesar das relações de poder que tentam enredá-la, teima em ocupar seu espaço.

Por força da engenharia do asfalto foi podada; perdeu suas belas madeixas de madeira e folhas. Mas, teimosa, resistiu, insistindo em redesenhar sua feminina silhueta.

O inexorável traçado da estrada terminou por decepá-la de vez.

Definitivamente? Estamos certas que não; ela renascerá em outro lugar.





Árvore - mulher

**No meu caminho há uma árvore,
Há uma árvore no meu caminho,**

**Tronco no ar,
Em tortuosos projetos de sonhos,
Na resistência horizontal
Que desafia os tempos.**

**Cobra do ar
Num bote sereno de beira de estrada,
Marginal esboço de vôo,
Arrojado gesto, num arremedo
Que parece sacudir a terra.**

**Tronco no ar,
Rumo certo na sinuosidade
Das planejadas ondas,
Qual perfil de um mar vegetal
Numa praia invertida.**

**Corpo no ar,
Feminina silhueta,
Esgueirando-se determinada
No anseio de inventar caminhos.**

**Do chão para o céu,
Do breu para a luz,
Do cotidiano para o inusitado...
Tronco no ar,
Cobra do ar,
Mudança no ar.
Corpo no ar,
Retrato fiel de valentia
Da árvore-mulher ...**

Dedicatória

A vida é movimento, é mudança, é transformação; dela, a árvore-mulher é um retrato.

Nos caminhos há sempre pedras!

Esta tese foi gerada num tempo de turbulência de minha vida. Sua elaboração foi conturbada, marcada por várias interrupções: comecei, parei, recomecei, parei novamente, pensei em desistir. Mas ela representava um compromisso que eu assumira comigo mesma; não poderia traí-lo.

Minhas filhas - Gabriela, Laura, Marília e Mariana - contribuíram sobremodo para que me redescobrisse como Maria, a que “traz na pele essa marca e possui a estranha mania de ter fé na vida” (Milton Nascimento e Fernando Brant).

Na dissertação de mestrado, no espaço reservado aos agradecimentos, desculpava-me pelo tempo e pela atenção que lhes negara. Agora, a situação invertia-se; eram elas que diziam: _ “Mãe, acredita, abraça sua tese!”

Acreditei, abracei ...

A elas, dedico.

Agradecimentos

Muitas pessoas e entidades contribuíram para a realização desta tese.

A elas, queremos externar nosso reconhecimento:

À minha mãe, pela vida.

Ao meu pai, saudade constante, pela estimuladora memória.

Às trabalhadoras entrevistadas, por permitirem-nos conhecer seu mundo.

À direção da FÁBRICA, por possibilitar-nos o acesso ao universo industrial.

À Prof^a Dr^a Lucila Scavone, pela paciente orientação.

Às Prof^{as} Dr^{as} Ângela Araújo e Leila Stein, pelas pontuais observações, durante o Exame de Qualificação.

À Prof^a Dr^a Eliane Garcindo de Sá, pela colaboração e amizade.

À Janisse, por facilitar o encontro comigo mesma.

À Beth e à Madalena, pela presença amiga.

Aos representantes do Sindicato dos Sapateiros, em especial Clara e Raquel, pela confiança em nós depositada.

Às entidades contatadas - Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, Prefeitura Municipal de Franca, Associação Comercial e Industrial de Franca, e às unidades francanas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Centro Tecnológico de Couros e Calçados do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e do Banco do Povo, pelas valiosas informações fornecidas.

Ao Lando, sempre companheiro e co-autor dos versos que abrem este trabalho.

À minha irmã Maria Helena e ao Prof^o. José Moisés Ribeiro, pela criteriosa revisão gramatical do texto.

À Gabriela e à Magali, pelo esmero na transcrição das entrevistas.

À Sônia, pela cuidadosa formatação do texto.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro.

Sumário

Lista de tabelas.....	13
Resumo.....	14
Abstract.....	15
Introdução.....	16
I - O novo mundo do trabalho: mudanças e permanências.....	38
1.1 As metamorfoses do sistema de produção capitalista.....	40
1.2 Trabalho e classes sociais: categorias controversas.....	55
II - A mulher no novo mundo do trabalho.....	79
2.1 Relações sociais de sexo/gênero: elementos teórico-conceituais.....	84
2.2 Gênero e classes sociais: categorias analíticas interdependentes.....	101
III - A indústria coureiro-calçadista de Franca (SP).....	108
3.1 Franca no quadro da produção coureiro-calçadista nacional.....	109
3.2 Franca e o calçado: retrospectiva histórica.....	113
3.3 A crise da indústria calçadista de Franca: décadas de 1980 e 1990.....	125
IV - A FÁBRICA: universo empírico.....	144
4.1 O perfil de uma empresa familiar.....	147
4.2 A reestruturação produtiva na FÁBRICA.....	164
V – O trabalho da mulher na indústria calçadista de Franca.....	175
5.1 A divisão sexual de trabalho na FÁBRICA.....	178
5.2 A sapateira: entre a casa e a fábrica.....	199
5.3 Sindicalismo e gênero na indústria calçadista de Franca.....	213
VI - A inserção social da sapateira de Franca.....	244
6.1 A sapateira no espaço público.....	248
6.2 As representações sociais da sapateira.....	253
Considerações finais.....	267
Referências bibliográficas.....	277
Anexos.....	291

Lista de tabelas

Tabela 1: Renda média de trabalhadores brasileiros, por sexo e raça/etnia: 1998 (em salários mínimos)	98
Tabela 2: Produção anual de calçados no Brasil e em Franca: 1996-2000 (em milhões de pares)	109
Tabela 3: Estados brasileiros produtores de calçados por número de empresas e empregos: 1996 -1997.....	110
Tabela 4: Empresas calçadistas de Franca: 1950 -1965	121
Tabela 5: Produção anual de calçados em Franca: 1984 - 2001 (em milhões de pares)	123
Tabela 6: Produção de calçados - Brasil e Franca: 1979-1989 (em milhões de pares).....	126
Tabela 7: Número de funcionários nas indústrias de calçados de Franca : 1984 - 1987	128
Tabela 8: Produção anual de calçados em Franca: 1990-1995 (em milhões de pares).....	129

Resumo

Este estudo focaliza os impactos da reestruturação produtiva sobre a divisão sexual do trabalho na indústria calçadista de Franca, interior paulista. Ancora-se nas categorias analíticas **classes sociais** e **relações sociais de sexo/gênero** e tem como hipótese que o capitalismo contemporâneo, para assegurar o processo de acumulação, vale-se de uma reestruturação produtiva e de diversos mecanismos, dentre os quais, formas específicas de exploração e dominação, a exemplo da estabelecida entre sexos, que potencializam sua capacidade produtiva e garantem a reprodução do sistema. O estudo procura, então, desvendar seus reflexos sobre as relações sociais de sexo em um espaço empírico; investiga, por meio de estudo de caso, sua incidência em uma unidade fabril, retratando as repercussões sobre as operárias que nela trabalham. A pesquisa retrata, também, as estratégias utilizadas pelas trabalhadoras para conciliar as atividades fabril e doméstica, bem como as suas formas de inserção e participação no espaço público. Percorre, ainda, os meandros da cotidianidade, das representações, da subjetividade da sapateira. A análise da problemática permite-nos perceber como a empresa pesquisada assegura a sua sobrevivência no competitivo mercado globalizado, por meio de maior produtividade com menores custos, o que, em larga medida, é possibilitado pela divisão sexual e exploração do trabalho, não raro, veladas pela naturalização do social e por laços paternalistas de cooperação e parceria.

Palavras-chave: relações de gênero, classes sociais, trabalho, reestruturação produtiva, indústria calçadista, fábrica.

Abstract

This study focus on the impacts of the productive re-structure on the sexual division of work in the shoe industry of Franca, in the province of the state of São Paulo. It is based upon the analytic categories of **social classes and social relationships of sex** and it holds the hypothesis that contemporary capitalism to ensure the accumulation process uses the productive re-structure and a variety of devices, among other things, specific means of exploitation and controlling, like the one settled between sexes that performs their productive capability and answers for the continuity of such system. Then the study tries to unmask its effects on the social relationships of sex in an empirical aspect; inquires, by means of studying a case, its incidence in an industrial unity, showing the effects on its female workers. The research also describes the strategies used by the female workers to adjust industrial and domestic chores as well as taking part in public activities. It still examines the entanglements of daily life, interpretations and subjectivity of the female shoe worker. The analysis of the question made it possible to realize how the researched industry guarantees its own survival in the global competitive market, by higher productivity with low cost which is, in large scale, allowed by sexual division and work exploitation, not rarely, masked by the social re-occurrence and by paternal controlling ties of cooperation and partnership.

Key-words: gender, social classes, work, productive re-structure, shoe industry, factory.

Introdução

Este estudo focaliza mulheres sapateiras na linha de produção, em uma indústria de Franca, principal produtor de calçados masculinos de couro do país. Procura mostrar a divisão sexual do trabalho na fábrica, os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho das operárias, os mecanismos por elas utilizados para conciliar as atividades fabril e doméstica, bem como suas formas de inserção e participação no espaço público.

Tomamos como universo empírico uma das maiores e mais antigas indústrias de sapatos da cidade, que passou nos últimos anos por um intenso processo de reestruturação produtiva, configurando-se como uma empresa exemplar do fenômeno em tela.¹

Na contemporânea ordem social, produtividade e padrão de excelência são condições *sine qua non* de permanência no espaço empresarial. As fábricas lançam mão, pois, do que se fizer necessário para tal; investem em tecnologia mais sofisticada e/ou fazem coexistir, de forma conjugada, diferentes sistemas operacionais.

O novo mundo do trabalho, no qual se insere a sapateira francana, encontra-se estruturado sob a chancela da globalização neoliberal e assenta-se sobre ampla reestruturação produtiva. Esta, enquanto atual estratégia de sobrevivência do sistema de produção capitalista, é por nós entendida como o conjunto de mudanças que alteraram substancialmente o processo produtivo mundial, através da introdução (em escala mundial a partir da segunda metade do século XX e no Brasil em meados da década de 1980) de

¹ Por motivos éticos de pesquisa, omitiremos o nome da empresa, a que nos referiremos simplesmente como FÁBRICA. O termo, grafado em caixa alta, ao mesmo tempo em que particulariza a unidade fabril da qual realizamos o estudo de caso, remete-nos a um *locus* universalizante, posto que ressalvadas as singularidades, as fábricas, não só as de calçados e francanas, representam, de forma generalizada, um espaço onde se concretizam as novas relações de trabalho resultantes da reestruturação produtiva.

tecnologias e modelos organizacionais que produziram múltiplos arranjos dos fatores trabalho e capital, originando o sistema de acumulação flexível.

Para Hirata (2002), uma peculiar divisão social, internacional e sexual do trabalho molda a utilização de métodos e técnicas de gestão do trabalho, que se adaptam às características sócio-culturais e históricas de cada país, de cada região, apresentando um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo. De forma não excludente, mas sim, complementar, tais métodos e técnicas articulam-se para contemplar os objetivos da engenharia de produção, quais sejam, diminuir as porosidades da jornada de trabalho e acelerar o ritmo de produção.

Hirata (1998) observa também, que uma das conseqüências mais marcantes dos novos modelos produtivos é a instauração de amplo processo de precarização do trabalho, o que pode ser observado na instabilidade dos laços empregatícios estabelecidos, no aumento do desemprego, do subemprego, de formas atípicas de trabalho e, sobretudo, na flexibilidade no uso da mão-de-obra e conseqüente intensificação do trabalho.

O sistema de acumulação flexível, consoante seus interesses, mobiliza os diferentes modelos de gestão e organização do trabalho, segundo uma criteriosa estratégia de produtividade e, a par das inovações, pode também proceder à revitalização de velhos mecanismos operacionais, dentre os quais há que se destacar as redes de subcontratação e trabalho em domicílio, amplamente utilizados na indústria calçadista francana.

As práticas tecnológico-organizacionais poupadoras de mão-de-obra, os mecanismos de cooptação e a flexibilização das relações de trabalho e da própria legislação trabalhista, utilizados conjuntamente, garantem tanto o aumento da produtividade - com redução de custos - quanto a dispersão dos trabalhadores, fato este, que possibilita maior controle sobre suas demandas e mobilizações por parte do sistema capitalista, ampliando-se, pois, a capacidade de acumulação e de auto-preservação deste.

Para Antunes (2001), o processo de acumulação flexível, através das reengenharias produtivas e organizacionais, conseguiu, habilmente, recuperar o ciclo produtivo e reprodutivo do capital, respondendo assim a uma crise de natureza estrutural/conjuntural e reforçando, deste modo, o projeto de dominação societária.

Esta reestruturação produtiva, que acontece em um contexto de relações sexuais de trabalho e incide sobre uma divisão sexual do trabalho preexistente, apresenta impactos diferenciados sobre trabalhadoras e trabalhadores; ela mantém, e não raro, potencializa, um quadro de divisão de trabalho sexualmente discriminador.

Para Bruschini (1998), a ampliação de empregos flexíveis facilitou a absorção das trabalhadoras, já afeitas à descontinuidade da vida profissional em virtude de ser sua identidade primordial, cunhada a partir dos papéis desempenhados na família, no lar.

Na mesma medida, a ampliação de serviços remunerados conforme a produção corroborou para aumentar a parcela da mão-de-obra feminina no sistema produtivo, porque esta modalidade de remuneração ajusta-se às necessidades da mulher que acumula afazeres domésticos e extradomésticos, que arca com a sobrecarga de dupla ou tríplice jornada de trabalho. E, bem sabem os gestores do capital, que quaisquer contratempos de natureza familiar que a forcem a interrupções da jornada de trabalho serão, de alguma forma, por ela compensados, já que é ela mesma a principal interessada em que não haja perdas salariais. Assim, se a reestruturação produtiva amplia as oportunidades de trabalho feminino, o faz em um quadro de intensificação e precarização deste.

O embate teórico travado acerca da problemática em pauta é um subproduto das alterações dos sistemas produtivos e tornou-se *leitmotiv* da Sociologia do Trabalho que tem se esforçado para elucidar os meandros do mundo do trabalho. Entretanto, este embate está em débito com a problemática da divisão sexual do trabalho porque tradicionalmente os sociólogos, em suas análises, partem de categorias universais.

Não desmerecendo a valiosa discussão que vem sendo realizada por vários sociólogos contemporâneos - sobretudo sociólogas - hoje, atentos à dimensão sexuada das relações de trabalho, de modo geral as análises ainda tendem a ser generalizantes. Quando se aborda a questão de gênero, esta aparece apenas como uma dentre outras “variáveis” a serem levadas em conta, muitas vezes em uma nota de “pé-de-página”, em um parênteses ou, quando muito, em um diminuto capítulo que pontua as heterogeneidades e as especificidades existentes. Mas, há que se dar a devida importância ao caráter sexuada das atividades produtivas porque, de fato, as mulheres e os homens experimentam condições e situações diferenciadas de vida e trabalho.

Autores que vêm discutindo a questão da reestruturação produtiva, tais como Offe, Gorz, Kurz, Castel, Antunes, apresentam, em suas abordagens, uma preocupação mais genérica, deixando de contemplar nas relações sexuais de trabalho, a dimensão de elemento constituinte do trabalho e instituinte das relações nele e a partir dele estabelecidas.

Este ponto em comum entre os sociólogos, entretanto, não impede diferentes leituras acerca do espaço do trabalho na atual organização societária. Se alguns teóricos afirmam sua centralidade social, outros deslocam-no para uma posição de importância periférica. O debate em curso, que nesta introdução apenas enunciaremos - posto que será retomado adiante - alcança, em sua amplitude e complexidade, a questão da identidade dos atuais sujeitos e movimentos sociais que, no presente contexto, são múltiplos e heterogêneos.

Offe (1989, 1985), considera que, na atualidade, a esfera da produção e do trabalho teria perdido sentido social estruturante e, coerentemente, assinala a importância crescente dos movimentos e conflitos sociais originados fora dela, a exemplo dos pacifistas, dos ecológicos, das lutas de minorias sociais e das batalhas em prol dos direitos humanos.

Gorz (1991, 1987) faz coro à tese da perda de centralidade social do trabalho e observa que as classes sociais, apesar de continuarem existindo, não se configurariam como portadoras de um projeto futuro e artífices de alternativas societárias. Para ele, papel revolucionário teriam, atualmente, os sujeitos sociais que não trabalham e, por isso, poderiam dispor livremente de seu tempo.

Kurz (1999), por sua vez, diante da crise do mundo do trabalho, profetiza um quadro catastrófico de caos social; não visualiza quaisquer sujeitos sociais capazes de impedi-lo, capazes de uma ação emancipadora.

As reflexões de Castel (1998) acerca das metamorfoses da questão social e da sociedade salarial, conduziram-no à crença de que, a despeito das mudanças ocorridas, o trabalho permanece como referência social dominante. Entretanto, diante do crescimento de suas formas precarizadas e atípicas, os atuais antagonismos configurar-se-iam muito mais como lutas por colocações e classificações, do que como conflitos de classes.

Antunes (2003, 1997), à luz de cujas reflexões polemizamos as construções teóricas ora pontuadas, fiel à tradição marxista, reafirma a centralidade do trabalho e atribui potencial revolucionário ao conjunto de assalariados desprovidos de meios de produção. Suas elaborações ampliam o conceito de classe, fazendo com que este se abra para abrigar heterogêneos personagens, integrantes das múltiplas e complexas esferas do trabalho.

Esta classe não homogênea é, sobretudo, sexuada. Se é fato que a desigualdade nas relações estabelecidas entre os sexos antecede a organização capitalista da sociedade, também é inegável que o capital bem sabe utilizar-se das diferenças existentes entre mulheres e homens, transformando-as em cunhas que permitem, de imediato, mais intensa exploração de um segmento específico, no caso, as mulheres, mas mediatamente,

como efeito bumerangue, terminam por assegurar rígido controle e mais intensa exploração do conjunto de trabalhadores².

Desvelar uma realidade que é vivida de forma diferenciada e desigual por trabalhadoras e trabalhadores, contribui para dar visibilidade a mecanismos de fragmentação e divisão de classe que são ideologicamente escamoteados sob um manto homogeneizante.

Helena Hirata (2002), cujos estudos focalizam a interface de reestruturação produtiva e gênero, reafirma a centralidade social do trabalho, mas não atém sua análise à divisão social do trabalho; insere a questão, como assinalamos, em um panorama mais amplo, que para ser compreendido requer que se leve em conta também as divisões internacional e sexual do trabalho, posto que os novos paradigmas produtivo e societário resultam da articulação dessas três dimensões.

Devemos a Joan Scott (1995) e a Danièle Kergoat (1987, 1986), reflexões - tecidas sob o calor do movimento feminista - que vieram desnaturalizar as diferenças hierárquicas que embasam as relações de poder, dominação e exploração, explicitando o caráter histórico-social da construção de identidades sociais e revelando a forma, através da qual, as diferenças biológicas e naturais tornam-se fundamento de relações sociais desiguais e verticalizadas. Suas elaborações teóricas, juntamente com as de Daune-Richard e Devreux (1992), que introduziram a categoria conceitual “trabalho de mulheres”, foram pedra angular desta tese.

Não poderíamos também deixar de fazer referência à importância que, na análise dos aspectos referentes à subjetividade da sapateira, tiveram para nós, as considerações de

² Pensamos, inicialmente, em utilizar os vocábulos trabalhadores e trabalhadoras, sempre que nos referíssemos aos sujeitos sociais que integram o mundo do trabalho, visando a ressaltar suas identidades sexuadas. Mas, o temor de que a redação do texto se tornasse excessivamente pesada e sua leitura cansativa, levou-nos a acatar os androcêntricos cânones gramaticais e a adotar a palavra trabalhador, no masculino, quando das alusões a coletivos de ambos os sexos. Tal opção não pressupõe que admitamos a existência de um trabalhador universal e, a contragosto, adotamos, para maior leveza textual, um procedimento que, em essência, criticamos.

Bourdieu (1999) sobre os mecanismos simbólicos de dominação e sobre o processo de subjetivação de estruturas sociais objetivas. Valemo-nos, pois, duplamente deste autor: em um primeiro momento, de suas reflexões a respeito da identidade dos sujeitos sociais contemporâneos; a seguir, da discussão acerca da dominação masculina, que traz à tona.

Se, como acreditamos, o sistema capitalista contemporâneo lança mão da reestruturação produtiva e vale-se de hábeis mecanismos para, à custa do trabalho, ampliar crescentemente seus lucros, há que se destacar, dentre estes mecanismos, as formas específicas de dominação e exploração, tais como a estabelecida entre sexos, que potencializam a capacidade produtiva do capitalismo e asseguram seu processo de reprodução.

Assim como as interações classistas, as relações sociais de sexo também se configuram como realidade estrutural, sistêmica. No bojo de relações sociais sexuadas, inscreve-se um processo de divisão sexual do trabalho que determina a mulheres e homens, diferentes e hierarquizados lugares, tanto no espaço doméstico, quanto no profissional.

Nosso estudo, que atenta para os impactos da reestruturação produtiva sobre a divisão sexual de trabalho na indústria calçadista de Franca, está focado justamente nessa imbricação de relações estabelecidas entre classes sociais diferenciadas e entre sexos, que hierarquicamente superpostos, irão constituir as verticalizadas relações de gênero. Tais relações se retroalimentam em uma sociedade marcada por fortes desigualdades.

Nesta tese, buscamos, por meio de pesquisa de campo, desvendar os reflexos da reestruturação produtiva nas relações sociais de sexo em um espaço empírico; procuramos perceber suas formas de incidência em uma unidade fabril, focalizando especialmente suas repercussões sobre as operárias “internas de fábrica”³.

Quando iniciamos a coleta de dados referentes à divisão sexual do trabalho na indústria calçadista de Franca, deparamo-nos com a ausência de informações sistematizadas; com a absoluta invisibilidade da sapateira francana. Nem mesmo os sindicatos patronal e de trabalhadores souberam precisar a parcela feminina e a masculina do conjunto de sapateiros; trabalhavam e ainda trabalham, com um percentual aproximado de 60% de homens e 40% de mulheres, números que seguem de perto as atuais proporções da população economicamente ativa brasileira.

Outras entidades com as quais entramos em contato à procura de informações⁴ tampouco dispunham de quaisquer registros. Inclusive a mídia, dispensa tratamento homogeneizante à categoria; não faz alusões específicas à mulher sapateira.

A lacuna com a qual nos defrontamos contribuiu para que optássemos por uma pesquisa de natureza qualitativa e fizéssemos uso da modalidade “estudo de caso”.

Ainda que a totalidade de qualquer objeto seja uma construção intelectual - porque não há, concretamente, limites dele definidores - na concepção de Goode e Hatt, o estudo de caso é “um meio de organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário

³ O adjetivo “internas”, apostado ao termo “operárias”, objetiva distinguir estas trabalhadoras das “operárias externas” de fábrica - outra modalidade de mão-de-obra feminina utilizada pela empresa - que criam, através de trabalho realizado fora dos limites físicos ou jurídicos da indústria, produtos dos quais esta se apropria.

⁴ Além do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região e do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, contatamos a Prefeitura Municipal de Franca, a ACIF - Associação Comercial e Industrial de Franca, e as unidades francanas do SEBRAE (SP) - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Centro Tecnológico de Couros e Calçados do I.P.T. - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e do Banco do Povo.

do objeto social estudado (...) é uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo”. (GOODE; HATT, 1969, p. 422).

A opção por tal recurso metodológico foi acertada, uma vez que a FÁBRICA, a cujo estudo de caso procedemos, espelha, em um fragmento, as relações de trabalho e gênero estabelecidas no conjunto da produção calçadista francana, bem como a incidência sobre elas das alterações decorrentes da reestruturação produtiva. Em virtude do caráter sexuado do trabalho, nesta tese, a reflexão teórica acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a discussão a respeito da identidade dos novos sujeitos sociais imbricam-se à perspectiva de gênero.

A análise de concretas situações e relações de trabalho permite-nos perceber as estratégias através das quais o atual paradigma produtivo garante a acumulação capitalista, e os mecanismos por meio dos quais as empresas, à custa da divisão sexual e intensa exploração do trabalho - não raro velada por laços paternalistas, de cooperação e pretensa parceria - conseguem obter maior produtividade com menores custos e desta forma, assegurar sua sobrevivência no competitivo mercado globalizado.

Se, na nova ordem societária, produtividade e qualidade são imprescindíveis, as empresas, para garanti-las, investem em tecnologia mais sofisticada e/ou fazem coexistir, de forma conjugada, diferentes sistemas operacionais, o que nos foi possível observar na FÁBRICA, que combina com maestria os preceitos tayloristas/fordistas e os toyotistas de organização e gestão do trabalho.

O novo mundo do trabalho, hegemonicamente estruturado sob moldes capitalistas, mudou porque tal mudança fazia-se necessária para assegurar a continuidade do capitalismo e, para consecução de seus intentos fez emergir um coercitivo e refinado estratégia de exploração da mão-de-obra.

É importante frisar que não se trata de ser tal ou qual empresa, tal ou qual empresário, mais ou menos humanos; a questão é estrutural. Estamos falando de um

sistema de trabalho que, na nossa concepção, a despeito das tentativas de escamotear as contradições existentes entre classes sociais, continua tendo como antagônicos pilares, o capital e o trabalho. Referimo-nos a uma realidade sistêmica, que não sendo inexorável, posto que criação humana e, como tal, passível de transformações, independe da postura individual deste ou daquele empresário e das relações específicas que cada qual possa, nas unidades produtivas que lhe pertencem, estabelecer com seus empregados.

Castel, referindo-se ao atual perfil das empresas, pontua que:

Seu papel é realmente dominar as mudanças tecnológicas e submeter-se às novas exigências do mercado. Aliás, toda a história das relações de trabalho mostra que, ademais, não se poderia pedir aos empregadores para 'fazer social' (quando o fizeram, como no caso da filantropia patronal do século XIX, foi no sentido exato e limitado da defesa dos interesses da empresa, é claro). (CASTEL: 1998, p. 521-522).

É mister não esquecer que, malgrado as mudanças ocorridas, prossegue existindo, na sociedade, a célebre taxa média de lucro nos diferenciados setores produtivos⁵; o desvio desse padrão pode significar falência de empresas ou de empresários. Um proprietário que, movido por razões humanitárias, optasse, na relação de trabalho, por menor extração de mais-valia e auferisse lucro inferior à média, em pouco tempo deixaria de ser patrão no jogo coercivo do mercado.

Ainda que novas teorias sociológicas tentem relegar ao passado a categoria mais-valia, a existência de operários que, como pudemos observar na FÁBRICA, continuam sem interrupções, a produzir, com uma marmita nas mãos, no horário teoricamente destinado ao almoço, de trabalhadores que levam tarefas para concluir ou adiantar em

⁵ Existe na sociedade uma tendência à equalização das taxas de lucro dos diversos setores produtivos, em um nível médio, o que para Marx (1984a) impediria ou dificultaria um desestabilizador vaivém de capitais particulares, em migração para setores da produção que pudessem temporariamente ser considerados mais vantajosos.

casa, alongando assim, sua jornada de trabalho, não expressaria, em novas roupagens, a mais-valia absoluta?⁶

Da mesma maneira, a intensificação, nas células toyotistas, do ritmo de trabalho dos sapateiros que, para não perder tempo e atingir a meta de produção estabelecida para o grupo, mal se levantam seja para ir ao banheiro, seja para beber água, não seria uma forma atípica de mais-valia relativa?

Na verdade, a dinâmica da realidade social tornou limitada a teoria marxiana que pretendia explicá-la mas, consideramos, não a refutou; antes, instou-nos à sua transposição. A mais-valia relativa refere-se, sim, à intensificação do trabalho, mas pressupõe alterações tecnológicas e aumento no capital constante das empresas. No caso em pauta, a intensificação do ritmo de produção deriva fundamentalmente de mudanças organizacionais que podem ou não vir acompanhadas de maior automação e mudança na composição orgânica do capital. Mas há, é inegável, trabalho intensificado, ou seja, mais trabalho em um mesmo período.

Poderíamos dizer que vem ocorrendo um superuso da força de trabalho que, no intuito de eliminar todas as porosidades e todos os tempos mortos do trabalho, vem se constituindo uma forma peculiar de sobretrabalho.

As estratégias de gestão do trabalho ganham singular relevância para o setor calçadista que, a despeito dos equipamentos e maquinários empregados, caracteriza-se pelo uso intensivo de mão-de-obra, já que várias das sucessivas etapas da confecção do calçado, tais como: costura, montagem e acabamento, por sua natureza quase artesanal, são realizadas manualmente, o que dificulta a exclusiva automação. Daí a importância,

⁶ "Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho." (MARX, 1984a, p.363).

nele atribuída, aos mecanismos organizacionais embutidos na reengenharia produtiva e, para assegurar os ganhos que o trabalho gera, o trabalhador é conduzido ao esforço limite.

É nosso objetivo verificar empiricamente esta nova e eficaz forma de gestão capitalista da mão-de-obra e seus impactos sobre as relações de gênero. Não é necessária muita perspicácia para perceber como as atuais formas de organização do trabalho e as novas relações nele estabelecidas, a pretexto de serem benéficas aos trabalhadores, garantem, na verdade, o que requer o sistema produtivo e afetam, de modo particular, as mulheres trabalhadoras.

Pudemos observar o envolvimento das trabalhadoras entrevistadas com os objetivos da empresa, através das palavras de uma sapateira que explicita sua preocupação com o máximo aproveitamento do tempo, o que até então inquietava tão somente aos proprietários e gestores do capital:

tem hora que ele [o chefe] é muito vagaroso... a gente trabalha por peça, aí a gente tem que chegar e já começar e a gente chega e num tá ali. A gente tem que ficar cobrando ele duas, três vezes: - Ó, dá a produção de hoje!
- Ele só fala: - espera um pouquinho.
-Aí, tá perdendo tempo porque nós num tá ganhando. (Ivana)

Assim, são os empregados que cobram, do chefe, agilidade na entrega das peças a serem produzidas, são os operários que reclamam diante de qualquer morosidade e não o contrário, pois, na medida em que seus salários estejam vinculados aos resultados da produção, sabem que tempos ociosos reduzem ganhos e resultam em queda do próprio padrão de vida. Destarte, o capital transfere a preocupação com o cronômetro para o trabalhador; é ele quem cuida da otimização do tempo.

Esse complexo processo de introjeção de valores alheios, de comprometimento do trabalhador, em simbiótica inversão, com os interesses patronais é, sem dúvida, um dos efeitos da reestruturação produtiva.

Para compreendê-lo, a exemplo da trajetória das reflexões teóricas por nós tecidas, que partem de uma leitura do mundo do trabalho e das novas relações sociais nele inscritas, para então situar a sapateira da FÁBRICA, também no terreno empírico - talvez em virtude de um idiossincrático percurso mental - caminhamos do geral para o particular. Procuramos em um primeiro momento, inserir a produção francana no quadro da produção coureiro-calçadista nacional; em seguida, após uma breve retrospectiva da história do calçado em Franca, focalizamos a crise que o setor vivenciou, em âmbito local, nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência das mudanças de paradigma produtivo e das dificuldades de a elas se adequar.

Só então passamos a retratar a fábrica da qual fizemos o estudo de caso, para observar como nela se processa a reestruturação produtiva, e como a empresa se utiliza da divisão sexual do trabalho e apropria-se de maneira diferenciada do trabalho das operárias. Estas concentram-se em funções que requerem capricho e paciência, em postos de menor grau de responsabilidade e de mais baixa remuneração que, dificilmente, conduzem à progressão funcional.

Se esse “jeito feminino de trabalhar” - resultante ou não de características peculiares das mulheres, decorrente ou não de um processo de socialização diferenciada - condiz com as necessidades de um novo mercado que requer esmero na feitura dos produtos que nele circulam, nem por isso tal qualidade tem motivado o devido reconhecimento das potencialidades da trabalhadora e sua merecida valorização profissional.

A expansão dos serviços flexibilizados promovida pela reestruturação produtiva ampliou as possibilidades de trabalho extradoméstico de uma mulher que, face às responsabilidades domésticas pelas quais, exclusiva ou quase que exclusivamente responde, vê-se compelida a descontinuidades profissionais, não raro ocasionadas pelo casamento e maternidade. Mas, é preciso questionar se tais modificações não se

traduziram em queda da qualidade do trabalho feminino e, no caso específico de nosso universo empírico, investigar em que medida elas podem ter alterado uma divisão sexual de trabalho, marcada por desigualdades que meras diferenças biológico-naturais são incapazes de justificar.

Nossa análise da divisão sexual de trabalho na FÁBRICA e das condições aí vivenciadas pela sapateira confirma os reveladores dados de uma pesquisa, anteriormente realizada por Chinali.

Nas fábricas de sapato de Franca, do total de mulheres, 61% executam funções auxiliares e, do total de homens, 29% estão nessas funções. Coincidentemente (SIC), do total de mulheres que trabalha nas fábricas (médias e pequenas), 60% ganham apenas um piso da categoria e do total de homens, 36% ganham um piso. (CHINALI, 1995, p.3).

Para consecução de nosso objetivo, já explicitado, de resgatar as várias dimensões existenciais da sapateira, buscamos os outros espaços pelos quais ela circula; procuramos conhecer, pois, as estratégias de que se utiliza para, em dupla ou tríplice jornada, conciliar as atividades fabris e domésticas. Para tal, procuramos retratar sua lida cotidiana que, em uma dimensão social, deve ser entendida como “o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos indivíduos particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social.” (HELLER, 1992, p.72).

Adentramos, assim, o campo da cotidianidade, das representações e dos aspectos subjetivos porque, como observa Heller, o ser humano são ele e suas circunstâncias, compreendidas estas como “a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento...” (1992, p.1); parafraseando a filósofa húngara, poderíamos dizer que buscamos no cotidiano da fábrica e do lar, uma mulher que, em si, contenha tanto a particularidade quanto o humano-genérico; um ser no domínio de “todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.” (HELLER, 1992, p.17).

Investigamos, ainda, as suas formas de inserção em movimentos de natureza sindical, comunitária, religiosa e político-partidária; instâncias de cidadania, das quais, excetuando a religiosa, a sapateira participa de forma bastante limitada, seja por falta de tempo disponível, seja por não lhes atribuir maior relevância.

Nesse ínterim, adentramos o campo da subjetividade das sapateiras que, se não é reflexo passivo de estruturas objetivas, não deixa de ter com estas vínculos estreitos, haja vista terem os mecanismos de cooptação - embutidos na reestruturação produtiva - provocado inegáveis alterações na subjetividade das trabalhadoras.

Um bom exemplo é o tênue vínculo que elas têm com a entidade sindical representativa da própria categoria, o que resulta em reduzida taxa de sindicalização das sapateiras. A maioria das operárias entrevistadas percebe o Sindicato como o outro. Nem mesmo quando deixam entrever algum laivo de simpatia, explicitam o sentimento de pertencer a ele; os sindicalistas aparecem como alvo preferencial de suas críticas e, ainda quando elas demonstram aprovar sua prática, não o fazem sem restrições.

Os discursos das sapateiras são, por certo, eivados por contradições, uma vez que várias delas queixam-se da falta de firmeza da entidade na defesa dos interesses da categoria e de vacilações em momentos de confronto ou situações de impasse, mas deixam, com frequência, transparecer o receio de serem identificadas como ativistas sindicais, de serem consideradas “radicais” e, desta feita, exporem-se ao risco de medidas retaliadoras que porventura possam ser tomadas pela empresa.

No tocante à subjetividade da sapateira, tentamos apreender suas formas de representação social do trabalho, a visão que ela tem de si, de sua vida; o seu nível de consciência social e de expectativas. Ou seja: investigamos sua percepção do processo histórico-social inclusivo, bem como da forma pela qual as mudanças nele ocorridas se refletiram em sua existência.

O perfil da sapateira da FÁBRICA foi traçado a partir de depoimentos colhidos em entrevistas semi-estruturadas, apoiadas em roteiro auxiliar de questões; em anexo. De acordo com os princípios éticos que moveram a pesquisa, por cautela, preservamos o anonimato das sapateiras entrevistadas, adotando nomes fictícios.

Entrevistamos dezoito coladoras e pespontadoras, integrantes de grupos ou células de produção, escolhidas por operarem há um tempo razoável sob o novo esquema. A sapateira, com menor tempo de trabalho em grupo, que entrevistamos, já se encontrava na função há sete anos; a mais velha, aposentada e recontratada, contava vinte e oito anos de “casa”.

Entrevistamos, ainda, quatro funcionárias não integrantes de grupos de colagem e pesponto, que também contavam com significativo período de permanência na FÁBRICA, e cujos relatos foram fundamentais para nossas análises: uma chefe de setor, uma representante da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, uma delegada sindical e uma psicóloga da empresa.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.⁷ Elas não têm relevância estatística, mas em termos qualitativos forneceram rico material para análise. O que importa em uma abordagem qualitativa não é o número de entrevistas realizadas, mas, em função da problemática pesquisada, o significado dos sujeitos singulares que são entrevistados. O essencial é o que a fala das trabalhadoras permite-nos apreender.

O critério “tempo de fábrica” é fundamental para os objetivos deste estudo, pois possibilita a construção de uma memória passível de retratar as mudanças ocorridas no período em tela: 1986 a 2003. Quem chegou há pouco à fábrica sabe dizer de seu

⁷ Uma única sapateira, dentre as que entrevistamos, recusou-se à gravação de sua entrevista. Procuramos, em nossas anotações, reproduzir, o mais fielmente, suas palavras.

presente, mas não dispõe dos parâmetros comparativos que a experiência profissional traz⁸.

O recorte temporal assinalado possibilita-nos acompanhar o percurso da crise que se abateu sobre o setor nas últimas décadas do século XX; permite-nos captar os altos e baixos da produção calçadista francana: 1986, o marco inicial, é tanto um ano de pico da produção calçadista, quanto de maior possibilidade de acesso à documentação, pois somente a partir de 1984, o Sindicato da Indústria de Calçados, principal fonte de informações do setor, iniciou de forma sistemática o registro de dados estatísticos sobre a produção local.

Estendemo-nos aos primórdios de 2000, momento em que a produção calçadista apresenta sinais de recuperação, superando a forte crise ocasionada por um conjugado de fatores, dentre os quais, as medidas adotadas no período, por sucessivos planos econômicos que, inegavelmente, inscrevem-se, todos, no bojo de práticas neoliberais.

Procuramos retratar as condições de vida e trabalho das operárias da FÁBRICA, os aspectos objetivos e subjetivos de sua existência, por meio da observação sistemática do espaço fabril e através das entrevistas realizadas na própria fábrica em horário de almoço, ou nas residências das sapateiras, fora do horário de trabalho, conforme melhor lhes conviesse.

Necessário se faz assinalar que, na medida em que entramos em contato com elas por intermédio do diretor de Recursos Humanos da unidade, é possível que tenhamos sido, de alguma forma identificadas com a empresa. Daí o fato de, não raro, termos nos deparado, com respostas reticentes e recorrentes referências elogiosas às condições de

⁸ De forma subjacente, um outro critério de seleção de sapateiras a serem entrevistadas, acabou imiscuindo-se em nossa pesquisa: foi-nos facilitado pela direção da empresa o contato preferencial com trabalhadoras remuneradas por produção. Ou seja: se houvesse atrasos no trabalho, por conta de entrevistas realizadas na fábrica, as próprias operárias, ou suas equipes, de alguma forma, cuidariam de compensá-las, não acarretando, pois, a interrupção, prejuízos para a empresa. O episódio não comprometeu nossa proposta de trabalho, mas consideramos importante registrar sua ocorrência.

trabalho na FÁBRICA; discursos que, se podem revelar uma situação real, podem, por outro lado, estar imbuídos de medo, do receio de comprometimento. Este é um dos riscos da pesquisa social, porque quando se vai a campo é preciso alguma porta de entrada; de alguma forma há que se chegar, e quaisquer caminhos podem apresentar vantagens e desvantagens.

Assim como articulamos diferentes marcos teóricos e categorias analíticas, também ousamos articular procedimentos metodológicos diferenciados, por considerá-los complementares. Se a escolha da ferramenta correta é o primeiro passo de qualquer trabalho, o instrumental metodológico, bem sabemos, precisa ajustar-se a seu objeto de pesquisa, quer em termos de adequação ao problema proposto, quer em termos de tempo e recursos disponíveis.

Embora nosso estudo tenha natureza qualitativa, não deixamos de nos valer de dados quantitativos, de números que contribuíram para a apreensão de mudanças no mundo do trabalho. Assim procedemos, na boa companhia de Cristina Bruschini, pesquisadora que reprova o descarte de abordagens quantitativas, por sua indevida associação com vertentes sociológicas positivistas, o que, em um jargão popular, equivaleria a “jogar a criança fora, com a água da bacia. “Para Bruschini, “as abordagens quantitativas podem ser utilizadas nos estudos de mulher (...) este procedimento metodológico pode cumprir, tão bem quanto qualquer outro, um importante papel nos estudos de relações de gênero.” (1992, p.293).

As quantificações não são recursos exclusivos das abordagens positivistas; nada impede que ao lado de procedimentos de natureza qualitativa - estudos de caso, observação, entrevistas, histórias de vida, análise de discurso - recorramos também a elas.

A construção do objeto de estudo desta tese assenta-se na relação teoria - pesquisa. A leitura de textos da Sociologia do Trabalho e dos estudos de gênero/relações sociais de sexo, forneceu-nos embasamento teórico e fundamentação para a análise da realidade

fabril. E esta realidade traz novos aportes à teoria, elucidando como o novo paradigma da acumulação flexível mantém a exploração do trabalho e continua discriminando a mão-de-obra feminina - ainda que de forma renovada e valendo-se largamente do simbólico.

Concomitantemente à revisão bibliográfica e pesquisa empírica, procedemos à análise de documentos elaborados e/ou fornecidos pelas diversas entidades, já citadas nesta introdução, e à coleta de notícias e artigos sobre a produção coureiro-calçadista veiculados pela imprensa local - "Comércio da Franca" e "Diário da Franca" - bem como, por jornais de maior abrangência, sobretudo pela "Folha de São Paulo" e pelo "O Estado de São Paulo".

Finalmente, cabem algumas palavras acerca das razões da escolha do objeto de pesquisa. Na verdade, como afirma Heleieth Saffioti, é ele que nos escolhe; o problema que se quer responder tem tudo a ver com a nossa própria biografia. Estava correto Weber ao pontuar a subjetividade presente no processo de escolha do objeto de estudo, ato volitivo, referenciado a valores pessoais.

Valores que nos remetem ao operário que povoou nossas fantasias adolescentes. Era ele, de macacão e mãos sujas de graxa, para nós o paradigma de trabalhador; era ele, em nossas utopias, o agente social capaz de promover as transformações históricas, com as quais, graduanda de Ciências Sociais da década de 1970, sonhávamos.

E maior fascínio despertava em nós a mulher operária que gestava, no útero, dupla resistência: contra a exploração capitalista e contra a dominação masculina.

Incorporadas desde tenra idade ao mundo do trabalho extradoméstico e tendo assumido um casamento que frutificou em quatro filhas - uma temeridade para nossos tempos, algo até *demodê* - mesmo que contássemos com o imprescindível apoio de empregadas domésticas, ainda conciliávamos com alguma dificuldade vida profissional e encargos familiares. E mais, carregávamos a tiracolo o velho fantasma que corriqueiramente assombra as mulheres que trabalham fora de casa: a ambivalência, o

conflito da divisão, o duplo e contraditório sentimento de culpa - por não nos dedicarmos mais à carreira e por nos ausentarmos em demasia do lar.

Procurávamos, então, nos espelhar na força da operária que, por certo não podendo contar com essa ajuda remunerada da qual dispúnhamos, com maiores dificuldades estabelecia tal articulação. Não poderia, pois, ser outro o sujeito social cujas relações e vivências far-se-iam o objeto de pesquisa desta tese.

Mudou a configuração do trabalho, mudaram as relações sociais nele estabelecidas, mas a questão continua instigante. Quem é, hoje, essa trabalhadora, a operária “interna de fábrica” da indústria calçadista francana? Como são suas condições de vida e trabalho? Como experimentou as mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva? Quais representações delas expressam em seu discurso? Que sonhos e expectativas povoam seu mundo?

São perguntas que nos propomos a responder neste estudo e, por oportuno, utilizamos alguns elementos da Análise do Discurso e da Teoria das Representações Sociais, instrumentais valiosos para ouvir-se com maior nitidez o que dizem as sapateiras.

A Análise do Discurso elucida os sentidos das vozes que, muitas vezes, nos passam despercebidos. Ela é um campo de estudos que abriga tendências diversificadas; baseamo-nos em estudos de Carmo (1999), que por sua vez, em defesa de uma perspectiva integradora de diferentes vertentes, retoma de forma criativa a abordagem semiolinguística, de Charaudeau, para transpô-la, resgatando a dimensão histórica do discurso de um sujeito que é condicionado socialmente, mas recria subjetivamente a realidade empírica vivenciada, a partir de sua própria condição histórica.

A Teoria das Representações Sociais contribui para que, através da leitura das figurações das operárias, possamos apreender também o significado que elas atribuem à própria realidade, e que termina por orientar suas ações. Isto porque as representações sociais constituem uma forma de conhecimento pragmático construído a partir da inserção

em um cotidiano vivencial específico, que objetiva conhecer o mundo e sobre ele atuar. Embasamo-nos no referencial da Escola Francesa, que introduz um conceito de representação social ajustado à análise das sociedades contemporâneas, seguindo pelas mãos da professora Ângela Arruda (1991/1992), as pegadas de Moscovici.

Se mudaram as utopias em decorrência da metamorfose social, elas não desapareceram. Observamos, malgrado as alterações dos paradigmas produtivo e societário, as permanências de que o sistema capitalista se vale para assegurar a sua própria continuidade. Mas permanências não significam imutabilidade. O processo histórico-social é movimento incessante e no cenário contemporâneo continuam existindo contradições que podem ser mantidas por largo espaço de tempo, mas não indefinidamente; os vocábulos “para sempre” ou “eterno” não constam do dicionário histórico e não se adequam à dinâmica social.

Dialeticamente, as contradições de um sistema produtivo trazem em seu ventre as possibilidades de mudanças. Se as palavras das sapateiras revelam o peso da dominação e da exploração que vivenciam e a que se submetem mediante uma “impotência aprendida” (BORDIEU, 1999), também esboçam o movimento reverso de segurar as rédeas da vida nas próprias mãos.

A pergunta à qual as sapateiras tiveram mais dificuldade em responder, por nós colocada no final das entrevistas, foi quanto a um sonho que alimentassem. Muitas operárias assustavam-se com o exercício interlocutório que as fazia pensar em si.

Sonhos, em geral, diziam respeito à realização dos filhos, dos maridos ou, no limite, o sonho da casa própria, uma constante.

Algumas trabalhadoras afirmam não ter sonhos pessoais, mas na realidade podem estar bloqueando os próprios sonhos, por concebê-los como inatingíveis.

Um sonho... ver todos os meus filhos formados! Se um dia eu alcançar, vai ser uma graça muito grande [um sonho para mim?]. Você me pegou ... Olha, vai ficar no ar essa pergunta . (Ondina)

Mas, em um contraponto, as palavras de outra sapateira sinalizam um esboço de autonomia, passo necessário rumo a um projeto de emancipação.

Tenho dois maridos, meus dois braços. (Ioni).

A fala desta operária, que faz dos braços a figuração da própria existência, permite-nos vislumbrar, para além do processo de subjetivação de relações construídas em instâncias sociais objetivas, as possibilidades de mudanças delineando-se sob a amarra das permanências.

I - O novo mundo do trabalho: mudanças e permanências

A análise dos impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho da mulher na indústria de calçados de Franca ganha maior clareza, se precedida por algumas considerações acerca do novo mundo do trabalho, que se inscreve em um cenário de globalização neoliberal, ponto fulcral das alterações produtivas que, nas últimas décadas do século XX marcaram a indústria calçadista francana.

Porém, na medida em que o presente “não é só o contemporâneo, é também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje.” (CASTEL, 1998, p.23), permitimo-nos, inicialmente, em uma retrospectiva histórica, esboçar o processo de estruturação deste presente construído no movimento dialético de rupturas e continuidades.

É fundamental compreender que a atual configuração do capitalismo, a sua nova modalidade de funcionamento deve ser pensada não só a partir de condicionantes econômicos, mas também de motivações políticas, posto que tal atuação tem sido extremamente eficaz para assegurar tanto a acumulação do capital, quanto o domínio sobre múltiplos segmentos sociais subalternizados.

O capitalismo contemporâneo tem por pano-de-fundo uma globalização - processo de integração hierarquizada de espaços nacionais - de feitio neoliberal; configuração que o inscreve, de forma singular, em um quadro de divisão social, internacional e sexual do trabalho que, mais do que nunca, alimenta-se de exclusões e discriminações sociais.

O termo globalização remete-nos à peculiar capacidade de um sistema que, perpassando os quatro cantos do mundo, transnacionalmente, integra territórios, intensifica e acelera a circulação de mercadorias, capitais, idéias e informações. E, sob a chancela do neoliberalismo, faz emergir uma reestruturação produtiva que introduz

significativas modificações, não só no processo produtivo, mas no conjunto das relações sociais.

O novo paradigma produtivo, em um “*aggiornamento*” do mitológico “decifra-me ou devoro-te”, insta seus estudiosos a debruçarem-se sobre as categorias conceituais trabalho e classes sociais, hoje, pomo de discórdia entre as diferentes linhas da Sociologia do Trabalho.

Pretendemos, dada a relevância da questão, tecer algumas considerações a respeito do lugar do trabalho e da identidade dos sujeitos que nele se inserem, no panorama da sociedade contemporânea. Nesse sentido, pontuaremos alguns elementos, de diferentes sistemas analíticos, que contribuem para elucidar nossas dúvidas e esclarecer nossos questionamentos, auxiliando-nos a responder às indagações que dirigimos a nosso objeto de pesquisa.

1.1 As metamorfoses do Sistema de Produção Capitalista

O capitalismo é sistema “camaleão”, capaz de assumir múltiplas formas para preservar-se e garantir a continuidade do processo de acumulação de riqueza; passa, historicamente, por modalidades diferenciadas de organização, seja em nível econômico-produtivo, seja em nível sócio-político. Sua gestação, em meados do século XVI, dá-se em ventre mercantilista, sob forte intervenção do Estado na economia para, assim, proteger mercados internos e expandir o comércio internacional através de práticas monopolistas.

A seguir, no alvorecer do século XIX, atendendo às necessidades de um processo de industrialização que se chocava contra barreiras protecionistas e clamava por um *laissez-faire*, ganha feição liberal. A economia passa então a ser regulada pela lei da oferta e da procura, não cabendo, ao menos explicitamente, ingerência estatal em sua dinâmica. "O papel do Estado é garantir que o jogo dos interesses possa expressar-se livremente." (CASTEL, 1998, p.233).

O termo “liberal” que, equivocadamente, pode remeter-nos ao homólogo vocábulo "liberdade" é, na verdade, correlato do termo burguês, que pressupõe coercitiva competitividade e autoritário concentracionismo. Tais tendências materializaram-se nas últimas décadas do século XIX, "como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral" (LENINE, 1979, p.641), já que o jogo liberal expressa uma disputa desequilibrada, sem árbitro, na qual vence o mais forte, vence quem puder mais, quem mais possuir.

No texto clássico de 1916, escrito sob censura czarista, Lênin analisando o estágio capitalista do "imperialismo", destacava dentre seus traços mais marcantes, o caráter monopolista, a concentração da produção e do capital, a hegemonia da oligarquia

financeira e a ganância territorial neocolonialista; características que fatalmente conduziram à formação de gigantescos conglomerados econômicos de atuação transnacional. As bases econômicas instituintes do capitalismo imbricam-se, pois, às clivagens políticas de um processo profundamente expansionista.

Muito antes, nos idos de 1848, Marx e Engels anteviam, em tom quase profético, a trajetória desse sistema produtivo que, em virtude de suas características intrínsecas, seria incessantemente impelido pela necessidade crescente de novos mercados, a estender seus tentáculos por todo o globo, imprimindo caráter cosmopolita à produção e dela retirando sua base nacional.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais... Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma... Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. ([s.d], p.24).

É importante, ainda, frisar que a exacerbada concorrência e a tendência à concentração apresentam também uma face armada que se explicita para além dos limites do mercado. O potencial belicoso de Estados Nacionais que intensificaram ações pelo domínio de áreas de influência, inexoravelmente se concretizou, fazendo o mundo padecer sob muitos conflitos armados, dentre os quais as sangrentas I e II Guerras Mundiais, respectivamente, entre os anos 1914 a 1918 e 1939 a 1945.

O mundo que emerge do pós-guerra apresenta uma série de transformações econômico-político-sociais, dentre elas, o estabelecimento de uma nova ordem, que se caracterizou por instável equilíbrio de forças entre países capitalistas e socialistas. O

socialismo - que se colocara como alternativa concreta desde a Revolução Russa de 1917 - ganhou maior vulto com a constituição de um bloco que passava a integrar a Polônia, a Tchecoslováquia, a Alemanha Oriental e todos os países balcânicos, exceto Grécia.

Delinearam-se novos pólos de poder: a posição hegemônica, até então ocupada pela Europa Ocidental, biparte-se entre a União Soviética e os Estados Unidos, que emergem como nação mais poderosa do mundo; cada qual, liderando um grupo de países que passam a vivenciar as graves tensões da Guerra Fria.

Um espectro efetivamente rondava o sistema capitalista que já não mais personificava a única alternativa possível de organização societária; países capitalistas, além de assistirem ao crescimento de partidos comunistas em vários Estados europeus e ao avanço da luta pelo socialismo em diversas nações, defrontavam-se, internamente, com a ascensão do movimento de trabalhadores, das lutas e reivindicações operárias.

No decorrer de quase todo o século XX, o sistema produtivo esteve organizado sob moldes Taylorista/Fordista, e voltado para a produção em massa, em série, de mercadorias, sob cronômetro regulador dos tempos e ritmos de trabalho. Fez surgir um trabalhador coletivo, apêndice fragmentado da máquina que se despidia da identidade laboral cunhada nos ofícios, nos afazeres artesanais e manufatureiros, viu-se reduzido ao papel de executor de tarefas parcelares planejadas por dirigentes e administradores.

Entrementes, a aglutinação de trabalhadores nas fábricas, posicionados ao longo de uma esteira, em estreita conexão e sincronia de gestos produtivos, não poderia ter deixado de apresentar efeito rebote; gerou outra forma de sintonia, indesejada pelo capital: uma identidade de projetos, que levou à articulação dos operários, que os conduziu a lutas e a movimentos reivindicatórios.

Harvey considera como marco simbólico inicial do fordismo, o ano de 1914, data em que “Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no

ano anterior em Dearborn, Michigan.” (HARVEY, 2001, p.121). Mas, observa que a implantação do processo foi muito mais complexa, posto que Ford, de forma muito criativa, revitalizava tecnologias e princípios organizacionais preexistentes.

O novo método de trabalho afirma-se nos anos 20 e 30 do século XX, momento em que os trabalhadores são capazes de oferecer resistência à exploração e têm força atuante, sobretudo no espaço sindical. Em alguns países europeus, diante da necessidade de conter a combatividade proletária e estabilizar o capitalismo, as práticas tayloristas/fordistas articulam-se, macroeconomicamente, a políticas econômico-sociais Keynesianas⁹.

Visando a contraporem-se à alternativa socialista, tais países instituíram uma nova estrutura estatal, gestora de políticas sociais que, dialeticamente, tanto podem ser consideradas como conquistas do movimento operário, quanto em um viés gramsciano, podem apresentar-se a nós como concessões feitas por Estados burgueses que, sob pressão, no intuito de assegurarem-se sobrevida, exercitaram a política de “dar os anéis para não perder os dedos”.

Os Estados-providência, estruturados após a II Guerra Mundial, mostraram-se mais atentos às necessidades e demandas dos trabalhadores; incorporaram propostas socializantes, buscaram estabelecer um novo contrato, “de compromisso”, entre capital e trabalho para, através de medidas previdenciário-assistencialistas, arrefecer os ânimos contestatórios dos trabalhadores e circunscrever seus projetos aos limites da organização capitalista da sociedade.

⁹ O economista britânico John Maynard Keynes (1883 -1946) defendia a intervenção dos governos na economia, através de gastos em obras públicas e auxílios para aumentar a demanda agregada. O keynesianismo foi um dos pilares teóricos das práticas direcionadas à construção dos Estados de bem estar social que, progressivamente, perderam vigor à medida que o neoliberalismo avançou.

O *Welfare State*, habilmente, ganhou forças ao escorar-se em trabalhadores cooptados que faziam das reivindicações econômicas seu objetivo prioritário e relegavam a plano secundário as lutas por mudanças político-sociais, fato que contribuiu sobremodo para o refluxo do sindicalismo combativo. Essas práticas social-democratas, acabaram resultando, como não poderia deixar de ser, em relativa distribuição de renda e em condições de vida menos aviltadas para os segmentos sociais subalternizados.

Mas, o Estado-providência não deixava de expressar, apesar das novas roupagens, uma forma de capitalismo, uma forma particular do sistema de produção de mercadorias que objetiva obter lucros e o faz por meio da apropriação de trabalho alheio. Ou seja: a contradição entre a sede de lucro e algum laivo retributivista, cedo ou tarde evidenciaria os estreitos limites das políticas de bem-estar social.

Assim, nos anos 80 e 90 do século XX, quando o sistema capitalista já se sentia, por uma série de fatores, mais senhor da situação, ele vai abandonando tal *performance*. Dentre os fatores que contribuíram para tranquilizá-lo, elencamos o crescimento da representação político-partidária conservadora na Europa, o descenso do movimento operário-sindical que se retrai acossado pelo fantasma do desemprego mormente a partir da aguda recessão internacional de 1973, e o desmonte do bloco socialista pós 1989.

À vista disso, o capitalismo arquiteta uma nova estratégia de controle social e de acumulação que, diga-se de passagem, foi providencial, porque as concessões anteriormente feitas também começavam a reverter em queda da taxa média de lucro, tornando-se contrárias aos interesses do capital, cuja dança passava a requerer outro ritmo.

No epicentro de uma crise estrutural delineada em contexto mundializado, o capitalismo, mais do que nunca sem fronteiras nacionais, assume uma nova configuração, passando a apresentar perfil neoliberal.

As várias leituras sociológicas do fenômeno em tela evidenciam as controvérsias políticas e epistemológicas que lhes são subjacentes, especialmente quanto à questão de configurar-se o atual paradigma produtivo e societário, como continuidade ou ruptura do precedente. Apesar de suas peculiaridades, a globalização seria o velho imperialismo em nova roupagem, ou um modelo *sui generis* de desenvolvimento econômico - social?

Entendemos que, malgrado as singularidades que por certo apresenta, a forma atual do capitalismo estaria contida, embrionariamente, em uma primordial essência capitalista. Seria a germinação da possibilidade latente, ou em outras palavras, a atualização da substância capitalista. O fato de admitirmos tal continuidade não implica em descartarmos rupturas circunstanciais, mesmo porque nenhum processo histórico pode ser pensado, de forma mecânica, como resultante exclusivo de mudanças ou de permanências.

Ianni (1997) evoca o dialético movimento ao definir a globalização como um processo de desterritorialização de coisas, gentes e idéias, eivado de contradições, atravessado por movimentos de integração/fragmentação, e marcado por desigualdades/antagonismos entre os espaços locais, regionais, transnacionais e globais.

O novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo, organizado segundo o paradigma neoliberal, alimenta-se de novas tecnologias, de reengenharia produtiva, de nova divisão internacional do trabalho. Descortina um período no qual se desenham novos pólos de poder, novos blocos geopolíticos, no qual é patente o poderio de grandes conglomerados transnacionais em incessante movimento de fusão e em que, não raro, poder e governo encontram-se dissociados, haja vista a existência de Estados nacionais que salvo honrosas exceções, tornam-se correias de transmissão dos interesses da sociedade global.

Embora a globalização possa apresentar-se a nós como um processo irreversível, vale questionar se o seu atual feitio, de cunho neoliberal, é o único possível. Poder-se-ia

indagar se tal modelo - que nos exhibe o triste espetáculo de nações curvando-se às diretrizes de mega-empresas que fazem às vezes de instituições estatais - seria um caminho inexorável, ou se não caberiam projetos alternativos que reafirmassem as soberanias nacionais, garantissem o desenvolvimento econômico-social da maioria da população e delineassem uma outra forma de globalização, que não tivesse como norte o capital, mas a emancipação do ser humano.

As teorias neoliberais, anti-keynesianas, que embasam a globalização hoje existente, foram gestadas nos idos de 1947, em reunião na Suíça, e corporificadas na velha Sociedade Mont Pèlerin. Só recentemente ganharam força e foram efetivamente entronizadas, no último quartel do século XX. Não deve ter sido obra do acaso terem sido, os grandes expoentes do pensamento neoliberal - Friedrich Hayek, Milton Friedman e Robert Lucas, agraciados com o prêmio Nobel de Economia nos anos de 1974, 1976 e 1995, respectivamente.

O novo ideário preconizava, é mister frisar, privatizações, desestatização da economia, flexibilização de relações de trabalho e da legislação trabalhista, e compressão de políticas sociais.

Embora, a exemplo do velho liberalismo, tenha recomendado a mão livre do mercado e um Estado mínimo, não se pode olvidar que os centros hegemônicos são protecionistas com seus próprios mercados, que os grandes conglomerados econômicos atuam no rastro de planejado e preciso sistema operacional e que os Estados mínimos são máximos no autoritarismo das decisões unilaterais e na repressão a movimentos de oposição à ordem vigente. Em decorrência disso, assistimos tanto ao aumento da desigualdade entre países "ricos" e "pobres", quanto à ampliação do contingente de "excluídos" sociais no interior de cada país.

A redução das práticas sociais e das políticas públicas, aliada à reengenharia e tecnificação poupadoras de mão-de-obra, abriram um amplo leque de exclusão social. Ou

seja: ampliou-se o número de desempregados, de subempregados que, desprovidos do guarda-chuvas de um Estado-providência, não tinham onde se abrigar. Mundializou-se a miséria e, no rastro dela, vieram a escalada da violência e da criminalidade, o recrudescimento de conflitos étnico-raciais, a degradação da qualidade de vida e grave crise ambiental.

Segundo dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em 1996 já contávamos com cerca de um bilhão de desempregados espalhados pelo globo. Relatório da ONU sobre a pobreza mundial, divulgado em outubro de 1998, apontou a existência de 1,3 bilhão de pessoas sobrevivendo com menos de um dólar por dia¹⁰, quantitativo que representa um terço da população dos países “em desenvolvimento”.

Nesse quadro inclui-se o Brasil que, conforme a PNAD de 1997, de seus cerca de 70 milhões de trabalhadores, apresentava 14 milhões percebendo até um salário mínimo e outros 14 milhões ganhando de um a dois salários mínimos. O Ministério do Trabalho constatava, em finais de 1998, que desde a implantação do Plano Real, em 1994, elaborado em parceria com entidades representativas do grande capital internacional, já houvera o fechamento de 755 mil empregos formais.

Referimo-nos a um processo de desemprego que é tanto conjuntural - de caráter quase cíclico, mas episódico - quanto estrutural, porque como vimos, resultante de mudanças tecnológico-organizacionais que possibilitaram o aumento da produção, mesmo com o enxugamento do efetivo de trabalhadores.

As novas estratégias empresariais que nascem impulsionadas por duplo objetivo - manter-se no páreo da concorrência capitalista e aprimorar o controle sobre os trabalhadores, impactaram economias regionais e locais, a exemplo de Franca, que, em

¹⁰ Pelos critérios da ONU - Organização das Nações Unidas a pessoa que vive com menos de US\$ 1/dia, encontra-se abaixo da linha de pobreza. No Brasil, o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - fixa a linha da pobreza em R\$ 2/dia.

que pese os sinais de recuperação, passíveis de serem observados a partir de 2000, traz ainda as cicatrizes do abalo anteriormente experimentado.

Enquanto economia monoprodutora, centrada na produção calçadista, Franca perdeu competitividade no mercado mundial, onde muitas empresas, graças à prática de *dumping* social¹¹, colocavam produtos a preços imbatíveis. No melindroso jogo econômico-financeiro, a cidade também saiu prejudicada com a sobrevalorização cambial e não teve como voltar seus olhos para um mercado interno abarrotado de similares importados e despido de compradores. Não que estes inexistissem ou estivessem desinteressados; encontravam-se, sim, apesar de suas necessidades, impossibilitados, em termos monetários, de satisfazê-las, e/ou atender aos apelos mercadológicos.

Uma generalizada queda de poder aquisitivo - decorrente do arrocho salarial, do aumento do desemprego, do subemprego e da precarização das relações de trabalho - fazia com que, desafiando as necessidades de consumo da população, os estoques de mercadorias permanecessem intactos nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais.

Em meados dos anos 1960 e início da década de 1970, em meio a uma crise de abrangência internacional - com repercussões em nível local, regional e nacional, torna-se patente que a combinação Fordismo/Taylorismo e Keynesianismo, por si só, seria incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

No quadro de um inadiável reajustamento político-social e de uma premente reestruturação econômica, que se redefinem nas décadas de 1970 e 1980, novos paradigmas produtivos - mais flexíveis - são introduzidos e, dentre estes merecem destaque as práticas toyotistas de gestão do trabalho e da produção¹².

¹¹ O *dumping* social refere-se à prática, através da qual, ganha-se competitividade no mercado, em virtude do baixo custo da mão-de-obra. No final de 1997 o custo médio da hora-trabalho na Alemanha orbitava em torno de US\$ 25,00, enquanto no Brasil era cerca de US\$ 3,00 e na China ficava em US\$ 0,50.

¹² O Toyotismo é também denominado Ohnismo, por ter sido introduzido na fábrica Toyota no Japão de pós II Guerra Mundial, pelo engenheiro Ohno.

O toyotismo consiste em um conjunto de procedimentos e de técnicas organizacionais que logram ajustar de forma versátil a produção a um mercado mutante e instável. Vale-se, dentre outras ágeis práticas, do JIT ou *just in time* - produção regulada pela demanda - e do sistema kanban, que permite a operacionalização do JIT, via placas de reposição de peças e cartões de registro da quantidade da produção por setor, procedimento que garante estreita sintonia entre produção e mercado. Utiliza-se também de mecanismos de controle de qualidade e do trabalho em “células” ou grupos de produção, nos quais, operários “polivalentes” desempenham, articuladamente, várias tarefas simples e repetitivas. Tais procedimentos garantem controle mais efetivo tanto do produto quanto do produtor.

O esquema participativo, envolvente, e manipulatório, centrado na produtividade e qualidade, harmoniza-se à perfeição com a lógica neoliberal, na medida em que busca se apropriar não apenas do tempo do operário, de seu corpo traduzido em minutos, mas da alma de um trabalhador, que sob o rótulo de parceiro, é cooptado. As premiações por desempenho e assiduidade, adotadas por muitas empresas, resultam em elevação da produtividade, mas também em um alto índice de *stress* no quadro funcional.

O modelo fordista/taylorista, utilizado na fabricação em massa de bens padronizados, em linha de montagem é, assim, substituído por modelos mais flexíveis de produção, ou mais comumente, passa a com eles coexistir, em um regime misto que combina diferentes sistemas operacionais e inclusive revitaliza formas antigas e tradicionais de trabalho como estratégia de produtividade.

Na verdade, taylorismo e toyotismo não podem ser tomados como tipos ideais, uma vez que tais métodos aparecem nuançados conforme as necessidades específicas das empresas que deles se utilizam e que segundo exigências pontuais, valem-se de adaptações e de combinações singulares. Revitalizam, inclusive, velhas formas de gestão

do trabalho, que são renovadas segundo uma estratégia de produtividade criteriosamente traçada para garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista.

Para entender a essência dos novos regimes de acumulação e sistema de regulamentação é preciso inseri-los no quadro da lógica do capitalismo. É preciso, segundo Harvey (2001), situá-los, na dinâmica do fluxo de relações interiores do capitalismo como um todo que, mesmo não apresentando uma única e imutável configuração, objetivam sempre a extração de mais-valia no processo produtivo e o controle dos sujeitos sociais que trabalham.

São instituintes do, hoje hegemônico, sistema capitalista, repetimos, três formas articuladas de divisão do trabalho - internacional, social e sexual que, imbricadamente, moldam a utilização de métodos e técnicas de produção, de forma a melhor contemplar seus propósitos de lucratividade e regulamentação.

Em termos da divisão sexual do trabalho, vale repisar também que, embora as relações sexuais de trabalho antecedam a organização capitalista da sociedade, o capitalismo delas se utiliza para potencializar a exploração do trabalho. Até mesmo as relações de mulheres e homens com as técnicas são distintas, daí a necessidade de uma abordagem sexuada da tecnologia e das formas de gestão do trabalho.

Hirata, em pesquisas comparativas realizadas no Brasil, na França e no Japão detecta que a mão-de-obra feminina é mais largamente utilizada em funções organizadas conforme princípios tayloristas, posto que subjacentes a estes há um grau de coercitividade e de autoritarismo, a que mais facilmente as mulheres acabam se submetendo, em virtude de um processo de socialização diferenciado que as preparou para a aquiescência.

A determinação exata da *quantidade* de tempo jamais pode ser tão coercitiva e autoritária para os homens: eles não foram educados desde a infância para obedecer, aceitar e se submeter; as técnicas tayloristas, longe de serem *neutras*, utilizam e reforçam a divisão sexual existente tanto dentro da empresa quanto na sociedade. Os métodos tayloristas, quando extorquem o rendimento da mão-de-obra feminina, beneficiam-se do aprendizado das jovens relativo à

habilidade manual, à meticulosidade, à diligência, qualidades adquiridas em primeiro lugar na família mas, em seguida, cultivadas nas próprias fábricas japonesas. (HIRATA, 2002, p.31).

Desta feita, vale tudo para contemplar os objetivos da engenharia de produção: diminuir a porosidade da jornada de trabalho e acelerar o ritmo de produção.

Sob o paradigma da acumulação flexível, imbricam-se, pois, os dois eixos nucleares do capitalismo: o econômico - na forma de incessante busca da produtividade e da lucratividade, à custa da exploração da força-de-trabalho - e o político, na forma de estratégias de domínio e controle dos trabalhadores, que viabilizam sua espoliação.

As novas relações humanas nascem sob o signo da erosão da sociedade do pleno emprego que se alicerçava sobre trabalho regular e seguridade social; o novo modelo traz a marca da instabilidade, dos contratos temporários de trabalho, das cargas horárias variáveis e do desempenho simultâneo de atividades diversificadas.

Tais traços, velhos conhecidos dos desempregados e subempregados de outras eras, bem como da parcela feminina da PEA, agora, generalizam-se.

O sociólogo alemão Ulrich Beck utiliza, com pertinência, os termos "feminilização" e "brasilização" do trabalho, ao referir-se à “modernização reflexiva”, ou “sociedade de risco”, que na sua ótica, representaria a transposição de uma primeira modernidade - marcada pelo pleno emprego, pelo trabalho regulamentar, pelas linearidades e localidade na produção e pelo acesso à rede previdenciária - para uma segunda modernidade, caracterizada pelo trabalho temporário, flexibilizado, pluralizado, sem seguridade social, na qual um dos pilares seria, justamente, a multiatividade do trabalho feminino. (Folha de São Paulo, 23 maio 99, 5º Caderno: Mais, p.4).

Na medida em que as práticas neoliberais, valendo-se de mecanismos de flexibilização e desregulamentação do trabalho, fragmentam e fragilizam a classe

trabalhadora, introduzem, não há como negar, novos e refinados mecanismos de controle social do trabalho.

A visão individualista alimentada pela lógica da competência ou “*meritocracia*” (CHINALI, 1997, p.19), que é estimulada pelo modelo de acumulação flexível, contribui para quebrar a solidariedade de classe dos trabalhadores. Alicerçada na crença de que sucesso ou fracasso é resultante exclusivo de maior ou menor competência pessoal, procura convencer que o crescimento da exclusão social deve ser creditado aos próprios excluídos. Faz-se até mesmo apologia da desigualdade, tomada como pretensa força emuladora que estimularia saudável competição, alavancando a produtividade.

Em uma taxinomia perversa, o mecanismo ideológico da “*meritocracia*” classifica os seres humanos em duas categorias básicas: os incluídos, porque capazes, e os excluídos, porque incompetentes. O desempenho na produção, a postura de cooperação, a capacidade de “vestir a camisa da empresa” seriam os passaportes para um êxito que é tido como de natureza exclusivamente pessoal.

Dentre os edulcorados procedimentos que contribuem para a introjeção dos processos de dominação e exploração, há que se considerar também, as práticas de relações humanas implementadas por empresas que incluem atividades de relaxamento, orações coletivas, ginásticas e exercícios para descontração. Embora elas, explicitamente, objetivem a humanização das condições de trabalho, mais servem aos empregadores, porque acabam reforçando a sujeição dos empregados pelos laços de afeto e reconhecimento e porque o bem-estar dos trabalhadores reverte em maior produtividade, fonte certa de lucros.

Outro fator que reforça a sujeição dos trabalhadores é a pressão sobre eles exercida pelo contingente - em plena expansão - de excluídos, de desempregados, de subempregados. Eles não ignoram que, face à intensa rotatividade do mercado de

trabalho, essa vasta gama de pessoas disponíveis pode vir a ser convocada, a qualquer momento, para substituí-los nos postos de serviços que momentaneamente ocupam.

Ampliam-se também, como estratégia produtiva as formas de subcontratação, a utilização de mão-de-obra terceirizada, a apropriação de trabalho doméstico, de trabalhadores que, pulverizados, perdem de vista o sentido coletivo de seu trabalho e, conseqüentemente, a consciência de sua própria inserção em uma classe social ou categoria profissional.

Estava correto Harvey, ao afirmar que

O capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica... (HARVEY, 2001, p. 150-151).

Já ressaltamos que a reestruturação produtiva modifica não apenas os processos de trabalho, mas também as relações humanas que, a partir deles, são estabelecidas alterando, em um crescendo, o conjunto das relações sociais.

As considerações que vimos tecendo, inevitavelmente conduziriam, como anunciamos, à problemática do trabalho e das classes sociais. Para prosseguirmos, é imprescindível uma reflexão sobre tais categorias conceituais que serão abordadas no item subsequente. Mas, já as introduzindo, queremos, inicialmente explicitar nosso percurso: partimos da concepção marxiana da natureza infra-estrutural do trabalho e do caráter classista das relações sociais e adentramos, a seguir, pelas críticas aos paradigmas clássicos de análise da sociedade, tecidas por contemporâneos expoentes da Sociologia do Trabalho.

Pensamos que *mutatis mutandis*, não seria anacrônico valer-se, ainda hoje, do velho instrumental analítico marxista, que confere centralidade ao conflito entre classes sociais, nesse novo mundo do trabalho, tão modificado. Mas, é claro que para contemplar a multiplicidade das relações que compõem a presente realidade social, não há como

desconsiderar as outras formas de opressão/ exploração, tais como as de gênero e de raça/etnia que não foram priorizadas na análise marxiana.

Poderíamos, inclusive, questionar até que ponto as teorias que hoje negam centralidade à categoria “classes” - face à pluralidade de agentes, sujeitos, segmentos integrantes da trama das atuais relações sociais - não contribuiriam, na verdade, para escamotear contradições que continuam a existir entre capital e trabalho e, para aumentar ainda mais a fragmentação e, conseqüente, fragilização dos trabalhadores¹³.

¹³ Pudemos observar que, enquanto representantes do sindicato dos sapateiros reafirmam a identidade de classes, membros do sindicato patronal negam-na, tipificando-a como anacronismo. Não travariam os diferentes discursos, simbolicamente, no campo verbal, uma luta de classes?

1.2 Trabalho e classes sociais: categorias controversas

Para analisarmos os impactos da reestruturação produtiva sobre a divisão sexual do trabalho na indústria calçadista de Franca utilizamos, de forma articulada, as categorias **classes** e **gênero** - relações sociais que, enfatizamos, expressam uma hierarquia de poder, uma estrutura de dominação e exploração. Não poderíamos proceder de outra forma, uma vez que focalizamos nesta pesquisa uma mulher operária.

O conceito de classes sociais não foi consensual nem mesmo na Sociologia clássica, apesar de suas diferentes linhas terem em comum o paradigma de uma sociedade centrada no trabalho e regida por sua racionalidade.

Marx (1985) distinguia, no conjunto dos sujeitos sociais, três grandes grupos que teriam sua identidade de classe definida a partir da posição ocupada, por cada qual, no processo produtivo; cuja situação social derivaria da natureza das rendas e fontes de rendas. Seriam os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras que viveriam respectivamente do salário, de lucro e da renda fundiária.

Engels, (MARX e ENGELS, [s.d.]) em nota à edição inglesa de 1888, do Manifesto do Partido Comunista, refere-se, de forma mais polarizada - talvez por focalizar um contexto urbano - a apenas duas grandes classes sociais: burguesia e proletariado. A primeira seria constituída pelos proprietários dos meios de produção que se apropriam do trabalho assalariado, a outra, integraria os proletários, os trabalhadores desprovidos de meios de produção que para sobreviverem, vendem sua força de trabalho, mediante um salário.

Ou seja: seriam sujeitos constituídos infra-estruturalmente, a partir do lugar ocupado no espaço produtivo caracterizados em função de suas condições materiais de

existência. Destas derivariam os traços subjetivos do ser social. Assim, o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e espiritual em geral. Vale lembrar o proverbial "não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência." (MARX, [s.d.], p.301).

Weber (1971), outro ícone da Sociologia clássica, caracteriza classe social como um conjunto de pessoas que têm oportunidades de vida semelhantes, decorrentes de interesses econômicos comuns na posse de bens e oportunidades de rendimentos, o que a vincularia a uma forma específica de participação no mercado, tanto de produtos quanto de trabalho. As classes, em uma perspectiva weberiana, teriam, sim, um substrato econômico conferido pela posição ocupada no processo produtivo, mas na verdade, elas só se realizariam efetivamente na fruição de bens de consumo.

Durkheim (1983), não contempla em seus textos a problemática de classes sociais, posto não ser esse o foco da sua leitura funcionalista da sociedade. Mas, em suas análises não deixa de levar em conta a relação: sujeito social - instância produtiva, na medida em que credita ao "grupo profissional" a responsabilidade de assegurar a continuidade da vida econômica, a partir do momento em que a sociedade doméstica deixa de desempenhar tal função.

Para o criador da Sociologia científica, os agrupamentos profissionais incumbidos das tarefas de produção dos bens requeridos por uma sociedade não anômica, em gozo dos benefícios econômicos e morais de uma solidariedade orgânica alicerçada sobre a divisão do trabalho social, atuariam em moldes corporativistas, colocando-se acima de quaisquer antagonismos e contradições.

Essas controvérsias epistemológicas acerca das classes sociais acirraram-se a partir da metamorfose promovida pelos atuais processos produtivos que, organizados sob a égide da globalização neoliberal, complexificaram a questão. A multiplicidade de

segmentos sociais que, de formas diferenciadas hoje ocupam os espaços do mundo do trabalho, dificulta uma caracterização mais precisa.

Na verdade, a discussão de classes sociais decorre do abissal questionamento acerca do lugar do trabalho nas sociedades contemporâneas. Na introdução desta tese, já apresentamos *en passant*, o posicionamento de alguns representantes da Sociologia do Trabalho, a exemplo de Offe, Gorz, Kurz, Castel, Antunes e Hirata, cujas elaborações teórico-conceituais, que ora observaremos mais atentamente, muito contribuíram para as nossas reflexões.

Se neste capítulo partimos das tradições clássicas da Sociologia, voltamo-nos, agora, para autores de nosso tempo. Inicialmente, Claus Offe, que critica a conotação de “pedra angular da sociedade”, dada pelos clássicos, ao trabalho.

O modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim - configurando uma clara identidade, apesar das divergências na abordagem metodológica e nos resultados teóricos. O que temos a indagar é se hoje ainda podemos sustentar essa posição com todo o cuidado designada como 'materialista' - dos clássicos do pensamento sociológico. (OFFE, 1989, p.14).

Offe considera que a esfera da produção e do trabalho perdeu potência como determinante da estrutura e desenvolvimento sociais. Sua proposição fundamenta-se no fato de ter o trabalho, empiricamente falando, conhecido diferenciação interna de tal monta, que lhe teriam sido subtraídos atributos unificadores, quais sejam: a dependência da força de trabalho da atividade remunerada; a submissão ao controle de relações de autoridades empresarialmente organizadas; o risco permanente de perda das oportunidades de trabalho; a atuação de grandes entidades sindicais; um orgulho coletivo oriundo da valorização do trabalho como “fonte de toda riqueza e de toda cultura.” (OFFE, 1989, p.20).

A perda de tais predicados invalidaria, na sua concepção, quaisquer construções conceituais que tendessem a engessar nas tramas de rígidas teorias a diversidade das

formas de trabalho. Pondera que "mesmo abstraindo-se da multiplicidade empírica das situações de trabalho, não mais se pode falar de uma unidade fundamental, de um tipo de racionalidade organizando e regendo todo o trabalho". (OFFE, 1989, p. 24).

Pontua, por conseguinte, que em um universo empírico pulverizado, fragmentado, gerido por lógicas diversas, o trabalho perde sentido estruturante e deixam de ter primazia, também por conta da ampliação de tempo do "não - trabalho", os conflitos sociais originados na esfera da produção.

Para Offe, as novas engenharias organizacionais e a crescente utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra, aumentaram, voluntária ou compulsoriamente, a parcela do tempo livre, não dedicado ao trabalho, na vida das pessoas, no qual diferentes experiências, orientações e necessidades teriam se tornado determinantes, restando o trabalho como um elemento, dentre outros, e tendo tido relativizada a sua função enquanto ponto de referência para a construção das identidades pessoal e social. Observa que mesmo nas sociedades capitalistas do ocidente têm predominado conflitos sociais e políticos que transpõem os limites da contradição entre o trabalho e o capital, o que levaria a pensar na preponderância de "uma situação mesclada, onde frentes de conflito referidas ao trabalho se cruzam com outras frentes de conflito não referenciadas ao trabalho..." (OFFE, 1989, p. 17).

Dessa forma, novos personagens sociais teriam ganhado destaque, daí a necessidade de atentar para as múltiplas variáveis que particularizam os trabalhadores, uma vez que

A pesquisa social aplicada nas sociedades industriais capitalistas (...) também busca seus temas cada vez mais nas estruturas sociais parciais e nas esferas específicas da ação social, localizadas nas bordas ou mesmo à margem da esfera do trabalho, isto é, em áreas como a família, os papéis dos sexos, a saúde, o comportamento divergente. (OFFE, 1989, p.18).

Não há como negar a existência, hoje, de uma multiplicidade de agentes de lutas que se contrapõem às inúmeras faces da opressão e objetivam solucionar problemas específicos, porém, pensamos que a controvérsia acerca da primazia de um sujeito histórico privilegiado ou de sujeitos históricos plurais à frente dos movimentos e lutas sociais, os questionamentos quanto à nova dimensão do social que suscita, têm caráter não só epistemológico, mas também político.

Têm mérito os autores que, tal qual Offe, recusando-se a engessar a dinâmica da realidade histórica em invólucros paradigmáticos abstratos e generalizantes, realizam a imprescindível tarefa de contemplar a concretude social.

Mas, arriscamos algumas ponderações: pensamos que Offe, ao apontar as limitações das análises que procuram unificar uma multiplicidade de formas empíricas de situações de trabalho, através de algum fundamento substancial, de alguma racionalidade única, descarta - o que consideramos questionável - a possibilidade de uma mesma lógica de valorização do capital ser capaz de comandar esse multifacetado universo do trabalho, que tanto se utiliza de mão-de-obra qualificada quanto desqualificada, que ora opta por um núcleo central de trabalhadores estáveis e ora faz valer o *turn over* de um contingente instável e periférico de trabalhadores com os quais são estabelecidos os mais inusitados vínculos.

Perde força o argumento de lógicas duais ou múltiplas regendo o sistema, quando consideramos que o capital termina por se apropriar, como efetivamente o faz, dos bens e serviços produzidos através de formas atípicas de trabalho que se realizam na informalidade, que acontecem nas unidades domésticas, ou mesmo nas entidades compulsórias - tais como as prisões - ou que resultam de atividades clandestinas, de natureza semilegal ou criminalizada.

O capitalismo cria e recria as formas de trabalho que lhe convêm, excluindo ou incluindo as que melhor correspondam ao aumento da produtividade e dos ganhos. É a

mesma sede de lucro e produtividade que, no caso pontual da indústria calçadista, tanto perfila trabalhadores ao longo da esteira, na linha taylorista/fordista de produção, quanto os agrupa em células toyotistas de trabalho. É a mesma ânsia de acumulação que faz a fábrica valer-se da terceirização e entregar peças para serem confeccionadas em domicílios, em cadeias públicas, ou em microunidades produtivas.

Offe, sem dúvida, atenta para uma realidade social concreta ; focaliza variáveis que precisam ser observadas e especificidades que tendem a ser desconsideradas nas análises generalizantes. Se nesta pesquisa focalizamos o trabalho sob a perspectiva de gênero, assim procedemos, justamente por também considerarmos insuficientes tais análises generalizantes; na medida em que existe diferenciação sexual nas condições de trabalho na fábrica, pensamos ser preciso dar visibilidade a elas.

Mas as especificidades do trabalho, sua presente configuração multifacetada, para nós, não o torna, como quer Offe, menos relevante socialmente, posto que as pessoas continuam dependendo da remuneração, dele auferida, para sobreviverem em uma sociedade que apresenta caráter mercantil e monetarizado.

Vivemos em um espaço de circulação de mercadorias, bens, serviços, produzidos todos, por trabalho humano, independentemente de sua configuração; não importando se mais ou menos mecanizado, se mais ou menos qualificado, se mais ou menos estável. Em quaisquer circunstâncias, seja qual for o grau de tecnificação do sistema produtivo, os bens e serviços, em última instância, provirão das mentes e das mãos do ser humano. Além do mais, para adquiri-los e deles usufruir, é preciso que se tenha poder aquisitivo, o que em geral resulta dos ganhos obtidos através do próprio trabalho ou da apropriação de trabalho alheio.

Um dos argumentos utilizados por Offe, para demonstrar a perda de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea que para Antunes (2001, 1997) não se sustentaria - refere-se ao fato deste estar, crescentemente, acontecendo fora da esfera

institucional do trabalho formal e contratual. O trabalho, pensamos, não deixa de ser trabalho, não deixa de cumprir sua função social de criador de bens e serviços, por acontecer na informalidade e/ou sob formas atípicas.

Outra questão levantada por Offe, diz respeito ao predomínio, que considera hoje haver, dos movimentos e conflitos políticos originados fora da esfera da produção, dentre estes, os que se organizam sob as rubricas: paz e desarmamento, relações de gênero, proteção das condições naturais de vida, direitos humanos e de cidadania, minorias sociais.

Na verdade, é difícil dissociar as instâncias políticas das produtivas, posto que elas encontram-se imbricadas. Por exemplo: as relações de gênero que se caracterizam pela transversalidade, por ocorrerem tanto no espaço doméstico quanto na esfera extradoméstica da produção social, ilustram a imbricação das instâncias sócio-políticas e econômicas. O sistema produtivo delas se apropria, reproduzindo-as e potencializando-as, como instrumento auxiliar de ampliação do capital. As estruturas de poder delas se utilizam para introduzir cunhas divisórias em coletivos humanos que, fragmentados são mais facilmente dominados.

Na medida em que considera que o trabalho perdeu terreno em termos de sua materialidade estruturante, bem como subjetivamente, em seu papel estimulador das atividades dos trabalhadores e das heterogêneas atividades sociais, Offe requer das pesquisas sociológicas uma perspectiva multi ou interdisciplinar, que lhes permita apreender conceitos de estrutura e conflitos mais apropriados para descrever uma sociedade que, na sua concepção, já não se configuraria mais como "sociedade do trabalho". Advoga que, ao invés de se circunscreverem ao próprio campo de estudo, as análises sociológicas precisariam recorrer às contribuições da historiografia, da literatura, da filosofia, da política, do jornalismo para melhor entendimento dos novos campos de ação, nos quais circulam novos agentes, movidos por nova racionalidade.

Tal procedimento metodológico é, na verdade, salutar a quaisquer referenciais teóricos; é cabível tanto nas abordagens sociológicas que nos remetem ao fim da "sociedade do trabalho" quanto nas que colocam o trabalho como categoria central na organização societária. A perspectiva inter ou multidisciplinar, mais do que uma possibilidade, é imprescindível às análises que se proponham a, efetivamente, apreender a multifacetada dinâmica social.

Para Offe é elucidadora a forma como Habermas retrata o enraizamento da estrutura e da dinâmica das sociedades modernas no "choque entre os subsistemas da ação racional intencional, mediado de um lado, pelo dinheiro e pelo poder e, por outro lado, por um 'mundo vivido', que 'obstinadamente' resiste a esses sistemas." (OFFE, 1985, p.195).

Pelas trilhas de Habermas também passou André Gorz, herdeiro de um marxismo frankfurtiano, até chegar às concepções weberianas da racionalidade. Gorz aproxima-se de certa forma de Offe, quando pontua que o trabalho não tem centralidade na sociedade contemporânea, e que não se pode, hoje, atribuir potencial transformador aos sujeitos sociais constituídos a partir do processo produtivo. Embora não negue a existência de classes sociais, não as considera "portadora do futuro", porque acredita que no campo da racionalidade econômica, os trabalhadores perderam a batalha para o capital.

Ademais, as inovações tecnológicas e a reengenharia produtiva, com seu potencial poupador de mão-de-obra, estariam criando não apenas um contingente de desempregados, mas uma sociedade do tempo liberado, de pessoas livres do *tripalium*. Essa não-classe, de não-produtores, desobrigada do trabalho - para Gorz sempre heterônomo e aviltante - seria, em termos potenciais, o agente revolucionário capaz de criar uma nova socialidade.

Qualquer possibilidade de mudança passaria, pois, pelo campo político, pela ação de movimentos sociais politizados, organizados fora do espaço produtivo, na esfera

reprodutiva, do trabalho autônomo, executado como um fim em si, voltado à satisfação de necessidades, não gerador de lucros para outrem.

"A liberação dos indivíduos e da sociedade, assim como a regressão do assalariamento e das relações de mercado, passa pela preponderância das atividades autônomas sobre as heterônomas" (GORZ, 1987, p.19)¹⁴.

O novo momento estaria, assim, redimensionando as utopias.

L'utopie industrialiste nous promettait que le développement des forces productives et l'expansion de la sphère économique allaient libérer l'humanité de la rareté, de l'injustice et du mal-être; qu'ils allaient lui donner, avec le pouvoir souverain de dominer la nature, le pouvoir souverain de se déterminer elle-même; et qu'ils allaient faire du travail l'activité à la fois démiurgique et auto-poiétique en laquelle l'accomplissement incomparablement singulier de chacun est reconnu - à la fois droit et devoir - comme servant à l'émancipation de tous. De cette utopie il ne reste rien (...) Cela veut dire qu'il nous faut changer d'utopie car tant que nous resterons prisonniers de celle qui s'effondre, nous demeurerons incapables de percevoir le potentiel de libération que la mutation présente contient et d'en tirer parti en imprimant à cette mutation son sens. (1991, p.22)¹⁵.

A nova utopia só poderia ser semeada pela "não-classe de não-trabalhadores" - constituída pelos indivíduos liberados do fardo do trabalho heterônomo - porque "seu objetivo não é a apropriação mas a abolição do trabalho e do trabalhador" (GORZ, 1987, p.16). Esta, sim, não estando submetida à racionalidade econômica poderia, em seu tempo livre, criar as condições para o estabelecimento de uma nova sociabilidade.

¹⁴ Gorz define como autônoma "a atividade autodeterminada, [que] não tem como finalidade principal a troca do meu tempo contra o tempo dos outros (...) é, em si mesma, seu próprio fim quando se trata de atividades estéticas (entre os quais os jogos, inclusive os jogos do amor) ou artísticas; quando se trata de atividades produtivas, cria objetos destinados ao consumo ou à utilização das próprias pessoas que as produzem ou das que lhe são tão próximas." (1987, p10-11).

¹⁵ "A utopia industrialista prometeu-nos que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica iriam libertar a humanidade da escassez, da injustiça e do mal-estar; que iria dar-lhe, com o soberano poder de dominar a natureza, o poder soberano de determinar-se a si mesma; e que iria fazer do trabalho a atividade a uma só vez demiúrgica e 'auto-poiétique' na qual, a realização, incomparavelmente singular de cada um é reconhecida - ao mesmo tempo, direito e dever - servindo à emancipação de todos. Desta utopia não resta nada (...) Isto quer dizer que nós devemos mudar de utopia, porque enquanto permaneceremos prisioneiros desta que desmorona, permaneceremos incapazes de perceber o potencial de libertação que a mutação presente contém e de, dela tirar partido, imprimindo sentido à esta mutação". (Tradução da autora).

Poder-se-ia contrapor à leitura da contemporaneidade feita por Gorz, as exíguas possibilidades de se despontar qualquer potencial revolucionário em indivíduos que na atual organização social vêem-se liberados do trabalho. No presente contexto, tempo livre não necessariamente tem significado lazer e ócio criativo; antes, tem sido sinônimo de desumanização, de marginalização e de corrosão da cidadania.

Para Gorz, o mundo do trabalho - não só nas sociedades capitalistas mas também nas socialistas - está organizado sob os princípios da racionalidade econômica, de uma racionalidade que, levando em conta a relação custo-benefício, privilegiando a competência, a eficiência e os resultados, terminou por envolver os trabalhadores em um jogo de parceria com o capital. A reestruturação produtiva, através de seus múltiplos mecanismos, criou trabalhadores sobrecarregados e envolvidos em uma relação de quase cumplicidade com o capital, por isso, sem condições objetivas e subjetivas de a ele se contrapor. Gorz não subtrai desses trabalhadores a natureza de classe, mas também não lhes credita potencial revolucionário.

Observa que, de outro lado, o sistema produtivo teria criado uma massa de excluídos, de indivíduos que, liberados do trabalho, desfrutando de um tempo livre, poderiam escapar dessa racionalidade econômica e encontrar alternativas emancipatórias no campo político, na esfera da reprodução, no exercício do trabalho autônomo.

O que deve ser pensado é o sentido do tempo livre resultante de uma estrutural queda da demanda social do trabalho, muito diferente do tempo livre almejado pelas velhas lutas proletárias, que objetivavam diminuir o tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia, como forma de contraposição ao capital que, antagonicamente, pretendia estender ao máximo possível o tempo de trabalho, até o limite de resistência física dos trabalhadores. Os trabalhadores visavam a conquista de um tempo livre - que não implicasse em redução de ganhos e em perda de direitos trabalhistas - muito diferente

do tempo compulsória e involuntariamente liberado pelo desemprego, pelo subemprego e pelas formas precarizadas de trabalho.

Poderíamos questionar a possibilidade dessa "não-classe de não-produtores" estruturar uma nova sociabilidade estando imersa em um tempo livre regido por uma racionalidade econômica. Como ela poderia satisfazer suas necessidades de sobrevivência no espaço monetarizado do consumo, sem o poder aquisitivo que a remuneração provinda do trabalho assegura? De que lazer desfrutar se este é, quase que exclusivamente, regido por cálculos contábeis?

A "não-classe de não-trabalhadores" na atual sociedade tem se constituído sim, mas a contragosto, não por livre escolha. Prova disto é que a luta pela manutenção do emprego tem sido o carro-chefe das demandas operárias, mesmo quando tal postura implica em relegar a plano secundário as reivindicações salariais e os movimentos pela redução da jornada de trabalho.

Também as intermináveis filas de candidatos que, em um passe de mágica formam-se diante de qualquer oferta de trabalho e o freqüente desequilíbrio emocional dos desempregados têm atestado não o prazer de poder dispor do próprio tempo ou ainda o surgimento de ações que, de forma articulada, prenunciem um paradigma societário mais justo; antes, evidenciam o desejo dos desempregados de se verem excluídos da "não-classe de não-trabalhadores", e de se reintegrarem à população economicamente ativa. Vem à mente referência de Marx ao *lumpen*-proletariado, por ele caracterizado como um segmento social extremamente problemático e sem potencial revolucionário.

Para Gorz, reduzir o ser humano à condição de produtor, seria deixar-se guiar por uma ótica restritiva, posto que esse ente plural não se resumiria ao *homo faber*. Por outro lado, pensamos que também seria redutor negar a um ser humano multi-dimensional o direito de desempenhar uma atividade profissional remunerada. A realidade evidencia que

vedar ao homem tal direito tem tido um efeito desestruturante, como bem o traduz os versos de Gonzaguinha:

"O homem se humilha, se castram seus sonhos,
seu sonho é sua vida e vida é trabalho,
e sem o seu trabalho, um homem não tem honra,
e sem a sua honra, se morre, se mata.
Não dá pra ser feliz ..."
(trecho de "Um homem também chora" ou "Guerreiro menino":
CD 2 - coleção BIS, EMI Music Ltda, Guarulhos-SP, 1985).

O trabalho, para nós, continua sendo nuclear em uma sociedade regida pela racionalidade econômica; fundamenta e possibilita a vivência das outras dimensões humanas.

Robert Kurz (1999) endossa a tese da perda de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, a qual estaria experimentando uma crise do trabalho abstrato e não disporia de sujeitos sociais capazes de uma ação emancipadora.

Podemos considerar que tal concepção decorre do fato de Kurz não ter conseguido transpor os limites de sociabilidade circunscritos à lógica capitalista e, imerso na ótica da perda de centralidade do trabalho abstrato, não ter conseguido resgatar qualquer outro sentido do trabalho, que não o de gerador de valores de troca. Não levou em conta o caráter vital e imprescindível das atividades criadoras de valores de uso que satisfazem necessidades humanas; não conseguiu imaginar uma sociedade diferente que tivesse como substrato o trabalho concreto, não conseguiu pensar uma nova forma de organização das relações sociais, senão a centrada na extração de mais-valia. Restou-lhe, então, como perspectiva, o caos, o túnel sem saída do "fim da história".

Ao contrário de Gorz, que deixa brechas para o delineamento de uma forma alternativa de socialidade centrada no trabalho concreto e autônomo - haja vista ter vinculado a crise do sistema produtor de mercadorias apenas à configuração heterônoma do trabalho, Kurz, em uma análise catastrofista, não considera haver possibilidades de saídas. Para a construção de seus sombrios prognósticos, deve ter contribuído o

desencanto com os socialismos reais, que durante décadas se colocaram como uma alternativa possível, e no final dos anos 1980 apresentavam sinais de esgotamento.

Mas, é interessante assinalar que Kurz, não desconsiderando os problemas internos aos quais os países socialistas foram incapazes de responder, vê como motivo determinante da crise, o fato do socialismo não ter conseguido se desvencilhar do paradigma societário que pretendia transpor: na condição de verdadeiras ilhas emersas em um oceano mundial de produção de mercadorias, ele teria se curvado à lógica capitalista.

Não considera, inclusive, que tenha chegado a haver uma efetiva competição entre sistemas sociais opostos, uma vez que os socialismos reais não chegaram a contrapor um modelo alternativo ao capitalismo; em última instância, as economias socialistas nunca teriam deixado de integrar o sistema mundial de produção de mercadorias, não teriam conseguido afirmar a sua verdadeira identidade.

Roberto Schwarz, ao prefaciar "O colapso da modernização" destaca a audácia de Kurz, que indo de encontro aos teóricos - que vêem na crise dos regimes socialistas a comprovação da vitória do sistema capitalista - detectou no próprio capitalismo o epicentro do terremoto social que fez ruir os socialismos reais. Nesse sentido, chama nossa atenção para os visíveis indícios de falência do capitalismo, observáveis na crescente desigualdade social, no aumento da pauperização dos trabalhadores, no empobrecimento das camadas médias urbanas e no desemprego em massa.

O cerne da problemática, para Kurz, é que tanto na visão burguesa quanto na socialista, o trabalho é tomado como essência supra-histórica do ser humano e isso restringe o horizonte de possibilidades, circunscrevendo-o ao campo das atividades produtivas.

A presente crise, para a qual não vêem saídas, inscrever-se-ia na lógica do próprio sistema capitalista; teria sido gerada pelas suas contradições internas e consistiria

Na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do 'trabalho' da 'classe trabalhadora', ou da 'luta das classes trabalhadoras'. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio, pela crise. (KURZ, 1999, p.212 - 213).

O processo de desestruturação teria caminhado da periferia para o centro do capitalismo. Delineado, inicialmente nos países do "terceiro mundo", subdesenvolvidos, ou "emergentes", antes de atingir os centros hegemônicos do próprio sistema produtor de mercadorias, teria passado, de modo devastador, pelos países socialistas.

Os meandros da crise capitalista são complexos e para entendê-los, há que acompanhar alguns movimentos do processo. O atual modelo societário é pautado por uma voraz competição econômica que força as empresas a buscarem, a qualquer preço, a eficiência máxima; só assim conseguem manter-se no páreo. O desenvolvimento das forças produtivas requer, incessantemente, novos padrões de produtividade e incorporação de recursos científicos que, em sendo mecanismos poupadores de mão-de-obra, resultam na dispensa de trabalhadores. Dessa feita reduz-se, pois, a parcela variável do capital e, conseqüentemente, a possibilidade de extração de mais-valia. Em outras palavras, deparamo-nos com um quadro de queda do potencial de espoliação do capitalismo face à diminuição da massa global de trabalho abstrato, passível de ser explorado.

Kurz pontua, ainda, que a 'força produtiva ciência' gerada pelo capitalismo teria criado potencialidades não condizentes com as formas básicas da reprodução capitalista, com alto teor destrutivo, capazes de provocar catástrofes ecológicas e sócio-econômicas.

Ademais, face à crescente intensidade de capital, os níveis médios de rentabilidade e produtividade iriam se tornando inatingíveis para crescente número de empresas, o que ocasionaria a ociosidade de recursos materiais, a retração de mercados e da capacidade

aquisitiva, e o esgotamento das condições capitalistas de satisfação das necessidades humanas.

Seriam estes, para Kurz, os traços centrais das mudanças que reconfiguraram a sociedade mundial. Elas, como não poderia deixar de ser, afetaram também a subjetividade do trabalhador, ora sem forças para afirmar um projeto emancipatório. Não haveria, pois, no presente cenário, um sujeito social capaz de ação transformadora e tampouco a superação dar-se-ia através de um processo revolucionário; as inevitáveis mudanças aconteceriam por iniciativa do próprio capital, ao sabor de seus interesses.

O debate acerca da identidade do trabalho e dos sujeitos sociais na atual organização societária, que vimos trazendo à baila, surgiu justamente da necessidade de conhecer os impactos da metamorfose dos sistemas produtivos sobre a vida dos seres humanos e sobre as relações entre eles estabelecidas.

As vertentes teóricas que consideram ter o trabalho perdido sentido estruturante na sociedade, coerentemente, quando focalizam a questão dos movimentos sociais não conferem centralidade à atuação dos trabalhadores vinculados à produção, mas a uma multiplicidade de sujeitos sociais que, através de lutas específicas várias, motivadas por fatores diversos, tais como: gênero, raça/etnia, religião, meio ambiente, idade, saúde, oporiam resistências pontuais a esquemas opressivos e discriminatórios.

O surgimento de *novos sujeitos*, de *novos movimentos* ou, quando menos, de *novas figuras* sociais, na Europa e na América Latina, demonstra que a vivência da opressão e da resistência assume formas tão diferenciadas que não é possível remetê-las todas a uma mesma matriz para elucidar seu significado. (ARDITI, 1988, p.109).

Nessa direção, tais vertentes consideram muito limitadas as categorias conceituais clássicas para apreender o novo quadro social, de crescente complexificação:

“Classe trabalhadora”, “pequeno-burguês”, etc., adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de lutas de classes, por exemplo, não é correto nem incorreto - ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos. (LACLAU, 1986, p.42).

Bourdieu (2000) engrossa o coro das vozes que se contrapõe a determinismos ou substancialismos. Refere-se a classes potenciais inseridas em um espaço de relações sociais móveis, como probabilidade de se constituírem em grupos práticos, não enquanto grupos reais mobilizados para a luta. Cada qual teria nuances próprias e configurar-se-ia como um caso peculiar do possível, compreensível enquanto particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada.

As classes não teriam um sentido ontológico; seriam, antes, constituídas por sujeitos que em posições e condições semelhantes poderiam vir a ter atitudes similares, interesses convergentes e, conseqüentemente, chegar a práticas comuns.

Haveria, para Bourdieu, um espaço social marcado por diferenciações, por distinções, relacionadas não apenas à posição ocupada no terreno da produção social ou à propriedade de bens materiais, mas também à posse de outras modalidades de capital - não apenas o de natureza exclusivamente econômica proveniente do processo produtivo. A posse desses múltiplos capitais é que asseguraria poder a seus detentores, e de outro lado, a subordinação dos sujeitos sociais deles desprovidos.

Esse espaço social responderia pela organização de práticas e representações, pela definição de estilos de vida, afinidades e gostos diferenciados. Ou seja, às diferentes posições construídas nesse campo de poder, corresponderiam diferentes disposições ou *habitus*, que seriam "produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente". (BOURDIEU, 1997, p. 21).

A noção de *habitus*, enquanto esquemas classificatórios e princípios geradores de práticas distintas e distintivas, procura dar conta da unidade de gostos, visões, estilos de vida, de um grupo de agentes, em decorrência de sua posição específica no espaço social.

No espaço social - conjunto de posições relacionais, distintas e coexistentes, no qual se constitui um sistema de *habitus* diferenciados, situar-se-iam classes com "pretensão de existir", passíveis de virem a ser reais, mediante um trabalho político de

mobilização. Assim, às estruturas objetivas (*habitudines*), vincular-se-iam construções subjetivas, não abstrata, genérica e, previamente determinadas, mas como possibilidades, em *locus* empiricamente particularizados.

Ou seja: as relações que se inscrevem nos campos sociais carregam consigo a força instituinte das estruturas e vão delineando os *habitus*, enquanto estruturas incorporadas. Os agentes sociais, que se movem no tabuleiro do jogo de forças do espaço social, não podem ser mecanicamente considerados como epifenômenos de estruturas objetivadas, e sim, sujeitos que vivenciam diferenciações sociais e podem, uma vez mobilizados na defesa de seus interesses, vir a constituírem-se como classes reais.

Segundo Bourdieu, não há, *a priori* uma substancialidade classista; existem sim, classes prováveis, que podem vir a se concretizar, não necessariamente em virtude, apenas, da posição ocupada no processo produtivo.

Suas elaborações representam uma ruptura com o referencial marxista, para o qual as classes têm um sentido ontológico e caracterizam-se pela inserção na estrutura produtiva e condições materiais de existência. Bourdieu observa que, sob uma perspectiva marxista, mesmo quando se ressaltam os fatores subjetivos dos seres sociais que permitem a transposição da denominada, "classe-em-si" - ingênua e desorganizada, para a "classe-para-si" - mobilizada e consciente de sua condição de portadora de um projeto histórico, o movimento descrito aparece como a materialização de um devir, face à maturação de condições objetivas ou pela intermediação de uma vanguarda conscientizadora.

O debate acerca da temática “trabalho/sujeitos sociais” também é aquecido pelas teses de Robert Castel (1998), para quem, o trabalho permanece como referência social dominante, não apenas em termos econômicos, mas também em termos psicológicos e comportamentais. Prova disso, para ele, são a ansiedade e o transtorno emocional - que,

de ordinário, acometem os desempregados - é o medo que os trabalhadores sentem de perder o emprego, e o desalento dos que, já descrentes, desistiram de procurá-lo.

Para Castel, a questão social passou por inegável metamorfose: vivemos um momento de transição para incerto novo, no qual as relações de produção passam por uma reestruturação que quebra o paradigma do emprego homogêneo e estável, enfraquecendo a condição salarial, ampliando o desemprego e as formas precarizadas e atípicas de trabalho. Mas, enfatiza que o trabalho continua tendo sentido instituinte na vida das pessoas, continua sendo o eixo das relações sociais, mesmo que os atuais antagonismos mais assumam a forma de luta por colocações e classificações do que a de luta de classes. A exemplo de Bourdieu, pontua que as posições dominantes são, hoje, garantidas por um patrimônio representado pelo entrelaçamento dos capitais econômico, social e cultural. Refere-se a uma sociedade centrada no trabalho, com profundas diferenças sociais, mas não insere os conflitos e embates de seus agentes, na dinâmica de classes sociais.

Prefiro o termo bloco à classe, não em nome de uma ideologia do consenso (não há mais classe; logo, não há mais conflitos, etc.), mas porque uma classe, no sentido pleno da palavra, só existe quando é tomada numa dinâmica social que a torna portadora de um projeto histórico que lhe é próprio, como pôde ser a classe operária. Nesse sentido, não há mais classe operária. (CASTEL, 1998,p.472).

É possível perceber alguma aproximação entre as construções de Castel e Bourdieu, na medida em que utilizam as categorias: “blocos” e “espaço social”, respectivamente, para referirem-se a posições e situações que, em um referencial marxista, seriam critérios definidores de classes sociais. Essas posições e situações diferenciadas constituiriam grupos de distinções em uma hierarquia fundada na posse de um capital de natureza não necessariamente econômica. Tais grupos não teriam, também, como vimos, uma substancialidade inata, abstrata e atemporal.

Contudo, para ambos, o trabalho continuaria tendo sentido instituinte das relações sociais estabelecidas. Mas, estas, por assumirem modalidades muito diversificadas, só

poderiam ser analisadas em contextos específicos. Poderíamos considerar que as abordagens de Bourdieu e Castel situam-se, intermediariamente, entre as concepções que negam centralidade ao trabalho e potencial revolucionário aos segmentos sociais a ele vinculados, e as construções teóricas que, seguindo uma tradição marxista reentronizam o trabalho e a luta de classes no panorama social.

Apesar da proliferação de teorias que questionam a pertinência de ainda hoje se trabalhar com a categoria classes sociais e redimensionam seu sentido e espaço de atuação, pensamos que em se falando de mundo do trabalho, falamos indiscutivelmente e sem anacronismos, de trabalhadoras e trabalhadores e especificamente no espaço fabril, de operárias e operários. Quando de nossas visitas à FÁBRICA, deparamo-nos com centenas de sapateiras e sapateiros vertendo sua capacidade física e mental na produção de calçados, não obstante o elevado grau de sofisticação dos maquinários, nela existente.

Ressaltar, como fazemos agora, a existência e importância desse trabalhador real, produtor de mais-valia, não implica negar a multiplicidade de frentes de lutas capitaneadas por uma pluralidade de sujeitos sociais ou desconsiderar a multiplicidade de movimentos sociais não diretamente referenciados ao trabalho.

Mudanças substanciais na organização do trabalho ocorreram, surgiram novas formas de dominação, mas, trabalho segue existindo, seja o trabalho abstrato, heterônomo, gerido pela lógica espoliadora do sistema de produção de mercadorias e apropriado de variadas formas pelo capital, seja o trabalho concreto, autônomo, criador de bens necessários à existência humana, do qual, indiretamente o capital também se apropria. Este não acaba nunca, sejam quais forem as suas configurações, nem tampouco tornam-se supérfluos os trabalhadores.

Ricardo Antunes é, no campo da Sociologia do Trabalho, um dos teóricos que reafirma a tradição marxista. Observa que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho tanto afetaram a materialidade do trabalhador - que se defronta com novas condições de

trabalho, com padrões alternativos de gestão, com a flexibilização da produção fabril e de direitos trabalhistas - quanto a sua subjetividade, através da instituição de uma nova forma de ser, mais fragmentada e heterogênea. Para definir o novo conjunto de trabalhadores, cria a categoria "classe-que-vive-do trabalho", constituída pela totalidade dos assalariados desprovidos de meios de produção, excetuados os gestores do capital.

Não obstante, para o autor, o operário, que se apresenta hoje numericamente reduzido e heterogeneizado, continua sendo o núcleo dessa "classe-que-vive-do-trabalho". Ao elaborar tal conceito, ele quebra uma perspectiva obreira e redutora de classe trabalhadora e amplia-a ao incorporar outros segmentos de trabalhadores. "A confrontação de nossos dias não pode ser resumida de modo restritivo entre o 'burguês e o proletário', mas entre o capital social total e a totalidade multifacetada e heterogênea do trabalho em escala global" (ANTUNES, 2003).

Para Antunes, o trabalho é e continuará sendo o eixo de qualquer organização societária. O sistema de produção de mercadorias, mesmo modificado, face à ampliação de trabalho morto e retração de trabalho vivo, mesmo com maior carga de capital constante do que variável, segue existindo. A reprodução do sistema capitalista dá-se, justamente, à custa desse trabalho abstrato que é a fonte criadora de valor. Teria surgido, no novo cenário social, um trabalhador coletivo¹⁶ que representa uma capacidade de trabalho social combinada, imbricação do humano com o maquinizado.

Mesmo que no sistema produtor de mercadorias, o trabalho concreto apareça minimizado, ele não perdeu seu sentido ontológico e a função primordial de criação de valores de uso. Ainda que se intelectualize o trabalho fabril, que se incremente o trabalho qualificado e se desqualifique e subproletarize trabalhadores, a atual sociedade permanece

¹⁶ Para Antunes, a parcela humana desse trabalhador coletivo seria, em uma processualidade contraditória mas regida por uma mesma lógica, bipartida em um núcleo, relativamente reduzido de trabalhadores qualificados, e em uma crescente e expressiva periferia de trabalhadores desqualificados.

produtora de mercadorias, e para tal, requer trabalho abstrato, criador de valores de troca. "As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção..." (ANTUNES, 1997, p. 75).

Antunes admite, pois, a existência de uma crise do trabalho na sociedade contemporânea, mas, circunscreve-a à sua dimensão abstrata. E crise, entendida como mudança, não supressão, porque o trabalho abstrato não poderia deixar de existir em um universo mercantil; ele é gerador de mais-valia e dessa feita, inerente ao sistema capitalista de produção. Seria possível sim, cogitar a extinção da forma abstrata de trabalho, mas no horizonte de uma organização societária regida por uma lógica não assentada na produção mercantil de valores de troca. A crise em tela, não coloca, pois, para ele, em cheque o trabalho concreto, criador de valores de uso, "protoforma de emancipação humana" e portanto, inextinguível

Uma coisa é conceber, com a *eliminação do capitalismo*, também o fim do *trabalho* abstrato, do trabalho *estranhado*¹⁷; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do *trabalho concreto*, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto) transforma o seu próprio criador. (ANTUNES, p. 82).

O autor considera não ser cabível falar genericamente em crise do trabalho, posto que o trabalho concreto, produtor de valores de uso, de bens que satisfazem necessidades humanas, hoje subsumido no trabalho abstrato, é indispensável a qualquer forma de organização social, independentemente do seu nível de sofisticação tecnológica. A mão do homem será sempre necessária mesmo para, no mínimo, construir ou acionar o robô que produz. A mente humana será sempre indispensável para enfrentar o inusitado, para

¹⁷ Trabalho estranhado e alienado, embora categorias correlatas não são entendidas, por Antunes, como sinônimos. "Utilizamos a expressão trabalho estranhado ... e não alienação, porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana". (1997, p.132).

equacionar os desafios colocados pelo inesperado, aos quais os mais complexos *softwares* podem não ser capazes de responder.

Há, tão somente, crise de trabalho abstrato que, segue existindo, embora metamorfoseado. Mesmo modificado, mesmo tendo nele acrescida a parcela de "trabalho morto" e reduzida a de trabalho vivo, permanecem imprescindível a um sistema que é produtor de mercadorias. Não importa se realizado por um quadro homogêneo ou extremamente fragmentado e heterogêneo de trabalhadores

Antunes acredita no potencial emancipador desse amplo leque de seres que, formal ou informalmente, vinculam-se ao mundo do trabalho e atribui-lhes o papel de portadores de um projeto futuro, sobretudo, se capazes de articularem-se a outras formas de rebeldia e contestação originadas fora do espaço produtivo, a outras modalidades de luta social por uma nova individualidade e uma sociabilidade dotada, não de sentido mercadológico, mas, humano.

Mas, quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente. (ANTUNES, 1997 p. 87).

Assim, na contramão dos teóricos que advogam a tese do fim da luta de classes, Antunes afirma a persistência do antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ainda que este se apresente sob múltiplas formas.

A controvérsia em foco faz-nos pensar que, quando se analisa um sistema de produção de mercadorias sem nele entronizar-se o trabalho, quando se desqualificam os movimentos sociais de sujeitos a ele vinculados e fala-se em fim da classe trabalhadora, procura-se, na verdade, ideologicamente escamotear a real natureza das mudanças ocorridas, no intuito de fazer crer que as alterações e metamorfoses do processo produtivo

e as novas relações de trabalho estabelecidas, teriam desmontado as contradições e antagonismos que fundamentam a existência de classes e da luta de classes.

Atribuir um espaço periférico nos movimentos sociais às classes, aos trabalhadores vinculados à produção, na verdade, serve à lógica neoliberal de pulverização, de fragmentação e conseqüente fragilização dos trabalhadores, nos moldes maquiavélicos do dividir, para melhor dominar. Bem sabe o capital que, ao reunir trabalhadores na fábrica, criou, dialeticamente, sua contradição antagônica; neutralizá-la, agora, pela dispersão, pela descaracterização da própria identidade, seria hábil jogada de mestre. Fazemos nosso o posicionamento de Antunes acerca do sentido estruturante do trabalho na sociedade contemporânea e da conseqüente primazia dos trabalhadores no conjunto dos movimentos sociais.

E, *last, but not least* neste debate que revisamos, vem a contribuição singular de Helena Hirata que também defende a tese da centralidade social do trabalho e dos movimentos de trabalhadores. A crítica que dirige a Offe e a Gorz, o revela:

Parece-nos que a tripla crítica que se pode endereçar a eles é que tal posição é, em primeiro lugar, fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho; em segundo, conseqüência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho entendido, este, como de caráter produtivo e industrial -, excluindo, por exemplo, toda a produção doméstica, assim como o setor de serviços pessoais, hoje em forte desenvolvimento; em terceiro lugar, ela parte de um ponto de vista europocentrista, que não leva em conta a divisão internacional do trabalho, a qual concentra cada vez mais, nos países ditos 'em vias de desenvolvimento', as atividades justamente mais 'intensivas em trabalho'. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho, que continua a ocupar uma posição determinante nas sociedades contemporâneas... (HIRATA, 1998, p. 22).

Hirata é sobretudo importante porque trabalha a interface de reestruturação produtiva e gênero; como já assinalamos, tece sua análise tendo como pano-de-fundo as divisões social sexual e internacional do trabalho enquanto dimensões articuladas. Ela concebe a exploração de classe e a dominação de gênero como dois processos que se retroalimentam: as relações entre capital e trabalho imbricam-se às relações estabelecidas

entre seres de sexos diferentes; o sistema sexuado de trabalho potencializa a dominação/exploração da mulher, bem como a exploração/dominação do conjunto de trabalhadores.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho que procuramos analisar têm impactos diferenciados sobre mulheres e homens, daí a necessidade de focalizá-los em sua particularidade; apesar dos avanços femininos no mercado de trabalho e das conquistas profissionais da mulher, o sexismo do trabalho, sob novas e múltiplas modalidades, segue existindo.

Estas reflexões conduzem-nos, dada a especificidade da situação gerada pela divisão sexual do trabalho, e em virtude de analisarmos o trabalho de uma mulher-operária, de uma operária-mulher, à problemática das relações de gênero.

Classes sociais e gênero são elementos instituintes da estrutura social capitalista; impossível dissociá-los. Encontram-se entrelaçadas às relações de exploração estabelecidas entre capital e trabalho, as relações de opressão e dominação estabelecidas entre homens e mulheres, que transversalmente se estabelecem intra ou entre classes sociais.

II - A mulher no novo mundo do trabalho

O trabalho é sexuado. Não há como falar em um trabalhador universal; ser mulher-trabalhadora é substancialmente diferente de ser homem-trabalhador. Na medida em que as diferenças sexuais são utilizadas como mecanismos de intensificação da exploração do trabalho, para fortalecer um projeto emancipador não só das mulheres, mas do conjunto da classe trabalhadora, é preciso dar visibilidade à desigualdades sexuais do trabalho.

A análise histórica das sociedades humanas permite-nos observar uma imemorial divisão sexual do trabalho, mas há controvérsias, entre os estudiosos da questão, a este respeito. Para Saffioti (1992), esta sempre se apresentou de forma hierarquizada, como estrutura de poder e dominação. Para outros teóricos, dentre os quais o próprio Engels (1975), quando o espaço doméstico era a unidade básica de produção, o trabalho das mulheres, que desde então já era nele preponderante, tinha função primordial.

A queda de prestígio das ocupações das mulheres teria acontecido após a implantação da indústria capitalista. Ao mesmo tempo em que a industrialização respondeu pela incorporação da força de trabalho feminina à produção fabril buscou tanto na mulher quanto na criança uma mão-de-obra tipificada como inferior e conseqüentemente, mais barata, porque identificada com maior fragilidade, com menor experiência. Uma mão-de-obra, cuja utilização fez-se possível a partir do momento em que a mecanização permitiu prescindir da força muscular do homem.

A despeito de através dos tempos, ter sido a mulher crescentemente incorporada ao mercado de trabalho, a atual divisão sexual do trabalho preserva a velha identidade social de uma mulher caracterizada a partir da primazia dos atributos doméstico-familiares. Assim, o seu trabalho extradoméstico é percebido como ajuda ao homem,

como atividade cuja remuneração complementa o orçamento familiar. De igual maneira, o trabalho dos homens, em casa, é tido como ajuda à mulher.

As transformações que marcaram o mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX, insistimos, não erradicaram a discriminação sexual. As mulheres ainda concentram-se preferencialmente em setores ocupacionais de cunho marcadamente assistencial ou serviçal e nos novos terrenos conquistados alojam-se em postos de serviço inferiorizados e pior remunerados. Assumem também, a sobrecarga da dupla jornada de trabalho ao conciliarem as atividades profissionais e as domésticas, que continuam sendo consideradas responsabilidades femininas.

Embora Hirata considere que, em virtude do crescente ingresso das mulheres nos mais diversos setores da produção social, seja uma temeridade insistir na tecla da "guetização", não deixa de registrar tanto a persistência da discriminação nos novos espaços ocupados, quanto uma bipolar situação que vem sendo experimentada pelas mulheres no mercado de trabalho:

Se a atividade feminina continua concentrada em setores como o de serviços pessoais, de serviços de saúde ou de educação, a tendência à diversificação das funções ocupadas aponta para uma situação de bipolarização: um dos pólos constituído de profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras universitárias, gerentes, advogadas, juízas, etc) e outro de trabalhadoras ditas não qualificadas ocupando empregos mal remunerados e não valorizados socialmente. (HIRATA, 2001, p.5).

Mas a especificidade do trabalho das mulheres não tem sido contemplada, como deveria, pela Sociologia do Trabalho. Regida por um paradigma masculino de trabalhador, ela não tem priorizado a problemática de gênero; toma-a apenas, como mais um elemento, dentre tantos, a considerar.

A autora assinala que as pesquisas e os artigos sobre as novas tecnologias não têm observado as diferenciadas “conseqüências da tecnologia sobre o emprego e sobre o trabalho de acordo com os sexos.” (2002, p.198); tal situação requereria uma abordagem

sexuada da tecnologia. Ela chama a atenção para a lacuna das teses macroeconômicas sobre globalização, sobre reestruturação produtiva, às quais refere-se como trabalhos "*gender-blinded*" que, salvo raras exceções, dão pouca importância à diferenciação que se estabelece entre trabalhadoras e trabalhadores, relegando a segundo plano, no campo profissional, a dimensão sexuada do trabalho e fechando os olhos para uma realidade heterogênea e marcada por desigualdades.

A introdução da categoria gênero, faz-se necessária, pois as condições de trabalho e de emprego, as situações de trabalho, as formas de inserção na atividade de mulheres e homens variam consideravelmente segundo o sexo da mão-de-obra. Isso pode levar a duas conseqüências: a primeira, no plano analítico, é que a introdução de uma perspectiva sexuada faz 'explodir' a unidade 'categorial' da empresa, as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessa a sociedade e não apenas o espaço da empresa; a segunda, no nível analítico, é que a introdução da dimensão gênero questiona fortemente as ciências sociais, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal. (HIRATA, 1998, p.7).

O caráter sexuada do trabalho tem sido contemplado pela Sociologia do Trabalho, como frisamos, apenas com breves notas ou alusões não proporcionais à sua relevância. Reconhecer tal importância demandaria considerar gênero como uma categoria de análise indispensável e estritamente relacionada com a de classe social.

Ricardo Antunes (2001) assinala que há, atualmente, uma inegável heterogeneização dos trabalhadores, constituída a partir de suas especificidades; dentre estas, as diferenças sexuais, nas quais se ancora uma divisão sexual do trabalho que propicia uma utilização diferenciada das forças de trabalho feminina e masculina. Salienta, justamente, a transversalidade das dimensões classe e gênero, mas destina, no texto em pauta, poucas páginas à análise da divisão sexual do trabalho.

Em outro texto, ao discorrer sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, também em reduzidas palavras, destaca como um de seus elementos básicos, a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial e em trabalhos "domésticos" subordinados ao capital.

A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher... (ANTUNES, 1997, p. 46).

Na medida em que Antunes reconhece a importância das relações de gênero no quadro das relações de trabalho, pensamos que poderia ter dispensado maior atenção à problemática.

Castel (1998) também faz rápida alusão ao caráter sexuado dos cargos e salários, observando que à medida em que estes crescem em prestígio, decai o percentual feminino de trabalhadores a eles referenciados.

Offe (1989), por sua vez, quando discute a questão da centralidade do trabalho, apenas pontua, sem maiores aprofundamentos, a necessidade de atentar para as características sexuais, etárias, étnico-raciais, dentre outras, que heterogenizam o corpo de trabalhadores de uma sociedade e respondem por sua diferenciação interna.

A questão é de suma importância; a opressão de gênero antecede o capitalismo, mas este a reproduz, utiliza e manipula à perfeição; a divisão sexual do trabalho é reconfigurada em proveito do capital.

Uma das tendências do atual mundo do trabalho é o aumento de mão-de-obra feminina, tanto na indústria, quanto nos serviços, mas essa incorporação que se vale de uma polivalência socialmente criada, vai sendo feita à moda do capital, na forma de trabalhos *part time*, precarizados, pior remunerados, desqualificados.

E é necessário repetir que a ampliação do contingente feminino no mercado de trabalho não desonerou a mulher dos afazeres doméstico-reprodutivos, que continuam sob sua, exclusiva ou prioritária, responsabilidade.

O mundo do trabalho é uma realidade sexuada e para melhor compreendê-lo é fundamental olhar atentamente para a divisão sexual do trabalho, bem como para as

construções teóricas produzidas pelos estudos de gênero, que nos permitem refletir sobre as relações estabelecidas entre sujeitos históricos de diferentes sexos.

Para tal, inicialmente, pontuaremos alguns elementos dos estudos das relações sociais de sexo/gênero que elucidam a problemática de uma relação desigual, socialmente construída a partir da manipulação ideológica de atributos naturais, e desvelam o sistema hierarquizado de relações estabelecidas entre mulheres e homens na sociedade.

A seguir, na medida em que este estudo focaliza a operária na indústria de calçados de Franca, discutiremos a interface das relações de gênero e classes sociais; categorias analíticas e processos relacionais que se encontram interligados. Ambas remetem-nos a realidades estruturais, sistêmicas, que se retroalimentam e reforçam mutuamente.

2.1 Relações sociais de sexo /gênero: elementos teórico-conceituais

As relações sociais estabelecidas entre pessoas de diferentes sexos na sociedade contemporânea são hierarquizadas, verticalizadas; assentam-se na supremacia do homem, configurando-se como dominação masculina. Há, como assinalamos, controvérsias quanto à sua constituição histórica.

Para Engels, nos estados de selvageria e barbárie, a mulher teria sido muito mais livre e considerada. Com a civilização e a introdução da monogamia teria havido a "grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo" (1975, p. 61). A família monogâmica - primeira modalidade de casamento baseado em condições econômicas - teria, pois, provocado o desmoronamento do direito materno e lançado as bases do patriarcalismo.

Saffioti considera inócua a discussão e refuta a hipótese de ter efetivamente havido sociedades matriarcais. "Todas as sociedades realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie de grau." (1992, p.183-184).

Afirma terem sido muito desiguais, na relação conjugal estabelecida no seio da família, as parcelas de poder detidas por cada qual, sempre ficando a mulher em desvantagem na partilha. A relação de dominação entre sexos teria transversado o tempo e o espaço, fazendo-se presente, em diferentes medidas, em todas as sociedades de que se tem registro. Não porque tal fenômeno seja inerente ao processo histórico, mas, em virtude da dominância reproduzir-se; de estar sendo sucessiva e historicamente criada e recriada.

E, sem um *locus* privilegiado, instala-se nos múltiplos espaços da sociedade. O lugar social das mulheres construir-se-ia simultaneamente nos campos profissional e doméstico, não se limitando à relação conjugal, nem tampouco à "produção social".

Para Daune-Richard e Devreux, a relação entre os sexos constitui uma lógica de organização social, um sistema hierarquizado de poder que transversa todos os espaços sociais, sem, *a priori*, preponderar em qualquer esfera específica. Qual um polvo, lança aleatoriamente seus tentáculos; o fundamental é garantir o caráter de ubiquidade do domínio estabelecido.

Affirmer que les sexes sociaux sont construits par un rapport qui traverse l'ensemble de la société revient à dire que c'est une même logique qui est à l'oeuvre dans les différents champs du social pour reproduire les places des sexes, même si cette logique revêt des formes différentes dans l'un et l'autre champs. Ainsi, en ce qui concerne le travail, la place des femmes dans la production ne peut- elle s'analyser comme le simple reflet de leur places dans la famille ou comme une extension de celle-ci. On a affaire à une division sexuelle du travail qui assigne aux hommes comme aux femmes leur places dans la famille et dans la production. (RICHARD-DEVREUX, 1992, p.12-13) ¹⁸.

Fundamentam nossas análises as elaborações teóricas produzidas pelos estudos das relações de gênero/relações sociais de sexo, que vieram desvelar os invólucros ideológicos de uma estrutura social que subalterniza, discrimina e estigmatiza a mulher; que vieram desnudar as iniquidades de um sistema de desigualdades sexuais construído socialmente.

Em nossos estudos, utilizamos indistintamente as duas categorias analíticas, que têm em comum a ênfase dada aos aspectos relacional e de construção social. E o fazemos, na boa companhia de Eleonora Oliveira que, embasada em Kergoat, considera os dois termos altamente polissêmicos e não os coloca em oposição “Faço uso tanto do conceito de relações de sexo como de relações de gênero porque ambos são mediados pelo poder. Eles são o princípio organizador das práticas sociais.” (1997, p.7).

A teoria das relações de gênero - construída pela Sociologia anglo-saxã no final dos anos 70 do século XX - possibilitou uma leitura crítica tanto das relações familiares

¹⁸ "Afirmar que os sexos sociais são construídos por uma relação que transversa o conjunto da sociedade, é dizer que uma mesma lógica opera dentro dos diferentes campos do social para reproduzir os lugares dos sexos, mesmo que esta se apresente de formas diferentes dentro de um e outro campo. Assim, no que concerne ao trabalho, o lugar das mulheres na produção não pode ser analisado como simples reflexo de seu lugar na família, ou como uma extensão deste. Há uma divisão sexual do trabalho que designa tanto aos homens, quanto às mulheres, seus lugares na família e na produção." (Tradução da autora).

estabelecidas no universo doméstico quanto das relações de sexo gestadas na esfera profissional. Permitiu também a compreensão de aspectos relativos à construção social da corporalidade da mulher e de formas de representação do feminino/masculino presentes no imaginário coletivo.

O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75).

A teoria das relações sociais de sexo, coetânea variante francesa dos estudos de gênero, também trouxe novas luzes à reflexão sobre a situação social das mulheres, contribuiu para que pensássemos “o sexo como categoria social, relacional, dentro da estrutura da sociedade de classes, dando ênfase à noção de hierarquia e dominação.” (SCAVONE, 1996, p.56).

Os estudos de gênero/relações sociais de sexo desvelaram os fatores determinantes de uma diferenciação estabelecida entre mulheres e homens segundo critérios biológico-naturais, para em seu lugar, delinear os processos históricos, sociais e culturais de construção dessas relações desiguais. Desnudaram os mecanismos através dos quais as enriquecedoras diferenças naturais entre os sexos são tomadas como pretextos para instituir relações de poder e dominação, entre homens e mulheres.

As duas matrizes teóricas tiveram como fonte as desconstruções levadas a cabo pelas feministas que, rompendo com um essencialismo biológico, com concepções naturalistas, com petrificadas elaborações acerca da "condição feminina", descartaram a crença em um sistema fixo e imutável de papéis sociais provenientes de diferenças naturais .

O Segundo Sexo, texto clássico publicado na França em 1949, precursoramente, contribuiu para a abertura de novos caminhos "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade..." (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Nasce-se do sexo feminino, do sexo masculino - condições biológico-naturais mas, a criação dos paradigmas mulher - homem, passa pela manipulação de tais atributos, que são tomados como suporte de relações desiguais.

Gênero, enquanto construção social, vincula-se à elaboração de idéias sobre espaços, posições, situações e comportamentos socialmente requeridos ou atribuídos. Em cada momento histórico específico, um processo de socialização, efetivado por indivíduos e/ou instituições, responde pela internalização, nos sujeitos sociais, dos traços constituintes da sociedade em que se inserem.

A educação que a criança irá receber no seio da família, primeira instância de socialização, tem peso fundamental. Whitaker pontua que a família, enquanto "agência" educadora funciona como correia de transmissão do sistema social, na medida em que é, inicialmente, a responsável pela construção dos modelos de meninos e meninas. Exerce uma ação domesticadora sobre ambos os sexos, mas não indistintamente, posto que "... o modelo feminino é muito mais artificial, envolvendo maior grau de repressão e subordinação. Sob a aparente indiferenciação entre as crianças, ocorre um processo de socialização diferenciada". (WHITAKER, 1989, p.25).

Não pretendendo resvalar para um essencialismo sociológico, que ao negar as diferenças efetivamente existentes entre mulheres e homens, pode ser tão nefasto quanto o essencialismo biológico, consideramos que a família, quase sempre, despense tratamento mais diferenciado do que as reais diferenças requereriam; os meninos, muito mais do que as meninas, são incentivadas a desenvolver atividades que estimulam o corpo e a apresentar comportamentos arrojados, audaciosos; dão-se-lhes como brinquedos: bola, caminhãozinho, equipamentos que ativam os movimentos corpóreos. Mas, se são

estimulados fisicamente, em contrapartida, castram-se-lhes a emoção, os sentimentos, no fatídico “homem não chora.”

Às meninas estão reservadas atividades lúdicas que reproduzem o universo doméstico, preparando-as para a gestão do lar. Dão-se-lhes boneca, fogãozinho e, dependendo do poder aquisitivo das famílias, toda uma parafernália elétrico-eletrônica de utensílios domésticos em miniatura para brincarem de "casinha", para aprenderem a ser boas mães e eficientes donas-de-casa. Incentivam-se-lhes posturas dóceis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade. Ao contrário dos meninos, são, mesmo que de forma implícita, estimuladas a fazer do choro poderosa arma, utilizável em qualquer situação de conflito.

Apesar da crescente taxa de profissionalização das mulheres, não há de se negar que, se aos meninos o mercado de trabalho é sempre apresentado como prioridade, às mulheres este se delineia como uma opção, dentre outras, que ainda se defronta com forte concorrente - a perspectiva de casamento com um “bom partido”, ou seja, com um homem provedor que a desobrigue de assumir o peso da própria autonomia, da própria liberdade.

A Escola tende a dar continuidade ao processo de socialização diferenciada iniciado no interior da família; em geral são as alunas que auxiliam as professoras nas atividades de limpeza e organização das salas de aulas, que apagam as garatujas de giz das lousas, enquanto os meninos brincam ou descansam. Reforça-se, assim, o já familiar padrão de comportamento.

Em sendo as relações de gênero transversais, perpassam todos os espaços sociais, todas as instâncias da existência humana; se podem ser observadas no universo doméstico e no profissional, também fazem-se presentes nas elaborações simbólicas, nas representações sociais.

Na explicação da origem dos males do mundo, tanto pela mitologia clássica quanto sob uma perspectiva judaico-cristã, encontramos a figura demonizada da mulher.

Os deuses fizeram uma mulher encantadora, Pandora, a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e querendo dar a eles as maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte. (CHAUI, 2001, p.29-30).

Na bíblia, foi Eva que, sedutora, diabolicamente, fez com que seu homem e por extensão toda a humanidade vindoura perdesse o direito ao paraíso, e tivesse que arcar com o ônus da própria sobrevivência.

Observe-se nos exemplos citados, que o pecado é a desobediência às normas estabelecidas, é a curiosidade, é o incontido desejo de saber, de conhecer o novo, de transpor os limites impostos por uma ordem social, marcadamente, androcêntrica.

A presença das simbolizações que estigmatizam, inferiorizam, cerceiam a mulher ou mesmo, lhe dão invisibilidade, pode ser detectada em pormenores, a exemplo das normas gramaticais que determinam a utilização de vocábulos masculinos nas referências a coletivos de ambos os sexos - postura por nós também adotada, conforme explicitamos em nota anterior.

Romito, reconhecendo a importância desta questão da linguagem, alerta para a necessidade de desvelarmos os mecanismos ideológicos que, mesmo pouco ou nada perceptíveis, fazem-se presentes no linguajar comum, cotidiano e moldam comportamentos.

A existência, desde os anos 70, do novo feminismo colocou em ação a contestação da linguagem corrente: revelando, primeiro, que, quando se dizia homem, fingindo que o significado do termo fosse 'ser humano', significando, na verdade, homem (como em 'direitos do homem', por exemplo); demonstrando que a linguagem espelha uma cultura e uma organização social feita à 'moda do homem' (leia-se 'homem', e não 'ser humano') (ROMITO, 1997, p.18-19).

Até mesmo os signos da biologia, parecem-nos impregnados de ideologia sexista: para representar o feminino, uma cruz, símbolo de sofrimento e peso, desenhada sob um

círculo, apontando para baixo, sentido descendente; para simbolizar o masculino, uma seta aposta obliquamente a um círculo, indicando o topo, tendendo ao infinito, ascendente convite para se alçar vôo. São pequenos detalhes, mas têm força.

Tais valores, paulatinamente inoculados, podem fazer da mulher um ser mais submisso, de baixa auto-estima e desatento às próprias necessidades; capaz de se contentar com pouco, por desconhecer sua real dimensão, por não ter consciência do que efetivamente merece, do que lhe é devido.

Forja-se assim uma futura trabalhadora, cordata, caprichosa, hábil, ou seja, produtiva e mais fácil de ser manejada; a discriminação que irá, posteriormente, conhecer no mundo do trabalho, na verdade, reflete o acúmulo de tantas outras, anteriormente cultivadas.

Reportando-nos ao referencial de Foucault, formam-se corpos produtivos e dóceis, moldados por um poder molecular, difuso, atomizado. Uma teia de micropoderes com histórias específicas e tecnologias próprias constrói relações hierarquizadas, dentre elas as estabelecidas entre seres de sexos diferentes. Poder onipresente,

não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1993, p.89).

Sem dúvida, a manipulação ideológica dos atributos naturais da fêmea para estabelecer relações sociais desiguais e verticalizadas entre mulheres e homens é, no conjunto dessas tecnologias, eficaz mecanismo de poder.

Ao transpor os limites do lar, a mulher costumeiramente depara-se com alternativas menos atraentes do que as que são oferecidas ao homem - postos de trabalho de menor relevância e pior remunerados, setores ocupacionais feminizados, nos quais irá repetir as atividades e posturas serviçais ou assistenciais ensaiadas no lar e na escola.

Na produção industrial, por exemplo, ela tem respondido, como adiante analisaremos em um espaço empírico, por funções que requerem habilidade manual, destreza, coordenação motora fina e paciência. Predicados que se considera ter a mulher, de sobra.

Aptidão inata ou socialmente construída?

Ao invés de dizer que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada, dizemos o contrário, que elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais, que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo (...) e as próprias operárias interiorizam essa banalização de sua própria qualificação e, algumas vezes mesmo, a desvalorização de seu trabalho... (KERGOAT, 1986, p.84).

Além da natureza dos postos de trabalho, outro problema grave enfrentado pelas mulheres refere-se aos caminhos que as conduzem à ascensão profissional. Muitas mulheres “escolhem”, “preferem” ocupações nas quais haja possibilidade de horários flexíveis, de preferência em tempo parcial, contratações por tempo determinado, trabalhos em domicílio, precarizados, que embora joguem por terra históricas conquistas dos trabalhadores, permite-lhes conciliar o trabalho remunerado com os afazeres domésticos, em dupla ou tríplice jornada de trabalho.

Bem sabemos que tais limitações constituem sérios empecilhos para se galgar uma posição hierarquicamente superior em um mundo do trabalho que requer adesão incondicional dos empregados, que os valoriza na medida em que “vistam a camisa” das empresas.

A questão remete-nos a Bourdieu que afirma serem as estruturas de dominação produto de um trabalho incessante de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos: homens munidos das violências física e simbólica, e instituições sociais - Família, Igreja, Escola, Estado.

A dominação masculina é uma das formas de dominação simbólica - sistema de relações que apesar de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social e culturalmente produzido por homens e instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos. ... A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 1999, p.18-20).

Tais construções objetivas subjetivam-se sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. E aí reside a violência simbólica que se ancora nos canais da comunicação, do conhecimento, e que pode se valer de um idioma, de um estilo de vida, de uma cor de pele, e no caso particular que ora pesquisamos, de um sexo específico. Violência que, para realizar-se, busca o assentimento dos dominados.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitu*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 1999, p.45).

As estruturas sociais (*habitudines*) subjetivam-se em *habitus* - disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação. Ou seja: *habitus*, enquanto estruturas incorporadas, constituem uma ponte entre as *habitudines* que os

produzem e reproduzem e as ações humanas que neles se ancoram. Ocorre uma subjetivação da objetividade e uma objetivação, através de ações sociais, dessa internalização socialmente produzida. Assim, aspectos externos e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica.

Bourdieu não pretende, por meio dessas elaborações, conferir à categoria *habitus* um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Só se pode aquilatar a força de suas construções teóricas em um movimento dinâmico de *habitus* que, se de um lado revelam a força instituinte das estruturas, de outro não se estabelecem de forma mecânica. Eles passam pelo filtro de agentes sociais que não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí abrir-se também, a possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições.

Bourdieu muito contribui para o entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. A própria mulher internaliza princípios androcêntricos, introjeta o paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas; há todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação.

É este o caminho para que se desenvolva a "*learned helplessness*":

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres - mesmo sem estes lhes serem recusados...aquela experiência favorece o aparecimento de uma "impotência aprendida". (BOURDIEU, 1999, p. 77).

De acordo com Hirata, o temor - socialmente construído - da mulher em lidar com o sucesso, a dificuldade para sentir-se à vontade em posições de prestígio, corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços profissionais de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino. Ela ilustra o referido

fenômeno, através da fala de uma operária (por ela entrevistada) que, para afirmar a sua competência, negava a própria identidade sexual: "Tem que ter postura bem profissional, como se fosse um homem trabalhando" (HIRATA, 1998, p.12).

E, face à introjeção de valores que conferem primazia às funções de mãe, esposa, dona-de-casa, quantas mulheres não carregam consigo, ao ingressarem no mercado de trabalho, forte ansiedade e sentimento de culpa?

Comprova-o, uma matéria veiculada em diário francano, noticiando o falecimento de dois irmãos, de 7 e 9 anos respectivamente, que teriam se afogado em um poço de água, situado na periferia da cidade, em área pública desprovida de cerca. Quando ocorreu o acidente, a mãe das crianças, uma **sapateira**, estava na fábrica, **trabalhando**. Suas palavras expressam angústia sem tamanho:

Infelizmente tenho que sair para trabalhar e não tinha muito tempo para ficar com eles (...) eles eram meus dois únicos filhos e não sei o que vou fazer agora (...) Sempre que ouvia alguma viatura passando por perto do meu serviço, pedia para Deus que olhasse por meus filhos, mas ontem não adiantou nada. Quando fiquei sabendo, entrei em desespero. (Comércio da Franca. 15-16 / 07/ 2001, p. A-7).

O processo de auto-culpabilização, corriqueiramente, produz intenso *stress* e traz profundo desgaste emocional à trabalhadora que, não se há de negar, faz malabarismos para conciliar as incumbências familiares e profissionais.

Abramo (*apud* BRITO E OLIVEIRA, 1997), com muita pertinência, afirma pairar sobre a trabalhadora a sombra de uma outra mulher, vinculada à vida doméstica, que a limita, cerceia e tolhe seus passos.

Bourdieu, ainda que detecte na unidade doméstica, um dos lugares em que a dominação masculina manifesta-se de maneira indiscutível, observa que seus tentáculos têm maior amplitude:

O princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas. (BOURDIEU, 1999, p.138).

Também a categoria “trabalho de mulheres” construída por Daune-Richard e Devreux (1992), eficaz instrumental analítico do qual nos apropriamos neste texto, ao mapear a transversalidade das relações sociais de sexo, permite-nos compreender com maior acuidade essa articulação entre os *locus* doméstico e profissional, assinalada por Bourdieu.

Para as autoras, existe um processo de divisão sexual do trabalho que determina, simultaneamente, os lugares das mulheres e dos homens, tanto na família quanto na produção extradoméstica, não havendo qualquer *locus* privilegiado.

Há um sistema de sexos, construído enquanto uma totalidade de relações sociais de poder, que estabelece uma divisão sexual do trabalho e define a hierarquização material e simbólica das tarefas de homens e mulheres. Ele perpassa todo o sistema social, sem que prepondere em alguma esfera específica. E é fundamental entender que as relações entre sexos, que têm se configurado historicamente como dominação masculina, a despeito de serem parte do desenvolvimento histórico global, têm um dinamismo próprio.

Bourdieu ao enfatizar a autonomia das estruturas sexuais em relação às estruturas econômicas, ou seja, a autonomia dos modos de reprodução em relação aos modos de produção, chama a atenção, justamente, para a necessidade de apreender as combinações históricas de mecanismos estruturais e estratégias institucionais que produzem e reproduzem relações de dominação entre sexos diferentes.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças.

Entretanto é preciso caracterizar o sentido de tais mudanças; elas tanto podem ocorrer como estratégia do poder instituído para garantir sua continuidade quanto como contraposição a ele, na forma de projetos que de fato ameaçam os detentores do poder.

Para melhor compreender as relações sociais, e dentre estas especificamente as de gênero, é necessário observar essa dança dialética das permanências e mudanças.

Responde pelas mudanças um conjunto de fatores de natureza objetiva e subjetiva, que não podem ser pensados dissociadamente, como elementos estanques e sim, como *habitus* e *habitudines* que se retroalimentam.

Em termos subjetivos, o questionamento inicial das desigualdades sexuais deve ser creditado às vertentes do movimento feminista que chamaram a atenção para a existência de um sujeito social sexuado e desvelaram o caráter social do privado, a dimensão econômica das tarefas domésticas. Contrapondo-se a redutoras concepções de trabalho - que o tomavam como sinônimo de atividades remuneradas, de preferência realizadas extradomiciliariamente - as feministas ressaltaram que o trabalho doméstico “...apesar de não produzir bens e serviços vendáveis no mercado, deve ser analisado como um conjunto de processos de trabalho combinados e que se articulam com o processo de produção e o subsidiam” (OLIVEIRA, 1999, p.112).

A partir dessas considerações ganhou visibilidade a energia física e mental que, despendida no cotidiano doméstico, garante a reprodução da força de trabalho e cria valores de uso dos quais a sociedade, gratuitamente, se apropria.

O movimento feminista questionou valores arraigados, colocando em cheque as estruturas familiares explícita ou veladamente patriarcais e foi propulsor de uma nova visão - a de que a vivência das mulheres não deveria se circunscrever a quatro paredes, que o lar poderia ser muito mais prazeroso, se elas não se sentissem nele aprisionadas; se não se ativessem, exclusivamente, às funções doméstico-reprodutivas.

Modificavam-se também as relações afetivo-conjugais, na medida em que os avanços das técnicas contraceptivas permitiam maior controle sobre as gestações, possibilitando que uma nova mulher, mais livre, fizesse da procriação uma escolha .

Isso, sem contar a elevação do percentual de divórcios que rearranjou o *modus vivendi* de significativo contingente de mulheres, possibilitando a regularização de separações que de fato aconteciam, sem a chancela da lei; que permitiu colocar um termo em relações conjugais esgarçadas que se arrastavam e cuja manutenção, em boa medida, atentava contra a dignidade dos parceiros nelas envolvidos. O divórcio trazia, para a mulher, uma autonomia em potencial. Entretanto, não se pode olvidar que na transposição da potência ao ato, muitas vezes as separações representaram para as mulheres sobrecarga de incumbências e afazeres, bem como o acúmulo de responsabilidades.

Pari passu, mudanças objetivas iam se processando, a começar da crescente participação feminina no mercado de trabalho e progressiva alocação de mulheres em setores produtivos, até então, majoritariamente ocupados por homens.

No Brasil, intensifica-se o ingresso de mulheres no mercado de trabalho a partir de 1970, segundo Bruschini (1998) por força, principalmente, da deterioração salarial que requer o concurso de ganhos adicionais para complementar o orçamento e insta novos membros da família a buscarem alguma forma de remuneração. A pesquisadora observa que também a ampliação do consumo face aos apelos da mídia - que cria necessidades artificiais e institui o consumismo - deve ser levado em conta como fator de incorporação ao mercado de trabalho de uma mão-de-obra que, até então ficara à sua margem. A pressão social para que se consuma, estimula o desejo de ter poder aquisitivo, e para tal, há que se buscar alguma forma de remuneração.

Mas, outros fatores, de natureza diversa, a exemplo de um nível mais elevado de instrução das mulheres, da queda da taxa de fecundidade e das mudanças nos padrões de comportamento, corroboraram para esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.

Em 1999, a Pnad apontava um percentual de 40,3% de mulheres na população ocupada, o que significava um considerável crescimento em relação às décadas anteriores.

Mas, vale indagar se essas mudanças representaram, efetivamente para as mulheres, a possibilidade de desfrutarem, de forma mais equitativa, a riqueza socialmente produzida; se elas ocasionaram o reconhecimento das suas potencialidades e capacidade produtiva.

Um dos indicadores de qualificação de mão-de-obra e valorização profissional refere-se à escolarização, quesito que, no caso, não teve força suficiente para corrigir as defasagens existentes, uma vez que a elevação do nível de escolaridade feminina não desfez as desigualdades de gênero no espaço profissional.

A Pnad de 1998 apontava que 29,7% das mulheres haviam estudado 11 anos ou mais, enquanto 20,7% dos homens apresentaram tal nível de escolaridade. Não obstante, o rendimento médio das mulheres teria ficado em torno de 59,3% do masculino.

E isso, em se tratando de trabalhadoras brancas, pois o quadro piora quando se acrescenta a questão racial.

Tabela 1: Renda média de trabalhadores brasileiros, por sexo e raça/etnia: 1998 (em salários mínimos)

Trabalhador (a)	homem	mulher	homem branco	mulher branca	homem negro	mulher negra
Renda média	4,6	2,6	6,3	3,6	2,9	1,7

Fonte: Pnad: 1998.

Contra fatos não há argumentos: os números acima evidenciam o peso dos fatores sexo e raça, na gênese de situações de discriminação.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos constata, também, a sub-representação das mulheres na direção de empresas brasileiras: "A parcela de pessoas do sexo feminino empregadas com escolaridade acima de 15 anos é de cerca de 50%. Mas, elas ocupam apenas 6% das vagas de executivos com altos salários. (Folha de São Paulo, 24 jan. 2002. Caderno B., p. 10).

A disparidade não é exclusividade brasileira; em termos continentais, o quadro latino- americano também carece de dados satisfatórios.

Acerca dos avanços da mulher na América Latina, Márcia Detoni, traz à baila dados pouco animadores: apenas 20% delas, detêm cargos de chefia, mas, por outro lado, assumem 80% dos trabalhos temporários ou em meio período. (Folha de São Paulo, 08 mar. 2001, Caderno A, p.17).

A crescente inserção das mulheres no novo mundo do trabalho, no atual cenário de reestruturação produtiva, tem se dado sob o signo de salários inferiores, de empregos flexíveis - via de regra, precarizados - que possibilitam a articulação com os afazeres domésticos, e conseqüentemente, sob o signo de carreiras mal construídas, nas quais elas encontram-se excluídas das funções de autoridade e mando. Conforme Bourdieu, as mulheres estariam sendo

Mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial - o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira. (BOURDIEU, 1999, p.111).

Podemos, pois, pensar que, apesar das mudanças ocorridas nas condições de vida e trabalho da mulher no espaço doméstico ou profissional, não se pode desconsiderar a força inercial das permanências. Muito muda, mas muito ainda se mantém:

Tudo se passa como se a cada passo em direção a uma sociedade mista, a cada etapa em direção a uma maior igualdade entre os sexos, se constituíssem simultaneamente processos sociais visando reconstruir imediatamente a diferença. (FERRAND *apud* HIRATA, 2001, p.11).

Parafraseando Bourdieu, poderíamos dizer que, se as mulheres continuam enfrentando múltiplas formas de discriminação, se seguem excluídas dos altos cargos profissionais, se recebem salários mais baixos, se continuam sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho e precariamente representadas nas instâncias do poder, tais mudanças "ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas." (1999, p. 108).

Este estudo que focaliza a mulher trabalhadora em um *locus* empírico, toma como objeto de pesquisa um ser cuja identidade social é definida na interface: gênero - classe social. Uma vez que são diferenciadas as vivências de mulheres e homens tanto no universo doméstico quanto no espaço profissional, faz-se necessário para melhor retratarmos a sapateira francana, articular as considerações teóricas sobre as relações sociais de sexo/gênero que vimos tecendo, à reflexão acerca das relações estabelecidas entre classes sociais.

2. 2 Gênero e Classes Sociais: categorias analíticas interdependentes

A constatação do caráter sexuado do trabalho confirma nossa convicção da relevância de se estudar a problemática específica da mulher trabalhadora. Nesse sentido, Kergoat dá-nos régua e compasso quando pontua que só a partir do questionamento epistemológico levado a efeito pelo feminismo, foi possível dar visibilidade à mulher, no interior de uma classe operária, até então tida como assexuada.

Chamando nossa atenção para a necessidade de se analisar articuladamente os diversos espaços por onde circula a mulher trabalhadora, sem hierarquizar as relações sociais neles estabelecidas, sem estabelecer “*front* ou inimigo principal”, Kergoat assinala que

Articular produção/reprodução significa para mim, trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classes, relações que chamaremos respectivamente *opressão* e *exploração*. (KERGOAT, 1987, p.83).

Os estudos das relações sociais de sexo/gênero permitem a apreensão das diferenciações hierarquizadas na relação entre homens e mulheres, que se estabelecem no processo produtivo, possibilitam o desvelamento de uma construção histórico-social do ser mulher, do ser homem. Uma construção que estabelece relações de poder, inscritas sobre corpos sexualizados, forjadas objetivamente por múltiplas instâncias sociais, e que se subjetivam através de mecanismos de socialização.

A desigualdade instituída a partir de diferenças naturais que não a justificam, transversalmente perpassa todos os espaços da vivência humana, do reprodutivo ao produtivo. Ubiquamente, as relações de gênero delineiam-se entre ou intra classes sociais.

Se a vivência de uma operária é diferente da de um operário, da mesma forma o é, a vivência do homem e da mulher de segmentos sociais mais elevados. Esta, ao integrar o

mercado de trabalho na qualidade de mão-de-obra qualificada, a despeito de contar com a ajuda de assalariados domésticos, também esbarra na dificuldade em conciliar um projeto profissional com os encargos domésticos.

Muitas mulheres de estratos elitizados, diante dos obstáculos com que se defrontam, acabam aprisionando-se em uma cadeia dourada, qual "mulheres de Atenas"¹⁹, abrindo mão da própria liberdade e autonomia. Como sombras de seus maridos, restam condenadas à invisibilidade dos afazeres realizados na instância reprodutiva do espaço doméstico. As relações sociais de sexo se fazem, pois, presentes nas mansões e nos barracos.

Assim como as classes sociais têm matizes sexuais, o gênero tem um colorido de classe; é muito diferente o cotidiano das mulheres de segmentos sociais privilegiados, do dia a dia das mulheres socialmente subalternizadas, que se defrontam com dificuldades muito maiores. Exercendo ou não um trabalho extradoméstico, estas assumem, ao contrário de mulheres melhor posicionadas socialmente, as infindáveis tarefas domésticas sem qualquer auxílio de terceiros a seu serviço.

Dessa forma, não faz sentido falar genérica e abstratamente em mulheres. É preciso situá-las em um momento e lugar determinados; é importante referir-se sempre a uma mulher real, que tem nome, que traz inscrita no corpo uma raça, que se insere em uma classe social, que integra uma determinada faixa etária. Tais traços, definidores da identidade do sujeito social, geram formas específicas de relações sociais.

Uma classe social não é homogênea, mas um coletivo de seres com particularidades. Escamotear tal caráter é contribuir para que tais especificidades sejam manipuladas e utilizadas contra o conjunto de pessoas que a compõem.

¹⁹ Título de música de Chico Buarque de Holanda e Augusto Boal, que retrata em versos, a submissão da mulher ateniense, na Grécia clássica.

Segue nessa direção a crítica de Boaventura de Sousa Santos, às “assexuadas” análises marxistas de classes sociais. O sociólogo português considera que o estremecimento das relações do feminismo - ventre gerador das teorias de gênero - com as concepções marxistas de sujeito social, ter-se-ia dado justamente pelo fato de, para o feminismo, o marxismo, ao privilegiar o enfoque da dominação de classe a partir de uma concepção de trabalhador universal, ter colocado em segundo plano as relações sociais de sexo, contribuindo até mesmo para ocultá-las:

O feminismo veio questionar o privilegiamento no marxismo da ação, das práticas, das identidades e do poder de classe, em detrimento de outras formas de construção da subjetividade social e nomeadamente a assente na identidade e na discriminação sexuais. (SANTOS, 1997, p.32).

O movimento feminista teria, então, buscado outros mananciais, a exemplo de Foucault e Derrida, pensadores que se recusaram a atribuir, aprioristicamente, a primazia exclusiva, a qualquer fator, seja classe, raça/etnia, idade, sexo, como determinante de relações de poder e desigualdade social.

Uma leitura das novas relações de trabalho, à luz da teoria de classes sociais, apoiada em elementos analíticos do materialismo histórico, que evitasse entronizar um único fator explicativo das relações sociais, encontra guarida em Santos que, de forma não dogmática, reafirma o instrumental teórico-metodológico mas, toma-o como ponto de partida, não de chegada, em uma hermenêutica, mais de “suspeição do que de adesão”

Em primeiro lugar, as classes são um fator de primeira importância na explicação dos processos sociais, mas tal importância só é aferível em análises concretas e não necessita, para se sustentar, da estipulação abstrata da primazia explicativa. Em segundo lugar, é errôneo reduzir a identificação, formação e estruturação das classes à estrutura econômica da sociedade. As classes são uma forma de poder e todo o poder é político. O valor explicativo das classes depende das constelações de diferentes formas de poder nas práticas sociais concretas. (SANTOS, 1997, p.42).

Nossas reflexões sobre as diferentes formas de poder que se fazem presentes nas práticas sociais concretas, levam-nos a considerar os vínculos de dominação estabelecidos entre sexos, como um mecanismo potencializador da exploração de uma

classe social por outra; que contribui para criar cunhas divisórias no interior da classe trabalhadora. Como afirma Kergoat:

Parece ser possível avançar a hipótese de que, no que se refere aos operários, a aceitação da divisão sexual do trabalho, legitimada por uma visão naturalista da sociedade, é uma enorme trava que se opõe à superação das divisões no grupo operário e à construção da solidariedade. Ademais, uma tal hipótese permitiria avançar a compreensão de como o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexos que lhe preexistiam. (KERGOAT, 1987, p.89).

O capitalismo contemporâneo dispõe, muito mais do que dispunham as suas configurações precedentes, de requintadas formas de manipulação das diferenças sexuais.

O novo paradigma produtivo, ampliado cenário de possibilidades e riscos, tanto pode ampliar as oportunidades, quanto intensificar a exploração do trabalhador e, em especial das mulheres, dos negros, dos menores e outros segmentos sociais que, no mundo do trabalho, são discriminados.

As tecnologias produtivas e os sistemas organizacionais, dos quais se utiliza a acumulação flexível em curso, requerem uma flexibilização do trabalho que tem se nutrido de uma tradicional maleabilidade coercivamente “adotada” pelas mulheres para conciliar vida profissional e familiar. No rol dessas atividades, incluem-se os empregos atípicos e precários, em tempo parcial e horários flexíveis, ou seja, os postos de serviço que permitam um tempo excedente, que possibilitem a liberação de horas para serem dedicadas, não ao lazer ou ócio “criativo”, mas às atividades domésticas. Esses empregos pior remunerados e que raramente propiciam ascensão profissional, tendem a ser feminizados.

À dificuldade da mulher em construir uma carreira através desse tipo de empregos, não tem sido dada a merecida importância; sua atuação profissional é tida como algo de somenos, já que sua identidade social é cunhada prioritariamente a partir das funções de mãe, de esposa e de dona-de-casa.

Para Hirata (1999), o processo de flexibilização amplia as desigualdades sexuais no trabalho. E as alterações produtivas atingem não só as condições objetivas das trabalhadoras mas atingem-nas também em sua individualidade uma vez que os impactos das relações familiares sobre as atividades profissionais e vice versa, são diferenciados para as mulheres e para os homens. Quando empregadas, as mulheres enfrentam, além das pressões e incertezas do mercado de trabalho, a sobrecarga da dupla jornada. Quando desempregadas, experimentam a inatividade de forma muito diferenciada da masculina; assumem o ônus dos afazeres caseiros e, não raro, em uma jornada contínua, realizam atividades remuneradas em domicílio, forma de trabalho que tem sido revitalizada pelo modelo de acumulação flexível. Harvey considera que:

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais mais bem remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. (HARVEY, 2001, p.146).

O autor chama a atenção para o fato de que “mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados.” (HARVEY, 2001, p.145).

As inovações tecnológico-organizacionais introduzidas no mundo do trabalho tanto atuaram no sentido de abrir espaços profissionais à mulher quanto no de reforçar a exploração e a discriminação da mão-de-obra feminina; daí a necessidade da perspectiva de gênero em estudos sobre a acumulação flexível.

Saffioti também ressalta o colorido de classe e gênero da vivência de seres múltiplos que experimentam vasta gama de interações. As relações de classe estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram a esfera da produção.

Não se trata, pois, de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou relações sociais. Ao contrário, trata-se de estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças - semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças - semelhanças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. (SAFFIOTI, 1992, p. 192).

Gênero e classes sociais são categorias complementares uma vez que cada qual, isoladamente, não daria conta de explicar as desiguais relações que se estabelecem no mundo do trabalho, a partir de construção histórico-social e cultural, que reserva a homens e mulheres diferentes espaços e lugares sociais, pretensamente, em função de suas diferenças biológicas.

[A categoria gênero] permite explicar situações específicas da vida laboral (...) diferenças socialmente impostas às identidades feminina e masculina, que levam à estruturação de um mercado de trabalho discriminado (...) A discriminação mais visível encontra-se entre os diferentes tipos de trabalho: os homens são empregados em quase todos os ramos e postos, ao passo que as mulheres encontram-se concentradas nos serviços e, quando na indústria, em atividades similares às tarefas domésticas. Outra discriminação de gênero menos visível é observada no interior das empresas, primeiro, na atribuição dos postos e, segundo, nas exigências alheias aos processos de trabalho. (ANDRADE, 1997, p.29).

Os estudos de gênero põem a nu uma ideologia de opressão, capaz de manipular as enriquecedoras diferenças biológicas e fazer delas pretextos ou justificativas das práticas de discriminação social.

Mendiola pontua que as desiguais relações sociais entre sexos acabam tendo efeito rebote sobre o próprio homem; critica a voracidade da “ordem falocêntrica”, capaz de também vitimá-los, ao lhes impor padrões de conduta carregados de angústia. Nesse sentido, alerta para a importância dos estudos de gênero:

Los actuales estudios de género (gender) son un producto radical del pensamiento y movimiento feminista(s) contemporáneo(s) y constituyen ya un nuevo paradigma dentro del comportamiento de las ciencias sociales [contribuem para] la de(s)construcción contracultural del (des)orden simbólico falocéntrico. (1997, p.4)²⁰.

²⁰ Os atuais estudos de gênero (*gender*) são um produto radical do pensamento e movimento feminista (s) contemporâneo(s) e constituem um novo paradigma do comportamento das ciências sociais [contribuem para] a desconstrução contracultural da des(ordem) simbólico-falocêntrica. (Tradução da autora).

Enquanto houver exploração entre classes sociais e dominação entre seres de sexo, ou mesmo, de idades, de raças/etnias, de credos diferentes, a humanidade estará muito distante de um projeto emancipatório. A equalização na relação entre sexos e a autonomia da mulher estão entre os necessários passos rumo à emancipação do ser humano. As lutas feministas pela igualdade na diferença e seu aporte acadêmico, os estudos de gênero/relações sociais de sexo defendem, não uma mera troca de mãos que empunham o chicote, mas a destruição de todos os chicotes, a erradicação de quaisquer formas de dominação e exploração.

Estas considerações teóricas acerca das relações sociais de sexo/gênero articuladas às de classes sociais elucidam nossa análise de relações sociais específicas, construídas em um contexto particularizado. Fazem-se, pois, farol condutor desta pesquisa que focaliza, em um universo empírico, o trabalho da mulher na indústria de calçados de Franca.

III – A indústria coureiro-calçadista de Franca (SP)

Nos capítulos precedentes, de natureza teórico-conceitual, procuramos inicialmente caracterizar o novo mundo do trabalho, organizado segundo o paradigma da acumulação flexível. No intuito de apreender os impactos da reestruturação produtiva em curso sobre a divisão sexual do trabalho na indústria calçadista francana, tecemos algumas considerações acerca de classes sociais e gênero, categorias nucleares deste estudo.

Para adentrarmos o espaço empírico que nos propusemos a pesquisar, também caminharemos, doravante, do geral para o particular, situando em princípio o microcosmo da indústria de calçados de Franca no cenário da produção calçadista brasileira para, dessa forma, melhor avaliarmos sua dimensão e seu significado.

Em seguida, por pertinente, traçaremos algumas linhas remontando-nos aos marcos históricos da produção coureiro-calçadista de Franca, atividade produtiva que não se dissocia da história da cidade.

Passo seguinte, buscaremos retratar a crise vivenciada por esse setor produtivo durante as décadas de 1980 e 1990, em grande medida decorrente das mudanças ocorridas em escala internacional no contexto de globalização neoliberal e que tiveram significativa repercussão sobre espaços regionais e locais, a exemplo deste que ora focalizamos.

A partir desse pano-de-fundo, faz-se possível, então, analisar a divisão sexual de trabalho em uma fábrica de calçados e, pela voz da sapateira, delinear os aspectos objetivos e subjetivos que caracterizam a sua existência.

3.1 Franca no quadro da produção coureiro-calçadista nacional

A cidade de Franca está situada no nordeste paulista, e dista, por via rodoviária, 400 km da capital do Estado de São Paulo. Em uma área de 609 Km², residem, conforme o Censo Demográfico de 2000 (IBGE), 287.400 pessoas, sendo que 281.869 na zona urbana e 5.531 na zona rural (98% e 2%, respectivamente); a população é constituída por 141.851 homens e 145.549 mulheres (49,4% e 50,6%, respectivamente).

Trabalhando com um índice de crescimento anual da ordem de 1,84%, a população de 2002 foi estimada em 297.382 habitantes (Fundação SEADE-IPES), tendo sido a população economicamente ativa estimada em 193.484 pessoas, ou seja, 65% da população total.

Em maio de 2000, o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca apontava um quadro de aproximadamente 19.000 funcionários nas fábricas de sapatos da cidade, o que significa que apenas os trabalhadores formais e diretos da produção calçadista representavam cerca de 10% da PEA local. Franca é a maior produtora de calçados masculinos do país, apesar de seu volume de produção não atingir 6% do nacional.

Tabela 2: Produção anual de calçados no Brasil e em Franca: 1996-2000 (em milhões de pares).

Ano	Brasil	Franca	%
1996	554	24,8	4,5
1997	544	29,0	5,3
1998	516	29,0	5,6
1999	499	29,5	5,9
2000	580	32,5	5,6

Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca.

Entretanto, a impressão de percentual pouco relevante se desfaz quando levamos em conta, no conjunto de Estados brasileiros produtores de calçados, a quantidade de empresas e de empregos vinculados à produção calçadista francana.

Tabela 3: Estados Brasileiros Produtores de Calçados por número de empresas e empregos:1996 - 1997.

Empresas		Empregos		
Estados	1996	1997	1996	1997
Rio Grande do Sul	1.612	1.823	116.835	101.814
São Paulo	1.790	1.946	40.463	35.743
Minas Gerais	1.058	1.123	16.211	12.771
Ceará	97	136	9.962	14.448
Paraíba	57	69	7.261	6.398
Santa Catarina	240	232	3.240	2.881
Rio de Janeiro	126	112	2.061	1.317
Espírito Santo	35	36	1.458	1.415
Paraná	156	176	1.446	1.316
Pernambuco	36	30	1.298	1.463
Goiás	104	124	1.097	787
Sergipe	5	8	747	727
Bahia	44	46	153	237
Rondônia	12	19	178	941
Outros	56	67	340	337
Totais	5.428	5.947	202.750	182.595

Fonte: MTb-RAIS²¹

²¹ A tabela 3 é transcrição de uma xerocópia que nos foi fornecida pelo Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. Mantivemos sua forma original - sem ordem alfabética ou ordenação lógica (crescente/decrecente) no registro do número de empresas e volume de empregos. Não há dados desagregados por sexo, o que impossibilita a leitura da composição sexual do quadro de empregos.

Ainda que a produção calçadista gaúcha detenha, de forma disparada a dianteira, respondendo por mais de metade dos empregos diretamente gerados pelo setor, o Estado de São Paulo é o segundo maior produtor de calçados brasileiros e, em seu bojo, tem peso expressivo a produção francana.

Observamos que, enquanto em 1997, todo o Estado de São Paulo contava com 1946 empresas, em Franca havia aproximadamente 400 unidades produtoras de calçados. Na verdade, o Serviço de Tributação da Prefeitura Municipal de Franca, forneceu-nos em março de 2001, documento acusando a existência em 1997, de 1189 indústrias de calçados no município. Tal discrepância deve-se ao fato de essa estatística incluir as microempresas, a exemplo das “bancas”²². E, diga-se, de passagem, os números oficiais ainda estão subestimados, pois há muitos estabelecimentos atuando clandestinamente, sem registro.

Se focalizarmos o volume de empregos, apresenta-se-nos ainda mais expressiva a produção francana. Enquanto em todo o Estado registravam-se em 1997, 35.743 empregos no setor, Franca contribuía com cerca de 17.000 postos diretos, formais. Isso, sem contar os serviços indiretos a eles articulados, e o enorme contingente de trabalhadores informais na área, que representam mais de um terço da mão-de-obra aí alocada.

A análise dos dados referentes ao volume de empresas e empregos contribui para o redimensionamento desse percentual de 6% que *a priori* parece-nos pouco significativo.

Os dados da tabela 3, (Vide p. 110), permitem-nos observar que, com exceção de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco, em todos os outros Estados verifica-se, em

²² As bancas são unidades produtivas especializadas em determinadas etapas da confecção de calçados, que prestam serviços às indústrias. Há diversas modalidades de bancas: de pesponto, de corte, de chanfração, de ponteação, dentre outras, com preponderância das duas primeiras. Nelas predomina a presença de mulheres e menores. Para Franco, “a quantidade de mulheres operárias nas indústrias façonistas chega a 80%”. (1991, p. 32).

1997, um aumento do número de empresas, com queda do volume de emprego. Podemos constatar também, remontando-nos à tabela 2, (Vide, p. 109), que, ficando praticamente inalterado o volume de produção.

Deparamo-nos aqui com dados que, indubitavelmente, remetem-nos aos resultados da reengenharia produtiva; as mudanças verificadas decorrem do conjunto de medidas e práticas operacionais que revolucionaram o processo produtivo, assegurando a manutenção ou o crescimento da produção, malgrado a retração da oferta de empregos. E, vale assinalar, havendo ou não o aumento do número de empresas.

Se sob uma ótica economicista o efeito é eficaz, de outro lado, é perverso em termos humanos, uma vez que a mão-de-obra liberada não tem sido realocada em outros setores, nem tampouco tem podido desfrutar alguma espécie de "ócio criativo".

Reportando-nos novamente à tabela 3 (vide p. 110), observamos que Pernambuco, Bahia e sobretudo Ceará e Rondônia figuram como exceção, ao exibirem acréscimo do número de empregos. Embora os dados possam, de início, contradizer nossas observações, na verdade, a situação não foge à regra dessa reengenharia, dessa flexibilização operacional que, quando conveniente, faz com que as empresas descentralizem a produção e remanejem parte de suas atividades para áreas que, em virtude de subsídios estatais e oferta de mão-de-obra barata, oferecem vantagens competitivas. Adiante veremos, que, justamente no ano de 1997, a própria FÁBRICA instalou uma unidade produtiva voltada para a exportação, no Ceará, contribuindo assim, para essa majoração de empregos fora do centro-sul do país.

Pontuaremos agora, alguns elementos históricos que clareiam tanto as razões de existência da produção coureiro-calçadista francana, quanto das mudanças, por ela experimentadas no último quartel do século XX; em um primeiro momento, diante das dificuldades de adequação ao novo panorama produtivo internacional, Franca conheceu uma crise, até então, sem precedentes em sua história.

3.2 Franca e o calçado: retrospectiva histórica

Não é objeto de nossa pesquisa o resgate histórico da produção coureiro-calçadista francana, mas pensamos ser oportuno, mesmo que *en passant*, buscar as origens dessa atividade produtiva. Para tal, ativemo-nos à revisão bibliográfica, não nos embasando, pois, em fontes primárias ou documentais.

Franca passou por duas fases sucessivas de povoamento e ambas devem ser creditadas à sua localização estratégica, enquanto marco fronteiro das Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

A primeira fase de povoamento é obra de paulistas e vincula-se ao ascenso da mineração, no século XVIII.

Cortando o Sertão que se achava entre os Rios Pardo (a oeste), Grande (ao norte) e os indecisos limites da Capitania de São Paulo com a de Minas Gerais (a leste), a 'Estrada dos Goyazes' possibilitava a afluência de viandantes, mineradores, e negociantes em direção ao ouro de Vila Boa e seus arredores. Ao longo da Estrada iam florescendo os pousos (...) primeira forma que assume o povoamento da região. (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.16).

Por essa rota, conhecida como a "Estrada do Sal" que, partindo de Moji Mirim, ligava São Paulo à Vila Boa de Goiás, antiga capital goiana e atualmente cidade de Goiás, transitavam paulistas travestidos de bandeirantes, ávidos pela descoberta de veios auríferos nas "Gerais" e por índios a serem apresados. A região tornou-se, pois, entreposto de sal e ponto de negócio de seus mercadores. Transportado no lombo de mulas ou em carros de bois, em um percurso de muitas léguas, em viagens que chegavam a durar algo em torno de três meses, o sal, que se destinava à alimentação humana, do gado, e à conservação de gêneros alimentícios, saía de Santos, passava por Campinas, para finalmente ser estocado e revendido no Sertão do Rio Pardo. Daqui seguia, para ser

distribuído em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Chegou, por esta razão, a ser denominado "sal francano".

Às margens da Estrada do Sal, foram se formando, como pontos de passagem, os pousos - pequenos núcleos populacionais constituídos por edificações esparsas que abrigavam reduzido número de famílias com seus escravos e agregados - locais de comércio, para suprir as necessidades dos viajantes que por ela transitavam.

A segunda fase, já no final do século XVIII e primórdios do século XIX, vinculase ao declínio da mineração. O esgotamento do ouro de aluvião dos córregos obrigou significativo contingente de mineiros a colocar os pés na estrada, dessa vez, em direção inversa, rumo norte-sul. Buscavam, agora, terras para plantio e criação de gado, atividades que se colocavam como alternativas de sobrevivência. Assim, surgiram na região fazendas que se constituíram como unidades policulturistas voltadas à produção para o consumo.

É importante também frisar que o fato de Franca localizar-se na mesma faixa de latitude (20°32'03"S) dos centros auríferos de Minas Gerais, e na mesma longitude (47°24'19" WGR) das lavras goianas, regiões dotadas de recursos minerais, alimentou a esperança da descoberta, também nestas plagas, de jazidas, de novas fontes de riqueza.

Tal expectativa conduziu a uma tardia e fugaz atividade mineradora local, sob a forma de exploração de terrenos diamantários. Mesmo não tendo sido de grande monta os resultados, as pedras preciosas encontradas, fizeram com que Franca passasse a figurar como um pólo de lapidação, título que, merecidamente ou não, ainda hoje ostenta.

Porém, a pecuária ia, aos poucos, ganhando preponderância econômica. A criação de gado suíno, eqüino, ovino, caprino e, sobretudo, vacum - além de gerar pujante comércio de intermediação, propiciou, em virtude da abundância de couro, o desenvolvimento de atividades artesanais de curtimento, a instalação de selarias voltadas à confecção e conserto de arreios para tropeiros e viajantes, bem como a implantação de

oficinas produtoras de calçados artesanais: botas, chinelos, sandálias de couro cru e “sapatões”²³. Aqui reside o germe da produção calçadista francana.

Nossa breve retrospectiva histórica, até o momento, ateu-se a aspectos econômicos. Pensamos que caberiam também algumas pinceladas acerca da natureza político-social do processo de constituição de Franca e da instalação da indústria coureiro-calçadista na cidade.

Os novos entrantes, egressos da Capitania de Minas Gerais, que para cá afluíram em número crescente, no início do século XIX, já não podiam circunscrever-se aos exíguos limites dos pousos. Formou-se, então, a Freguesia, um núcleo populacional de maior porte, com características urbanas²⁴.

Oficialmente, Franca torna-se a "Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo" em 1805; é elevada à condição de Vila Franca do Imperador em 1824²⁵ e ganha estatuto de cidade em 1856.

Considera-se como seu fundador, pelo pioneirismo demonstrado e empenho junto a instâncias superiores no sentido de criação da Freguesia e posterior elevação à categoria de Vila, o Comandante de Ordenanças, capitão Hipólito Antônio Pinheiro²⁶.

²³ Os populares "sapatões" eram peças rústicas e grosseiras, feitas de atanado - um tipo de couro curtido com casca de angico ou de outras plantas taninosas - que tinham escoamento certo no mercado.

²⁴ Para Ferreira (1989), Franca estaria, dada sua localização no percurso da Estrada do Sal, desde seus primórdios, imbuída da vocação para entreposto, para empório comercial. Concepção diversa tem o historiador Chiachiri Filho (1986, p.59) para quem, Franca, na verdade, já teria nascido freguesia. Seja como for, com a expansão do primitivo núcleo residencial e o crescimento do número de estabelecimentos comerciais, constitui-se o arraial, sede da Freguesia.

²⁵ O aniversário de Franca é comemorado em 28 de novembro, rememorando a criação da Vila e instituição do município em 28.11.1824, ocasião em que o arraial adquiriu efetiva autonomia. Esse evento foi, em termos políticos mais importantes do que o de sua posterior elevação à categoria de cidade, título meramente honorífico.

²⁶ O recenseamento de Moji-mirim datado de 1805 traz Hipólito Antônio Pinheiro, mineiro de origem, como o primeiro morador de Franca. (CHIACHIRI, 1967).

O nome dado à cidade é uma homenagem ao governador da Capitania de São Paulo no período de 1802 a 1811, Capitão General Antônio José da Franca e Horta, que envidou decisivos esforços para que Franca viesse a existir.

Um fato importante na história da cidade, que precisa constar desta sucinta retrospectiva, é a chegada, em 1887, da ferrovia, em um momento de refluxo dos ciclos do gado e do sal. Seus trilhos iam acompanhando a trajetória dos cafezais, que se alastravam na região desde 1860. Seguiam de perto a rota do café, produto que se tornara carro-chefe da economia brasileira a partir da segunda metade do século XIX.

Para Tosi, na verdade, o porte da cafeicultura desenvolvida na região de Franca, não justificaria ter sido ela incluída no traçado da Companhia Mogiana.

Foi à ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam ser classificadas de inexpressivas frente às quantidades do produto que passaram a ser produzida posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de 'cafelistas' de expressão no município antes de sua chegada... Portanto, não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que, àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizam. (1998, p.87).

A despeito da polêmica de ter a ferrovia atraído o café, ou vice-versa, sem dúvidas, ela alargava as possibilidades de mercado, agilizava e facilitava o escoamento de mercadorias e contribuía para a expansão da, então incipiente, produção cafeeira de Franca.

Ainda que esta não possa ser, em momento algum, equiparada, em volume de produção, à de Ribeirão Preto, em termos qualitativos o fino café francano ganhou renome internacional e propiciou a instalação de várias casas exportadoras. A acumulação cafeeira contribuía para a ampliação de mercados e, especificamente, também para a expansão das atividades artesanais, existentes desde os idos de 1824, que utilizavam o couro como matéria-prima, impulsionando, assim, o florescimento da indústria calçadista.

Nas últimas décadas do século XIX proliferaram, no local, os curtumes, as sapatarias e oficinas artesanais.

O primeiro curtume instalado na cidade, denominado "Cubatão", foi construído em 1885 pelo Padre Alonso Ferreira de Carvalho. Algum tempo mais tarde, em 1906, o sacerdote empresário instalaria outro curtume, o "Progresso". Em 1910 já havia em Franca três unidades curtumeiras em atividade.

Em 1918, Carlos Pacheco de Macedo, um antigo carreiro natural de Formiga (M.G.), aqui estabelecido no ramo de arreios e couro, desde 1903,²⁷ adquiriu o Curtume Progresso e remodelou-o com maquinário importado da Alemanha. O êxito do empreendimento estimulou-o a, na companhia de sócios, instalar em 1921, a "Calçados Jaguar", primeira indústria de calçados da cidade a utilizar máquinas e a produzir em larga escala. Vale registrar que a fábrica pioneira já incorporava mão-de-obra feminina e de forma discriminatória. "Essa seção [de pesponto]"²⁸ empregava pelo menos 30 trabalhadores, em sua maioria mulheres. Apesar de executarem as mesmas tarefas que os homens, as mulheres recebiam uma remuneração inferior" (NAVARRO, 1998, p.38).

Ferreira também evoca a utilização de mão-de-obra feminina pela "Jaguar" (nas tarefas específicas de costura e pesponto) e comprova a discriminatória divisão sexual do trabalho, apontada por Navarro, por meio do relato de Maria Rufino, uma das trabalhadoras da seção de pesponto, por ele entrevistada, que aqui transcrevemos: "metade da mão-de-obra era feminina, porém, ganhando menos que os homens." (FERREIRA, 1989, p.69).

²⁷ Cf. texto do historiador José Chiachiri Filho, (s.d.), publicado pela Prefeitura Municipal de Franca gestão de 1993 a 1996 ("Em 1910, 60% da produção de botinas de Franca cabiam à firma Pacheco e Cia. (nessa época, Franca possuía 18 fábricas que produziam 25.696 pares de botinas) Nesse mesmo ano, mais de 75% da fabricação de chinelos saíam da mesma firma (a produção total de Franca era de 11.331 pares)". É importante assinalar que tais empreendimentos tinham, até então, caráter manufatureiro.

²⁸ Os colchetes são nossos (M. L. V. T.).

Tivemos a oportunidade de assistir à réplica de um filme promocional da "Calçados Jaguar"²⁹, com cerca de dez minutos de duração, datado de 1924, que nos possibilitou observar a divisão sexual do trabalho na fábrica e a presença de operárias em atividade na linha de montagem.

Um aspecto interessante que também pode ser observado em meio a todo o processo de mecanização e produção em série retratado no filme, refere-se ao clima corporativista que permeia as relações de trabalho. Este é perceptível na proximidade estabelecida na rotina da fábrica, entre os operários e os denominados "sócios-gerentes" - que se portam tanto de forma autoritária quanto paternal ao inspecionarem a qualidade dos produtos ou ao ensinarem os operários a manusear as máquinas. Essa postura paternalista fica ainda mais nítida durante eventos festivos, a exemplo da cena de uma confraternização entre capital e trabalho, patrocinada pelos proprietários em comemoração ao 1º de Maio, focalizada na película.

O filme retrata também o escoamento da produção, por via ferroviária, em substituição aos velhos carros-de-bois e mulas, o que nos permite aquilatar a contribuição dos trilhos para a comercialização de sapatos e para o processo de interiorização de capitais. "A ferrovia estava (...) criando oferta e procura, alargando as possibilidades de um mercado em localidades onde ele ainda não havia se consolidado, na medida em que rebaixava os custos de intermediação, através da agilização dos transportes." (TOSI, 1998, p. 79).

Outro aspecto, aparentemente banal, mas que nos pareceu significativo, diz respeito ao horário de saída dos trabalhadores para almoço: às 10 h., muito cedo para os padrões urbanos. O pormenor sugere, na nossa concepção, um hábito rural que, quiçá

²⁹ O original do filme integra o acervo do Museu Histórico Municipal de Franca.

possa remeter-nos a operários que tragam nas mãos, como marcas de sua origem, os calos da enxada.

Em 1927, as máquinas da "Jaguar" - que juntamente com o Curtume Progresso fora à falência em 1926 - são arrematadas em hasta pública pela Honório e Cia., antecessora da Calçados Peixe S.A. O insucesso financeiro da pioneira em nada diminui sua importância, posto que ela:

Trouxe em seu bojo a rica potencialidade dos novos métodos produtivos para o desenvolvimento industrial e para a definitiva ascensão das formas capitalistas de produção, com a substituição das importações e a criação de um mercado interno capaz de absorver a produção calçadista em escala ampla, que os novos métodos e processos de trabalho proporcionaram. (FERREIRA, 1989, p.141).

Na década de 30, a mecanização ganha vulto, passando a integrar, definitivamente, o processo produtivo local³⁰. No período em tela, além da Calçados Peixe, desponta outra importante indústria de calçados na cidade, de propriedade de Antônio Lopes de Mello que, existente desde 1921, passa, em 1936, a importar máquinas da Alemanha.

Algum tempo depois, em um jogo de mercado já muito competitivo, a empresa norte-americana USMC (*United Shoe Machinery Corporation*) adquire as máquinas importadas por Lopes de Melo, para substituí-las por equipamentos norte-americanos alugados, ou melhor, fornecidos, com garantia de assistência técnica, pelo sistema de *leasing* - arrendamento com opção de compra. A USMC, em pouco tempo monopolizou o mercado de máquinas para calçados na cidade. "Outros industriais francanos seguem o exemplo de Antônio Lopes de Mello e, utilizando-se de máquinas, procuram melhorar os métodos de produção." (CHIACHIRI FILHO, [s.d.], p.15).

Nas décadas de 30 e 40 do século XX o processo de mecanização ganha impulso, e o desenvolvimento da indústria calçadista francana faz-se, em boa medida, a partir da

³⁰ A instalação de fábricas mecanizadas, tais como a Jaguar, não significou a extinção dos estabelecimentos artesanais em Franca; durante um bom período as duas formas de produção coexistiram.

expansão e remodelagem de unidades produtivas familiares já instaladas na cidade, a exemplo da FÁBRICA, espaço empírico desta pesquisa.

Outro exemplo, digno de nota, é-nos dado por Miguel Sábio de Mello que, tendo sido sócio de Antônio Lopes de Mello quando da dissolução da antiga sociedade, instala, em 1935, a Calçados Edite, que se transformaria em 1953, na renomada Samello S.A.

Em sendo o desejo de aprimoramento a tônica na vida de Sábio de Melo, uma viagem aos Estados Unidos em 1947, juntamente com seus familiares, resultou, como seria de se esperar, em inovações. Retornaram ao Brasil, trazendo na bagagem uma nova visão empresarial e novas técnicas de produção, dentre elas, um tipo diferente de calçado, o mocassim, que revolucionaria, com êxito comercial, os processos convencionais de confecção do sapato.

Originário do artesanato indígena norte-americano, o modelo representava uma inovação, por ser, ao contrário dos outros, montado de baixo para cima, a partir do solado; calçado muito mais leve do que o palmilhado, até então produzido pelos calçadistas francanos.

De suas vantagens, fala Ivânio Batista, diretor do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca:

Quando o Wilson [Sábio de Mello, filho de Miguel Sábio de Mello] trouxe o mocassim, o calçado foi motivo de risos, de chacota, que homem não usaria um sapato desses. Ele mandou desmontar esse mocassim e, um funcionário de confiança do Wilson, que é vivo até hoje e mora ao lado da fábrica, desmontou esse mocassim para entender como é que aquilo era feito, como o pé foi costurado. Desmontou descobriu como era feito esse sapato, que falaram para o Wilson que ninguém compraria, e que, hoje, é o campeão de vendas no mundo. (GRACIOLI, 2000, p.52-53).

O funcionário de confiança, a que se refere o dirigente sindical, é João Leopoldino Lemos, memória viva que Navarro conseguiu resgatar, em entrevista datada de 23 de outubro de 1996, ocasião em que o sapateiro, então aposentado, tinha 81 anos de idade. Suas palavras remetem-nos às peculiares características de um momento do processo

produtivo, muito diferente do atual; uma fase em que o saber do trabalhador assegurava-lhe certa autonomia.

O mocassim que o Wilson trouxe dos EUA era um sapato muito grosseiro, a costura daquele mocassim era muito grosseira, não 'dava vida' ao sapato. Ele me entregou o sapato, eu desmontei e fiz as modificações que quis fazer, porque naquela época eu já era um oficial. Fui modificando e, em três dias, entreguei o sapato pronto na mão dele. Aí, como diretor da Samello, ele tomou a decisão de mandar fazer as formas adequadas para o mocassim. (1998, p.70).

O parque industrial calçadista francano expande-se nas décadas de 1950 e 1960 e deve sua consolidação ao "desenvolvimentismo" - política econômica que nos anos 1950 estimula a industrialização nacional. As práticas de incentivos ao setor calçadista e à exportação de manufaturados que, em seqüência, são implantadas na década de 1960, possibilitam a ampliação do número de empresas na cidade.

Essa expansão deve-se sobretudo ao incentivo dado à indústria nacional pelo governo federal que abriu linhas de crédito no Banco do Brasil para capital de giro, aquisição de maquinaria, construção ou reforma de prédios. Em 1964, através do Decreto nº 53.586 cria o GEICAL - Grupo Executivo de Calçados, com a finalidade de estabelecer uma política de incentivos ao setor calçadista. O Decreto Federal nº 57.028 de 11 de novembro de 1965... isenta de impostos as máquinas importadas, reduzindo o Imposto de Renda de empresas exportadoras... (GRACIOLI, 2000, p.54-55).

Observemos, na tabela abaixo, quão significativo foi o crescimento do parque industrial calçadista francano, no período de 1950 a 1965:

Tabela 4: Empresas calçadistas de Franca: 1950-1965.

Ano	Número de estabelecimentos	Número de pessoas ocupadas
1950	171	2.015
1960	224	2.985
1965	285	5.327

Fonte: IBGE, *apud* Ferreira, 1989, p.101.

É justamente nessas décadas que a produção de sapatos assume a condição de principal atividade econômica do município.

Vilhena (1968, p. 68), embasada em dados do IBGE, registra a existência, já em 1968, de 411 estabelecimentos fabris, sendo que 360, ou seja, 87,7% destes, de natureza calçadista. Aponta ainda que, no ano anterior, em 1967, das 9.600 pessoas ocupadas na indústria francana, 7.200 eram sapateiros.

A exportação dos calçados francanos tem início em 1969,³¹ e o aquecimento da demanda, agora também externa, acelera ainda mais o crescimento de indústrias, não só as de sapatos, mas também as produtoras de máquinas, equipamentos e componentes para calçados.

Mais esse passo deve ser creditado ao pioneirismo da Samello, em virtude de ter sido o primeiro contrato de exportação fechado por Wilson Sábio de Mello no final da década de 60. Ivânio Batista tem memória fotográfica do episódio: “caminhão com uma faixa **primeira exportação de calçados Samello**, desfilou pela cidade com banda de música e foguetes e saiu com destino ao porto de Santos”. (GRACIOLI, 2000, p.60).

Ainda que não tenha deixado de ser sacudida, ciclicamente, por crises, inerentes a um sistema político-econômico regido pela lógica de acumulação capitalista, a produção coureiro-calçadista local foi, em um crescendo, expandindo-se, até atingir seu pico no ano de 1986. A momentânea euforia resultou do Plano Cruzado, que por meio de congelamento dos preços, juros elevados, gatilho salarial e reforma monetária, trouxe alguns ganhos fugazes.

Porém, em 1987, ano seguinte ao de sua implantação, a ressaca se faz sentir; tem início uma fase de declínio que se acirra em 1991, com as medidas facilitadoras das importações do Plano Collor, e alcança seu clímax pós 1994, em virtude da problemática cambial gerada pelo Plano Real que, ao valorizar a moeda nacional, dificultou a atividade

³¹ As exportações brasileiras de calçados pouco antecederam as francanas; ambas tiveram início na década de 1960 e firmaram-se na década de 1970. "A exportação de calçados brasileiros, que se iniciara timidamente por volta de 1964 com a comercialização de 133 mil pares, avoluma-se a partir de 1969, quando ultrapassou um milhão de pares". (NAVARRO, 1998, p. 112).

exportadora. A situação começou a ser revertida em janeiro de 1999, com nova mudança cambial, como analisaremos adiante.

Essas oscilações da produção calçadista francana, ao sabor dos vários planos econômicos implantados no país a partir de 1980 e de pontuais medidas do Governo Federal, podem ser observadas, com nitidez, na tabela abaixo:

Tabela 5: Produção anual de calçados em Franca: 1984 - 2001 (em milhões de pares).

ANO	PARES	ANO	PARES
1984	32,0	1993	31,5
1985	30,0	1994	31,5
1986	35,0	1995	22,0
1987	17,0	1996	24,8
1988	24,0	1997	29,0
1989	27,0	1998	29,0
1990	27,0	1999	29,5
1991	24,0	2000	32,5
1992	25,7	2001	32,5

Fonte : Sindicato da indústria de calçados de Franca.

É sintomática a sincronia dos momentos de significativa queda da produção de calçados em Franca, com o "*day after*" dos Planos Econômicos implantados respectivamente pelos governos Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso, sucessores de um regime militar, que na ponta do fuzil abria as picadas neoliberais.

Um texto produzido pelo Sindicato dos sapateiros de Franca e apresentado durante o VII Congresso da categoria, transcorrido em agosto de 2001, como subsídio para análise de conjuntura, marca a postura da entidade, de oposição ao modelo político-econômico implantado no país.

A crise brasileira decorre, portanto, da combinação das medidas de política econômica tomadas pelo governo FHC, que submeteram o país à lógica do capital financeiro internacional, com um cenário econômico internacional e regional de grande instabilidade, no qual a preservação dos interesses do capital passa sempre por 'ajustes estruturais' (redução de gastos públicos sociais para pagar a dívida pública, etc.) impostos aos países subdesenvolvidos.[s.d.t.].

Os dados da tabela 5 (vide p. 123) respaldam as palavras dos sindicalistas e evidenciam os impactos locais do projeto neoliberal em curso, que emaranha os interesses nacionais nas teias globalizadas do grande capital internacional e responde pela crise no setor calçadista que passamos a focalizar.

3.3 A crise da indústria calçadista de Franca: 1980 a 1990

O setor coureiro-calçadista, carro chefe da economia francana, passou, no período em tela, por séria crise que, é preciso frisar, não se configurou como um fenômeno local, apresentando, ao contrário, dimensões nacionais.

Para Tarcísio Zimmermann (s.d.), outras crises, provocadas por problemas internos da economia brasileira, já haviam assolado o setor, mas, na que se instaura no final da década de 80 do século XX, detecta proporções muito mais graves. Embora o dossiê, elaborado sob sua coordenação, retrate especificamente o Vale dos Sinos - região gaúcha formada por dezoito cidades e especializada na exportação de sapatos femininos, que responde por 40% da produção nacional de calçados - a referência não deixa de valer para outros centros calçadistas inseridos em um mesmo cenário, tais como Franca, Birigüi e Jaú, no Estado de São Paulo.

Na verdade, a crise econômica dos anos 1980 incidiu, nacionalmente, de forma mais acentuada sobre as indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis, tendo sido o ramo calçadista um dos poucos setores que, em um primeiro momento, conseguiu equilibrar-se e até expandir-se. Entretanto os dados abaixo apontam um impacto mais forte sobre a produção calçadista francana, que despencou após 1986.

Tabela 6: Produção de calçados - Brasil e Franca: 1979 - 1989 (em milhões de pares).

Ano	Brasil	Franca
1979	323,8	27,6
1980	465,5	28,2
1981	462,0	29,3
1982	476,3	30,1
1983	458,2	30,4
1984	517,5	32,0
1985	538,1	30,0
1986	602,2	35,0
1987	554,7	17,0
1988	543,8	24,0
1989	592,0	27,0

Fonte: Sindifran - Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, *apud* Braga Filho (2000, p.103)

Observe-se que até 1985, a produção francana gravitava, sem grandes variações, em torno de 30 milhões de pares/ano. Vivencia brusca elevação em 1986 e não menos abrupta queda a partir de 1987, enquanto a produção nacional se mantinha mais estável. Esta também decaiu a partir de 1987, mas em menor proporção do que a francana.

A forte oscilação foi um dos reflexos do "Plano Cruzado" de estabilização econômica implantado em fevereiro de 1986, no governo Sarney, sob a gestão do Ministro da Fazenda Dílson Funaro. Visando a debelar persistente inflação, a equipe econômica determinou o congelamento de preços e implantou a reforma monetária que substituiu o Cruzeiro pelo Cruzado.

A elevação da produção francana de calçados, de 30 milhões de pares em 1985 para 35 milhões de pares em 1986, reflete a momentânea euforia decorrente da maior demanda do mercado interno, aquecido circunstancialmente pelo aumento do poder aquisitivo de uma parcela da população que foi beneficiada pelas medidas adotadas.

Entretanto a "bolha" de consumo e conseqüente desestímulo à poupança, tiveram o efeito rebote do desabastecimento, o que resultou na queda dos estoques exportáveis e do *superavit* da balança comercial. Seguiu-se então uma complexa fase de inflação disfarçada e arrocho salarial, pois os preços dos produtos continuavam teoricamente congelados, mas, de fato, só se conseguia adquiri-los, com o pagamento de ágio.

A população percebia que embora formalmente os preços continuassem sob controle, congelados, o arranjo era fictício e que seu poder de compra caíra; os salários iam tornando-se defasados, uma vez que o gatilho salarial imposto no bojo das medidas econômicas, só disparava quando a inflação atingia o patamar dos 20% e já se acumulava significativa perda. Ou seja, a inflação retorna, os salários caem, mas tudo de forma camuflada, não às claras.

Porém, independentemente de quaisquer disfarces, a produção calçadista de Franca acaba decaindo em 1987 para 17 milhões de pares/ano, distanciando-se muito dos anteriores 30 milhões de pares/ano, até então, em média, produzidos. Como bola de neve, a situação social agrava-se; entram em cena novos despossuídos, os alijados do mercado formal de trabalho que, ao perderem capacidade aquisitiva, contribuem para a retração do mercado interno.

A crise anunciada chegava à Franca; o volume de desempregados vagando pelas ruas da cidade é um de seus inegáveis sintomas. De 1986 para 1987, quase 10.000 sapateiros, ou seja, 27% da categoria, perderam seus empregos.

Tabela 7: Número de funcionários nas indústrias de calçados de Franca : 1984 – 1987.

Data	Número de funcionários
Dez. 1984	34.509
Dez. 1985	32.169
Dez. 1986	36.609
Dez. 1987	26.704

Fonte: Sindicato da Indústria de calçados de Franca.

Se, internamente, como pontuamos, a conjuntura complicava-se, o mercado externo também não se mostrava promissor. O crescimento da produção mundial de calçados forçava o Brasil a enfrentar acirrada concorrência de novos países produtores: Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, China Continental, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Vietnã, Romênia e Tunísia.

As vantagens competitivas de tais países, alicerçadas na abundância de mão-de-obra, em baixos salários e políticas de incentivos fiscais, falaram mais alto e fizeram com que o calçado brasileiro perdesse espaço no mercado internacional.

Há controvérsias quanto às causas de nossas desvantagens competitivas. Na perspectiva patronal, um de seus fatores, e considerado, de peso expressivo, seria o diferenciado custo da mão-de-obra no Brasil e nos demais países concorrentes. Em 1998, no Brasil, os salários médios dos trabalhadores na indústria de calçados giravam em torno de US\$ 200/mês, enquanto que na China, não ultrapassavam US\$ 50/mês. (LAFIS, 1998)³².

É evidente que a discrepância desses níveis salariais incide sobre o preço final do produto, tornando-o mais ou menos atrativo; enquanto o calçado brasileiro era exportado,

³² O piso salarial em Franca situa-se na faixa de US\$ 100/mês, ou pouco acima disso, e o salário médio aproxima-se de US\$150/mês; abaixo, pois, da média brasileira e muito acima da chinesa. Entretanto, a diferença entre os níveis salariais do Brasil e da China não nos permite deduzir que seja elevada a remuneração dos trabalhadores brasileiros, os quais, ao contrário, têm sido submetidos a incessantes perdas salariais.

em média, por US\$ 10,00/par, a China, a Indonésia e a Tailândia conseguiam colocar no mercado sapatos a até US\$ 4,00/par (SEBRAE-SP, agência de Franca).

Em Franca a situação é ainda mais delicada, pois o preço médio de seu calçado já se situa acima do patamar nacional; em 2000, este era de aproximadamente US\$ 9,50, enquanto o sapato francano custava US\$ 17,84. (Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca).

Mas, retornemos ao mercado interno aberto de forma lesiva aos interesses nacionais - onde a crise se acentuava. O revés sofrido com o Plano Cruzado fora apenas o primeiro de uma série de outros que viriam no rastro de novas políticas de ajuste econômico e de medidas neoliberais caracterizadas pelo decréscimo da ação reguladora do Estado e por privatizações não raras vezes danosas ao patrimônio público. Como vimos, os pontos de refluxo da produção calçadista em Franca “coincidem” com os períodos de implantação desses planos econômicos que, sem exceção, contaram com a chancela do capital internacional.

Não bastasse o declínio pós-Plano Cruzado, novas quedas da produção foram registradas em 1991 e em 1995, respectivamente, nas pegadas dos Planos Collor e Real.

Tabela 8: Produção anual de calçados em Franca: 1990-1995 (em milhões de pares).

Ano	Produção de calçados
1990	27,0
1991	24,0
1992	25,7
1993	31,5
1994	31,5
1995	22,0

Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca.

O "Plano Collor", Lei nº 8024/90, de 12 de abril de 1990, implantado na gestão da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em que pese a heterodoxia do confisco de contas bancárias e da reforma monetária que recriou o Cruzeiro, também seguia receituário neoliberal; prova disso foram o programa de privatização de empresas estatais - só não levado integralmente a cabo em virtude do *impeachment* do presidente - e a pouco criteriosa abertura de mercado que impactou negativamente a produção calçadista, não só a francana, mas a brasileira. O descontentamento do empresariado francano revela-se nas palavras de Ivânio Batista, diretor do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca:

O Plano Collor expôs de forma brutal e sem nenhum preparativo a indústria nacional à concorrência internacional. O Brasil era, até então, um país superfechado, com as indústrias superprotegidas. Havia produtos cuja importação era proibida e outros com alíquotas de importação de 170, 1.340%. Da noite para o dia essas barreiras alfandegárias foram eliminadas, caíram para 20, 40%. Isso expôs muitos setores, e não apenas o calçadista, a uma concorrência altamente prejudicial, até porque o país não estava, como ainda não está preparado para evitar a entrada de produtos altamente subsidiados no mercado interno. Não há legisladores nem técnicos para agir rapidamente em casos de denúncia de 'dumping'. A situação ficou difícil para todo mundo, se agravou, até para quem faz sapato de couro. (NAVARRO, 1998, p. 167-168).

O tom do discurso do representante patronal não difere muito do teor do texto do Sindicato dos trabalhadores (vide p.124); na crítica a planos econômicos lesivos à produção nacional as vozes convergem.

O Plano Real implantado a seguir, em 1º de julho de 1994, durante o governo Itamar Franco, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso - que colocava como metas prioritárias o controle da inflação e a estabilidade monetária - também provocou intenso desarranjo na economia francana.

A valorização do Real trouxe prejuízo aos exportadores que vendiam seus produtos em dólares e pagavam suas despesas internas em reais. Se anteriormente a defasagem cambial implicava em ganhos capazes de compensar eventuais quedas do preço do produto no mercado internacional, no novo cenário, a situação invertia-se.

A política de abertura às importações e de juros elevados implantada vinha completar o caldo de cultura da crise; as indústrias continuavam a despejar levas e levas de trabalhadores nas ruas.

O desemprego conjuntural resultante do caráter recessivo da nova política econômica aplicada no país, veio somar-se ao desemprego estrutural em curso, produto das novas tecnologias e da reestruturação produtiva que possibilitavam o enxugamento do quadro de trabalhadores sem significativa queda na produção.

Se em dezembro de 1986, em Franca, 36.609 sapateiros respondiam pela produção de 35 milhões de pares/ano, em dezembro de 2000, 18.975 trabalhadores produziam 32,5 milhões de pares/ano (Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca); volume muito próximo do limite potencial de produção³³. Proporcionalmente à redução do número de funcionários, temos que convir que a queda da produção foi irrisória.

Braga Filho, em pesquisa sobre reorganização industrial e economia informal, realizada a partir da análise do desempenho de duas empresas calçadistas francanas de grande porte, pôde constatar que

A produtividade média do trabalhador nas duas empresas foi de 4,8 pares por dia entre os anos de 1980 a 1989 e a mão-de-obra formal empregada ficou na média em torno de 2550 empregados no mesmo período. De 1990 a 1999, a produtividade média passou para 5,6 pares por dia por empregado, o que representou um incremento de 16,6%, enquanto a mão-de-obra empregada, na média, ficou por volta de 2045 pessoas, isto é, uma queda de quase 25% no período. (BRAGA FILHO, 2000, p.184).

O incremento da produtividade em um setor considerado tradicional, como o calçadista, a que alude Braga Filho, mais deve ser creditado às mudanças organizacionais do que às inovações tecnológicas, uma vez que a confecção de calçados é intensiva em mão-de-obra, pois várias de suas operações têm caráter artesanal.

³³ Em julho de 2001, a capacidade instalada em Franca era de 37.200 pares/ano.

Assim, as minuciosas tarefas manuais necessárias à produção da vasta gama de modelos requerida pelo mercado exigem, para atendê-lo, o concurso de muito trabalho manual.

Tais tarefas demandam apurada atenção e colocam em pauta a possibilidade de eventuais atrasos passíveis de provocar soluções de continuidade, o que, em um sistema de produção em série, em linha de montagem, organizado segundo preceitos tayloristas/fordistas e ancorado no controle dos tempos e movimentos dispendidos na rotina de trabalho, é extremamente problemático.

A dificuldade de sincronização das múltiplas e consecutivas atividades parcelares que integram a confecção do calçado - cerca de 120 a 130 operações - se não descarta esse paradigma produtivo, conduz à sua combinação com outros mecanismos, tais como as práticas toyotistas, capazes de conferir maior flexibilidade à produção,.

O setor recorre, ainda, e de forma substancial, à terceirização, uma das práticas utilizadas pelo sistema de acumulação flexível, que consiste no repasse dos serviços e das tarefas que não ofereçam vantagens competitivas à empresa, para terceiros que, ao executá-los, desobrigam a indústria de diversos ônus, dentre os quais, o dos encargos trabalhistas.

Em decorrência dessas mudanças operacionais que efetivamente reduziram a oferta de empregos formais, os sapateiros de Franca assistiram ao fechamento de milhares de postos de trabalho e passaram a conviver com o fantasma do desemprego.

“O setor calçadista fechou 9.573 vagas entre março de 1991 e março de 1998, segundo o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. O número é contestado pelo Sindicato dos Empregados, que registra o fechamento de 18 mil vagas.” (Folha de São Paulo, 31 maio 98, Dinheiro, p.8).

O número de trabalhadores empregados no setor decresceu, pois, de 36.609, em dezembro de 1986, para 15.360, em dezembro de 1998. (Sindicato da Indústria de

Calçados de Franca). Um corte de mais de 58% ou, em números absolutos, 21.249 trabalhadores nas ruas, o que significava, então, cerca de 16% da PEA francana³⁴.

A crise produziu o famoso efeito “dominó”, refletindo-se nas fábricas fornecedoras de matéria-prima, de máquinas, de equipamentos e de embalagens para calçados; sem contar o impacto indireto sobre outras atividades econômicas e a inevitável retração do comércio. Pagava-se o preço da monoprodução.

As dimensões da crise podem ser avaliadas, até mesmo pelo impacto demográfico. Se o bom desempenho da indústria calçadista de Franca, fizera da cidade um pólo de atração populacional, o fluxo é revertido a partir de 1995. Ocorre, então, uma queda da taxa de crescimento demográfico, fenômeno que talvez esteja vinculado às dificuldades enfrentadas pelas indústrias de Franca no período, e ao fato de muitos francanos, conseqüentemente, virem-se forçados à mudança de domicílio.

O ritmo de crescimento demográfico de Franca caiu para menos da metade nos últimos 4 anos se comparado à média anual registrada nos 20 anos anteriores. Essa é uma das constatações que já é possível se fazer com base nos dados apurados pelo Censo 2000, finalizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) local na semana passada é possível dizer que de um crescimento médio da população de 4,5% ao ano, verificado entre 1976 e 1996, o índice despencou para menos de 2%. De acordo com o IBGE, o crescimento populacional da cidade, nos últimos quatro anos, foi de 7,52%, o que leva à média anual inferior a 2%. (Comércio da Franca, 15 dez. 2000, Caderno A, p. 9)³⁵.

Tamanha crise não passaria ao largo da administração pública; o fechamento de fábricas provocou queda na arrecadação, que por sua vez resultou em cortes de investimentos públicos.

As empresas calçadistas de médio e grande porte, de uma forma ou de outra acabaram encontrando saídas, intensificando as exportações para o Mercosul e países da América Latina, tais como Bolívia e Venezuela, ou então, através da abertura de filiais em

³⁴ Em 1994, a PEA (População Economicamente Ativa) em Franca era da ordem de 132.000 trabalhadores.

³⁵ A média de crescimento populacional de Franca a partir de 1996 foi mais elevada do que a média nacional, mas ficou aquém da registrada em sua fase áurea.

outros Estados, a exemplo da Paraíba e do Ceará que, no ventre de uma guerra fiscal, procuravam atrair investimentos através de subsídios, isenção de impostos e facilidades creditícias.

Aos trabalhadores desempregados é que não restaram muitas opções, e a mais corriqueira foi engrossarem as fileiras da economia informal, seja no comércio de ambulantes ou “barraqueiros”, seja fazendo “bicos” das mais variadas espécies. Outra alternativa encontrada por sapateiros desempregados, foi manterem-se integrados à produção coureiro-calçadista sem vínculos empregatícios, como prestadores de serviços em suas próprias residências, ou nas bancas.

Para mensurar o desemprego local, Braga Filho valeu-se do número de pessoas que, na esperança de obter colocação no mercado de trabalho, recorreram ao PAT, órgão vinculado a SERT- Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo.

"De janeiro de 1998 até o mês de julho do ano de 2000, entre os atendimentos novos e retornos, foram atendidos pelo PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) 37.565 pessoas, número este que, por si só, revela entre tantos outros sintomas, as dificuldades de se obter emprego." (2000, p. 200).

É significativo, ainda, o volume de casos atendidos na cidade, pelo Banco do Povo, entidade também vinculada à SERT – S.P., que foi instituída para, em parceria com Prefeituras Municipais, conceder empréstimos que permitam às pessoas de baixa renda, estabelecer-se, profissionalmente, por conta própria.

Segundo informações de um agente de crédito da unidade local, a agência de Franca, firmara, de sua inauguração ocorrida em 07 de maio de 1999 até 31 de janeiro de 2001, 534 contratos, perfazendo um montante de R\$1.139.238,00.

Os contratos, cujo valor médio é de R\$ 2.100,00, teriam contemplado 1329 beneficiários indiretos, considerando-se os familiares e os empregados dos tomadores de crédito³⁶.

O bom desempenho da agência de Franca, coloca-a em posição privilegiada em nível Estadual.

Nas 82 unidades existentes no Estado de São Paulo, foram aprovados, até agora, 7.672 contratos a micro e pequenos investidores, dos quais 566 são na cidade de Franca. Em termos de valores, isso significa R\$ 1.205.806,00 somente superados pela unidade de Piracicaba (R\$ 1.273.511,00) (...) porém com uma ressalva: naquele município foram aprovados até hoje 484 contratos, portanto menos do que em Franca (...) Outro fator que favorece o município de Franca na comparação é o número de habitantes. De acordo com o relatório da Secretaria de Estado, Piracicaba tem 328 mil habitantes, enquanto Franca registra 287 mil. (Comércio da Franca, 21 mar. 2001, caderno A, p.3).

É importante observar que, enquanto a distribuição de clientes do Banco do Povo, por sexo, no Estado era de 54% de homens e 46% de mulheres (SERT, 2001), em Franca, o percentual feminino era mais elevado: 43% de homens e 57% de mulheres. Nos contratos firmados com mulheres preponderavam, como tomadoras de crédito, as pespontadoras.

O dado é duplamente interessante e convida à reflexão; inicialmente pelo fato dessa atividade vincular-se, por uma teia de subcontratação, à produção calçadista formal, mas, sobretudo porque, se de um lado faz pensar na informalização do trabalho, isto é, em um elevado contingente de mulheres em busca de alternativas de sobrevivência, de outro, pode sinalizar o avanço de mulheres que, transpondo os espaços domésticos, denotam audácia e certa dose de empreendedorismo.

³⁶ O microcrédito popular destina-se a cooperativas e a pessoas físicas e jurídicas (exceto funcionários públicos) de baixa renda, que trabalhem por conta própria ou tenham algum negócio estabelecido que contribua para a renda familiar. O candidato, para obter o crédito, precisa estar no ramo de atividades há pelo menos seis meses. O Banco financia, a juros de 1% ao mês, tanto capital de giro para compra de mercadorias e matérias primas (prazo de 1 a 6 meses), quanto investimentos fixos na aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas (prazo de 1 a 18 meses). Os valores do financiamento vão de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00, para pessoas físicas ou jurídicas, e de R\$ 200,00 a R\$ 25.000,00, para cooperativas e associações. (SERT, 2000).

Hirata, referindo-se às alterações de modelos produtivos e do mercado de trabalho, chama-nos também a atenção para as mudanças que vêm ocorrendo na dimensão subjetiva da mulher trabalhadora:

Os laços empregatícios tornam-se cada vez mais precários com o aumento do desemprego de longa duração, formas instáveis de emprego, flexibilidade no uso da mão-de-obra. Desenvolvimento do trabalho em tempo parcial nos países do Norte, crescimento do trabalho informal nos países do Sul, parecem emblemáticos dessa nova situação de crise do paradigma do emprego estável e protegido. A essas duas dimensões indissociáveis deve-se acrescentar uma terceira: a subjetividade das trabalhadoras, a vontade de permanecer no mercado de trabalho, o desejo de autonomia, a vontade de mudar, vislumbrar alternativas. (HIRATA, 2001, p.4).

No novo mundo do trabalho tais formas alternativas aparecem como um grande diferencial; deparamo-nos com um bom exemplo delas, a Coopermoda - Cooperativa de Trabalho em Costura Industrial e Moda de Franca - constituída por mulheres e voltada à confecção de roupas. A cooperativa, instalada na Incubadora de Empresas de Franca e registrada desde dezembro de 2000, foi uma das tomadoras de crédito do Banco do Povo.

Ao sabermos da existência desse grupo de mulheres trabalhadoras, em um momento inicial da pesquisa, com o leque ainda bastante aberto, procuramos conhecê-lo, à procura de algum possível vínculo, deste, com a produção calçadista. No intuito de mapear os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho da mulher sapateira, cogitávamos a hipótese, apenas parcialmente confirmada, de serem as cooperadas egressas da indústria de calçados.

No início de 2001, a Coopermoda contava com vinte e duas cooperadas, das quais pudemos entrevistar sete. Dentre estas, quatro, em sua trajetória profissional haviam passado pela produção calçadista, haviam trabalhado em fábricas, em bancas de pesponto, ou em domicílio como "costureiras manuais".

Costurei sapato... eu fazia para esses sapateiros que passam aí na rua, esses banqueiros... assim que eu cheguei em Franca, eu trabalhei um ano costurando sapato, e eu procurava serviço nas fábricas, mas eu nunca consegui... (Iara).

...Em fábrica eu gostava de trabalhar, até, inclusive em uma fábrica eu trabalhei 12 anos... No total deve dar uns 18, 19 anos ...Trabalhei por conta com costura manual... abri uma banca.... uns dois anos e pouco, aí depois eu voltei pra fábrica; de novo a mesma, Calçados Roberto, aí trabalhei mais ... acho que 8 meses ... Aí fracassou, eles mandou eu embora, aí eu entrei numa outra fábrica, trabalhei quase 3 anos, saí, trabalhei por conta de novo ... Eu queria estar em fábrica até hoje, só que tem aquela lei (SIC) que depois dos 40 anos, eles não pega a gente, acha que a gente não consegue trabalhar, porque não tem capacidade ou vai ficar doente, porque você já está mais velha, entendeu? Então era para eu estar dentro de uma fábrica, que eu reviso, faço um monte de coisa dentro de uma fábrica, faço de tudo dentro de uma fábrica... (Malu).

Nos finais de semana costuro sapato para enterar os ganhos, para pagar as despesas. (Diva).

Sempre trabalhei com sapato, com o meu marido ajudando, né? Já tivemos banca, agora atualmente, ele tá fazendo, fabricando uns parzinhos, eu continuo ajudando, entendeu? ... A gente mexe com pesponto, acabamento, tudo. Só costura manual que a gente manda pra fora, essa é assim a parte que a gente não mexe ... mas o resto a gente faz tudo....as firmas grandes, bem elas querem sair dos encargos, né? Trabalhei na Paragon, na Sândallo, Calçados Márcio, essa nem existe mais, né? Palermo, quando existia a Palermo, entendeu? ... comecei como coladeira ... depois ... pespontadeira.... é tão bom, né? ... Só que agora, igual eu estou te falando, por exemplo, no meu caso, eu já tenho 45 anos, eu acho que se for pra mim ir para uma firma, eu acho que eu vou ser barrada devido a minha idade, será que não? Aí que tá o problema. (Solange).

As palavras dessas mulheres que passaram pela produção calçadista denotam o desejo de manutenção desse vínculo, evidenciam que o trabalho na cooperativa, se lhes fosse dado o direito de escolha, não seria a primeira opção. Revelam também, de forma realista, a consciência dos obstáculos que o mercado de trabalho antepõem às pessoas com mais de 40 anos.

Antes de finalizarmos essas considerações acerca da crise enfrentada, de 1980 a 1990, pela produção calçadista francana, é preciso registrar os sinais de recuperação econômica que se delinearam no final do período em pauta, decorrentes de algumas medidas do Governo Federal que trouxeram certo alívio ao setor.

Dentre estas, a elevação, em 1995, do imposto sobre a importação de calçados, de 20% para faixas entre 47% e 63%, o que dificultou o ingresso de similares estrangeiros, ampliando as possibilidades do produto brasileiro no mercado interno.

Outra medida econômica que propiciou algum fôlego aos produtores nacionais de calçados foi a mudança cambial de janeiro de 1999, que desvalorizou o Real frente ao dólar. Uma vez que as transações comerciais no exterior são efetuadas em moeda estrangeira, como já assinalamos, os exportadores são beneficiados quando sua cotação se eleva.

As contratações no setor calçadista de Franca praticamente triplicaram nos primeiros seis meses deste ano em comparação ao mesmo período de 98. Segundo levantamento do Sindicato da Indústria do Calçado, neste ano o setor abriu 1640 novas vagas efetivas no primeiro semestre, contra 556 em 98. O crescimento é atribuído principalmente à mudança cambial de janeiro passado, que desvalorizou o real em relação ao dólar e tornou o produto nacional mais competitivo no mercado externo. (Folha de São Paulo. 25 ago.1999, 3º caderno, p. 1).

A imprensa local festejou o aquecimento das exportações no decorrer do ano 2000 e a retomada das contratações, delas advindas:

Os sapateiros de Franca estão satisfeitos. Há pelo menos mais dois mil trabalhadores empregados desde janeiro deste ano, quando o setor começou a esboçar reação, graças às boas vendas para o mercado internacional. O nível de emprego melhorou, e acabaram as filas de desempregados que antes eram comuns na portaria do Sindicato dos Sapateiros. Outro indicativo de emprego local é o setor de classificados do jornal Comércio da Franca. Nas últimas semanas tem sido registrado um aumento considerável na oferta de empregos, o que serve de bálsamo para a população francana. (Comércio da Franca, 14 mar. 2000, Caderno A, p. 10.).

As exportações de calçados em Franca continuam a traçar a rota de crescimento, iniciada desde a desvalorização do Real. Segundo levantamento feito pelo Sindicato das Indústrias Calçadistas de Franca (...) houve um crescimento de 55,62% nos primeiros quatro meses deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. A retomada das exportações em Franca já gerou cerca de três mil empregos diretos na cidade... (Comércio da Franca, 15 jun. 2000, Caderno A, p. 11).

Também a taxaço do couro *wet blue*³⁷, em dezembro de 2000, teve efeitos benéficos para os produtores nacionais.

O governo publicou ontem no Diário Oficial da União a primeira das recentes decisões anunciadas pelo Ministério do Desenvolvimento para incentivar as exportações, o imposto de 9% para as exportações do couro *wet blue* (...) O

³⁷ O couro *wet blue* é semi- processado, constituindo-se no primeiro estágio dessa matéria-prima; sua denominação deriva da tonalidade azulada do material.

Decreto 3684, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelos ministros da área econômica, autoriza a cobrança de imposto de exportação até o dia 30 de novembro do ano que vem.

A idéia do Ministério do Desenvolvimento é criar condições equitativas de concorrência para os produtos brasileiros derivados de couro em mercados externos.

O governo acredita que, ao taxar a matéria-prima, os principais concorrentes do Brasil, que se abastecem, principalmente no Mercosul, vão comprar a matéria-prima por um preço mais alto, o que vai diminuir a competitividade dos concorrentes. (Comércio da Franca, 09 dez. 2000. Caderno B, p. 4).

Os bons ventos que sopraram no decurso de 2000 fizeram com que Franca se destacasse, em nível estadual, no quesito geração de empregos.

Segundo dados do Cadastro Geral de Desempregados do Ministério do Trabalho, o município ficou em terceiro lugar no *ranking* estadual entre aqueles que, até setembro, geraram mais empregos. Em primeiro, está a cidade de São Paulo, com 63.400 novas vagas, e, em, segundo, Guarulhos, com 9.843, seguida de Franca, com 8.500 vagas (...) Só as indústrias de calçados foram responsáveis pela criação de 2.500 novas vagas ao longo do ano. (Comércio da Franca, 30 dez 2000, Caderno A, p.5).

Se levarmos em conta a proporção desses números, em termos do contingente populacional das respectivas cidades, veremos que, percentualmente Franca assumiu o pódio.

O crescimento das exportações e certa revitalização do mercado interno, fizeram com que aproximadamente 60% das indústrias de calçados suspendessem as tradicionais férias coletivas de seus funcionários.

As indústrias de calçados de Franca estão reduzindo e até cancelando as férias coletivas, que deveriam ocorrer neste mês, em decorrência do aumento das exportações e do aquecimento nas vendas de final de ano. Desde a implantação do Real, em 1994, este é o primeiro ano em que as empresas adotam essa medida em função do aumento da produção. (Folha de São Paulo, 4 jan. 2001, Caderno C - Folha Ribeirão, p. 1.)

O reaquecimento, que teve seu *boom* em 2000, prosseguiu em 2001, mas em ritmo menos acelerado:

A cidade de Franca registrou 9.059 contratações com carteira assinada no primeiro trimestre deste ano. Nos mesmos meses, ocorreram 6.661 demissões, o que resulta em um saldo positivo de 2.398 novos postos de trabalho. Os números, animadores num primeiro momento, perdem parte de seu brilho se comparados ao mesmo período do ano anterior, quando a cidade registrou 3.439 novos postos de trabalho (...) Nem mesmo a alta do dólar, que elevou o preço pago pelo calçado francano no exterior, foi suficiente para manter o ritmo

de contratações registrado em 2000, ano que marcou a retomada da força do setor calçadista, após o período negro vivido pela indústria local na primeira metade da década de 90. (Comércio da Franca, 06 jun. 2001, caderno A, p. 3).

Se em 2000 e 2001 observamos a revitalização do setor, o mesmo já não se pode dizer de 2002, que apresentou nova queda com reflexos no nível de emprego.

Os calçadistas de Franca tiveram uma redução de 3,71% no faturamento com as exportações nos primeiros cinco meses deste ano - ou US\$ 1.584.766 a menos do que o arrecadado no mesmo período de 2001 (...) A queda acompanha uma tendência nas exportações do calçado brasileiro (...) São duas, segundo os empresários, as explicações para a queda na arrecadação: a instabilidade da economia brasileira (com a variação do dólar) e a redução do valor médio do produto. No ano passado, o calçado de Franca teve um valor médio de US\$ 17,42, que foi reduzido para US\$16,05 em 2002³⁸.

(...) As rescisões contratuais no setor calçadista de Franca foram de aproximadamente mil nos últimos 60 dias, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região. (Folha de São Paulo, 10 Jul. 2002, caderno C, p. 1).

Os intermitentes momentos de recuperação não tiveram força suficiente para apagar o rastro de prejuízos do setor e os estragos legados pela prolongada crise. Mesmo com a retomada das contratações, os postos de trabalho, alçados à esfera dos 18 mil em 2001, permaneceram muito distantes dos 36 mil de 1986.

Sem contar que, mesmo nessa fase de recuperação, a imprensa ainda informava a dispensa de trabalhadores; uma parcela desta em decorrência de conjuntural rotatividade, mas a maior parte das demissões resultava da nova dinâmica produtiva, poupadora de mão-de-obra, o que é mais preocupante, por suas características de ajuste estrutural; o fechamento das unidades produtivas da Terra/Alpargatas de Franca e cidades circunvizinhas no segundo semestre de 2000 é ilustrativo.

Para ajustarem-se às exigências coercivas do mercado, os empresários tomam atitudes que desorganizam a vida de centenas de operários

³⁸ Na verdade, a alta do dólar é benéfica aos exportadores até determinado patamar, pois sua elevação excessiva pode dificultar as negociações. Para Elcio Jacometi, presidente da Abicalçados - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados "os valores considerados adequados para o desempenho regular das exportações de calçados situam-se entre R\$3,30 e R\$3,40 por dólar" (Comércio da Franca, 14 maio 2003, Cad.A, p.6). Os empresários afirmam, com insistência, que o maior problema nas transações comerciais é a instabilidade cambial e a insegurança por ela gerada.

A indústria de calçados São Paulo Alpargatas S/A vai fechar as portas de duas fábricas na região de Franca e uma terceira em Ibiraci, M.G. Serão demitidos 390 trabalhadores. De acordo com o consultor da empresa, Ademar Faljone, as fábricas serão fechadas porque os calçados produzidos estão fora da tendência do mercado. A produção da Alpargatas vai ser mantida, no entanto, nas unidades do Sul e do Nordeste do país.

A fábrica de Franca, que tem 11 anos, tem 150 funcionários. Todos devem ser demitidos.

Na filial de Pedregulho, serão demitidos 170 funcionários. Essa unidade - que antes pertencia ao Calçados Terra - funciona há 25 anos na cidade, que tem pouco mais de 17 mil habitantes. A outra unidade que fechará as portas será a de Ibiraci (MG), onde há 70 funcionários. (Comércio da Franca, 26 ago. 2000, Caderno C., p.1)³⁹

Se uma empresa de tal porte fazia cortes, o que não dizer das micro e pequenas empresas, das bancas, que perfazem cerca de 80% do total de unidades produtoras de calçados de Franca⁴⁰.

Apesar das grandes e médias empresas responderem pela maior parcela da produção, as bancas são responsáveis por 70% dos empregos no setor e nelas grassa a precarização do trabalho Braga Filho (2000), em pesquisa que abrangeu 31 bancas, observou que 74,15 % dos trabalhadores nelas empregados não tinham registro em carteira e 80,6% realizavam serviços temporários. Ou seja: os industriais, cientes do valor do tempo de trabalho, da necessidade de, no jargão industrial, "otimizá-lo", transferem para terceiros qualquer possível ociosidade advinda da queda da demanda. Destarte, as micro e pequenas empresas fazem as vezes das seções ou dos departamentos que anteriormente integravam a fábrica.

Constitui-se, pois, no ramo calçadista, um amplo setor informal sem existência autônoma, articulado e subordinado ao formal, e essa processualidade contraditória é uma das grandes marcas do atual sistema produtivo. Ao mesmo tempo em que, por meio de

³⁹ Os números mostram que, no caso de Pedregulho (SP), o fechamento da unidade fabril, resulta no desemprego de 1% dos habitantes da cidade. Se considerarmos as famílias desses desempregados, o episódio ganha proporções alarmantes para a população local.

⁴⁰ O Sindicato da Indústria de Calçados apontava, em julho de 2001, um total de 360 indústrias instaladas na cidade. Já a Divisão de Tributos e Arrecadação da Secretaria de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal, em março do mesmo ano, informava a existência de 1275 empresas na ativa, incluídas na estatística, as bancas de pesponto.

um processo concentracionista, forja-se, via fusão de empresas, gigantescos conglomerados econômicos, libera-se mão-de-obra que procura abrigo em minúsculas ilhas produtivas, nas quais é mais intenso o processo de precarização da estrutura de emprego e das relações de trabalho.

O atual quadro de precarização do trabalho e de fragmentação dos trabalhadores é repudiado pelo Sindicato dos sapateiros.

O reaquecimento do setor calçadista de Franca - base da economia da cidade - criou indiretamente 750 empregados sem carteira de trabalho nos últimos 12 meses, totalizando 1.500 vagas sem vínculo trabalhista no município (...) O aumento de trabalhadores em pequenas empresas - em alguns casos, de fundo de quintal - ocorre por causa da retomada das exportações de sapatos (...) As pequenas empresas acabam usando mão-de-obra sem registro para baratear seus custos. (Folha de São Paulo, 22 maio 2000, Caderno C, Ribeirão, p.1).

A questão é extremamente complexa porque ainda que precarizados, as pequenas e microempresas geram empregos; daí a desaprovação de muitos francanos à postura assumida pelo Sindicato de combate aos abusos trabalhistas das bancas. As denúncias da entidade sindical obtiveram êxito e resultaram em uma medida legal contrária aos interesses de cerca de três mil bancas que atuam na cidade e empregam aproximadamente 12 mil pessoas. A controvérsia acirrou-se a partir de decisão da Justiça do Trabalho - T.R.T.- de Campinas, no início de 2001, que proibiu 10 empresas de recorrerem à terceirização. O precedente abre a possibilidade de extensão da medida para todo o setor.

O processo trabalhista cuja sentença proíbe que cerca de dez empresas utilizem os serviços terceirizados das bancas de pesponto teve origem numa denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca ao Ministério Público do Trabalho. O processo tramitou por cerca de sete anos na Justiça Trabalhista e só no início de 2001 teve sua sentença anunciada. As empresas envolvidas estariam proibidas de repassar serviços às bancas de pesponto e, caso não respeitassem esta ordem judicial, poderiam ser apenadas com multas diárias pesadíssimas.

Para o Sindicato patronal, a manutenção da terceirização na produção é questão de sobrevivência. 'Se tivermos que trazer para dentro das fábricas o que hoje é feito pelas bancas, vamos perder competitividade e muitas fábricas fecharão', afirmou o diretor Américo Pizzo Jr., ressaltando que o que é necessário fazer é a regularização da utilização destes serviços. (Comércio da Franca, 07/08 out. 2001, caderno A, p. 11).

Mesmo que os representantes dos sindicatos patronal e de trabalhadores estejam de acordo que o problema maior não é a terceirização em si, mas a forma pela qual ela vem sendo praticada na indústria calçadista de Franca, os argumentos apresentados por eles são diferentes e deixam entrever que, a hoje alardeada convergência de interesses entre capital e trabalho é, de fato, circunstancial.

Ainda que, atualmente, o trabalhador possa ser denominado "parceiro", ainda que possa, em determinados momentos, vir a colocar-se ombro a ombro com o capital na defesa da produção e do emprego - quando, acossado pela necessidade de sobrevivência chega, inclusive, a abrir mão de seus direitos e a sujeitar-se a formas precarizadas de trabalho, como mal menor, para não engrossar as estatísticas do desemprego - ainda quando, em uníssono, empresários e trabalhadores critiquem planos econômicos e medidas governamentais que, guardadas as devidas proporções e de forma diferenciada, atingem a ambos; a contradição de interesses acaba vindo à tona.

Ela emerge e questiona, com a força da realidade concreta, as construções teóricas que visualizam na luta de classes, um anacronismo.

Delineado este quadro da produção coureiro-calçadista francana, propomo-nos a retratar, empiricamente, em uma de suas unidades fabris, a estrutura e as relações de trabalho que emergem do paradigma produtivo em curso.

IV - A FÁBRICA: universo empírico

Nossa pesquisa de campo teve início na FÁBRICA, indústria coureiro-calçadista francana de grande porte, que em maio de 2000 contava com um quadro de 1.156 funcionários e respondia pela produção de 5.500 pares de sapato/dia. No mesmo período, a cidade contava com 18.524 sapateiros, ou seja, a unidade fabril que tomamos como universo empírico empregava 6,2% da categoria no município; era a indústria que, isoladamente em Franca, detinha o maior número de empregados no setor⁴¹.

É uma das maiores e mais importantes fábricas de calçados de Franca - de renome nacional e internacional - considerada “familiar” e genuinamente francana, posto que opera apenas com capital nacional. Sua escolha foi acertada, pois vem configurando-se, diuturnamente, como um caso ilustrativo de empreendimento que, por meio da adoção dos novos preceitos produtivos, tem obtido indubitável êxito e apresenta-se como uma das maiores exportadoras do interior paulista.

As atividades de exportação da empresa tiveram início pouco depois de 1970 e desde então ela vinha destinando proporções semelhantes de sua produção para os mercados interno e externo, chegando a variar na faixa dos 40% e 60% para um ou para outro, conforme a demanda e a sazonalidade - a produção dos meses de janeiro e

⁴¹ A FÁBRICA já chegou a ter mais de 2000 funcionários e a produzir 12.000 pares de sapato/dia. Esta queda de produção mais deve ser creditada ao contexto geral de crise da produção calçadista francana que analisamos, do que a problemas operacionais internos da empresa; um de seus fundadores inclusive, orgulha-se do fato de que em seus quase sessenta anos de existência, esta jamais chegou a fechar balanços anuais deficitários. À guisa de atualização dos dados, observamos que seu quadro de funcionários - que conhece constantes variações face a acentuado *turn over* - em maio de 2003, período em que terminávamos a redação desta tese, era composto por 1222 trabalhadores e o volume de produção mantinha-se entre 5.500 a 6.000 pares de sapato/dia. O complexo empresarial conta também com uma unidade fabril instalada, desde 1997, no Ceará, que, em maio de 2003, respondia pela produção de 3.000 pares de sapato/dia e contava com um quadro de 396 empregados. Interessante observar que seu quadro funcional invertia o da matriz, apresentando mais mulheres do que homens: 226 mulheres, ou 57% e 170 homens, ou 43%.

fevereiro sempre tiveram maior vazão no exterior, enquanto a de final de ano, internamente. Entretanto, hoje ela destina 70% de sua produção para o mercado externo e isto, em direção oposta à do complexo coureiro-calçadista local que tem conhecido declínio nas exportações.

Após três anos seguidos de crescimento, a indústria calçadista de Franca ganhou menos com as exportações do ano passado – US\$ 97,5 milhões, valor 6,4% menor que os US\$ 104,19 milhões de 2001 (...) Saíram do Brasil no ano passado 5,97 milhões de pares de sapatos produzidos em Franca, o que representa uma queda de 4% em relação a 2001, quando o total foi de 6,23 milhões. (Folha de São Paulo, 10 março 2003, Caderno C., p. 3).

Na verdade, também na contramão da produção nacional de sapatos, que vem sendo escoada principalmente para o mercado interno. Em 2000, 28% dos 580 milhões de pares/ano então produzidos no país, eram exportados.

A empresa, face às suas características específicas, possibilitou-nos observar os impactos locais das metamorfoses do mundo do trabalho; tanto as alterações ocorridas na materialidade do processo produtivo quanto às mudanças processadas na subjetividade do trabalhador.

As inovações tecnológico-organizacionais introduzidas ampliaram a capacidade produtiva e o potencial competitivo da indústria, à custa não só da intensificação do ritmo de trabalho e prolongamento (através de artifícios) da jornada de trabalho legalmente estabelecida, mas também de um maior envolvimento dos trabalhadores com os objetivos empresariais.

As estratégias por ela utilizadas fazem com que a produtividade e a produção percam, aos olhos dos trabalhadores, a dimensão coletiva que lhes é inerente e apresentem-se como processos resultantes de desempenhos individualizados.

Para melhor compreendermos tal processualidade, consideramos interessante, inicialmente, assinalar alguns elementos da história da empresa e buscar as raízes do paternalismo e da perspectiva colaboracionista que, como veremos, caracterizam-na. A

seguir, delineado seu perfil, procuramos retratar os impactos que sobre ela teve a reestruturação produtiva.

A singularidade dos estudos empíricos auxilia-nos a compreender as contradições subjacentes às parcerias estabelecidas entre o capital e o trabalho e, na medida em que focalizamos a divisão sexual de trabalho, sobretudo os nexos, que pudemos observar na unidade fabril pesquisada, entre as relações de classes sociais e gênero.

4.1 O perfil de uma empresa familiar

A FÁBRICA principiou suas atividades em 1945, com vinte empregados, produzindo cerca de 100 pares de calçados/dia.

Desde sua instalação até hoje, vem se caracterizando por uma estrutura familiar e um quase patriarcal sistema de gestão, o que, de certa forma, explica a existência de um peculiar quadro funcional composto por muitos trabalhadores vinculados, entre si, por laços de parentesco.

A empresa me ajudou muito... arrumou serviço para os meus filhos. O mais velho trabalhou e saiu. Depois, a segunda, trabalhou, achou que ganhava pouco, aí ela saiu, e o mais novo, trabalha comigo. (Ione).

É porque eu tenho um tio que trabalha aqui. Ele arrumou serviço pra mim. (Mariana).

É corriqueira a contratação de diversos membros de uma mesma família pela empresa, porque tal procedimento lhe garante algumas vantagens. Na medida em que vários salários contribuem para compor a renda familiar, sua somatória possibilita maior equilíbrio orçamentário mesmo sem a elevação dos proventos individuais de cada trabalhador, e ainda faz da família uma aliada no controle da assiduidade, da pontualidade e do desempenho dos "parentes-colegas".

A essência da gestão paternalista - que identifica o chefe com o pai e o subordinado com o filho - pressupõe justamente a "sobreposição das relações de tipo salarial, das estruturas familiares e das relações de parentesco." (HIRATA, 2002, p. 148).

Esse "espírito de família-empresa" é um dos traços do toyotismo, e a concepção de uma família Toyota, alicerçada sobre a colaboração, objetiva angariar a adesão do funcionário à filosofia da empresa.

Na verdade, na FÁBRICA, o sistema toyotista coexiste com o esquema taylorista/fordista de produção; ela combina com mestria diferentes sistemas operacionais, na medida em que tal combinação resulte em maior produtividade e em lucros mais elevados.

À perspectiva paternalista e à prática de combinar diferentes formas de organização e gestão do trabalho que caracterizam a FÁBRICA, vincula-se uma bem estruturada política de benefícios sociais.

Os benefícios sociais não compulsórios garantem aos trabalhadores melhores condições de trabalho e qualidade de vida, sendo uma estratégia utilizada para deles obter maior produtividade e adesão à filosofia da empresa.

No Brasil, os encargos sociais são elevados; constituem uma extensa lista com cerca de 20 itens e representam um acréscimo de cerca de 102% no custo do trabalhador. (PASTORE *apud* BRUSCHINI, 1995, p. 21). Diante de despesas de tal monta, para Bruschini, não é de se estranhar que as empresas prefiram “pagar salários indiretos, por meio de benefícios sociais não compulsórios, que não são incorporados aos salários e não aumentam o volume de encargos sociais, uma vez que não oneram o 13º, o FGTS ou o pagamento das férias.” (1995, p.21); os adicionais facultativos podem, a qualquer momento, ser retirados sem ferir o estatuto legal da irredutibilidade dos salários.

E nessa direção, A FÁBRICA assegura a seus funcionários alguns benefícios especiais que reforçam os laços de dependência. Além do café da manhã, que a exemplo da maioria das fábricas francanas, fornece aos seus funcionários, acrescenta, em uma prática já diferenciada, um “suco da tarde” que muito apraz aos trabalhadores.

Ela também facilita a locomoção de seus empregados por meio de linhas próprias de ônibus; serviço terceirizado e por ela subsidiado em 67% do valor total. O funcionário arca com 33% do custo, sendo descontados de seus proventos, 6% do piso salarial, como despesa de transporte.

A empresa dispõe de ambulatório médico, de serviço de assistência social e psicológica. Mantém convênio médico-ambulatorial com a UNIMED (inclusive para internação hospitalar e exames laboratoriais) e com a UNIODONTO, para tratamentos dentários. Isso, além de ter firmado convênios com dentistas particulares, óticas e farmácias da cidade.

Presta também orientações médico-assistenciais a gestantes que, a partir do quarto mês de gravidez, passam a reunir-se mensalmente em grupos, para acompanhamento pré-natal. A empresa organizou, ainda, grupos de convivência de aposentados e mantém um programa de orientação esportiva e artística aos filhos de trabalhadores em idade escolar.

Oferece, periodicamente, em convênio com o SESI, cursos supletivos de ensino fundamental; iniciativa coerente, porque este é o nível mínimo de escolaridade hoje requerido para admissão na empresa. É preciso frisar que as aulas são ministradas após o expediente de trabalho, o que dificulta a participação das operárias, que têm sob sua responsabilidade os encargos domésticos.

A FÁBRICA firmou convênios com diversos estabelecimentos comerciais de Franca e realiza vendas subsidiadas de sapatos ou doa peças com pequenos defeitos a seus funcionários, ampliando, assim, as possibilidades de consumo destes. Outro detalhe, pequeno, mas que garante comodidade aos sapateiros da fábrica, é a presença de armários individualizados, à sua disposição, para guardar pertences pessoais.

Conta com cantina, refeitório, biblioteca, horta e dispõe de um berçário/creche destinado a crianças de zero a cinco anos de idade, filhos de funcionárias-mães com, no mínimo, dois anos de “casa”⁴².

⁴² A creche foi terceirizada a partir de 2000 e abriu suas portas à comunidade, por meio da prestação de serviços educacionais privados.

Vale registrar, ainda, uma série de programas de lazer, que são costumeiramente organizados pela empresa, e a construção de uma quadra poliesportiva, com salão de jogos - mesa de bilhar, pebolim, pingue-pongue - cuja administração fica a cargo de uma equipe de operários. Acrescente-se ainda, um atuante grêmio recreativo-esportivo que é bastante apreciado pelos trabalhadores.

Outra medida envolvente da FÁBRICA foi a instalação de uma caixa de sugestões, à entrada do prédio, na qual os trabalhadores depositam suas propostas e críticas. Sob anonimato eles podem fazer-se ouvir e, dessa forma, têm a sensação de participarem da gestão da fábrica.

A empresa é pródiga em atitudes simpáticas, a exemplo de festas promovidas em datas especiais e da distribuição de presentes de Natal aos filhos de funcionários de até 12 anos de idade. Em dezembro de 2001, pudemos presenciar a entrega destes pela assistente social, que nos revelou ter adquirido cerca de 900 unidades para os filhos dos trabalhadores da matriz e da filial cearense. São, em geral, brinquedos, bons e caros; para as meninas, reproduzindo-se mais uma vez a tradicional divisão social de sexo, assistimos à distribuição de bonecas.

Pudemos perceber que as operárias entrevistadas vêem essa política de benefícios da empresa, mais como dádiva ou recompensa, do que como direito. Esses salários indiretos complementam a renda dos trabalhadores, envolvendo-os, estrategicamente, em laços de compromisso que os estimulam a produzir cada vez mais.

A fábrica é muito boa, tem excelente assistência. Mas também, trabalha muito... e não falta. Trabalha até doente. Só vou ao médico quando não agüento mais. (Júlia).

Da mesma forma que as condições objetivas de trabalho são marcadas pela articulação de benefícios e rigorosa organização do sistema produtivo, a subjetivação

desse processo pelos trabalhadores também é pautada por contradições; se a operária elogia a empresa, não deixa de notar a rigidez do esquema a que deve se submeter.

A jornada de trabalho estende-se das 6h 45 às 11h 06 e das 12h 30 às 16h 57, de segunda à sexta-feira. Ou seja: os sapateiros trabalham diariamente 8 horas e 48 minutos para, em uma semana inglesa, compensar as 4 horas restantes, que precisariam ser trabalhadas aos sábados para totalizar as 44 horas semanais de trabalho legalmente estabelecidas. Os sábados ficam reservados às horas extras, quando estas se fazem necessárias à empresa.

O horário de trabalho é rigidamente controlado por meio dos cartões de ponto, que são registrados, diariamente, por três vezes: na entrada, às 6h45; no retorno do almoço, às 12h30; e na saída, às 16h57.

Chegando à FÁBRICA, os sapateiros, após tomarem rápido café da manhã, assumem seus postos de trabalho na bem estruturada unidade fabril, que se subdivide em três pavilhões: o primeiro é destinado à fabricação de sapato montado⁴³, enquanto o terceiro, à fabricação de sapato ensacado, tipo mocassim⁴⁴.

O segundo pavilhão já é mais diversificado; abriga uma oficina mecânica⁴⁵, o almoxarifado, o setor de expedição, o departamento pessoal e o estratégico setor do sistema de modelagem computadorizada CAD/CAM⁴⁶. Este foi introduzido em Franca pela fábrica de calçados Samello no final da década de 1980.

⁴³ O sapato montado é confeccionado de cima para baixo. O corte de couro é ajustado em uma forma, e o montador (ou molineiro) aciona a molina, uma máquina que cola, "a quente" o corte no solado.

⁴⁴ O sapato ensacado é produzido de baixo para cima. Prepara-se inicialmente o solado e nele, o montador manual afixa o corte, que já vem costurado; só calça ou "ensaca" a forma.

⁴⁵ Na oficina mecânica são produzidos moldes com lâminas de aço - denominados "facas" - utilizados no corte manual ou mecânico de peças.

⁴⁶ *Computer Aided Design* consiste no programa de elaboração do *design*; CAM, ou *Computer Aided Manufacturing* é o mecanismo de acionamento do sistema computadorizado de corte. O sistema CAD/CAM constitui complexa tecnologia de base microeletrônica.

Segundo um técnico em calçados que nos acompanhou durante uma de nossas visitas à FÁBRICA, o aparelho,

permite absoluta precisão e agilidade na confecção de moldes que serão posteriormente repassados para a linha de produção, para corte mecânico por balancins⁴⁷ e possibilita inclusive o atendimento de pedidos pequenos (...) num sistema mecanizado de planejamento e corte só trariam compensação econômica os pedidos cujo atendimento se vinculasse à produção em larga escala.

Ele ponderou, com muita propriedade, que o tino empresarial recomenda não recusar pedido algum, posto que o atendimento satisfatório de um pequeno pedido pode ser chamariz para outro, de maior porte. Informou-nos também que essa aparelhagem, que garante qualidade e estética - diferenciais básicos na guerra de mercados - é muito utilizada na Itália, mesmo nas pequenas fábricas. No Brasil não o é, em virtude de seu elevado preço; algo em torno de US\$ 120.000,00; infinitamente superior ao dos balancins comumente utilizados. Em Franca tal sofisticação tecnológica não é a regra geral; o CAD/CAM é encontrado em poucas de suas indústrias de calçados e, muitas delas, em procedimento rudimentar, ainda realizam o corte manual de moldes em papelão, utilizando simples navalhas.

Nessa não só bem ordenada, mas acima de tudo versátil, estrutura fabril, os sapateiros, desempenhando cerca de 350 funções diferenciadas, produzem o sapato por meio de diversas operações encadeadas e especializadas .

Passamos a retratar, sinteticamente, os sucessivos passos da confecção do calçado:

A produção tem início no setor de modelagem, planejamento e confecção de moldes, que conta com o referido CAD/CAM⁴⁸. Vem, a seguir, o setor de corte de

⁴⁷ Os balancins são máquinas que, funcionando como prensas sobre as “facas” de aço, acionam o corte das peças. Há um conjunto de facas diferenciadas, cada qual adequada ao corte de tipos específicos de peças que compõem os diferentes modelos de calçados.

⁴⁸ Nem todas as indústrias de calçados de Franca mantêm um setor interno de modelagem. Há muitos modelistas autônomos que, trabalhando em domicílio, prestam serviços às fábricas; o próprio SENAI oferece tal préstimo.

vaquetas⁴⁹ e forros, com a utilização dos balancins. Na FÁBRICA, o corte manual foi abolido; deparamo-nos com apenas um cortador manual em exercício, cargo em extinção⁵⁰. Após o corte, as peças são revisadas e carimbadas.

Em seguida à modelagem e ao corte, vem a etapa de preparação que, dependendo do modelo do sapato, pode abranger operações diversas, tais como chanfração⁵¹, dobragem, colagem, colocação de enfeites - ilhoses, tachas, fivelas, rolitês, dentre outros - e as tarefas de furar, picotear, fazer *tresse*, ou seja, atividades de "embelezamento" que garantem competitividade ao produto. Muitas indústrias de calçados de Franca, ao contrário da FÁBRICA, terceirizaram tais operações.

Passo seguinte, vem o pesponto, operação que permite a junção das peças de couro, por meio de costura mecânica, para compor o cabedal - parte superior e mais visível do sapato. O pesponto também cumpre um papel estético, porque pespontos bem feitos conferem um visual mais bonito que garante melhor posicionamento do produto no mercado.

É uma atividade quase artesanal; requer habilidade fina de quem a executa e competência na regulagem da máquina e na escolha das agulhas e linhas a serem utilizadas, que variam conforme o tipo de pesponto. Demanda também destreza no controle da velocidade da máquina, mormente quando são pespontadas peças em curva.

O setor de pesponto compreende uma vasta gama de atividades e utiliza-se de um conjunto heterogêneo de equipamentos, tanto manuais quanto mecânicos. O pesponto e a colagem são atividades desenvolvidas por grupos de sapateiros, que têm uma meta de

⁴⁹ Vaquetas são peças de couro utilizadas na confecção do cabedal.

⁵⁰ É importante ressaltar que, em Franca, muitas fábricas de calçados terceirizaram essa operação e utilizam-se de serviços prestados pelas bancas de corte.

⁵¹ A atividade de chanfração é assim denominada por utilizar-se da chanfradeira, uma máquina que desbasta as bordas do couro, reduzindo sua espessura e fazendo com que este possa ser dobrado, costurado ou colado com mais facilidade.

produção a cumprir, e são por ela remunerados. A equipe, em geral de 4 a 7 trabalhadores, incumbe-se das tarefas de pespontar, colar, cortar e queimar as linhas excedentes da costura.

Requer-se de cada integrante do grupo, em relativa polivalência, o domínio de um conjunto integrado de afazeres distintos. Essa polivalência é questionável, já que de caráter exclusivamente técnico; refere-se tão somente à execução de uma série de operações de uma das etapas do processo produtivo.

A etapa seguinte seria a costura manual, mas a FÁBRICA terceirizou essa operação; repassou-a para as bancas ou para trabalhadores em domicílio. Na verdade, foi terceirizada apenas a costura manual fora da forma, porque uma outra modalidade de costura manual - na forma - já fora extinta há tempos. Deparamo-nos com um único sapateiro desempenhando tal atividade e como retrabalho, para reparar falhas anteriores e corrigir defeitos de fabricação.

Nos setores subseqüentes, de montagem e acabamento, vários sapateiros, nas funções especializadas de lixadores, fresadores⁵², prensistas⁵³ e blaqueadores⁵⁴, fixam o cabedal à sola e, por meio de operações diversas, aperfeiçoam o produto.

O cabedal, ao entrar na esteira, passa inicialmente pela “charuteira”, uma máquina a vapor quente que corrige as rugosidades do couro; a seguir é trabalhado pelo lixador que, mecanicamente, arranha a base do sapato para que ela adira ao solado.

Em seguida, passa-se cola na base do cabedal e no solado e ambos seguem para uma estufa de secagem instantânea. O apontador encaixa-os manualmente, colocando a

⁵² O fresador é o operador da fresa, máquina que desbasta as peças de couro utilizadas na produção de calçados.

⁵³ O prensista é o operador de uma prensa que, quando acionada, potencializa a aderência da cola entre a sola e o cabedal do calçado.

⁵⁴ O blaqueador é o sapateiro encarregado de costurar o solado à palmilha e ao cabedal do calçado, por meio de uma máquina denominada blaqueadeira.

nova peça sob uma prensa para receber uma injeção de ar comprimido que definitivamente une a sola ao cabedal. Alguns modelos passam também por uma esteira "a frio", para choque térmico - operação que aprimora a performance do sapato.

A última etapa, o plancheamento⁵⁵, fica a cargo dos plancheadores e também dos lustreadores, escovadores, jogadores de brilho; sapateiros que respondem pelos serviços de limpeza e correção de defeitos, ou seja, dos retoques finais.

Por fim, os calçados são colocados em caixas, para expedição. A FÁBRICA, por economia de espaço, aboliu a estocagem destas; utiliza-se das pré-montadas, que são armadas quando necessárias. Algumas vezes os sapatos são previamente acondicionados em sacos plásticos ou de sílica gel, sobretudo os destinados à exportação. O procedimento contribui para evitar a formação de fungos, uma possibilidade a ser considerada face à morosidade do transporte naval.

Esses pequenos detalhes falam alto no competitivo mercado globalizado e dependem do esmero do trabalhador. Disto, têm clareza os empresários; sabem que seu sucesso é diretamente proporcional à capacidade de conseguirem o comprometimento do trabalhador com a qualidade do produto.

A análise dos projetos sociais da FÁBRICA permitiu-nos constatar o caráter paternalista da empresa, materializado nos benefícios sociais, bem como o viés corporativista de sua prática. Um trecho do "manual do novo funcionário", que é entregue aos novatos à guisa de boas vindas, com o objetivo de fornecer informações acerca da história da empresa, bem como de seus benefícios, regulamentos e normas, comprova-o:

⁵⁵ O vocábulo "plancheamento" tem por origem o ferro de planchar. A ferramenta - de formato semelhante ao de uma colher e aquecida por uma resistência elétrica - destina-se a esticar as rugas existentes no couro ao final do processo de fabricação do calçado. (NAVARRO, 1998).

“Desejamos a você boa sorte!!! Que você faça grandes amizades, e tenha alegria ao se levantar para vir trabalhar conosco. Estamos felizes em tê-lo como um colaborador...”.

O fragmento transcrito ilustra a forma pela qual a FÁBRICA cultiva, no cotidiano, a perspectiva de harmonia entre classes que estruturalmente têm interesses conflitantes. A sementeira - que, por certo, dá frutos - visa a fazer do trabalhador um aliado no enfrentamento do jogo de mercado.

Aludindo às dificuldades desse jogo, o técnico em calçados a que nos referimos anteriormente, ressaltou que a margem de lucro dos empresários é pequena e que o que tem possibilitado as exportações é o apoio governamental. Por oportuno, queixou-se de que este não se tem feito presente nas transações comerciais internas:

... um sapato sofisticado, que contenha cerca de US\$ 15,00 de material, acaba sendo exportado por algo em torno de US\$ 18,00, margem pouco compensadora. Para manter-se no páreo, é preciso bancar uma produção com pequena margem de lucro; o que o viabiliza é o fato de haver isenção de impostos para exportação. O mesmo não acontece no mercado interno, sob asfixiante ônus tributário; cerca de metade do preço do produto equivale a impostos⁵⁶.

Também no intuito de obter maiores produtividade e lucratividade e, desta forma, melhor posicionamento no mercado, na FÁBRICA, as várias funções desempenhadas pelos sapateiros são remuneradas de formas diferenciadas; coexistem a remuneração fixa dos "horistas" e o pagamento por produção dos "pecistas". As operações de corte, preparação, pesponto e costura manual – quer sejam realizadas em grupos ou individualmente - são remuneradas por produção, enquanto as de montagem, acabamento

⁵⁶ Para discutir essa questão tributária, Franca sediou, em 16 de maio de 2003, o 1º Fórum do Calçado. O evento contou com maciça participação de representantes da cadeia produtiva de calçados do Estado de São Paulo, especialmente das cidades de Franca, Birigüi e Jaú, e com a presença, dentre outras autoridades locais e regionais, de 22 deputados estaduais paulistas. Estes, sensibilizados com as dificuldades enfrentadas pelo empresariado calçadista do Estado, assumiram o compromisso de apoiar suas reivindicações: redução da taxa de juros, créditos facilitados e, principalmente, a redução do ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. A alíquota deste, em São Paulo, é de 18%, enquanto a dos outros Estados da Federação é, em média, 12%, inclusive a do principal concorrente, o Rio Grande do Sul.

e planejamento, desenvolvidas na esteira, o são por hora trabalhada, mediante um salário pré-fixado⁵⁷.

Para Marx, a diversidade de espécies de pagamento em nada altera a natureza do salário e da exploração capitalista: "o salário por peça não passa de uma forma a que se converte o salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma a que se converte o valor ou o preço da força de trabalho" (MARX, 1984 b, p. 636).

Ele pontuara, profeticamente, que sempre tende a prevalecer a forma mais vantajosa ao processo de acumulação capitalista, que pensava ser, antevendo seu potencial cooptador, o salário por peça ou produção. Este, segundo Marx, seria capaz de, com maior eficácia, obter a adesão do trabalhador, porque afetaria a sua subjetividade.

Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal. (MARX, 1984 b p. 640-641).

A vinculação dos ganhos do trabalhador à produção leva-o a faltar ao serviço o mínimo possível; trabalha até mesmo quando doente. Na medida em que quaisquer circunstâncias que o afastem temporariamente do trabalho acarretem queda na produção e conseqüentes perdas salariais, ele tudo fará para compensá-las.

...hoje em dia a gente num vai em médico mais, se vai, é ir e voltar... antes a gente ia, pegava atestado e ficava o dia inteiro, ganhava aquele dia, né? Hoje a gente vai no médico e volta pra cá; nem pega atestado ... Se eu quiser ganhar o mesmo, eu vou ficar meio dia na rua; aí eu tenho que vir no sábado e trabalhar meio dia para cobrir... (Rosana).

Anteriormente, o capital, nas sucessivas fases que antecederam a acumulação flexível, malgrado sua incessante sede de lucros, assumia diversos ônus que agora são

⁵⁷ Os salários dos sapateiros, em geral quitados quinzenalmente, são pagos pelo chefe na própria seção durante os primeiros seis meses de "casa"; a partir de então, o funcionário pode movimentar conta bancária e recebê-los por intermédio de terminais eletrônicos. Na fábrica, há dois deles em operação, além de um posto de serviços do Banco do Brasil S.A., que funciona no horário de almoço dos operários, das 11h 06 às 12h .

transferidos para o trabalhador; hoje, travestido de máquina programada para atingir metas previamente estabelecidas, ele não pode se dar ao luxo de panes.

Eu não sou de faltar, porque a gente tem um sistema aqui de incentivo, produtividade e frequência... então, se durante um mês você não faltou, não teve saída... você tem um adicional a mais no seu ordenado, né? (Maria).

É compreensível a preocupação da sapateira em não faltar porque, para incrementar a produção, a empresa implantou um programa de incentivo à produtividade e de desestímulo ao absenteísmo que tem incidência direta sobre seu salário. Um trecho do "manual do novo funcionário", reza que: "... trabalhando sem ausências de qualquer natureza e cumprindo a produção prevista, você pode ganhar ao mês de 2 % a 8% a mais no seu salário"⁵⁸.

Os trabalhadores, sobretudo os remunerados por produção, tudo fazem para seguir as regras estabelecidas e, assim procedendo, não correrem o risco de perdas salariais e de se verem privados de benefícios que paulatinamente se lhes tornaram imprescindíveis.

Não bastasse a pressão interna pelo aumento da produtividade que se vivencia na fábrica, os sapateiros experimentam ainda uma pressão externa que vem das ruas, eco das elevadas taxas de desemprego e da crescente tendência à informalização do trabalho. A preocupação maior de trabalhadores é manter, a qualquer custo, o emprego.

É, pois, possível perceber, subjacente aos discursos muitas vezes ambíguos de operárias entrevistadas - ora elogiosos, ora críticos - uma falsa submissão, uma subordinação à custa do medo.

A despeito dessa excessiva preocupação com assiduidade e produtividade resultar em inegável sobrecarga física e psíquica para os trabalhadores, os cuidados com a saúde

⁵⁸ Para fazer jus ao incentivo, o funcionário deve cumprir uma meta estabelecida, setorialmente, após metódico estudo dos tempos médios de produção. Não pode, também, ter faltas de qualquer espécie, tampouco atestados médicos com afastamento superior a 3 horas e meia.

do funcionário, com a prevenção de acidentes de trabalho e uma ecológica perspectiva de preservação do meio ambiente, são nucleares na filosofia da empresa.

O tabagismo, por exemplo, só é permitido no chamado “fumódromo”, um espaço situado no corredor de entrada da fábrica, próximo aos banheiros; nele podem permanecer simultaneamente e pelo tempo estritamente necessário, apenas três pessoas.

A preocupação com a segurança no trabalho também pode ser observada por meio de um painel localizado no pátio externo da fábrica, com os dizeres:

“Estamos trabalhando há... dias sem acidentes com afastamento.

Nosso recorde é de... dias.

Você também é responsável pelo aumento deste número.”

O placar é atualizado diariamente. Em 05 de dezembro de 2002, acusava, para satisfação do Diretor de Recursos Humanos, um total de 192 dias sem acidentes com afastamento.

Os números que se aproximavam do recorde de 196 dias constituem um dado com frequência utilizado para alardear o zelo da empresa com o seu patrimônio humano.

Exige-se que os trabalhadores utilizem protetor auricular e, no desempenho de algumas funções específicas, máscaras, luvas e óculos. Também é obrigatório o uso de uniformes que, não deixam de representar uma forma de proteção dos funcionários, na medida em que os identificam e dificultam o ingresso de pessoas estranhas no local. Cada sapateiro, ao ser admitido recebe três camisetas com o logotipo da empresa e, anualmente, mais uma, no dia de seu aniversário.

Também a preocupação ecológica estampada em várias faixas espalhadas pela FÁBRICA, salta aos olhos: “cidadania é respeitar a natureza. Dar valor ao que é nosso,

não só em nossa casa, mas no bairro, na empresa, na cidade, no país. Estamos em campanha contra desperdícios: Podemos contar com você? ”

No sentido de regulamentar a utilização de seus recursos materiais, a FÁBRICA implantou o Programa D’Olho, uma parceria estabelecida com os funcionários para limpeza e organização do recinto de trabalho, bem como de banheiros, refeitório e demais espaços por eles utilizados. A participação dos sapateiros no programa é avaliada e a pontuação, individualmente obtida, é divulgada por meio de cartazes. Quando um trabalhador recebe nota elevada é premiado; isso, como reconhecimento pelo seu desempenho, mas, principalmente, para estimular os demais colegas a seguirem um bom exemplo.

De modo geral, as trabalhadoras que entrevistamos elogiaram a iniciativa da empresa e aderiram à sua proposta:

... para você ficar de olho na organização, no seu ambiente de trabalho, na limpeza, no seu progresso... foi repartido em partes o programa, porque eles fizeram assim: agora vamos fazer organização. Primeiro surgiu descarte, para você descartar tudo o que era desnecessário, entendeu? Por exemplo, tinha uma gaveta, tinha milhões de papel que você não usava nunca mais; por exemplo, pincéis, né? Você usa um, aí às vezes lá no seu vidrinho tinha cinco ... foi toneladas de materiais descartados, né? Papéis, materiais, né? Mesmo máquina ... teve algumas. Não sei o que eles fizeram, mas descartaram. ... Houve assim uma limpeza muito grande, a organização da fábrica hoje é outra, a fábrica ficou mais organizada, mais bonita, né? (Lia).

Entretanto, algumas operárias vêem criticamente o programa e percebem-no como mais um hábil mecanismo de cooptação dos trabalhadores, com resultados surpreendentes para a empresa; a começar pela diminuição de gastos. Serviços que seriam realizados por faxineiros contratados para tal, passam a ser assumido como tarefas extraordinárias e voluntárias, por trabalhadores que não foram contratados para executá-las e fazem-no sem qualquer remuneração adicional.

O D’Olho é mais uma forma de escravizar, né? Aquilo lá é mais uma escravidão mesmo, é uma forma de manter o seu lugar limpo, sem dar tanto trabalho para o faxineiro. Então, quando você tem um tempinho ... ao invés de você ir beber água ou se refrescar um pouco, lavar o rosto, você vai limpar o seu lugar, entendeu? É de incentivo à limpeza no local de trabalho ... aí, a

seção que tem mais pontuação, eles dão uma camiseta ... escolhe um e dá uma camiseta, né? Uma só; a seção é quarenta e tantos ... esse um é daqueles mais chegados deles, né? ... E tem gente que gosta, fazer o quê? Tem gente que limpa, escova... (Clara).

O Programa D’Olho, implantado na FÁBRICA e já incorporado ao seu dia a dia, integra um conjunto de práticas de gestão da “qualidade total” que tem como base o programa japonês “5 S”⁵⁹.

Não resta dúvida que um ambiente limpo e organizado de trabalho é salutar, mas, ainda que esse conjunto de práticas termine por beneficiar ao trabalhador, sua introdução mais responde aos interesses da empresa, por viabilizar o aumento da produção com redução de custos.

A adesão em massa dos empregados ao espírito do programa tem tido um efeito coercivo sobre o conjunto dos funcionários da fábrica, posto que qualquer discordância é malvista; assim, além de se conseguir o envolvimento até mesmo dos trabalhadores menos interessados, são silenciadas as críticas, consideradas, pelos próprios colegas de trabalho, inoportunas.

Por fim, não poderíamos deixar de fazer referência a um quadro afixado no saguão de entrada do edifício, no qual se encontra emoldurado um certificado do Instituto Pró-Criança, datado de 1996 atestando a inclusão da FÁBRICA no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Setor Calçadista.

⁵⁹ A denominação “5 S” deriva dos cinco conceitos que o compõem e que, em japonês, têm a letra “s” como inicial: seiri, seiton, seiso, seiketsu e shitsuke. A saber: seiri ou descartar, refere-se à capacidade de discriminar o que é ou não útil e manter o estritamente necessário; seiton ou organizar, diz respeito à ordenação e consiste no arranjo sistemático dos objetos e instrumentos de trabalho; seiso ou limpar, implica em eliminar o lixo e inspecionar o ambiente de trabalho; seiketsu ou saudável, refere-se à padronização de comportamentos e valores que propicie um ambiente salutar de trabalho; shitsuke ou autodisciplina, seria, por fim, a postura vigilante para não se negligenciar a prática dos demais “s”. As informações acerca do Programa 5S foram obtidas em pesquisa à Internet, acesso em 26 dez.2001. Disponível em: www.geocities.com/programa e www.nelsonferreira.hpg.ig.com.br/inicio.htm.

De fato, não há crianças trabalhando na unidade fabril, porém, na medida em a empresa terceiriza parte de suas operações, como garantir que afazeres extrafábrica não estejam sendo realizados por menores?

A terceirização de algumas atividades produtivas abre brechas para a "quarteirização"⁶⁰, prática que possibilita a apropriação indireta de mão-de-obra infantil não remunerada, embutida na “ajuda” dos filhos aos pais, sobretudo às sobrecarregadas mães, que trabalham em domicílio. Ao agregar a seu produto trabalho terceirizado, não há como a empresa ter absoluto controle sobre a presença, nele, de trabalho infantil; não pode, em absoluto, afirmar que o tenha efetivamente erradicado.

Muitas crianças trabalhavam nas bancas de pesponto por um processo chamado de 'quarteirização'. As empresas terceirizadas repassavam os serviços a famílias da cidade, que trabalhavam em casa e usavam seus filhos. (Folha de São Paulo, 09 out.2001, caderno C, p.1).

As redes de subcontratação, largamente utilizadas pela produção coureiro-calçadista de Franca, possibilitam a apropriação indireta e camuflada de trabalho infantil e contribuem para a precarização do trabalho, não só das crianças, mas também dos trabalhadores adultos. Estas, assim como os artifícios utilizados pela fábrica para reduzir as porosidades do trabalho e os mecanismos adotados para cooptar trabalhadores, são, dentre outros, traços concretos da reestruturação produtiva, em curso no cenário produtivo contemporâneo, passíveis de serem observados em espaços empíricos que, forçosamente, têm que seguir o macroreceptuário.

Os empresários - dentre os quais, os da FÁBRICA, não se fazem exceção - para sobreviverem no cenário coercitivo do mercado, são coagidos a acatar seus preceitos e a valer-se de tais estratégias para ganharem competitividade. A reestruturação produtiva

⁶⁰ O termo “quarteirização é uma espécie de “re-terceirização”; refere-se à transferência feita por empresas terceirizadas, de serviços que lhes foram anteriormente repassados.

adentra, pois, as unidades fabris, fazendo-se presente em sua estrutura interna e na organização do trabalho.

E por mais que se tente edulcorar os novos mecanismos produtivos, as relações de trabalho sofrem seus impactos - tanto em termos das condições objetivas que os trabalhadores experimentam quanto no campo de sua subjetividade.

Passamos a visualizar o processo em tela, no espaço empírico observado.

4.2 A reestruturação produtiva na FÁBRICA

A análise das condições e relações de trabalho dos sapateiros da FÁBRICA permitiu-nos observar que as mudanças tecnológico-organizacionais, presentes no processo de reestruturação produtiva adotado pela empresa, expandiram sua capacidade produtiva, intensificaram o ritmo de trabalho dos operários e, por certo, também ampliaram a extração de mais-valia por meio de um superuso da força de trabalho.

Quando a gente trabalhava na esteira, então era o salário e pronto ... Agora no grupo é produção, então se esforça, só que trabalha mais... Igual eu, por exemplo, fico direto na hora do almoço, eu sento na máquina, eu nem desligo a máquina pra almoçar. Eu almoço lá mesmo... aí eu já continuo trabalhando. (Veridiana).

As palavras da sapateira evidenciam que as mudanças introduzidas, ao invés de pouparem o trabalhador, imprimiram acelerado ritmo ao trabalho e prolongaram, artificialmente, a jornada legalmente estabelecida. E há que se acrescentar ainda os impactos destas, sobre as relações interpessoais na fábrica.

Hoje a gente não trabalha mais, como a gente trabalhava unido, a gente tinha acesso a estar conversando com as pessoas, a estar trocando mais idéias... eu acho que de primeiro o trabalhador podia até sofrer mais nessa parte de mão-de-obra, mas em termos humanos ele era melhor tratado, né? Eu tinha acesso à sala do chefe... e hoje não existe isso. É mais impessoal. Ficou mais fácil, só que é como eu tô te dizendo a pressão hoje é mais... a cobrança é maior. (Jovana).

Seguiu-se, ao maior envolvimento do trabalhador com o processo produtivo, o estabelecimento de relações mais impessoais entre os próprios sapateiros. E, apesar dos decantados laços de “parceria” estabelecidos entre empregados e empregadores, também um maior distanciamento entre estes.

A FÁBRICA é um microcosmo ilustrativo do fato de não existirem modelos fixos informando a reestruturação produtiva. Ela lança mão nos diversos setores e nas diversas

funções, como já assinalamos, do sistema organizacional que melhor lhe aprouver, que lhe possibilitar maior produtividade e incremento dos lucros.

Se os mecanismos taylorista/fordistas permitem-lhe apropriar-se das habilidades psico-físicas do trabalhador, o flexível sistema toyotista facilita a cooptação deste.

Um instigante comentário, proferido por João Wanderlei Geraldi, em junho de 2000 quando compunha uma banca de defesa de dissertação de mestrado na Universidade de Franca, chamou-nos a atenção: “A esteira trabalha com o físico, o toyotismo é tratorismo mental”. Na ocasião, o professor estabeleceu uma interessante relação entre as habilidades requeridas pelo sistema produtivo e a crescente demanda social por escolaridade. Reproduzimo-la, por oportuno:

A grande mudança na reengenharia produtiva é a alteração do eixo homem - conhecimento. A automação coloca mais conhecimento na máquina, incorpora a ela mais ciência, ao passo que simplifica o trabalho do operário. Dele, a despeito de uma visão mais ampliada da totalidade do trabalho, que a “célula” permite, requer-se menos conhecimento. Na verdade, tornar o trabalhador o mais descartável possível, desatrelar-se de seu saber, é um velho sonho capitalista. Por que, então, a demanda por escolaridade que tem havido, por parte das empresas, se esta, para simplesmente operar a máquina, seria prescindível?

Estará a empresa pagando por uma capacidade potencial? Na verdade, a demanda por escolaridade mais elevada, seria menos pelos prescindíveis conhecimentos que a Escola possa fornecer, e mais pelo disciplinamento, por uma forma de socialização domesticadora, capaz de produzir corpos ‘docilizados’, já pré-moldados para a utilização pela fábrica.

Suas palavras remetem-nos ao referencial de Foucault (2001); na fábrica, os corpos estão docilizados pelo medo da demissão, encontram-se acossados pelo fantasma do desemprego:

O medo do desemprego, o medo, assim, de você ficar sem o que comer. Não é que todo mundo passa fome, mas, aquela coisa, né? De filho que você tem responsabilidade, você tem conta pra pagar e tal ... aquela coisa, então, todo mundo tem aquele medo, né? Lia).

...eu preciso do emprego, eu não posso sair, porque já pela minha idade, 51 anos, pode acontecer de eles me substituir por outra e eu não posso ficar sem o serviço. (Maria).

Os múltiplos métodos utilizados pela reengenharia produtiva tornaram facilmente substituíveis e descartáveis quaisquer trabalhadores. Porém, não apenas de demissões tais

métodos se fazem acompanhar; Dejours (1999) ressalta também o sofrimento embutido nas novas relações de trabalho e, não raro, a crescente tolerância dos injustiçados à injustiça. E, bem sabemos que uma vez minada a capacidade de indignar-se, a pessoa pode resvalar para a resignação, para a submissão e até mesmo para a convivência com práticas que lhe são lesivas.

...trouxeram muitas máquinas, eletrônica, computadorizada, né? Houve bastante diferença assim daquelas coisas antigas que tinha ... a gente entra quinze para às sete, a gente chega na empresa tipo 6 h 20, 6 h 30 ... nós, 'pecistas', que é o que chama o pessoal que trabalha por peça, a gente não espera bater o sinal para começar a trabalhar vamos chegar o reio, vamos correr para esta quinzena ser um pouquinho melhor, então, na tentativa de correr, de trabalhar muito, de fazer, é onde que você vai estressando, né? (Lia).

Da mesma forma que em termos macrodimensionais é difícil pensar, hoje, um taylorismo-fordismo, um toyotismo, ou qualquer outro sistema de organização e gestão do trabalho, em suas formas puras, idealtípicas, também na FÁBRICA acontece um rearranjo e uma combinação de diferentes técnicas e métodos operacionais que, de forma não excludente, complementam-se. Vale tudo, como observa Hirata (2002) para fazer com que a engenharia de produção consiga eliminar ou diminuir as porosidades da jornada de trabalho e acelerar o ritmo de produção. Tais arranjos que acontecem em macro ou microespaços, ou seja, as empíricas combinações de métodos produtivos, atendem a interesses específicos da divisão social, internacional e sexual do trabalho e obedecem à lógica capitalista.

Antunes, apontando a “processualidade contraditória e multiforme” de um sistema que, para garantir maior produtividade, desqualifica trabalhadores de determinados ramos produtivos e superqualifica trabalhadores de outros, remete-nos às reflexões de Freyssenet, para quem há

Uma polarização das qualificações requeridas que resulta de uma forma particular de divisão do trabalho, que se caracteriza por uma modificação da repartição social da ‘inteligência’ da produção. Uma parte dessa ‘inteligência’ é ‘incorporada às máquinas e a outra é distribuída entre um grande número de trabalhadores, graças à atividade de um número restrito de pessoas

encarregadas da tarefa (impossível) de pensar previamente a totalidade do processo de trabalho. (FREYSSINET *apud* ANTUNES, 1997, p. 55).

Para manter-se no páreo de um mercado volátil e competitivo a empresa organiza o trabalho e as formas de remuneração segundo suas necessidades produtivas, tipo de produto requerido pelo mercado, e também natureza de equipamentos utilizados. Se ela não deixa de fazer novas aquisições, preocupa-se, sobretudo, com a otimização do uso dos já disponíveis. Como estratégia central de produtividade, ela renova, revitaliza, altera velhas formas de trabalho; os novos objetivos respondem pela fusão de técnicas e métodos novos e antigos.

Se mantém a linha de montagem organizada segundo preceitos tayloristas/fordistas, fá-lo valendo-se de adaptações pontuais e articulando-a a outras modalidades de trabalho, tais como o realizado em células de produção organizadas sob moldes toyotistas e o realizado em domicílio.

Na FÁBRICA assistimos a operários realizando tarefas individualizadas de natureza quase artesanal, justapostos a operários que, na linha de montagem, ao longo de uma esteira móvel, respondem por taylorista/fordista produção em série e a outros, ainda, que integram grupos toyotistas de produção.

Isso, em se considerando o trabalho efetuado no interior da fábrica, pois esta serve-se também de trabalho realizado fora de seus limites físicos, no próprio lar dos operários; algumas vezes remunerado como hora extra, outras, sem qualquer remuneração adicional, já que considerado como uma forma de, voluntariamente, complementar-se trabalho não concluído na unidade fabril e, portanto, entendido como já remunerado. Ou seja: uma atividade de "pecistas" que, de "livre e espontânea vontade" e atendendo aos

seus interesses pessoais, assim procedessem para compensar atrasos passíveis de comprometer o cumprimento da meta de produção pré-estabelecida.

Ela conta, outrossim, com trabalho domiciliar de operários que embora registrados e integrados a seu quadro funcional, trabalham em suas próprias residências; deles exige-se a mesma produção do trabalhador interno. A psicóloga da empresa informou-nos que eles acabam ultrapassando a meta e ganhando acima da média. Essa modalidade de trabalho, a pretexto de atender aos interesses dos trabalhadores - sobretudo às necessidades das mulheres trabalhadoras que, alega-se, poderiam, em uma jornada contínua conciliar mais facilmente os encargos domésticos e os profissionais - é vantajosa para a empresa, pois dessa forma, ela necessita de menor espaço físico para acomodar equipamentos e funcionários, poupa gastos com energia elétrica, tem menos despesas com a manutenção do local de trabalho e livra-se dos dispêndios com a alimentação e o transporte dos empregados.

Ela vale-se ainda de atividades terceirizadas que, quais equipamentos invisíveis e operários fantasmas, acoplam-se e, com significativo peso, ao processo produtivo.

Extremamente flexível, a empresa criou uma organização fabril ágil, capaz de, em um piscar de olhos, adequar-se à demanda e ajustar-se ao mercado, o grande regulador da produção.

Nas pegadas da toyotista prática do *just in time* - produção regulada pela demanda para evitar a estocagem de produtos e a imobilização de capital - estruturou um versátil sistema de "empresas", de certa forma autônomas, instaladas no recinto da fábrica⁶¹.

Cada qual, com linhas específicas de produção, responde pela confecção de diferentes modelos de sapatos requeridos pelo mercado e dependendo das operações a

⁶¹ Em março de 2001, sete "empresas" já se encontravam em funcionamento, e a oitava estava sendo implantada.

serem realizadas, tanto pode utilizar-se da linha de montagem em esteiras rolantes, quanto das células de produção.

Se a demanda pelos produtos de uma delas cai, suas operações são temporariamente interrompidas e remanejam-se as máquinas, os equipamentos e funcionários para outras que estejam sobrecarregadas de encomendas. Até mesmo as férias coletivas dos trabalhadores são programadas em função dessa dinâmica de trabalho.

Essa versátil estrutura é lubrificada pela lógica da competência, que faz do desempenho na produção e da postura de cooperação, os passaportes para o êxito, entendido como conquista individual dos melhores, dos mais dedicados. Os trabalhadores são levados a crer que é de seu exclusivo interesse o aumento da produtividade, que sucesso ou fracasso são responsabilidades suas. Entretanto, se no novo contrato salarial os “parceiros-trabalhadores” herdarem o ônus das perdas, eles não têm proporcional contrapartida de participação nos ganhos.

Hoje você tem que ser a melhor em tudo, mais rápida em tudo... o mundo conseguiu colocar isso na sua cabeça: você tem que ser o melhor, senão morre. Então, aí você fica naquela agitação. (Lia).

Milton da Silva demonstrava, em junho de 2000, ocasião em que presidia o Sindicato dos Sapateiros, sua preocupação com os efeitos da reengenharia produtiva e da prática de concessão de benefícios, sobre as condições de vida e trabalho dos sapateiros. Referia-se especificamente à FÁBRICA, que estaria conseguindo produção expressiva à custa de “salários indiretos” e das metas de produção, que a duras penas resultam em aumento salarial.

As trabalhadoras que entrevistamos, de modo geral, levam serviço para concluir em casa após o expediente de trabalho, no intuito de cumprir tais metas. Ou seja: estabeleceu-se uma forma inusitada de hora extra não remunerada, que mistura os tempos e espaços doméstico e fabril.

A gente leva direto, porque você pega uma produção, você tem que terminar ela pra começar outra, no outro dia. Você leva, né? Aí, no outro dia traz. (Ondina).

As operárias aparentam não perceber claramente a coerção embutida nessa meta de produção - que as força a levarem serviço para casa - para fazer jus a um salário que, no final das contas, pouco deve diferir dos vencimentos fixos e pré-estabelecidos, obtidos com menor nível de *stress* e desgaste.

Mas, várias delas, mesmo considerando inevitável tal trabalho suplementar, “voluntário” e gratuito - já que deixando de fazê-lo, correriam o risco de receber salários insuficientes para cobrir as próprias despesas - aludiram à extenuante sobrecarga que isso acaba ocasionando.

... a hora passou depressa demais, você não conseguiu terminar, só que essa você tem que terminar, porque, no caso, é uma produção a mais que a fábrica pediu, né? Não é nada obrigado, é tudo voluntário, você faz, né? Aí você leva, aí eles dão uma autorização, né? Você leva para casa, faz... (Lia).

A gente leva, às vezes, mas não é nada obrigado. A empresa, né, deixa isso bem claro. Você não precisa levar nada. Porque às vezes a gente vai ao médico, leva o filho, então atrasa o serviço, né? E trabalhar por peça é igual o comércio; quanto mais você faturar, melhor pra gente. Então, aí, pra adiantar um pouco, você leva algum serviço mais rápido. Eu costumo levar mais assim na sexta-feira, porque no sábado e domingo eu tenho mais tempo. Mas, não é muito, é rápido. A gente leva o sapato pra montar em casa, colar; leva a cola, pincel, leva essas coisas, pra colar. O próprio serviço da gente mesmo, que a gente tá acostumado a fazer, né? A gente leva umas duas fichas que dá uma adiantada boa pra segunda, né? (Melissa).

Chama-nos a atenção na fala das sapateiras, por isto grafamos as expressões em negrito, o insistente tom de desagravo à empresa, a recorrente justificativa de “não ser obrigatório levar trabalho para casa”. São perceptíveis os traços da contraditória processualidade de subjetivação.

Outra questão a ser considerada é que a meta de produção não é individual; refere-se à produção conjunta dos integrantes do grupo, o que faz com que, de praxe, estes fiscalizem-se mutuamente.

Bom, pra mim, trabalhar em grupo é terrível... tem certos grupos que até as pessoas são mais compreensivas, sabe? Tem uns, que a pessoa não tá nem aí; ela faz o seu trabalho e quer que você dá a mesma produção dela ... é muita cobrança e muita 'entrega' também, né? chega no supervisor e fala: Ah, ela não tá fazendo nada, ela não está dando produção... (Clara).

*Não é o chefe que passa a gente no teste, é o próprio grupo ... se eu for trabalhar num grupo, se eles não gostar de mim, eles me manda para a rua, não é o chefe, por isso mesmo que eles colocou o grupo, é a gente que tem que se virar lá dentro. Eles vão lá, conversa com o chefe:
_ ela não está nem aí! ... sai briga sempre, e muito, ali dentro. (Rosana).*

As palavras das sapateiras evidenciam que o próprio grupo incumbe-se de eliminar colegas que não correspondam às necessidades da produção e revelam, inclusive, a prática de delação entre estes.

Nos grupos, o controle dos tempos de produção é assumido pelos próprios trabalhadores e o ambiente de cobrança que, neles, se estabelece é intenso, já que a remuneração de cada integrante vincula-se à produção conjunta da equipe de trabalho; a pressão, internamente exercida, torna desnecessário qualquer mecanismo externo de fiscalização.

O estabelecimento dessas relações de cobrança e vigilância entre companheiros de trabalho é um elemento novo no quadro das relações dos sapateiros e tem problemáticos impactos sobre a sua subjetividade. Até mesmo funcionários do setor de Recursos Humanos da empresa admitiram a existência de um clima de conflitos nas equipes de trabalho.

Ricardo Antunes (2001), ressalta, nessa direção, a tendência da reestruturação produtiva para reduzir ou eliminar "trabalhos improdutivos" e dentre estes estariam justamente as funções de vigilância e inspeção, que passaram a ser assumidas pelo próprio trabalhador produtivo, responsável direto pela geração da mais-valia.

*É muita cobrança, nossa! **Porque trabalho é dinheiro**, né? Quanto mais você ganha, melhor. Então, grupo é realmente uma coisa muito cobrada.* (Ondina).⁶²

... uma acha que tá trabalhando mais que a outra, a outra levanta, demora, já fala que tá trabalhando pra ela, é assim. Então, tem que ficar todo mundo igual pra não caçar briga. (Mariana).

A postura de fiscalização recíproca entre operários evidencia um processo de alienação de trabalhadores que passam a considerar como seus, interesses que na realidade são dos empresários.

O fenômeno observado é uma das singulares consequências da reengenharia produtiva; muitas vezes os trabalhadores acreditam estar mais sintonizados com chefes e proprietários - na medida em que são, por estes, tratados como "colaboradores" - do que com seus pares que, em uma perspectiva individualista, são percebidos como concorrentes.

Eles incorporam concepções de parceria, que servem econômica e politicamente ao capital, já que, além de propiciarem o aumento da produtividade e dos lucros, ainda descaracterizam a identidade de classe dos trabalhadores. Ou seja: estabelece-se um sentimento de solidariedade às avessas.

Há inclusive, certa rivalidade entre as várias "células" operacionais. Seus integrantes vigiam-se mutuamente, estão sempre atentos à qualidade de matérias-primas, peças e equipamentos, que são diariamente distribuídos aos vários grupos. E as habituais

⁶² A sapateira, no trecho que negritamos, sem maiores elaborações, aproxima-se da concepção ricardiana do trabalho como fonte de valor das mercadorias, fundamento da teoria da mais-valia. Suas palavras caminham, intuitivamente, na direção da leitura marxista de que não é o capital que sustenta o trabalho, mas, ao contrário, é o trabalho que gera o capital. E, guardadas as devidas proporções, trazem-nos também à memória, as reflexões de Weber (1967) acerca da ética protestante, no que tange à relação: trabalho, tempo e dinheiro, que tanto condiz com o espírito do capitalismo.

comparações têm razão de ser, porque peças mais fáceis de elaborar ou mais bem pagas⁶³, resultarão, para os operários que trabalham por produção, em melhores salários.

O relacionamento entre os operários na fábrica reduz-se praticamente ao convívio dos integrantes de uma mesma “célula”; restringe-se às interações entre seus quatro, cinco ou sete componentes. São escassos os contatos estabelecidos com os demais operários, que atuam individualmente, nas esteiras, ou nos outros grupos de produção.

Não é preciso muito esforço para perceber o perfeito entrelaçamento das práticas de cooptação - que transformam os operários em auxiliares do capital - com as hábeis políticas de benefícios sociais que aparentemente minimizam as defasagens salariais; se a remuneração dos trabalhadores conhece algum acréscimo, tal se dá mediante esforços pessoais suplementares para aumentar a produção e assim ampliar os próprios ganhos.

Desta forma, o novo paradigma produz mudanças significativas não só nos sistemas operacionais, mas também na subjetividade do trabalhador; elas inscrevem-se, pois, na sua alma e nas suas mãos, possibilitando aos empregadores, além da ampliação da mais-valia, controle mais efetivo sobre uma classe social, agora fragilizada, que lhe é antagônica.

Apesar dos discursos que se referem aos proprietários e trabalhadores como “parceiros” não há como negar a desigualdade de suas condições de existência.

Observando a saída para almoço dos trabalhadores da FÁBRICA, veio-nos à lembrança uma cena do filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin - a entrada, em massa dos operários em uma indústria, contraposta metaforicamente à marcha de um rebanho de ovelhas. Há semelhanças: também aqui os sapateiros, em massa, saem apressados, tangidos pelo relógio de ponto.

⁶³ A confecção de sapatos destinados ao mercado externo - com menor variedade de modelos - é mais vantajosa para os operários que trabalham por produção, porque suas peças são menos trabalhosas e melhor remuneradas.

Para constatar-se a assimetria dos "parceiros" capital e trabalho, basta atentar para a simplicidade, ou até mesmo, precariedade da moradia de grande parte das sapateiras, o que pudemos observar quando das entrevistas realizadas em suas próprias residências. São bem diferentes das casas dos proprietários; há grande desnível na parceria estabelecida.

Ao analisarmos as mudanças ocorridas no trabalho fabril é mister que transponhamos os limites tecnológico-organizacionais; é necessário lembrar que o sapato, enquanto mercadoria, expressa uma relação social marcada por contradições. Assim, torna-se menos paradoxal ou até mesmo compreensível o fato de uma rígida estrutura de trabalho ser gerada por mecanismos flexíveis de produção.

Na verdade, nosso tempo caracteriza-se justamente pelos fetiches, pelas manipulações e, como quer Jean Baudrillard (1994), por simulacros e simulações; traços estes que também se fazem presentes no novo mundo do trabalho e na trama de relações sociais a partir dele estabelecidas.

Desta feita, da mesma forma que o trabalho infantil pode, de forma invisível, estar embutido na mercadoria produzida por uma fábrica que formalmente o erradicou, da mesma forma que programas de qualidade total e "parcerias" estabelecidas entre empregadores e empregados podem propiciar um superuso da força de trabalho, também os discursos de pretensa igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, e as falas que naturalizam as diferenças sexuais para tomá-las como justificativa do estabelecimento de insustentáveis diferenciações no espaço produtivo, velam a discriminatória divisão sexual de trabalho na fábrica, que ora focalizamos.

V - O trabalho da mulher na indústria calçadista de Franca

Em levantamentos bibliográficos que integraram a metodologia por nós utilizada, deparamo-nos com várias pesquisas - teses de doutorado, dissertações de mestrado ou monografias de conclusão de curso - sobre o trabalho da mulher na indústria de calçados de Franca. Algumas delas retrataram um período anterior ao que focalizamos; outras, em recorte temporal mais recente, abordaram sobretudo, o trabalho realizado fora das fábricas, o façõnismo na produção calçadista⁶⁴, que conta majoritariamente com mão-de-obra feminina, com o trabalho das popularmente denominadas “costuradeiras”, operárias externas da indústria de calçados de Franca, produto do crescente processo de terceirização em curso. É interessante observar que o vocábulo é empregado apenas na forma feminina, nunca na masculina.

Na verdade, o trabalho em domicílio, enquanto uma modalidade de terceirização, já era de longa data utilizado na produção calçadista francana.

O façõnismo, ou seja, a prestação de serviços para a indústria de calçados, parece ser uma atividade que surgiu com a mecanização da fabricação de calçados. A primeira referência à mesma é feita por volta de 1947, quando ao iniciar a fabricação do mocassim a Samello utilizou os préstimos de uma mão-de-obra doméstica, nas costuras mecânicas e manuais do calçado. (RINALDI, 1987, p. 37).

Chinali, questiona tal marco de origem, observando que ele pode remontar a período anterior. Sua hipótese embasa-se nas informações fornecidas por um representante do sindicato patronal, por ela entrevistada. Transcrevemos um trecho da entrevista em tela:

⁶⁴ O façõnismo refere-se ao sistema de prestação de serviços para a indústria que lhe permite apropriar-se de produtos do trabalho realizado fora de seus limites físicos, jurídicos e até mesmo tributários.

A terceirização, para quem não conhece o setor, ela é tomada como um fato recente. Só que em 1932 a Samello já terceirizava. Há documentos históricos encontrados pela empresa, pelo operário, pela costureira, que nessa década a Samello e mais algumas grandes empresas de Franca já davam trabalho para ser feito em casa. As costureiras já trabalhavam em casa, isso em 1930-32, então não é recente... (CHINALI, 1997, p. 88).

Mas, mesmo não sendo um processo recente, sua utilização é intensificada sob o novo paradigma produtivo, uma vez que ele propicia ao capital tanto o barateamento da produção e maiores lucros quanto uma forma especial de controle sobre os trabalhadores. Na medida em que as atividades produtivas e as reprodutivas passam a compartilhar, em uma jornada contínua, o mesmo tempo e o mesmo espaço, o capital imiscui-se no cotidiano dos trabalhadores, assenhora-se de seu tempo e, ao mantê-los separados, cada qual em sua residência, quebra o *corpus* de um trabalhador coletivo. Isso contribui para o surgimento de uma perspectiva individualista, competitiva e para a fragilização da consciência de classe.

O façonismo é, hoje, parte integrante da produção calçadista de Franca; compõe seu cenário a figura de mulheres em logradouros públicos - nas ruas, nas calçadas, em postos de saúde, em pontos de ônibus - costurando cabedais. O fato do fenômeno ser objeto de várias pesquisas acadêmicas significa o reconhecimento de sua importância.

Entretanto, há carência de estudos sobre as sapateiras que, no atual contexto, trabalham no “chão de fábrica”.

As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva atingiram o conjunto dos sapateiros; deterioraram-se suas condições de trabalho e foram precarizadas as relações estabelecidas no processo produtivo. Mas, consideramos que o impacto foi maior sobre a mão-de-obra feminina, porque novas formas de exclusão vieram somar-se às antigas formas de discriminação de gênero, potencializando-as.

Na medida em que esta tese tem por viés a imbricação das relações sociais de sexo/gênero e das relações entre classes sociais, nossa atenção volta-se, justamente, para a

situação da operária “interna de fábrica”. Em um momento de ampliação do contingente de trabalhadoras em domicílio, é preciso entender as perspectivas que se colocam às trabalhadoras que continuam concentradas na unidade fabril.

Muitas dúvidas restam por serem elucidadas. A revitalização do sistema de trabalho em domicílio implicou ou não, na progressiva redução do contingente de sapateiras que, nas fábricas, coletivamente, além das pilhas de calçados, constroem uma identidade própria? Como são as suas condições de trabalho? Em que circunstâncias teria se dado sua permanência na fábrica? As mudanças tecnológico-organizacionais, introduzidas por força da reestruturação produtiva, teriam incidido de igual maneira sobre o conjunto da categoria? Os operários e as operárias estariam vivenciando as mesmas condições de trabalho?

No intuito de responder a estas questões, que norteiam nossa pesquisa, passamos a retratar a divisão sexual de trabalho na FÁBRICA.

5.1 A divisão sexual de trabalho na FÁBRICA

A divisão sexual do trabalho é um dos *locus* da divisão sexual da sociedade; esta, por sua vez, é instituída por relações de poder definidoras de uma hierarquização material e simbólica de tarefas a serem desenvolvidas por homens e mulheres, que estabelecem vínculos de dominação e subordinação nas diversas esferas do social.

O conceito de divisão sexual do trabalho, conforme Brito e Oliveira (1997) é fundamental para se compreender a realidade sexuada do mundo do trabalho.

Independentemente das formas diferenciadas que possam ser assumidas pelo universal fenômeno, ele tem se estruturado segundo um princípio hierárquico que tipifica como superior o trabalho do homem.

Não foge à regra o paradigma da acumulação flexível que, não tendo produzido o declínio da divisão sexuada do trabalho, ainda introduziu novas modalidades desta. “O aumento das oportunidades de emprego deu-se concomitantemente à manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino.” (HIRATA, 1998, p.12). Ou seja: se de um lado ampliaram-se as oportunidades de trabalho para as mulheres, de outro, elas continuaram a ser segregadas, discriminadas e pior remuneradas do que os homens.

Pensamos ser de grande valia, em se falando da divisão sexual do trabalho, um passeio pelas considerações tecidas por Cristina Bruschini acerca dos impactos diferenciados das novas formas de organização do trabalho sobre as trabalhadoras e os trabalhadores no Brasil.

Ao pesquisar o trabalho das mulheres brasileiras na década de 1985-1995, ela revela ter se deparado com mais continuidades do que mudanças, e pontua que apesar da crescente participação da mulher no mercado de trabalho e de seu ingresso em setores que antes lhe eram vedados, persiste a discriminação salarial e ocupacional.

A posição desigual das trabalhadoras em relação aos seus colegas pode ser avaliada, pelo menos, por dois indicadores: em primeiro lugar, a segregação ocupacional, seja ela horizontal - ao apresentar, para as mulheres, um leque mais estreito de opções de trabalho - ou vertical - ao impor obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados, nos quais estão o poder e os melhores salários. Em segundo lugar, as desigualdades salariais entre elas e seus colegas em qualquer situação. (BRUSCHINI, 1998, p. 70).

De passagem, ela relembra que a esses indicadores, vêm se juntar também, em um mercado de trabalho sexualizado, as condições mais precárias de trabalho geradas tanto pela sobrecarga da dupla jornada quanto por menores índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social. E faz referências, ainda, aos mais baixos níveis de sindicalização da mulher e decorrente menor poder de barganha, para concluir que não é, pois, de se espantar, “que uma força de trabalho de antemão precária e fragilizada, tenha sido mais sensível aos efeitos danosos da nova organização produtiva, que se processa em escala mundial, bem como das sucessivas crises econômicas locais”. (BRUSCHINI, 1998, p.71).

A pesquisadora constatou que na indústria, setor econômico que focalizamos, a queda do nível de emprego incidiu mais severamente sobre as mulheres; enquanto a ocupação masculina cai de 27,0% em 1985 para 26,4% em 1995, a presença das mulheres sofre declínio mais acentuado, decaindo de 12,4% em 1985 para 9,3% em 1995. (BRUSCHINI, 1998, p.33).

A distribuição de rendimentos no setor também se apresentava muito desigual: em 1995, 49% das mulheres e 33% dos homens ganhavam até dois salários mínimos, ao passo que 7,5% das mulheres e 14,7% dos homens ganhavam mais de dois a cinco salários mínimos. (BRUSCHINI, 1998, p. 49).

Segundo Bruschini, o único setor que, no período analisado, conheceu, em se tratando de atividades econômicas formais, um aumento da participação feminina maior do que o da masculina, foi o agrícola, passando de 18,4% em 1985 para 22,5% em 1995.

Mas, ela considera que este acréscimo deve ser creditado à maior visibilidade da atividade econômica das mulheres no campo, propiciada pelo alargamento do conceito de trabalho adotado pelos institutos de pesquisa no início dos anos 1990. (BRUSCHINI, 1998, p. 33).

E no setor terciário, que passou a absorver o percentual majoritário da mão-de-obra, tanto masculina quanto feminina, seguiu-se, em decorrência da reestruturação produtiva, a diminuição do nível de empregos formais e a expansão do mercado informal; espaço no qual as mulheres tradicionalmente já se alojavam. Isso porque tais nichos ocupacionais, ao possibilitarem atividades mais flexíveis, antepuseram menos obstáculos à conciliação dos encargos profissionais e domésticos, que a mulher necessita realizar.

Todavia, a crescente informalização do trabalho contribuiu para a queda da qualidade do trabalho feminino; ampliaram-se as atividades que as mulheres desenvolvem em domicílio, sem registro e em jornada contínua. Se a possibilidade de fusão dos tempos e espaços das atividades profissionais e domésticas traz algumas vantagens para a trabalhadora, por outro lado termina por ser extenuante e se dá à custa da redução das horas de sono, como revelaram sapateiras da FÁBRICA que levam consigo serviço da fábrica para fazer em casa.

As novas formas de gestão e organização do trabalho introduzidas pela empresa, tanto impuseram um ritmo mais acelerado à produção quanto, através de artifícios, fizeram com que as operárias prolongassem a jornada de trabalho, ao realizarem, gratuitamente, serviços complementares em domicílio. O tempo do não trabalho da sapateira que, em grande parte já era despendido nas tarefas domésticas e em outras atividades remuneradas, acaba também sendo, mesmo que informalmente, dedicado à fábrica.

Assim, nem mesmo em seu próprio lar, a mulher escapa ao controle do capital; seus tentáculos alcançam-na de múltiplas formas, controlando, inclusive, o seu tempo e o seu ritmo de trabalho extrafábrica.

Os impactos da reestruturação produtiva sobre as mulheres trabalhadoras, parecem-nos mais danosos, se considerarmos que as novas tecnologias ao acentuarem o ritmo de trabalho, levam à maior incidência de doenças profissionais, tais como LER⁶⁵ e *stress*, moléstias decorrentes de trabalhos rotineiros, repetitivos e/ou extenuantes, em larga escala desenvolvidos pelas mulheres.

O aumento de oportunidades para a mulher no mercado de trabalho, na formulação de Paula Montagner, gerente de análise do Seade, deriva da natureza dos postos de trabalho que vêm sendo criados.

O tipo que surgiu permitiu maior inserção feminina a mulher tradicionalmente tem qualidades como facilidade de comunicação e no relacionamento interpessoal, trabalha bem em equipe, características valorizadas para os postos nas áreas de serviço e comércio. (Comércio da Franca, 07 mar. 2002, B-5).

E poderíamos complementar: características também valorizadas pelas indústrias, sobretudo as que, como a FÁBRICA, adotam grupos de produção, nos quais as mulheres, pelas suas habilidades relacionais, tendem a encaixar-se com mais facilidade.

O cientista social italiano Antônio Negri, na mesma direção, considera estar havendo, na sociedade “pós-moderna” uma feminização do trabalho; a mulher torna-se modelo para as novas formas de produção:

Se aprofundarmos a análise das transformações do trabalho na sociedade pós-moderna e na organização pós-fordista da indústria, salta aos olhos um elemento de novidade (...) O ‘tornar-se mulher’ do trabalho em geral; não o fato de que as mulheres estejam tomando o lugar dos homens nas velhas fábricas, mas que - na produção contemporânea e nas formas eminentes de sua organização - trabalhar conjuga-se antes no feminino do que no masculino. E que, portanto, os próprios homens, para produzir, têm de algum modo que se feminizar (...) a produção pós-fordista tem, em seu centro, uma força de trabalho social imaterial (intelectual e afetiva) que produz essencialmente mercadorias - serviços, cujo valor agregado é constituído pela eficiência dos ‘*reseaux*’ sociais comunicativos, lingüísticos, afetivos (...) a sociedade mais

⁶⁵ LER/DORT – lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho são patologias relacionadas ao trabalho, “caracterizadas pelo acometimento de nervos, sinóvias, fâscias, tendões, ligamentos, músculos, em consequência de distúrbios funcionais ou orgânicos resultantes de fadiga localizada” (BARRETO, 1997, p.88). As mulheres são mais suscetíveis à moléstia, porque as tarefas repetitivas que lhes são preferencialmente atribuídas, sob a justificativa de lhes serem mais adequadas, por conta de seus atributos femininos - paciência, delicadeza, atenção, agilidade - são as mais propensas a provocar as LER.

rica é a que consegue explorar mais vasta e intensamente aqueles processos de reprodução social da vida que tornam os homens mais inteligentes e mais capazes de se comunicar. A sociedade mais rica e produtiva é a que consegue por no trabalho o mais rico e produtivo intercâmbio social e a mais rica e produtiva geração de subjetividade. Mas, quem estaria no centro da reprodução social da vida, da produção de subjetividade portanto, senão as mulheres? (Folha de São Paulo, 14 jun.1998, Caderno Mais, p. 3).

Ampliam-se as possibilidades de trabalho para a mulher porque o perfil da mão-de-obra feminina adequa-se às exigências do novo processo produtivo, que requer dos trabalhadores polivalência, flexibilidade, habilidades comunicacionais, envolvimento com a produção; qualidades que não são estranhas às mulheres.

Há nelas uma multifuncionalidade socialmente construída, que as torna mais “aptas” do que o homem a adaptarem-se às novas dimensões polivalentes do trabalho.

Se bem que, neste estudo de caso, a análise da atuação das coladoras e pespontadoras levou-nos ao questionamento da natureza dessas multifuncionalidade e polivalência requeridas pela indústria. Nos grupos de produção, a multifuncionalidade não passa da integração da colagem à costura, e o trabalho em equipe realiza-se por meio da justaposição de tarefas monótonas e repetitivas que não exigem criatividade. Também é possível questionar a polivalência que, além de ser exclusivamente técnica, não tem resultado em maior autonomia das trabalhadoras e em um domínio mais abrangente do processo de trabalho. É sintomático o exemplo de uma sapateira que há oito anos trabalha como coladora, sem autonomia, em estreita dependência dos parceiros da equipe; sob pressão do grupo que impõe o ritmo de trabalho necessário para se atingir a meta estabelecida e, assim, fazer jus a um salário condizente com a produção do coletivo.

Em virtude da priorização dos encargos domésticos, tidos como de sua responsabilidade e dos malabarismos que sempre precisou fazer para conciliá-los com as atividades profissionais, a mulher, por força das circunstâncias, já estabelecia uma relação com o mercado de trabalho que se assemelha à introduzida pela acumulação flexível: sub-contratações ou contratações por tempo determinado, empregos precarizados e formas

atípicas de trabalho, jornadas parciais, trabalhos temporários e corriqueiras interrupções da carreira profissional, trabalhos informais realizados em domicílio. Ou seja: atividades que lhe permitam conciliar profissão e afazeres domésticos; melhor dizendo que lhe facilitem o exercício da dupla jornada de trabalho.

Os novos traços que caracterizam o atual mundo do trabalho já eram, pois, familiares à mulher; ela já se preparava há tempos para os afazeres informalizados, precarizados ou mal remunerados que no novo cenário vão se tornando comuns.

O lugar ocupado pelo trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva pode ser pensado a partir de três dimensões que se completam, ao mesmo tempo que elucidam os conteúdos das segregações de gênero: 1) manutenção do confinamento das mulheres em postos de trabalho cujo conteúdo guarda estreita semelhança com o trabalho doméstico; 2) a identificação do uso das sensibilidades corporais com o trabalho feminino desqualificado, simples e naturalizado; e 3) a produção de um consentimento fabril associado à construção de imagens marcadas pela equalização das exigências domésticas e fabris que configuram um feminino dócil e confinado à esfera privada da vida doméstica. (RIZEK; LEITE, 1998, P. 63-64).

Verdadeira faca de dois gumes, se o novo cenário ampliou as oportunidades de trabalho para as mulheres, por outro lado, nas mudanças repete-se a tradicional concentração de mulheres em ocupações de natureza assistencial, servçal, semelhantes às desempenhadas no espaço doméstico e que lhes são atribuídas por pretensamente combinarem com “inatos” atributos femininos.

Embora ainda persista a tradicional concentração de mulheres em determinadas ocupações e elas continuem sendo majoritárias, por exemplo, entre empregados domésticos, enfermeiros, assistentes sociais e professores - principalmente no ensino infantil, no fundamental e na área de Humanas do ensino superior - não se pode negar que as mulheres transpuseram os limites dos setores ocupacionais feminizados.

Não obstante as mudanças, quantitativas e qualitativas, que alteraram o panorama da mão-de-obra feminina, e inclusive respondem pelo ingresso de mulheres em áreas consideradas “masculinas”, há inegáveis continuidades.

Adentrando os novos espaços, ao partilhar com os homens os múltiplos e diversificados setores da produção social, depara-se com cargos hierarquicamente inferiores e pior remunerados.

Se a regulamentação jurídica veta a discriminação salarial, dá-se um jeito, através de mecanismos “sutis” que burlam os preceitos constitucionais; basta alojar a mulher em setores de mais baixa remuneração, o que possibilita argumentar que ganham menos, não porque sejam mulheres, mas porque desempenham tarefas, cuja média salarial é mais baixa.

O fenômeno não é estranho à FÁBRICA, que dele se vale para sub-remunerar as mulheres trabalhadoras. Também não lhe é estranha essa dimensão dos espaços ocupacionais femininos a que se referiram Rizek e Leite (1998), ao aludir a formas de consentimento e adesão, e ao evocar a construção de uma imagem de domesticidade da mulher - no sentido do trabalho com amor, da dedicação à limpeza e organização do trabalho; típico quadro de higiene e docilização do trabalho como atributos femininos.

Há um comprometimento especial das sapateiras com os princípios do Programa D’Olho, e um singular envolvimento com a otimização de seu tempo de trabalho. Várias sapateiras entrevistadas revelaram colocar o suco da tarde mais próximo de seu lugar de trabalho para não perderem tempo em buscá-lo e explicitaram permitir-se poucas interrupções seja para tomar água ou para rápidas idas ao banheiro; conversas, apenas intra-grupo e na justa medida que não atrapalhe o ritmo de produção. Queixaram-se, ainda, de chefes que não servem bem, que demoram para entregar as peças a serem trabalhadas, o que implica em esperas e atrasos da produção. A lógica do aproveitamento máximo do tempo incorporou-se ao universo da trabalhadora.

A segregação ocupacional e a discriminação salarial são estratégias de exploração da força de trabalho; o binômio dominação - exploração ganha maior fôlego quando a classe trabalhadora encontra-se fragilizada pela dispersão, pelo isolamento e pela

individualização. O modo de produção capitalista, para potencializar suas forças e aniquilar as tentativas de resistência, faz das diferenças biológico-naturais, justificativas para a construção de desigualdades; faz de “minorias”⁶⁶ étnico-raciais, idosos, crianças e mulheres, um simulacro do “exército industrial de reserva”; dessa forma, pela fragmentação procura descaracterizar uma classe social que, apesar de constituída por sujeitos heterogêneos, tem identidade própria.

Hirata (2002), ao analisar os efeitos diferenciados de crises econômicas sobre o emprego de acordo com os sexos - que se traduzem em flutuações mais acentuadas de emprego da mão-de-obra feminina - também alude a um papel de exército industrial de reserva latente, desempenhado pelas trabalhadoras, na medida em que estas são mais passíveis de serem, em alta rotatividade, incorporadas ao mercado de trabalho, ou dele excluídas.

A manipulação dos diferentes matizes da classe trabalhadora contribui para a ampliação do capital, mas, tal processo pode não se dar às claras, fazendo-se necessário, pois, desvelá-lo.

Estatísticas da FÁBRICA, no período compreendido entre 1997 e 2000, apontam aproximadamente 40% de mulheres e 60% de homens em seu quadro funcional⁶⁷; os números seguem de perto tanto as proporções feminina e masculina da PEA brasileira quanto às parcelas, de sapateiros e sapateiras no conjunto da categoria, estimadas pelos sindicatos patronal e de trabalhadores. Disto decorre que o dado, por si só, não nos permitiria creditar à empresa qualquer postura discriminatória.

⁶⁶ Na verdade, as mulheres não constituem uma minoria quantitativa, mas sociológica, isto é, recebem o tratamento discriminatório dispensado às minorias.

⁶⁷ Esta proporção tem se mantido inalterada; em maio de 2003, dentre os 1222 funcionários da FÁBRICA, 504 eram mulheres e 718, homens. Ou seja: aproximadamente 41% e 59%.

No início da pesquisa, diante do crescimento do número de mulheres “costuradeiras” em Franca, chegamos a cogitar a hipótese de elas serem egressas da fábrica e da possibilidade de uma eventual demissão preferencial de sapateiras no curso da crise que resultou no enxugamento do quadro de sapateiros francanos - de 36 mil em 1986, para 18 mil, em 2001.

Entretanto, a análise dos desligamentos de seus funcionários no período em foco, mostrou-nos ser infundada a suposição inicial de que as demissões pudessem ter recaído, preferencialmente, sobre algum segmento específico de trabalhadores. Pudemos constatar, sim, uma intensa rotatividade de mão-de-obra na empresa; demite-se e contrata-se incessantemente, mas a proporção de homens e mulheres não se altera significativamente.

Defasagens não decorrem, pois, da composição do quadro funcional; nele, a mulher está bem representada e não se apresenta nem mais nem menos exposta ao risco das rescisões contratuais do que seus colegas de sexo oposto. A grande diferença pode ser debitada na conta da qualidade dos cargos ocupados por mulheres e por homens, dos respectivos salários e das oportunidades de progressão na carreira.

A análise da listagem de funcionários, por sexo e função, datada de 11 de maio de 2000, que nos foi fornecida pelo departamento pessoal, permitiu-nos verificar a concentração de mulheres em funções remuneradas com salários mais baixos.

Elas concentram-se em cargos auxiliares, serviços e de natureza assistencial. No setor de produção, há predomínio de mulheres nos repetitivos serviços de colador, chanfrador, dobrador e carimbador; entre os pespontadores - função que goza de maior prestígio e é melhor remunerada que as anteriores, há certa paridade sexual.

Há poucas mulheres respondendo por tarefas centrais do processo produtivo e de maior complexidade, a exemplo do corte, que fica quase que exclusivamente a cargo de homens.

O mesmo ocorre com a mão-de-obra indireta - chefia, administração, gerência, supervisão, administração e conservação. Também aí são contratadas mulheres para cargos auxiliares, assistenciais, que se assemelhem às tarefas domésticas, que são identificados com as sensibilidades corporais da mulher, a exemplo de auxiliar de enfermagem, secretária, auxiliar de contabilidade, auxiliar de departamento pessoal, copeira e cozinheira.

Das 478 sapateiras que a fábrica empregava, 195 estavam registradas como coladoras e passadoras de cola, ou seja, 40,79 % de seu contingente feminino; seus vencimentos situavam-se, em setembro de 2000, pouco acima do piso da categoria, então de R\$ 217,00⁶⁸.

A tarefa é insalubre, uma vez que as trabalhadoras ficam expostas à inalação de produtos químicos, de natureza tóxica. Há máscaras de proteção disponíveis, mas elas, em geral, não as colocam, por considerarem-nas quentes e incômodas.

Também os protetores auriculares são por elas pouco utilizados, por “incomodarem e dificultarem as conversas”, posto que as vozes tornam-se inaudíveis. Entretanto elas revelam ter problemas com o ruído da fábrica, que continua zunindo nos ouvidos após o expediente de trabalho. Os encarregados pela segurança no trabalho, que precisariam, no caso, atuar de forma mais incisiva, no sentido de convencê-las da importância de usar os equipamentos de proteção, fazem vistas grossas à sua não utilização. Desleixo das operárias ou decisão de risco para não perder tempo? “O ritmo imposto ao trabalho impede que medidas de segurança como a adoção de recipientes fechados com pequenas aberturas apenas para a passagem do pincel sejam adotadas”. (NAVARRO, 1998, p.216).

⁶⁸ O trabalho das coladoras subdivide-se em várias tarefas específicas, com remunerações diferenciadas: coladora de calcanheira, de espuma, de palmilha, de peça, de amostras, de soletas, de vira; 80% destas, eram coladoras de peças, com salários - base de R\$ 250,36. Este é um salário - base intermediário, já que o da coladora de espuma I era R\$ 264,00 e o da coladora de palmilha, R\$ 217,40.

Na verdade, embora a tabela salarial da empresa preveja os salários das coladoras, a atividade que desempenham é, hoje, realizada em grupos e remunerada por produção. Nossas entrevistas foram feitas, em sua maioria, nos meses de novembro e dezembro de 2001; nessa ocasião o piso da categoria fora elevado para R\$ 248,00, e os salários das coladoras ficavam em torno de R\$ 300,00, ou seja, cerca de 20% acima do piso.

Não há homens trabalhando na colagem de peças; inclusive na listagem de funcionários, o termo é grafado no feminino. As próprias mulheres consideram que isso não é serviço para eles.

Eu acho que colar peça é mais pra mulher ... parece que é mais fácil ... Uai, eu penso assim, porque o homem de família ele vai ganhar pouco pra colar peça.
(Ivana).

Observamos, por meio destas palavras, a ocorrência de um processo de subjetivação de padrões androcêntricos, socialmente construídos; o trabalho mais fácil de executar e mal remunerado configura-se como algo não adequado a homens, mas perfeitamente cabível às mulheres.

Elas enxergam pelo olhar masculino:

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.
(BOURDIEU, 1999, p.13).

Para um diretor de Recursos Humanos, com quem conversamos, na fábrica não há qualquer espécie de discriminação; todos os trabalhadores, independentemente de seu sexo, teriam as mesmas oportunidades. O fato de a colagem ficar a cargo das trabalhadoras, para ele, diria respeito a “*uma questão cultural... a mulher tem mais habilidade em trabalho manual*”.

Ainda que se refira à uma questão cultural, logo resultante da ação humana, na verdade sua fala remete-nos menos a identidades socialmente construídas e mais às

pretensas qualidades inatas da mulher. O argumento dos atributos “naturais” femininos presta-se a legitimar sua alocação em cargos menos valorizados, quer em termos da hierarquia funcional, quer em termos salariais.

Corroborar essa linha de pensamento a alegação de outro funcionário administrativo, de que “em setores que exigem dispêndio de força física, em funções brutas, evita-se alojar mulheres”. Embora suas palavras caminhem no sentido da naturalização do social, contraditoriamente, ele termina por criticar a divisão sexual do trabalho vigente:

tem sido crescente, principalmente nos últimos 20 anos, o ingresso de mulheres em setores dantes exclusivamente ocupados por homens. Em muitas funções a mulher dá de quinhentos a zero no homem, a exemplo das operações de conferência, porque as mulheres são mais detalhistas e observadoras, ainda que, em virtude do machismo que impera na sociedade, esteja suscetível a ganhar menos.

Cabem aqui duas considerações. Uma delas refere-se ao fato de, mesmo em funções de revisão, por ele caracterizadas como “mais femininas”, a discriminação sexual fazer-se presente; a alardeada igualdade de oportunidades na fábrica não se sustenta:

Tem serviço, como revisor, que é um salário a mais, né? Um salário mais alto, então eles dão preferência para os homens, porque eles acham que os homens são até mais capazes que a mulher, eles acham que os homens é mais capazes de ver um defeito no sapato do que a mulher, quando que a maioria dos defeitos que vêm no sapato, se é passado pela nossa mão, a gente vê com mais rapidez do que eles próprios. A gente acaba que ajudando o revisor a ver um detalhe a mais, que ele não viu, porque o sapato quando ele chega no final da esteira, que coloca na caixa, é mulher que faz esse serviço; ela vê defeito que o revisor não viu... Elas voltam o sapato pra trás e fala: – ‘Poxa, mas você não viu isso aqui?’

Muitas vezes eu já cheguei a voltar sapato de urgência, de mandar embora... eles me punham em serviço assim... porque eles sabiam que eu ia ver um defeito que passava pela mão deles, que eles não conseguiam ver, entendeu? Várias vezes o chefe chegou a falar: - ‘Por isso que eu te pus aí, que eu sabia que com você aí, não ia passar!’ Não me punha num cargo igual revisar, e ele sabia que eu tinha capacidade; mas não me punha lá... colocava um lá e eu logo após ele para poder ver o que ele não via, entendeu? (Clara).

A segunda consideração refere-se ao fato de a tarefa repetitiva e monótona de conferência ficar de fato, ainda que não formalmente, a cargo de mulheres, em razão de

uma característica feminina "intrínseca", tal qual um aguçado senso de percepção, que as tornariam mais aptas a exercê-la.

Esses atributos: senso de observação, detalhismo e quiçá uma aguçada intuição, têm muito a ver com o processo de socialização da mulher, que tende a ser moldada para atender às expectativas alheias. Muito mais do que o homem, seu núcleo instituinte é a aprovação social, é o olhar do outro; ela pode até descuidar-se das próprias necessidades, mas tenderá a estar sempre atenta ao meio circundante e às relações que nele se delineiam. Se, de um lado, desenvolve a qualidade da perspicácia, se ganha o diferencial de uma apurada sensibilidade, de outro, pode acabar por perder-se de vista, e desenvolver uma baixa auto-estima - que a faz acreditar-se não merecedora de algo melhor - e por conseguinte, contentar-se com cargos situados na base da pirâmide ocupacional e com salários mais baixos.

É, justamente o caso das mulheres que colam peças e consideram descabida a presença de homens na depreciada operação; quando a tarefa chega a ser assumida por algum homem, causa espanto o fato dele sujeitar-se a tão insignificante tarefa.

Coladeira geralmente é mulher, né? É muito difícil ter um homem coladeiro ... Na minha sessão ... só teve um menino que era colador. Eu acho que, sei lá, é mais feminino. Eu acho que eles ficam com vergonha. (Veridiana).

... Lá na fábrica não tem nenhum homem que cola peça, só mulher ... (Zilda).

Enquanto a colagem conta quase que exclusivamente com mão-de-obra feminina, no pesponto - função mais valorizada, que requer maior qualificação e goza de *status* mais elevado - trabalham muitos homens. Há certo equilíbrio numérico entre mulheres e homens pespontadores.

...eu ganho quase o dobro ... quase o dobro da coladeira, o pespontador ganha. A coladeira tira trezentos e pouco, o pespontador tira quinhentos, quase seiscentos reais, pespontador lá na fábrica, pelo menos na minha seção tem mais homem outras seção têm mais mulher. (Zilda).

Já na seção de corte, uns dos setores de mais elevada remuneração, predominam os homens; encontram-se, aí, poucas mulheres e, quando no setor, estas desempenham atividades de menor relevância: cortam peças acessórias, menos visíveis, de custo mais baixo, a exemplo dos forros. Ou seja: danos causados por incompetência, no caso, das mulheres, representariam perda menor; isto significa descrédito de sua capacidade produtiva.

Geralmente cortador é homem... talvez seja assim, por causa do balancim, a máquina que corta com faca, e ela é pesada, né? Às vezes as mulheres nunca optou por isso, né? E é um serviço que ganha mais - fora assim a chefia, gerência, eu falo dentro da produção - é um dos serviços que você ganha mais, então eu acho que os homens optou mais por eles, né? Mas, aqui no corte tem muitas mulheres, por exemplo, o sapato tem vaqueta, que é o por fora do sapato e tem o forro tem várias pecinhas que vai dentro do sapato, que é menor, que é mais leve... as cortadeiras, elas cortam esse tipo de peça, que não precisa assim de tanta força ... o balancim tem uns que é automático ... é mais fácil você puxar... (Lia).

O argumento, com frequência levantado, como justificativa, de que a tarefa não é adequada às mulheres porque demanda maior força física, é questionável, ou melhor, é falacioso, uma vez que os balancins de acionamento hidráulico, hoje utilizados no corte mecânico das peças de couro, são bem mais leves do que os utilizados anteriormente, e colocá-los em funcionamento não requer uma musculatura excepcional.

A operária refere-se, também, a uma opção, a uma preferência das mulheres por tal ou qual serviço, mas suas “escolhas” esbarram, internamente, em uma divisão sexual de trabalho já estabelecida na fábrica e é perpassada por condicionantes que transpõem os muros desta. Ocorre, em nível subjetivo, uma espécie de “acomodação” gerada pela insegurança e subvalorização socialmente adquiridas.

Se fosse pra mim passar pro corte, aí eu tinha que ficar na hora do almoço, fazer um curso, arrumar alguma pessoa pra me ensinar; aí eu acho que é muito trabalhoso. Não vou mexer com isso não. Eu já tou aqui onde eu tou, já tá bom. (Bela).

Mas, tal processo de subjetivação ancora-se em estruturas objetivas, em uma realidade que apresenta horizontes mais limitados às mulheres. Elas defrontam-se com

restrições no mercado de trabalho, tanto em termos da natureza das funções e dos cargos que lhes são oferecidos quanto em função das acrobacias que precisam fazer para conciliá-los com os encargos domésticos.

Os obstáculos para articular as duas instâncias têm levado muitas mulheres a abrir mão de oportunidades profissionais. Deixam, inclusive, de participar de cursos supletivos, que elevariam seu nível de escolaridade, bem como de cursos de qualificação que, por certo, contribuiriam para sua ascensão profissional, porque estes são oferecidos pela empresa, fora do expediente normal de trabalho; horário em que elas precisam retornar aos afazeres do lar.

A dificuldade em conciliar casa e trabalho é, sem dúvida uma das razões dessa suposta acomodação e da, de fato exígua, mobilidade funcional das sapateiras. As coladoras e pespontadoras de grupos de produção, que entrevistamos, em sua grande maioria, desempenham a mesma função há dez, quinze, vinte anos ou mais. Entraram colando peças, continuam colando-as; entraram pespontando, e continuam na mesma função de pespontadoras.

A montagem, outra etapa qualificada na produção de sapatos, também é, geralmente, realizada por homens.

Montar, eu já acho mais masculino, sei lá, tenho isso comigo. Não sei se é porque só homem que procura esse serviço, né? Sei lá, é uma coisa meio complicada mesmo... (Rosana).

Tem muito serviço que mulher não faz, né? Uma montagem, montar um sapato, trabalhar naquelas máquinas pesadas, mulher não pode, não tem condições de fazer isso. Então, o serviço da mulher é mais assim... não é que é mais fácil, mas ele é menos pesado, menos é ... exige um pouco menos da mulher, né? Porque, você conhece, você sabe, né? Então, tem serviço que mulher não pode, então tem as divisões ... (Maria).

Apesar da desigual distribuição de cargos na fábrica, poucas operárias demonstraram ter clareza da discriminação embutida na divisão sexual do trabalho; quando a detectam, percebem-na como uma “inevitável” decorrência de diferenças biológicas.

...as oportunidades são iguais. Ah, aqui dentro, eu acho que sim... num tem preconceito contra a mulher não. (Ondina).

A forma de apreensão da própria realidade pelas sapateiras evidencia a eficácia dos mecanismos legitimadores das relações hierarquizadas e desiguais, estabelecidas socialmente.

.... no mesmo serviço, mulher e homem ganha a mesma coisa. (Maria).

Sem dúvida, em um mesmo serviço, tem de haver isonomia salarial; nem poderia ser diferente, posto que a legislação vigente não permitiria uma estamental atribuição de salários diferenciados a trabalhos iguais. A grande questão é: por que as mulheres estão concentradas em funções hierarquicamente inferiores e pior remuneradas?

Se há grande número de mulheres em funções auxiliares, como vimos, seu acesso às hierarquicamente superiores é muito limitado; elas estão pouco representadas em cargos de direção, supervisão ou gerência. Em novembro de 2001, quando de nossas entrevistas, havia apenas quatro mulheres ocupando cargos de chefia, em um total de 1244 funcionários, sendo 503, do sexo feminino.

Quando algum funcionário administrativo admite a existência de discriminação, é como se fora coisa do passado, questão já solucionada. As palavras de uma psicóloga, encarregada da seleção dos novos funcionários, ilustram o fato:

Quando eu entrei, há 13 anos, na empresa, nós tínhamos, sinceramente, um certo preconceito com as mulheres casadas, porque, na minha concepção, elas iriam faltar, porque têm que levar um filho ao médico, porque têm que resolver um problema familiar, porque elas engravidam, né? Isso poderia estar prejudicando a empresa. Então, se eu tivesse duas candidatas numa mesma situação profissional, uma solteira e uma casada, eu optaria pela solteira. (Sílvia).

Nesse sentido, Bruschini chama a atenção para um novo perfil da trabalhadora brasileira que vem sendo delineado: mais velha, casada, com responsabilidades familiares.

Ela pontua, corroborando a argumentação da psicóloga, que “segundo dados de 1980, a indústria empregava preferencialmente solteiras discriminando as mulheres casadas, com responsabilidades familiares, sob o argumento do ônus dos encargos sociais e do seu maior absenteísmo” (1995, p.17), acrescentando que tem diminuído essa resistência ao trabalho da mulher com encargos familiares e que, inclusive,

“as grandes empresas do setor privado estariam mais atentas para o fato de que o empregado mais tranqüilo em relação a seus assuntos familiares apresenta maior produtividade, assim como menor absenteísmo e rotatividade.” (BRUSCHINI, 1995, p.17).

Remontando-nos à fala da psicóloga, poderíamos pensar, *a priori*, que não tivesse havido uma atitude discriminatória, porque os critérios de seleção orientavam uma escolha entre candidatas de um mesmo sexo. No entanto, os “empecilhos” antepostos à contratação diziam respeito à maternidade ou possibilidade de gravidez e às limitações decorrentes dos compromissos domésticos. Aqui reside a discriminação, já que tais situações relacionam-se diretamente à mulher.

Na verdade, é questionável essa mecânica vinculação de encargos domésticos e gravidez à mulher, nexos que refletem um inegável processo de naturalização do social. Os afazeres domésticos, tidos como responsabilidade das mulheres, pressupõem as atividades que suprem as necessidades de todos os membros da família, sejam estes homens ou mulheres. Logo, natural seria que todos, sem exceção, respondessem por elas.

Há que se rememorar também, a impropriedade de se situar as tarefas domésticas no campo do privado, desconsiderando, dessa forma, sua dimensão social. Tratam-se, normalmente, de atividades produtoras de bens e serviços que não circulam no mercado e não se configuram, como mercadorias, mas, se não resultam de trabalho abstrato criador de valores de troca, nem por isso elas deixam de ser produto de trabalho humano, de trabalho concreto, gerador de bens de uso que beneficiam o conjunto da sociedade e dos quais, de forma gratuita, esta se apropria.

Na verdade, o fator limitante da profissionalização da mulher não deve ser considerado o seu estado civil, o fato de ela ser casada, solteira, viúva ou separada. A limitação decorre do modo como são assumidos os afazeres domésticos que, por necessários, de uma maneira ou de outra, precisam ser executados; decorre do fato das responsabilidades domésticas não serem compartilhadas pelos demais membros da família e se concentrarem nas mãos da mulher.

Da mesma forma, a gestação - fenômeno biológico que, a despeito dos avanços da biogenética, ainda é atributo feminino e acontece, via de regra, em um útero - não representa qualquer impedimento à capacidade produtiva feminina. É a maternagem que assusta aos empregadores; eles antevêm as possíveis faltas das mães operárias, dela decorrentes.

O que de fato cerceia as mulheres não é, pois, a maternidade em si e sim a forma de maternagem hoje vigente; não se pode negar que o cuidado das crianças tem sido assumido quase que exclusivamente pelas mães. O problema maior é a ausência de um mesmo nível de paternagem, é o fato de parceiros que contribuíram para a procriação, pouco colaborarem no processo de criação dos filhos e não partilharem, na justa medida, as responsabilidades da reprodução social. A omissão masculina termina por sobrecarregar a mulher, constituindo-se em sério obstáculo à trajetória profissional desta.

A gente vai no médico, às vezes vai num banco, às vezes vai resolver um probleminha ... tem filhos ... Então a gente fica sempre saindo. (Vânia).

Porque a mulher, ela precisa sair mais, porque igual às vezes, pra levar um filho no médico ... igual eu, eu sou separada, o que tem que fazer tem que ser eu, é eu e eu mesmo. Então às vezes a gente tem que tá pegando autorização ... o homem sai menos, ele num tem... tem preocupação, mas num é tanta igual à mulher... E parece que eles é tratado com mais firmeza do que nós mulher, né? É considerado melhor. É que num sai muito, num dá problema em seção e mulher tem ... tem chefe que é assim, se a mulher ficou grávida, ele já num quer na seção. Igual eu, quando fiquei grávida ... eu trabalhava com um chefe que falou que quando voltasse ele num queria mais na seção:

— 'Aí, tá grávida, fica saindo pra ir no médico, aí depois vem com menino, tem que ficar saindo pra levar menino no médico; não, num quero, eu quero é homem na seção. (Renata).

A gravidez é encarada quase que como uma moléstia; retira-se o sentido social que lhe deve ser creditado como responsável pela própria sobrevivência da humanidade. Daune-Richard e Devreux assinalam o caráter social da procriação, da produção de filhos. *“La reproduction n’est pas une simple duplication (production du même) mais bien, un processus, continu et complexe, de production des conditions d’existence d’un système”* (1992, p.19)⁶⁹.

É significativa a quantidade de cartas de liberação solicitadas ao Sindicato dos Sapateiros, por operárias no final da gravidez ou logo após o parto. Estas permitem que elas façam acordos, momentânea e aparentemente mais vantajosos, para desligarem-se da empresa. As sapateiras, dessa forma, abrem mão da estabilidade legal a que teriam direito, para evitar possíveis perseguições e dificuldades no retorno ao trabalho, após o término da licença.

Uma das sapateiras entrevistadas, que nos assegurou haver uma divisão sexual igualitária na fábrica, afirmou também que a existência, em Franca, de um grande número de “costuradeiras” ou de operárias que levam serviço para casa é fruto de uma opção pessoal das mesmas, pois, trabalhando em domicílio, mais facilmente elas conseguem, em uma jornada contínua, cuidar da casa, dos filhos e realizar as tarefas remuneradas.

Hirata (1998) ressalta que as formas atípicas de trabalho e o modelo de emprego em tempo parcial vêm, não há como negar, ao encontro da necessidade que têm as mulheres de conciliar as esferas doméstica e profissional. Mas ela pontua que isso deriva do lugar que socialmente é designado às mulheres na divisão sexual do trabalho.

É bom lembrar que empregos em tempo parcial não implicam, necessariamente, em liberação de tempo para lazer, descanso, entretenimento, ou em maior disponibilidade

⁶⁹ A reprodução não é mera duplicação (produção do mesmo), mas um processo contínuo e complexo de produção das condições de existência de um sistema. (Tradução da autora).

para entregar-se, por livre escolha, a afazeres prazerosos e não obrigatórios, ou ainda, para ampliar e estreitar os laços pessoais. Ao contrário, o emprego em tempo parcial tem significado um salário parcial que insta as meio-trabalhadoras a buscarem outros empregos, ou “bicos” para sobreviverem; tem significado meia oportunidade de êxito profissional. "Mesmo quando fruto de uma opção - para conciliar obrigações familiares e profissionais não se pode dizer que o tempo parcial seja uma real opção." (HIRATA, 1998, p. 17).

Reportamo-nos, novamente, à *learned helplessness* de Bourdieu: é significativo o número de mulheres que temem o sucesso, que têm dificuldade de lidar com o poder ou com cargos de chefia. "Elas 'não se sentem bem dando ordens' a homens, ou simplesmente trabalhando em uma função tipicamente masculina" (BOURDIEU, 1999, p.113).

O empírico ilustra-o, nas palavras de uma das poucas mulheres que, na FÁBRICA, tem cargo de chefia.:

A gente tem que ser muito decidida, tem que ser muito firme. Se você for uma pessoa calma e que qualquer coisa te assusta... eu acho que você não teria condição. Você teria que ter seu lado, vamos assim dizer... masculino mais forte do que o feminino... (Jovana).

A própria mulher, repetimos, é portadora de princípios falocêntricos internalizados. As relações hierarquizadas, desiguais e de subalternização, construídas objetivamente, inscrevem-se nas coisas e nos corpos. “Assim, as disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas (*habitudines...*) que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens como nas mulheres...” (BOURDIEU, 1999, p. 55).

Destarte, em um bem sucedido processo de introjeção, a mulher pode, diante dos obstáculos com que se defronta, desenvolver essa “impotência aprendida”; processo social vinculado a estruturas objetivas de poder, que emaranha sua alma, mutilando sua

ousadia e produzindo nela o ajustamento das expectativas às posições que lhe parecem possíveis, das aspirações às possibilidades que visualiza.

As palavras de uma operária, que negava qualquer tratamento desigual entre mulheres e homens na fábrica, considerando inclusive natural a existência de funções femininas e masculinas, sedimentaram nossa convicção da imprescindibilidade de um estudo desvelador da situação da mulher trabalhadora, a quem, como vimos, são destinadas as funções menos qualificadas na hierarquia ocupacional e pior remuneradas, e que, face à dupla jornada de trabalho, vivenciam múltiplas limitações profissionais.

Existe na tessitura social um jogo dialético de mudanças - que irrompem de estruturas cristalizadas - e de permanências, que resistem às mudanças. Haja vista que as mulheres conquistaram direitos políticos e de cidadania, estudaram mais, ocuparam o mercado de trabalho, desenvolveram novas formas de percepção, mas continuam a ter, sobre seus ombros, a carga preponderante das responsabilidades domésticas.

Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, se o salário da mulher, hoje, corresponde a cerca de 40 % do orçamento doméstico, a "ajuda" masculina nos afazeres domésticos margeia 2 %, ou seja, a participação dos homens nessas tarefas não cresceu na mesma medida da atuação feminina no mercado de trabalho, o que comprova mais uma vez o peso da dupla jornada de trabalho assumida pela mulher que transpôs os muros domésticos. É essa complexa articulação entre os *locus* familiar e profissional que nos propomos, agora, a analisar.

5.2 A sapateira: entre a casa e a fábrica

A categoria “trabalho de mulheres” criada por Daune-Richard e Devreux possibilita examinar a totalidade do trabalho, profissional e doméstico; permite melhor compreender a articulação entre ambos. As autoras assinalam a existência de um processo de divisão sexual do trabalho que determina a mulheres e homens seus lugares, na família e na produção, de modo que o lugar das mulheres é construído simultaneamente dentro do campo profissional e dentro do espaço doméstico.

"...le rapport entre les sexes (et la domination masculine) constitue une logique d'organisation du social qui forme un système à travers l'ensemble de l'espace social, sans qu'il y ait a priori prépondérance d'une sphère..." (DEVREUX, 1992, p.10)⁷⁰.

Até o advento da revolução industrial não se colocava para a mulher a problemática da conciliação dos espaços domésticos e extradoméstico, posto que todo o trabalho por ela realizado, independentemente de sua natureza ou destino, em geral, acontecia no espaço domiciliar.

A partir do processo de industrialização abre-se para a mulher a possibilidade de trabalhar fora de casa, de ingressar no mercado de trabalho, em virtude da demanda de mão-de-obra pela nascente indústria e também por força da necessidade econômica que compelia novos membros da família ao trabalho remunerado.

Para os industriais uma mão-de-obra mais barata - que facilitasse a extração de mais-valia e a geração de lucro - seria o ideal; nada mais propício para isso do que a utilização de trabalho feminino e infantil. As mulheres e as crianças, sem experiência

⁷⁰ As relações entre os sexos (e a dominação masculina) constituem uma lógica de organização do social que forma um sistema que atravessa todo o espaço social, sem que, a priori, prepondere em uma esfera. (Tradução da autora).

profissional anterior, sem qualificação, sem tradição de luta, talhavam-se à perfeição ao atendimento dessa demanda, à consecução desse objetivo. Sem contar que na medida em que seus salários eram tidos como complementares, considerava-se que não precisavam ser equiparados aos dos homens. Nesse contexto é que ocorre a separação dos afazeres domésticos e do trabalho “produtivo” da mulher.

É mister esclarecer o porquê de havermos colocado entre aspas o termo produtivo. Em páginas anteriores já enunciamos nossa concepção de que todo trabalho é produtivo e tem caráter social; o trabalho realizado no lar de forma não remunerada é produtivo, pois cria bens e valores de uso que suprem necessidades sociais. Não importa que tal caráter esteja desvalorizado no capitalismo - modo de produção que introduz e gerencia a industrialização - para o qual só é considerado efetivamente produtivo o trabalho que cria valores de troca, bens que circulando no mercado, realizam a mais-valia extraída na produção.

Na verdade o capital não desconhece a importância do trabalho doméstico responsável pela reprodução social, mas interessa-lhe que este permaneça sem visibilidade.

A realização dos trabalhos “produtivo” e doméstico em espaços diferenciados em tempo algum significou problema para o homem; a questão de como conciliá-los jamais esteve colocada para ele, porque os encargos domésticos nunca foram considerados sua responsabilidade, mas sim, da mulher.

A feminização dos serviços de casa é uma construção sócio-cultural, pois não existe qualquer razão natural capaz de justificar uma divisão sexual do trabalho na família que onere desigualmente mulheres e homens.

Não resta dúvida que a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho na era industrial contribuiu para redefinir também esta divisão doméstica do trabalho e alterar padrões tradicionais de poder e hierarquia, mas as mudanças ocorridas

não tiveram força suficiente para reverter uma situação desigual, na qual as mulheres são subvalorizadas e encontram-se sobrecarregadas.

Nós não somos considerada igual tinha que ser, porque a gente trabalha em casa e ainda trabalha na fábrica; quer dizer, é serviço dobrado, mas num tem aquele valor que o homem tem. (Renata).

A lógica societária capitalista é androcêntrica e forja a identidade social das mulheres a partir de suas funções domésticas de mãe, esposa e dona-de-casa; subjaz assim, na mulher, face ao privilegiamento da organização familiar, a trabalhadora. Não é raro, pois, elas desistirem de um mercado de trabalho que não se lhes apresenta como prioritário e insulem-se no lar.

Em decorrência disso, uma característica marcante do trabalho feminino é a descontinuidade, as intermitentes entradas e saídas do mercado, como estratégia para viabilizar a articulação das atividades domésticas e profissionais. Várias sapateiras revelaram ter interrompido temporariamente sua vida profissional em virtude do casamento e da maternidade, mormente enquanto os filhos eram pequenos.

Eu casei, parei de trabalhar, fiquei 10 anos sem trabalhar, depois voltei novamente ... (Maria).

A característica da descontinuidade do trabalho feminino não é uma particularidade brasileira. Hirata, em pesquisa comparativa internacional, enfatiza que também no Japão a atividade assalariada das mulheres sofre, muito mais do que a dos homens, interferências familiares de “imprevistos como o casamento, a maternidade, a educação das crianças, ao contrário da atividade assalariada dos homens, que fica inteiramente livre dessas variáveis extratrabalho” (2002, p.146).

A questão remete-nos à forma específica e diferenciada de socialização da mulher para a vida ocupacional, inscrita no quadro da divisão sexual da sociedade e do trabalho:

Exatamente em virtude deste fenômeno tão profundamente enraizado na personalidade feminina, de situar sua vida profissional em segundo plano e estar mais disponível para a vida familiar, geralmente as mulheres detêm empregos, mas não realizam carreira. Já pela falta de infra-estrutura de serviços que a libere de parte dos trabalhos domésticos, já pelo tipo de socialização que recebeu, a mulher pensa em suprir com seu trabalho temporário necessidades do momento, e, por esta razão, não se identifica profundamente com sua profissão. (SAFFIOTI, 1981, p.45).

O cuidado dos filhos tem, efetivamente, sido problemático para as mães trabalhadoras, que não encontram nos setores público e privado o necessário respaldo para poderem dedicar-se com mais tranquilidade ao trabalho “produtivo”, que não recebem o indispensável apoio para afirmarem-se profissionalmente, principalmente as trabalhadoras mais pobres, que não podem contar com o auxílio de pessoas remuneradas a seu serviço.

É a presença de filhos o que interfere de forma mais marcante na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos, como as creches, limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. (BRUSCHINI, 1994, p.69).

Diante da omissão do poder público, os préstimos assistenciais e educacionais de entidades privadas são de singular importância para a mãe que trabalha fora. Uma sapateira revelou-nos as dificuldades que enfrentava antes de ingressar na empresa, quando trabalhava em outra fábrica de calçados, que não dispunha de creche:

... tinha que levantar às 5h30, arrumar crianças, levar pra creche ... era muito corrido, às vezes, tinha que deixar meus filhos na creche com o guarda (que tomava conta da creche), que a creche não estava aberta ainda. Voltava pra fábrica, trabalhava, saía da fábrica correndo, ia pegar meus filhos na creche, voltava pra casa de novo ... (Clara).

O fato de a FÁBRICA dispor de creche/berçário é um diferencial reconhecido por suas funcionárias.

Eu acordo às cinco horas, porque eu faço mamadeira ... arrumo ela, dou de mamar... fica no berçário o dia inteiro, de tarde eu pego. Aí a gente vai embora. Aí eu chego, eu brinco um pouquinho com ela, dou banho, faço janta vou conciliando. O dia que num dá pra fazer alguma coisa, a gente larga pra amanhã. (Vânia).

A multiplicidade de funções e papéis a serem desempenhados pela mulher trabalhadora e a priorização da identidade de dona-de-casa, esposa e sobretudo mãe, faz com que muitas sapateiras culpabilizem-se por exercerem atividades “produtivas” fora do lar, quando estas restringem a sua capacidade de dedicarem-se mais aos filhos, ao marido, à casa.

É difícil trabalhar fora, cuidar da casa e ser mulher; sempre acaba deixando a desejar. Não é todo dia que dá pra limpar a casa, então fica meio suja e o marido reclama... Quando vai pra cama, às vezes o marido vem ensebando e a gente tá muito cansada, então ele reclama. Então a gente deixa a desejar como mulher. É muito difícil dar conta de tudo e fazer tudo bem feito ... “ Olha, o trabalho de casa cansa muito, né?

Trabalhar fora e trabalhar em casa, mas você tem que arrumar um tempinho, conciliar tudo, e não é só o trabalho. Você tem que ser mãe, você tem que ser mulher, você tem que ser empregada, você tem que fazer tudo ao mesmo tempo e não é fácil. (Melissa).

Consideramos que o trabalho remunerado da mulher é condição *sine qua non* de sua autonomia, mas esta não se realiza como mecânica decorrência daquele, porque o processo em pauta é interceptado por inúmeros fatores; na atual estrutura societária, ao trabalhar fora de casa, a mulher tem, na verdade, experimentado a sobrecarga da dupla jornada de trabalho.

As sapateiras da FÁBRICA, quase que invariavelmente, revelaram vivenciar rotinas muito semelhantes:

Eu levanto às 5h30 pra fazer café, saio de casa às cinco pras seis ... Chego aqui às 6h30, toma café e trabalho até às onze; às 11h06 pega o ônibus; chega em casa às 11h30, esquenta o almoço, come. Às cinco pra meio dia tem que sair de lá e voltar pra cá. Chega aqui meio dia e quinze, meio dia e vinte, e começa a trabalhar às 12h30. Sai três para as cinco, chega em casa às 5h30. É o tempo pra você arrumar a cozinha, dar uma varrida na casa, fazer a janta, tomar banho e dormir. Você faz a janta pra almoçar no outro dia. Eu só lavo roupa dia de sábado. Eu num lavo roupa no meio da semana de jeito nenhum. Aí, lava cedo, de tarde passa tudo pra guardar. Aí já emenda sábado e domingo pra fazer uma limpeza na casa também. Eu sozinha. (Penha).

É exatamente isso: em geral acordam por volta das 5h, fazem café, dão uma rápida arrumada na casa e “ajeitam” os filhos que irão para escolas ou creches.

Em geral, utilizam-se de ônibus da empresa para irem ao trabalho, despendendo em média, cerca de 30 minutos no percurso. Chegam à FÁBRICA por volta das 6h30, tomam café e começam a trabalhar às 6h45; às vezes, antes mesmo desse horário, antes do sinal de entrada, mormente quando seus salários estão vinculados à produção. Mas, independentemente de serem “horistas” ou “pecistas”, trabalham em ritmo intenso: no primeiro caso para, demonstrando eficiência, terem mais chances de permanecer no emprego e quiçá de fazerem jus a alguma promoção; no segundo, para aumentarem seus ganhos que dependem da própria capacidade produtiva.

Param às 11h06 para almoçar. Algumas operárias esquentam a marmita no refeitório da fábrica e, nesse local, fazem suas refeições; outras almoçam em suas próprias residências - alternativa que, como vimos, descontado o tempo gasto no deslocamento, faz com que lhes restem menos de 30 minutos para permanecer em casa.

Retornam às 12h30, para cumprirem a segunda etapa da jornada de trabalho e encerram o expediente às 16h57. Chegam em casa entre 17h30 e 18h, para, embora cansadas, reassumirem os afazeres domésticos: fazem o jantar que, reaquecido, será o almoço do dia seguinte, dão uma rápida arrumada na casa, e às vezes, à noite, lavam algumas peças de roupas.

Nos finais de semana fazem faxina na casa, lavam e passam a roupa acumulada durante a semana.

... sábado eu lavo, aí domingo de manhã eu passo e arrumo o guarda-roupa. A casa já vai tá faxinada, que eu já fiz no sábado, mas é muito cansativo, não é fácil não. (Melissa).

Então é assim a vida da gente: você levanta às 5h30, você chega às 17h30 em casa novamente, porque o tempo de almoço não dá nem pra você conversar com ninguém ... eu tenho uma filha solteira, aí a gente faz assim ... hoje ela já limpou, hoje ela já levantou de manhã, pôs os trem tudo pra cima, já limpou, tirou o pó. Agora eu chego à tarde e vou limpar, arrumo tudo; enquanto ela vai pra escola, eu ponho as coisas no lugar. Eu que lavo e passo no final de semana. Almoço ... eu tenho uma tia, uma senhora bem de idade; o almoço ela faz. Mas, lavar, passar, limpar, tudo eu faço. (Maria).

O serviço da casa é assumido por mulheres, é tarefa feminizada; quando há divisão de tarefas, ela costuma inscrever-se em um quadro geracional de filhas, mães, tias:

Eu tenho uma menina que me ajuda muito. Ela já limpa a casa, entendeu? Aí as outras coisa quem faz é eu ... (Márcia).

Aí no final de semana ... faço o que eu tenho que fazer, lavo uma roupa ... no domingo já é menos serviço ... Eu tenho a minha mãe, mas eu procuro ela nos momentos assim, se adoecer ... eu procuro ela, ela me ajuda sim, mas fora disso não. No dia a dia eu mesmo tenho que fazer. (Vânia).

Eu tive período ... que eu achei que eu ia dar um trem e cair, né? De cansaço mesmo, tanto físico como mental, tanto que eu era um pouco estressada, né? ... eu tinha que lavar, então era 11 horas da noite, eu tava lavando roupa, colocando no varal, então aí eu dormia muito pouco, né? A janta às vezes eu fazia, que a minha mãe também trabalhava fora pra ajudar em casa ... era repartido, sabe? Mas, muitas das vezes a minha mãe mesmo que fazia, porque eu tinha que lavar as roupas dos meninos pra eles levar na creche; eu tinha que passar roupa e arrumar a sacolinha deles pra creche de manhã ... eu lavava um banheiro que não tinha sido lavado durante o dia, né? E ia lá para o tanque lavar roupa. (Clara).

Eu ficava sozinha com as duas pra fazer o serviço tudo de casa, lavar roupa, passar, cozinhar. Chegou um certo tempo que eu num dava conta mais, aí ele falou pra mim: ou você arruma alguém pra te ajudar ou então você sai do serviço e fica com as duas em casa. Aí eu perguntei pra minha mãe, porque a minha mãe era mais fácil né? Já é família, tem mais confiança. Agora a minha mãe me ajuda, Então ela lava roupa pra mim, passa e arruma a casa. Ela não mora... ela vai na minha casa todo dia e eu pago um tanto pra ela me ajudar. (Cida).

O personagem “ele” a que se refere, é o marido, cuja forma de intervenção, explicitada na entrevista, confirma a concepção de preponderância da identidade de mãe e esposa sobre a de trabalhadora. Ele impõe à esposa uma escolha que traz em seu bojo, subjacente, o sentido de desvalorização da atividade profissional da mulher.

Dificuldades no relacionamento conjugal, em virtude do trabalho extradomiciliar, ou de seu prolongamento em domicílio, são comumente relatadas pelas sapateiras.

A casa fica a semana inteira assim, daquele jeito; ela só vê limpeza de final de semana. Deixo para lavar no sábado, passo no domingo, eu levo uma vida assim, ó, de cão. É, a gente foi morar junto ... já começamos a trabalhar, costurar o sapato em casa pra ganhar um pouquinho mais, né? Nossa, aquilo, eu dormia em cima do sapato. Aí ele cobrava, igual ele falou assim:

– Você tem que analisar que a gente tá casado ainda, a gente tem que ter um tempinho para namorar também; não é só trabalhar, trabalhar, trabalhar. (Rosana).

Meu marido é muito compreensivo sabe, então eu não tenho assim muitos problemas não, de relacionamento... as vezes a gente tinha algum conflito porque ele gostaria que eu tivesse um serviço melhor, entendeu? As vezes quando eu levo algum serviço pra casa ... ele fala que se eu já trabalho o dia inteiro por que, eu preciso levar serviço pra casa? ... Mas, no geral ... a gente consegue conciliar. (Cida).

Tem marido que não entende, por exemplo, você fazer um serão no sábado. Tem marido que não aceita você levar trabalho para casa. Já teve um que chegou a jogar as peças fora e a colega teve que pagar. (Melissa).

Embora não consideremos conveniente o fato de as mulheres levarem trabalho para realizar em casa, porque sua jornada de trabalho na fábrica já é extenuante e normalmente acrescida dos afazeres domésticos, também não nos parece louvável a peremptória forma de seus companheiros oporem-se a tal prática, inegável ingerência do homem no espaço profissional da mulher. Não poderíamos cogitar o inverso, posto que a profissionalização do homem coloca-se acima de qualquer questionamento; se o marido faz hora extra, ou algo que o valha, é porque era necessário que o fizesse e não se discute a propriedade do ato.

Nas entrevistas, quando há referências à partilha das tarefas caseiras com os maridos, filhos, irmãos, tal atitude é sempre colocada como louvável ajuda; quaisquer afazeres masculinos no espaço domiciliar tendem a ser entendidos como auxílio ou “de mão”.

Podemos pensar na hipótese de o processo de reengenharia produtiva ter propiciado o surgimento de uma reengenharia familiar porque, na medida em que a apropriação do trabalho da mulher não se atém ao espaço fabril e, invasivamente adentra o doméstico, forçosamente há a necessidade de rearranjos familiares, que instam os homens a também assumirem os encargos domésticos.

No entanto as estruturas mentais são muito resistentes a mudanças e o imaginário coletivo, antes de considerar como normal esse justo compartilhar, tende a enaltecer homens

que assim procedem, porque, acredita-se, eles estariam, em nobre gesto, indo além de suas obrigações.

As recorrentes expressões “ele lava para mim”, “ele enxágua para mim”, “ele passa para mim”, “ele limpa para mim”, “ele faz janta para mim”, “ele dá uma mão”; em síntese, “ele faz para mim” e não para nós, explicitam as representações das sapateiras - que, assimilando concepções androcêntricas, consideram as tarefas domésticas e os encargos familiares como suas responsabilidades.

Ele me ajuda em tudo. Eu tô lavando roupa, ele tá enxaguando pra mim ...”
(Ivana).

Ele me ajuda muito, né? Se às vezes eu tô lavando roupa e tem que limpar a casa, ele me ajuda a limpar a casa; se tiver muita roupa pra passar, se tiver que fazer outro serviço ele passa pra mim; então ele me ajuda muito.
(Mariana).

A gente chega em casa, chega às cinco e meia ... Eu chego correndo, já adianto uma janta, dou banho na criança; o marido ajuda bastante, ele lava as roupinha do menino pra mim. Fim de semana, no sábado é muito corrido né, porque a gente tem roupa pra lavar, casa pra limpar, criança pra cuidar, roupa pra passar ... eu num pago ninguém pra fazer nada pra mim, eu faço tudo, meu marido que me dá uma mão no meio da semana, fim de semana ele me ajuda a passar uma roupa. (Zilda).

Principalmente quando eu venho trabalhar aos sábados, hora extra, eu não tenho hora ... ele me ajuda no que ele pode, ele lava roupa, ele só não passa, mas faz janta pra mim, limpa a casa, né ?... igual eu falei, ele é um amor de pessoa! (Rosana).

Pra começar, mulher já leva desvantagem, porque a gente levanta mais cedo. Eu levanto é 5 h20, por aí. Levanto, faço mamadeira, deixo o café pronto pra elas num mexer no fogão; aí eu venho trabalhar. Eu chego aqui às 6 h20 ... Eu chego, pego um pão, tomo leite, e já começo a trabalhar porque a gente trabalha por peça, então eu num fico parada; eu já chego e vou trabalhar. Depois, às 11h eu saio e vou almoçar. Aí à tarde eu chego, arrumo a cozinha do alomoço, faço janta. Eu lavo roupa no sábado e num dia no meio da semana. Aí, dia de sábado ele me ajuda a limpar a casa. (Amanda).

É interessante observar que, a exemplo da Grécia clássica, quando só era considerado digno o trabalho que preservasse o sentido de autonomia e resultasse de livre escolha, também hoje observamos que, normalmente, quando os homens partilham as tarefas do lar, fazem-no porque o desejam, não como obrigação. Ao contrário, quer as mulheres exerçam ou não atividades profissionais, os afazeres domésticos são considerados suas incumbências e de caráter prioritário e obrigatório.

Mas, não só os maridos esquivam-se do partimento de afazeres domésticos; postura semelhante pode ser observada em outras figuras masculinas com as quais se coabite.

As palavras de uma sapateira solteira, que mora com dois irmãos adultos, o ilustra:

Eles não ajudam, não. Eles ajudam quando eles dá a vontade, mas falar que todo fim de semana eles me ajudam, não ajudam, não. (Penha).

Em certos casos, a jornada de trabalho da operária não é apenas dobrada, mas, triplicada, pois, além de acumularem o trabalho na fábrica com a lida doméstica, muitas delas ainda desempenham atividades econômicas subsidiárias, para obterem remuneração complementar.

Sábado eu fazia faxina pra fora. Teve uma época que eu fazia faxina de quinze em quinze dias, na casa de um gerente da fábrica que eu trabalhava ou do chefe. Sábado, quando eu não ia pra um, tinha que ir para o outro. (Clara).

Faço unha pra fora ... sempre tive freguesia e eu faço muita unha. (Zilda).

Há ainda outras atividades desempenhadas pelas sapateiras em domicílio, que também se configuram como tríplice jornada, a exemplo dos serviços da fábrica que levam para fazer em casa, seja de forma não remunerada - para adiantarem o expediente do dia seguinte ou colocarem em dia algum pretense atraso e assim, cumprirem a meta de produção - seja como hora extra realizada em seus próprios lares.

Uma das operárias que entrevistamos em sua própria residência havia levado, na data da entrevista, cerca de 20 pares para colar em casa, como contribuição voluntária para adiantar o trabalho do grupo; a tarefa que realizou enquanto conversávamos, manteve-a ocupada por aproximadamente uma hora.

Outra operária entrevistada levava 24 pares de peças de couro para pespontar, à guisa de hora extra. Cronometramos o tempo de trabalho necessário à execução da tarefa e calculamos os respectivos ganhos. A empresa pagava, então, R\$ 0,16/par, no qual se despendia em média cinco minutos de trabalho. Para concluir toda a empreita, ela

precisaria trabalhar por duas horas, o que equivaleria a um total de R\$ 3,84, ou seja, R\$ 1,92 por hora trabalhada. Segundo informou-nos, tal valor é menor do que o pago por hora trabalhada na fábrica e, se fosse trabalho por produção na fábrica, renderia algo em torno de R\$ 2,16/h a R\$ 2,36/h.

Vale lembrar que, nesse caso, as despesas com energia elétrica, com a manutenção do local de trabalho, correm por conta do próprio trabalhador, delas desincumbindo-se a fábrica. E é preciso registrar que a operária ainda era auxiliada por um filho de 12 anos que, nada recebia pela tarefa realizada. O caso é ilustrativo de como não é possível controlar a utilização de mão-de-obra infantil, quando se permite trabalho em domicílio.

Se em alguns casos, como vimos, levar trabalho para casa é motivo de conflitos conjugais, em outros a tarefa assume caráter familiar e, perversamente, pode até estreitar laços.

Vou pra casa, levo serviço ... aí tomo um banho para relaxar um pouco, aí vai pra sala costurar sapato, eu e meu marido. Aí a gente fica até às 8 h30 costurando. Aí eu deixo ele lá costurando sozinho e vou pra cozinha fazer a janta... Aí a gente acaba de jantar, continua costurando e vai dormir. (Rosana).

A sobrecarga de trabalho e as dificuldades que a sapateira enfrenta, como não poderia deixar de ser, têm impactos sobre sua saúde. As queixas mais recorrentes são: *stress* e dores de cabeça, estômago, coluna; distúrbios que, por certo, relacionam-se à intensificação do ritmo de trabalho, a posturas corporais e movimentos requeridos pelas atividades desenvolvidas, a uma alimentação inadequada e ao contato com substâncias tóxicas durante o serviço.

A gente é sobrecarregada porque cuida de casa, cuida de marido, cuida de filho, trabalha fora, então você tem que trabalhar muito o psicológico procê num misturar as coisas, não trazer problema de lá pra cá, não levar daqui pra lá. (Amanda).

Eu acho assim, a gente sente muita cansaço, né? Às vezes a cabeça da gente parece que fica assim, estressada. Eu fui na médica uma vez e ela falou pra mim:

— Nossa, você tá com stress! Eu acho que é o serviço, eu ficava muito nervosa. Nossa, tinha uma menina no meu grupo, nossa, ela é terrível, ela tem um gênio muito forte, então, qualquer coisinha ela ficava jogando assim, indireta pra

você. Nossa, aquilo lá eu não falava nada, mas eu ficava, sabe, guardando e eu acho que eu ficava muito estressada, viche! A gente chora às vezes, lá, pra não acontecer as coisa pior. (Bela).

Eu sinto um pouquinho da coluna ... são muitos anos pespontando, né? São mais de vinte anos pespontando ... Mas, é coisa assim, que eu tomo um remedinho e passa, porque eu sei que não tem remédio pra isso mesmo. Pra acabar com isso só se parar de trabalhar, né? (Ione).

Eu tinha uma dor de estômago muito forte, que eu acho que foi assim, um pouco assim, intoxicamento de cola, né? Que eu comecei assim muito cedo mexendo com cola, essa cola forte, então eu acho que isso foi me dando dor de estômago, e levava comida ... marmitta, né? E num esquentava comida, comia comida fria, foi muitos anos assim ... então me deu pobrema no estômago ... Aí precisou fazer uma cirurgia, me deu gastrite crônica e apareceu uma hérnia. O doutor acha que é isso, que foi devido à alimentação, porque comer comida fria, num alimentava direito, aí juntou e foi dando pobrema, né? Eu já tinha dor de estômago da química da cola, e foi juntando e eu nunca procurei, né? Aí, agora que apertou mesmo, foi que eu fui; aí quando eu já precisava fazer cirurgia.. (Renata).

As palavras de uma psicóloga da empresa, referindo-se às razões da adoção de uma nova modalidade de trabalho pela FÁBRICA - operários que nela trabalhavam, internamente, e passaram a fazê-lo em domicílio, mantendo-se vinculados à empresa, registrados e desfrutando os mesmos benefícios dos demais funcionários - evidenciam a sobrecarga das sapateiras que precisam fazer acrobacias para, como dizem “dar conta de tudo”: da casa, do marido, dos filhos e do trabalho na fábrica⁷¹.

Elas estão muito cansadas, sabe, estão preocupadas com o trabalho, vão para casa, chegam em casa com todos os afazeres, né? Então, ao invés de trabalhar na empresa, é levado para ela o serviço e é buscado no final do dia ou no dia seguinte. Se ela tem máquina, pagamos para estar utilizando a máquina dela, a depreciação ... então é feito um custo que é pago. A produção é excelente, a pessoa tá em casa, ela faz o próprio horário dela, então ela tem liberdade; se ela tiver algum problema para resolver, ou ir ao médico ou alguma reunião do filho, ela vai, depois ela compensa isso à noite ou ela acorda mais cedo. A produção é bem alta, porque existe essa questão da flexibilidade ... elas produzem bem e ganham bem. Ganham mais do que o pessoal que trabalha dentro da indústria, embora seja exigida delas a mesma produção, o tanto que o funcionário interno dá conta de fazer. (Sílvia).

Esta nova forma de trabalho a que se refere, revitaliza velhas práticas manufactureiras e/ou artesanais. Pode-se perceber, no trecho transcrito, que a mulher

⁷¹ Segundo um funcionário do departamento pessoal da empresa, a prática foi adotada, para atender aos interesses dos próprios trabalhadores e para solucionar problemas de operários “de gênio forte” que apresentavam dificuldade de relacionamento e resistência para trabalhar em equipe.

consegue, em uma jornada contínua, conciliar afazeres domésticos e extradomésticos, mas a duras penas, à custa, inclusive, do sacrifício de horas de sono.

O trabalho remunerado da mulher é, reafirmamos, ponto de partida para a sua emancipação, pois lhe permite evadir-se do confinamento ao espaço domiciliar e ter, assim, seus horizontes ampliados. Mas, há uma longa estrada por percorrer.

As responsabilidades domésticas sobre seus ombros têm forçado grande parte das mulheres a “optarem”, como estratégia, por serviços mais “flexíveis”: informalizados, de meio período, em domicílio. Ou seja: para poderem conciliar as duas instâncias de trabalho, muitas vezes, elas renunciam à possibilidade de sucesso profissional, acomodam-se em situações inadequadas e submetem-se a serviços marcados por maior nível de exploração, a modalidades de trabalho precarizados, bem ao feitio da globalização neoliberal.

Ainsi les stratégies qu'elles [les femmes] élaborent en matière d'emploi du temps visent-elles à dégager des moments où elles sont seules à la maison pour effectuer le gros des tâches ménagères. Elles recherchent une concentration maximale du temps de travail professionnel sur la journée et/ou sur la semaine afin de dégager des plages de temps qu'elles appellent 'libre' pour réaliser une part importante des tâches domestiques... (DAUNE-RICHARD e DEVREUX, 1992, p.14)⁷².

Além dos benefícios que assegura a seus funcionários, A FÁBRICA é bem conceituada pelo tratamento que dispensa a eles, tido como diferenciado e melhor do que o das demais indústrias francanas. A começar pelo epíteto de “colaboradores” apostado aos empregados, e da recusa por parte de funcionários do departamento pessoal em referir-se aos operários utilizando o termo “chão de fábrica” que, para eles, teria conotação pejorativa, porque hierarquizaria e discriminaria os sapateiros; em uma taxinomia

⁷² Assim, as estratégias que as mulheres elaboram em termos da utilização do tempo, visam a liberar, parte dele para, quando sozinhas em casa, efetuar o grosso das tarefas domésticas. Elas procuram uma concentração máxima dos tempos de trabalho profissional sobre a jornada e/ou sobre a semana, para liberar todo o espaço de tempo chamado ‘livre’, para realizar uma parte importante das tarefas domésticas (Tradução da autora).

eufêmica, referem-se a trabalhadores diretos ou da produção e indiretos - chefia, administração, gerência, supervisão, limpeza e conservação⁷³.

Porém, quando se adentra o universo domiciliar das sapateiras, suas palavras ou a mera observação de suas condições de vida, revelam um quadro diverso; as “parceiras e colaboradoras” moram em residências muito simples, não raro, situadas em bairros periféricos, experimentam precariedades visíveis e vivenciam a sobrecarga da dupla jornada de trabalho.

Um quadro que requer uma prática efetiva, no sentido de revertê-lo. Na medida em que a atuação sindical é uma das formas de a ele se contrapor, procuramos analisar a postura de gênero do Sindicato dos sapateiros e a participação das operárias da FÁBRICA na entidade representativa de sua categoria.

⁷³ De maio de 2000 a maio de 2001, a FÁBRICA apresentava em média, 72,5% de mão-de-obra direta, e 27,5%, indireta.

5.3 Sindicalismo e gênero na indústria calçadista de Franca

As mudanças produzidas no mundo do trabalho pelo processo de reestruturação produtiva, em contexto de globalização neoliberal, também atingiram frontalmente o sindicalismo, que experimentou acentuada tendência de redução da densidade sindical⁷⁴. A “dessindicalização”, a despeito de seus diferentes matizes nacionais, é processo mundializado.

Os sindicatos, em todo o mundo, vivem hoje uma situação muito difícil expressada na queda do número e da proporção de trabalhadores filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político. O conjunto de mudanças políticas, econômicas, comerciais, tecnológicas e culturais dos últimos decênios, às vezes designadas pelo controvertido termo ‘globalização’ atingiu duramente o sindicalismo. (RODRIGUES, 1999, p.12).

O sistema de produção em massa sob moldes tayloristas, que nas fábricas aglutinava trabalhadores, facilitava a atuação dos sindicatos urbanos. Partilhando condições semelhantes de vida e trabalho, os operários desenvolviam o sentimento de identidade de classe e, movidos por interesses e objetivos comuns, participavam de greves, paralisações, protestos - em geral conduzidos pelas entidades sindicais representativas de suas categorias. Havia uma sintonia muito mais profunda dos trabalhadores com os sindicatos que os representavam do que a hoje existente.

Com a consolidação do sistema de acumulação flexível, que dispersa, fragmenta e fragiliza os trabalhadores, tornou-se mais difícil reunir, em uma mesma entidade sindical, trabalhadores que experimentam as mais diversificadas condições e relações de trabalho; tornou-se muito mais complexo representá-los.

⁷⁴ Por densidade sindical entende-se a proporção de sindicalizados em uma dada população assalariada.

Não se trata, pois, de uma mudança de natureza apenas quantitativa, de uma mera redução do número de sindicalizados. Ocorre uma alteração mais profunda e complexa, de cunho qualitativo que requer dos sindicatos a habilidade de adequar sua prática a um novo momento, a uma nova situação. Capacidade esta que não vem sendo demonstrada por eles, sobretudo em virtude da relutância em desprenderem-se da concepção de uma classe trabalhadora homogênea e admitirem sua crescente heterogeneização.

Outra dificuldade para os sindicatos que, tradicionalmente se configuraram como um espaço marcadamente masculino, tem sido a de acompanhar a tendência mundial de crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho e enfrentar problemáticas particulares das trabalhadoras, tais como as discriminações de gênero nos locais de trabalho e a dupla jornada.

A idéia de unidade, na cultura sindical, tende a ocultar a heterogeneidade da classe trabalhadora; e ao se ver a opressão das mulheres como contradição secundária, vê-se na organização das trabalhadoras um fator de divisão e fragmentação da luta política. (DELGADO, 1998, p. 214).

No Brasil, com o crescimento, desde 1960, 1970, da participação da mulher no mercado de trabalho, assistimos ao aumento da filiação sindical de trabalhadoras.

Desde a década de 1970, as trabalhadoras brasileiras ampliaram de maneira expressiva sua participação nos sindicatos: entre 1970 e 1978, a sindicalização feminina cresceu 176%, enquanto a masculina aumentou 87%. (GITHAY *et alii*, 1982, *apud* DELGADO, 1998, p. 210).

Podemos, em grande parte, creditar esta novidade ao movimento feminista, que ressaltou a premência de práticas e lutas voltadas para as questões específicas da mulher. Claro que estamos nos referindo a uma de suas vertentes, isso é, ao feminismo classista, pois, na interface feminismo/sindicalismo, as mulheres têm enfrentado um verdadeiro fogo cruzado: a perspectiva feminista burguesa não contempla a exploração de classe, e o movimento de trabalhadores, por sua vez - temendo a quebra da unidade de classe - não

tem priorizado as questões de gênero, nem tampouco, tido uma prática condizente com a demandada pela ampliação da base sindical feminina.

Para analisarmos esta nova fase do movimento sindical e sua relação com as questões de gênero no microcosmo da indústria calçadista de Franca, consideramos necessário, inicialmente, traçar um perfil do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região - a que, doravante, nos referiremos simplesmente como Sindicato dos Sapateiros, forma pela qual é, de modo geral, conhecido na cidade - bem como, esboçar as linhas-mestras de suas concepções e práticas.

Ele foi fundado em 23 de novembro de 1941 e apresentou, até os idos de 1982, uma postura conciliadora, bem aos moldes do assistencialismo getulista. Seu perfil colaboracionista altera-se substancialmente a partir de 1982, com a vitória de uma chapa de oposição, originária da Pastoral Operária; gestada nas reuniões semanais que aconteciam, desde meados de 1979, na “cabana” da paróquia São Benedito, bairro periférico de Franca.

Os novos dirigentes sindicais tinham como referência o modelo de sindicalismo surgido em 1978 no ABC paulista: reivindicatório, classista, de massas. A plataforma de campanha da oposição sindical explicitava o compromisso de “levar adiante o projeto de organização e libertação dos trabalhadores” e contemplava, dentre outras propostas, a luta por “salário igual para trabalho igual (tanto de mulheres, quanto de menores)”, o que demonstrava sua consciência da discriminação salarial por sexo existente na indústria calçadista.

A partir de 1º de maio de 1986, o Sindicato dos Sapateiros filiou-se à Central Única dos Trabalhadores - CUT⁷⁵, reafirmando, dessa forma, a linha política adotada

⁷⁵ Atualmente o Sindicato está vinculado à tendência ASS - Alternativa Sindical Socialista - da Central Única dos Trabalhadores.

desde 1982, ininterruptamente seguida pelas subseqüentes diretorias eleitas e mantida até hoje.

Mas, apesar de sua atuação combativa, o Sindicato dos Sapateiros de Franca passa, atualmente, a exemplo do que ocorre em cenário mundial, por um período de refluxo. Em 1994, em um quadro de 25.000 sapateiros, contava com 15.000 sindicalizados; ao passo que em 2001, em um contingente de 18.000 sapateiros havia apenas 5.000 sócios na ativa.⁷⁶ Ou seja: o índice de sindicalização decaiu de 60% em 1994, para um patamar de 28% em 2001.

No intuito de reverter a tendência de queda, os atuais dirigentes sindicais têm feito campanhas massivas para ampliar o número de associados. Em 1999, sob o slogan “somos fortes, somos sapateiros”, conclamavam a base a colaborar de forma mais efetiva para que a entidade conseguisse arrebanhar sete mil novos sócios; na campanha de 2001, propunham a meta de dez mil associados.

O Sindicato dos sapateiros de Franca é combativo; diuturnamente procura mobilizar a categoria por meio do “corpo a corpo” das panfletagens de porta de fábricas e das campanhas salariais. Promove periodicamente congressos, assembléias, seminários, cursos de formação; estimula a organização de comissões de fábrica e encontros de “cipeiros”⁷⁷.

O trabalho de mobilização, que realiza, tem como suportes um programa radiofônico semanal, “A Voz do Sapateiro”, que vai ao ar aos sábados, das 13h às 14h na

⁷⁶ Na verdade o Sindicato não dispõe de dados cadastrais atualizados; contabiliza cerca de 12.000 membros, porém, destes, aproximadamente 7.000 já teriam falecido, mudado de categoria ou de município, estariam desempregados, teriam tornado-se patrões, ou não estariam em dia com suas mensalidades. Na falta de informações mais precisas fornecidas pelas empresas empregadoras ou pelos próprios trabalhadores, seus nomes continuam, temporariamente, constando das listagens.

⁷⁷ Os “cipeiros” são os membros das CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes. Todas as empresas com mais de 20 trabalhadores devem ter, obrigatoriamente, uma CIPA, cujos integrantes têm dois anos de estabilidade no emprego assegurados: o ano de exercício do mandato e outro após o seu término. Os “cipeiros” podem se reeleger uma única vez, ou seja, candidatar-se por dois pleitos consecutivos; 50% dos “cipeiros” são eleitos pelos próprios trabalhadores e os demais, indicados pela empresa.

Rádio Difusora de Franca - AM 1030 Khz, e um boletim informativo intitulado “O Sapateiro”, de periodicidade irregular, cuja circulação teve início em 1983.

Para fortalecer-se, o Sindicato dos Sapateiros precisa ampliar sua base de filiados, e seus dirigentes bem sabem que face ao significativo percentual feminino de trabalhadores nas indústrias de calçados - aproximadamente 40% - é necessário para tal, obter maior adesão das sapateiras⁷⁸.

Ademais, por força do avanço do feminismo e da luta das mulheres, há hoje uma inegável pressão nesse sentido. Se o movimento feminista já esteve restrito a determinadas classes sociais, a segmentos mais elevados da estrutura social, hoje, a discussão de gênero incorpora-se à temática dos movimentos populares; vide a estruturação da Secretaria da Mulher do Sindicato dos Sapateiros de Franca e a inclusão de gênero nas suas políticas permanentes.

No atual contexto, quaisquer entidades representativas de movimentos sociais, para serem reconhecidas como “politicamente corretas” precisam incorporar à sua agenda a perspectiva de gênero. E é com muita dificuldade que o fazem, pois, nesse universo a mulher e suas questões específicas têm pouca visibilidade, dado o androcentrismo dos movimentos sindicais. Este é, para Araújo e Ferreira, um, dentre outros obstáculos antepostos à militância mais ativa das mulheres nos sindicatos brasileiros.

De um lado, sempre existiu uma grande dificuldade em organizar o conjunto das trabalhadoras nos locais de trabalho, pois sua concentração em funções de baixa qualificação nas quais a rotatividade é mais elevada, torna-as mais sujeitas à demissão e ao controle das chefias. De outro, o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção da luta das mulheres como complementar à luta dos homens, ao enquadramento das reivindicações femininas em representações masculinas sobre a mulher, que a definiam primordialmente como mãe, ou simplesmente à negação da importância das demandas específicas sob a alegação de que a discussão dessas questões

⁷⁸ Esse percentual de sapateiras estimado pelos sindicatos patronal e de trabalhadores varia conforme o porte das empresas empregadoras: de 40% a 45% nas grandes empresas, 39% nas médias e pequenas empresas, e 34% nas microempresas. Utilizamos o critério adotado pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, que classifica as fábricas segundo o número de empregados: microempresa, até 50 empregados; pequena empresa, de 50 a 250 empregados; média empresa, de 250 a 500 empregados; grande empresa, acima de 500 empregados.

‘quebraria a unidade da classe’. Além disso, a própria organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens, é excludente em relação às trabalhadoras por não levar em conta suas responsabilidades domésticas. (ARAUJO & FERREIRA, 1998, p.4).

O androcentrismo no movimento sindical é tão arraigado que os militantes sindicais combatem a discriminação sexual, ao mesmo tempo em que discriminam, achando que não discriminam. A aceitação da importância da problemática de gênero pelos sindicalistas acaba ficando mais em nível de discurso e mais se configurando como concessão do que prioridade. As práticas que contemplam a particularidade da mulher trabalhadora são apoiadas, mas não se investe o suficiente para sua consecução.

Quando iniciamos esta pesquisa, o Sindicato dos sapateiros de Franca não dispunha de dados sistematizados que permitissem traçar o perfil de sua base feminina; não se sabia, ao certo, o percentual de mulheres no conjunto de associados. Procedemos à construção do dado, debruçando-nos sobre uma listagem de sócios na ativa, datada de 12 de junho de 2001. Na medida em que o Sindicato não possuía um programa computacional que permitisse extrair uma listagem por sexo, tivemos que, de forma artesanal, proceder à verificação dos 5011 nomes registrados. Deparamo-nos com algumas incorreções, que restam como margem de erro: constavam da relação 27 pessoas com nomes femininos, registradas como sendo do sexo masculino ou vice versa. Localizamos também alguns nomes de associados que tanto podem ser atribuídos a homens quanto a mulheres, sem a respectiva identificação sexual, por isso, os desconsideramos. Contabilizamos 1250 mulheres e 4891 homens, ou seja, 25% e 75% do total de associados.

Se a atual taxa geral de sindicalização dos sapateiros, da ordem de 28%, já pode ser considerada baixa, sobretudo se comparada à registrada no início da década de 1990, o que não dizer do seu coeficiente feminino?

Rodrigues, chama-nos a atenção para essas variações das taxas de sindicalização, conforme gênero, idade e regime de trabalho:

Percebe-se que os homens tendem a sindicalizar-se mais do que as mulheres, os trabalhadores em tempo completo mais do que os de tempo parcial; os trabalhadores com idade entre 35 - 64 mais do que os das outras faixas etárias inferiores e superiores. Segundo Freeman & Medoff, 'mais de 80% da diferença entre homens e mulheres na sindicalização parecem dever-se à diferença nas características dos empregos ocupados pelos homens e pelas mulheres e nos interesses econômicos de cada grupo' e não a qualquer predisposição inata das mulheres a não se sindicalizar. (RODRIGUES, 1999, p.37).

O autor elenca como fatores que possam ter contribuído para minar a coesão dos trabalhadores: a dispersão da produção ocorrida em virtude da redução da dimensão de unidades fabris e aumento da produção em pequenas empresas, e também a flexibilização de normas regulamentadoras de tarefas, hierarquias e carreiras dos empregados. Ressalta, ainda, que são dignas de nota as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos, diante da crescente heterogeneização dos trabalhadores, para organizá-los e conseguir, assim, exercer o seu tradicional papel de representação. Entretanto, consideramos que em sua lúcida análise, Rodrigues peca, quando aventa a hipótese de que a crescente heterogeneidade e fragmentação dos trabalhadores possa ter sido, em parte, decorrente do crescimento da participação feminina na força de trabalho.

Crescimento este, que considera ter se dado em função de um conjugado de fatores, dentre os quais, o aumento das ofertas de trabalho em tempo parcial, a queda dos níveis de emprego no setor industrial, as taxas decrescentes de natalidade, a expansão das redes de creches para crianças em idade pré-escolar e a ampliação do setor de serviços.

O aumento da heterogeneidade das camadas assalariadas e a fragmentação dos interesses de suas partes relaciona-se também com a maior proporção de trabalhadores em regime parcial. O aumento do trabalho em tempo parcial está ligado em especial (mas não unicamente) à extensão quantitativa e qualitativa da participação feminina na força de trabalho. O fenômeno de feminilização do trabalho relaciona-se também com a expansão do emprego no setor de serviços. Esse processo favoreceu as mulheres, prejudicou o emprego masculino e introduziu mais diferenças no interior das classes trabalhadoras. A expansão do emprego feminino tem forte relação com a flexibilização dos contratos de trabalho. (RODRIGUES, 1999, p.184).

Causa-nos espécie sua referência, de forma indistinta, a fatores positivos tais como o crescimento da participação feminina na força de trabalho e a fatores negativos - queda dos níveis de emprego, aumento de empregos em tempo parcial - como possíveis motivos do processo de desaglutinação dos trabalhadores e decadência do sindicalismo. Parece-nos carecer de discernimento tal leitura, posto que ao nivelar os diferentes fatores, de certa forma, dá margem a responsabilizar-se a mulher pelo perverso processo.

Reconhecer o caráter heterogêneo da classe trabalhadora, entender que ela é constituída por sujeitos plurais que vivem contradições específicas e por isso precisam ser enfrentadas por meio de práticas que contemplem as diversidades existentes é, justamente, o caminho para o fortalecimento dos trabalhadores e da representação sindical.

A emergência da trabalhadora no sindicalismo constitui-se na ruptura com a atuação sindical clássica. Embora entendida como luta à parte, como campo de batalha secundário, que desvia as mulheres das lutas principais, a afirmação ou a reivindicação da identidade feminina no coração dos conflitos sociais traz à tona uma discussão sobre o próprio sindicalismo, especificamente sobre a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres nos sindicatos, a importância atribuída às reivindicações de uns e de outras e a forma de democracia sindical (a pouca expressão das mulheres). (BRITO, 1999, p.18).

Brito enfatiza que o crescente ingresso de mulheres no Sindicato coloca a este um duplo desafio: de início, ele precisa ser capaz de elaborar políticas de ação que levem em conta tanto as formas diferenciadas de incorporação da mulher ao mercado de trabalho, quanto os difíceis meandros da articulação estabelecida entre o trabalho doméstico e o extradoméstico. Precisa também, desenvolver uma prática que estimule a participação das trabalhadoras.

O segundo desafio, de ordem interna, refere-se a aspectos da democracia sindical; as questões específicas das mulheres precisam ser enfrentadas como problemática de todos os trabalhadores, posto que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora. Não podem ser tratadas como questões periféricas ou como meras concessões. E, sobretudo, é

necessário que o sindicalismo consiga corrigir a defasagem da representação feminina nas direções dos vários níveis da estrutura sindical, espaço em que as mulheres se encontram sub-representadas ou excluídas de posições de liderança e poder.

Clara Lúcia de Aguiar, uma das poucas diretoras do Sindicato dos sapateiros de Franca, que responde pela Secretaria de Formação, lamentava, em 21 de junho de 1999, a reduzida atuação das mulheres na luta miúda de toda hora, sua pequena participação em reuniões, assembléias, congressos, atribuindo-a à dificuldade destas em conciliarem a vivência sindical, a produção fabril e os afazeres domésticos.

Na mesma data, Milton Silva, presidente do Sindicato na gestão 1997-2000, reforçando as palavras da colega, chamava a atenção para os obstáculos que tal situação antepõe ao trabalho sindical com sapateiras, sempre assoberbadas por múltiplas tarefas. Afirmava que embora elas se fizessem presentes nos momentos cruciais, a exemplo das greves, não participam, no cotidiano, do movimento.

Resta questionar como vem atuando o Sindicato, no papel de órgão dirigente da categoria, para transformar esse impulso espontâneo, esse reconhecido potencial de combatividade das sapateiras, em uma participação sindical mais efetiva e estável.

Suas palavras trazem-nos à memória Kollontai, quando vislumbra que a vanguarda feminina composta pelas mulheres trabalhadoras é, majoritariamente constituída, não por mulheres já conscientes de seu potencial revolucionário de classe, mas “por milhões de Matildes envoltas em xales cinzentos, Tatianas de Riasan, com os pés descalços, levadas pela miséria a novos caminhos.” (KOLLONTAI, 1978, p.16).

As sapateiras “Matildes” podem descobrir em si, “Claras”, podem ter os horizontes alargados e assumir a luta por seus direitos, pelos direitos de sua categoria profissional, a luta contra as múltiplas formas de discriminação que vivenciam seja na fábrica que lhes atribui postos subalternizados e pior remunerados, seja no Sindicato que lhes delega pouco poder, seja no cotidiano doméstico que as sobrecarrega de afazeres.

Observando a composição das sucessivas chapas concorrentes às eleições sindicais de 1982, 1985, 1988, 1991, 1994, 1997 e 2000, respectivamente, que, sem exceção comungavam uma mesma linha de combate às discriminações, salta aos olhos, nelas, a sub-representação feminina.

A chapa de oposição, responsável pela virada sindical que desbancou o peleguismo e conseguiu reeleger-se para o mandato subsequente, era integrada por vinte e quatro membros; dentre estes, havia apenas uma mulher. O número de mulheres na diretoria elevou-se para três em 1988, decaiu para dois em 1991 e voltou a subir para quatro, em 1994.

Não há como negar o androcentrismo presente no espaço sindical e a distância entre discurso e prática efetiva de sindicalistas. Um exemplo nos é dado pela diretoria eleita em 1997, que embora tivesse como plataforma de luta: “desenvolver políticas que tratem a questão de gênero, onde faça em cada política a relação de discriminação sofrida das mulheres” (SIC), era composta tão somente por quatro mulheres. A discrepância repete-se em 2000, com a nova diretoria, que apresentando plataforma idêntica à da campanha eleitoral anterior, e tendo feito uso, inclusive, do mesmo texto, então utilizado como propaganda, só acrescido do trecho “organizar e fortalecer mais a participação das mulheres na Secretaria da Mulher”, contava com apenas cinco mulheres.

Na verdade, o debate das questões de gênero está colocado para o Sindicato. Ele admite a necessidade de intensificar uma atuação no sentido de ampliar a participação da mulher nas instâncias sindicais; explicita-a em documentos, boletins, panfletos, mas tem dificuldade em levar adiante o projeto de equidade, de concretizar as iniciativas, que reconhece necessárias.

No intuito de apreender a postura de gênero do Sindicato dos sapateiros, procedemos à leitura dos boletins informativos, “O Sapateiro”, analisando o conteúdo de suas matérias, da primeira edição, de 1983, à 436^a, de novembro de 2002. Não pudemos

ter acesso a todos os números que foram publicados, porque de alguns não se preservou qualquer exemplar; mas, ainda assim tivemos à nossa disposição 304 edições, o que supomos significar aproximadamente 70% da totalidade produzida, cuja quantidade exata não pudemos precisar, porque sua periodicidade é bastante irregular. Em alguns meses nada foi publicado; em outros deparamo-nos com até seis edições. Sua numeração também é confusa: o n. 286 foi repetido em duas edições diferentes - abril e maio de 1995 - e em alguns deles não há data de edição. Além do mais, vários panfletos e materiais de campanha ou de propaganda, publicados para fins específicos, e de configuração gráfica totalmente diferente da dos boletins, recebem a mesma numeração destes.

O editorial do primeiro número de “O Sapateiro”, que aqui transcrevemos, expõe seus objetivos. Embora não tenha sido datado, pudemos verificar ser de 1983; não nos foi possível, porém, precisar o mês de publicação do boletim:

O sapateiro chegou para ficar ao seu lado.

Companheiros, depois de 10 meses de trabalho cheio de resultados positivos, o seu Sindicato continua organizando-se para assumir cada vez mais a luta contra a exploração dos patrões, em cima dos nossos companheiros. Todos nós temos o direito de expor nossas idéias, discuti-las e apresentar sugestões práticas para realizá-las. Foi pensando nisso tudo que resolvemos criar este ‘Boletim Informativo’, onde todos vocês poderão manifestar suas idéias, enviando-nos: fatos que ocorrem em suas fábricas; problemas gerais de ordem profissional e pessoal; notícias de promoções que interessam à classe em geral. Queremos comunicar-lhes que todo e qualquer artigo que os companheiros nos enviarem, deverá vir assinado, com nome e endereço do autor. Vamos participar juntos, pois este jornal é de todos nós.

Nessa edição inicial foi inserida uma seção intitulada “Espaço aberto para as mulheres operárias” e nela, havia um convite:

“Nós, trabalhadoras, estamos nos reunindo para discutir nossos problemas e tentar resolvê-los. Venha participar das discussões do MOLIT - Movimento de Libertação da Trabalhadora. Nosso grupo se reúne todas as sextas-feiras, às 8h da noite, no Sindicato dos Sapateiros”.

Pareceu-nos, *a priori*, promissora a inclusão de um espaço reservado especificamente às mulheres. Entretanto, à medida que prosseguíamos a leitura das

sucessivas edições, observávamos que poucas delas davam visibilidade à sapateira; em geral, quando o faziam, ressaltava-se, sobretudo, sua condição de mãe, de gestante, ou discutia-se a problemática de creches. Ou seja: temas importantes, mas focados prioritariamente na dimensão reprodutiva da mulher; a imagem da mãe, da esposa, da dona-de-casa, sobrepondo-se à da trabalhadora.

Aparecem poucas denúncias de discriminações no local de trabalho, que sabemos serem numerosas, ou de casos de violência contra a sapateira; destacamos alguns desses, raros, fragmentos:

CANVAS - Sacanagem grossa contra a mulher grávida. Acontece que quando as mulheres ficam grávidas, algumas fábricas começam a se fazer de engraçadinhas. Começam a perseguir e maltratar as companheiras. Não oferecem condições decentes de trabalho, não aceitam atestados médicos; além disso, depois que os filhos dos funcionários nascem, não oferecem berçários, nem mesmo lugares para amamentação, não dando condições para continuar o trabalho após a gestação... (n. 69, ago. 1988).

Sambinos desrespeita as grávidas. Sambinos é uma empresa de componentes para calçados que traz inúmeros riscos de acidentes e à saúde dos trabalhadores, isso porque esta empresa, pensando nos lucros, não tem preocupação com seus trabalhadores ... agora estão prejudicando e perseguindo as mulheres grávidas. Os trabalhadores denunciaram que até carreta empurraram em cima das mulheres... (n. 200, nov.1992).

Esporadicamente, aparecem notícias de eventos que contemplam a mulher trabalhadora, dentre estas:

Neste último fim de semana foi realizado, nas dependências da Escola Champagnat, de Franca, o 1º Encontro Regional de mulheres (...) presentes, 140 mulheres da região (...) O objetivo foi discutir a situação da mulher trabalhadora nos locais de trabalho como também na sociedade, onde se constatou mais uma vez ser muito grande a exploração e discriminação em âmbito geral, inclusive na questão salarial ... (n. 127, ago.1990).

Realizamos nos dias 28 e 29 de novembro o 2º Encontro das mulheres da categoria na cidade de Nuporanga, onde estiveram presentes 124 trabalhadoras (es), de dezenas de empresas. Assuntos como creche, saúde, aborto, organização no local de trabalho, terceirização da economia e contrato coletivo de trabalho foram amplamente discutidos e várias resoluções foram tiradas para o fortalecimento de nossa luta. Um fato importante foi a creche mantida pela comissão organizadora que permitiu que as mulheres levassem seus filhos. Foi aprovada ainda a formação da subsecretaria da mulher, onde foram eleitas 4 companheiras e 1 companheiro que terão a tarefa de encaminhar as resoluções do encontro... (n. 201, dez.1992).

A Secretaria da Mulher, criada em setembro de 1994 e oficializada em setembro de 2000 aparecia, pois, embrionariamente nesse encontro de 1992; processo moroso, uma vez que ela ainda se encontra em compasso de estruturação e definição programática. Na verdade, nesse espaço ainda masculino, as questões de gênero situam-se periféricamente.

Mulheres do setor do vestuário preparam o Encontro Estadual. As mulheres da nossa categoria estão se organizando para participar do Encontro Estadual, que acontecerá no mês de julho em São Paulo. Ainda no ano de 1993, acontecerá o Encontro Nacional, onde se pretende unificar a luta, em todo o Brasil, das reivindicações das mulheres. A discriminação, a questão da saúde, violência e a participação das mulheres nas direções do movimento estarão em discussão. Para preparar a participação das mulheres, a comissão de mulheres do nosso sindicato está preparando uma assembléia, neste sábado, dia 15, das 9:00 h às 16:00h, onde estarão sendo debatidos os documentos dos encontros e elegendo as companheiras que irão representar nosso Sindicato em São Paulo. É importante lembrar que haverá refeição no Sindicato e creche para os filhos dos participantes. Mulher, entre nessa luta, venha participar! (n. 212, maio 1993).

Sem dúvida, é pertinente a preocupação com o fornecimento de refeições e alojamento para crianças nos encontros de mulheres, explicitada no excerto, porque tais iniciativas facilitam a participação das mães trabalhadoras que, quase sempre, precisam levar consigo seus filhos, o que revela e confirma na divisão sexual existente nas famílias das sapateiras, a desigual atribuição de tarefas. Em um encontro de pais trabalhadores, não se cogitaria tal estrutura de apoio.

Será realizada, no próximo dia 27 (terça-feira), às 17:30 h, uma reunião de mulheres sapateiras. O objetivo é discutir a formação profissional e as questões específicas. (n. 345, maio 1997).

Estamos convidando as companheiras para participar de um seminário sobre a saúde e as questões femininas. A nossa saúde tem que ser prioridade. (n.418, ago.2001).

Em todos os boletins que analisamos, intensificam-se as referências à mulher, nos sucessivos meses de março, sobretudo nas proximidades do dia 08, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. Durante esse mês, sempre há programações especiais: ciclo de palestras, cursos, encontros, seminários. Mas, é o eventual, é o esporádico, é o festivo; não algo incorporado à sua linha temática.

Mulheres presentes. Foi realizado no último dia 7 de março uma manifestação de mulheres para comemorar o Dia Internacional da Mulher... foram feitas denúncias sobre a discriminação dos patrões, salários menores que os dos homens, chantagens de chefes e muitas vezes, até mesmo de companheiros de trabalho. (n.180, mar.1992).

Atividades das mulheres. Foi muito boa a participação nas reuniões realizadas nos bairros sobre a mulher e sexualidade. (n. 281, mar.1995).

Dia Internacional da mulher é comemorado em grande estilo. Quem ainda pensa que lugar de mulher é na cozinha, está completamente enganado. Hoje as mulheres participam ativamente da vida social, econômica e política do país. É verdade que ainda na grande maioria das vezes, as mulheres são submetidas à dupla jornada de trabalho (casa/empresa) e seus salários e condições de trabalho ainda são inferiores aos dos homens. É verdade também que ainda muitas mulheres sofrem discriminação e até agressões e assédios dos homens, muitas vezes, não denunciados. Queremos por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Luta da mulher trabalhadora reafirmar nosso compromisso de cada vez mais investir na luta contra as desigualdades sociais e a discriminação. (n. 339, mar.1997).

Na Assembléia de sexta-feira, fizemos uma homenagem às mulheres da nossa categoria. Centenas de companheiras estiveram presentes, ajudando (SIC) a realizar a luta da Classe Trabalhadora. Durante a semana passada foram realizadas séries de eventos, na intenção de discutir os problemas que as mulheres enfrentam no dia a dia, como a falta de creche, prevenção à saúde, discriminação, etc. No sábado, dia 09 realizamos o 3º Encontro de Mulheres, que contou com a participação de dezenas de mulheres e homens.⁷⁹ No Encontro foi discutida a necessidade de continuarmos este debate; para isso estaremos realizando um grande Encontro no mês de maio. A Secretaria da Mulher do nosso Sindicato, estará discutindo e divulgando o evento ... Parabéns às companheiras pela garra e determinação!!! (n. 428, mar.2002).

Consideramos importante também, destacar, de um dos boletins analisados, o convite para um curso sobre gênero e classe; iniciativa da Secretaria da Mulher, que revela seu empenho, mesmo atuando contra a correnteza, para a formação política das sapateiras:

⁷⁹ Este 3º Encontro de Mulheres, que teve por lema “Mulher, justiça e igualdade”, foi marcante! As trabalhadoras lotaram o recinto da Câmara Municipal para discutirem, ao longo do dia, a conjuntura nacional, seus impactos locais e a política municipal de creches. Em jeito feminino de fazer política, flores compunham a decoração, houve apresentação de capoeira - jogada por mulheres e homens - de música e, fechando o Encontro, bolo e *champagne*. Queremos também, para melhor retratar a beleza do evento, transcrever os textos de diversas faixas afixadas nas paredes: “Não existe democracia sem igualdade entre mulher e homem”; “Mulheres contra a flexibilização dos direitos, em defesa da qualidade de vida”; “Democracia? Justiça? Só quando houver igualdade entre mulher e homem”; “Onde a mulher avança, o homem não retrocede”; “Mulheres e homens, companheiros na mesma luta, na construção de um mundo mais justo”.

Às companheiras. Na sociedade em que vivemos as mulheres sempre são colocadas em segundo plano. Tanto na sua formação e no decorrer das suas vidas. Mas temos a certeza que isso pode, e deve ser mudado. No sentido de colaborarmos com esta mudança, a Secretaria da Mulher do nosso Sindicato convida todas as companheiras da nossa categoria, para participar de um curso específico sobre as questões femininas. Este curso possibilitará uma reflexão sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade. Discutindo também a importância da atuação das mulheres para transformar a realidade na qual elas vivem. Será realizado nos dias 9 e 10 de novembro de 2002, na sede do nosso Sindicato, das 8h às 18h Venha participar, que com certeza será útil no seu dia a dia. (n. 435, out.2002).

Cabe fazer referência, no tocante à preocupação com a formação das sapateiras - no intento de mais uma vez registrar o déficit de mulheres em programas de qualificação - a um curso supletivo profissionalizante de ensinos fundamental e médio que o Sindicato dos Sapateiros oferece à categoria. É um projeto modular, resultante de um convênio por ele firmado com o CEETEPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e que conta com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. O convite de formatura da segunda turma, cuja colação de grau transcorreu em maio de 2003, apresentá-va-nos, dentre os 26 formandos, apenas 7 mulheres, ou seja, 27% do corpo discente. A desigual porcentagem de mulheres e homens faz-nos pensar nas maiores dificuldades que as sapateiras enfrentam para assumir qualquer compromisso extra fábrica ou extracasa.

Da mesma forma, é pequena a participação de mulheres nos Congressos, realizados pelo Sindicato dos Sapateiros, normalmente a cada dois anos, para avaliar sua organização e prática, as perspectivas da entidade e definir planos de luta. Neles, a temática de gênero não é priorizada; honrosa exceção seja feita ao último Congresso, transcorrido em 2001, no qual ela ganhou destaque.

O primeiro congresso da categoria teve lugar na cidade mineira de Claraval, em 1984, sob o lema: “Diretas, já”!

O II Congresso, realizado de 13 a 15 de julho de 1990, que reuniu cerca de 200 sapateiros em Nuporanga (SP), destacou-se pelo enfrentamento ao plano Collor, trazendo

à baila as propostas de luta pelo congelamento do preço dos gêneros de primeira necessidade, contra o arrocho salarial e pela organização dos sapateiros nos locais de trabalho, através de comissões de fábrica. Nele deliberou-se que os próximos congressos seriam realizados regularmente, a cada dois anos.

Entre os dias 10 e 12 de julho de 1992, aconteceu o III Congresso, em Batatais (SP), do qual não dispomos de maiores informações; por isso apenas enunciamos sua ocorrência.

O IV Congresso, que contou com cerca de 300 participantes e teve lugar em Ribeirão Preto (SP), de 16 a 18 de setembro de 1994, foi responsável pela aprovação de uma plataforma de luta, da qual destacamos dois pontos: o primeiro, a proposta de luta pelos direitos de cidadania - saúde, educação, moradia - e contra quaisquer formas de discriminação e exploração por motivos de sexo, raça, religião, idade; o segundo, o combate à terceirização fraudulenta - contratações ilegais, sem registro em carteira profissional e utilizando-se de trabalho infantil.

Em 1996, aconteceu de 06 a 08 de dezembro, novamente em Claraval (M. G.), o V Congresso; dentre as propostas nele aprovadas, salientamos a de lutar “contra os impactos das medidas neoliberais sobre as condições de trabalho, combatendo a precarização dos direitos trabalhistas e a terceirização fraudulenta”.

As relações sociais de produção na indústria calçadista francana foram, sem sombra de dúvidas, progressivamente alteradas por força da reestruturação produtiva e suas seqüelas para os sapateiros de Franca justificam a tônica de contraposição ao neoliberalismo, passível de ser apreendida no discurso dos sindicalistas. A todo momento o Sindicato depara-se com situações inusitadas que são colocadas à categoria e dele exigem respostas.

Um caminho para que os sindicatos sobrevivam como instituições, conservando suas funções de representação, seria opor-se à flexibilização das normas de trabalho. Precisaria encontrar respostas mais inovadoras, que provavelmente teriam de passar por um difícil equilíbrio entre as necessidades do aumento da produtividade que as empresas necessitam para se manterem competitivas e a defesa dos empregados, especialmente dos ameaçados de perda de emprego. (RODRIGUES, 1999, p.182).

O VI Congresso, que em uma agenda bienal deveria ter acontecido em 1998, foi realizado, com certo atraso, de 25 a 27 de junho de 1999, em Franca (SP); reuniu pequeno número de participantes - cerca de 60 pessoas, dentre as quais, pouco mais de uma dezena de mulheres. Sob a temática “os trabalhadores rumo à liberdade e autonomia sindical: em defesa do emprego, dos direitos sociais e pelo direito de organização no local de trabalho”, a crítica ao projeto neoliberal fez-se mais contundente. Ganharam fôlego o combate à precarização do trabalho, à terceirização fraudulenta, à luta contra o desemprego, e enfatizou-se a necessidade de formação dos operários, bem como de sua organização nos locais de trabalho. Ao reafirmar uma postura de confronto, não de negociação, o Sindicato ratificava sua perspectiva de luta de classes nas relações de trabalho.

Nesse Congresso, tivemos a oportunidade de ouvir, dos dirigentes sindicais, teses que vieram ao encontro de considerações que vimos tecendo no decorrer deste estudo, qual seja: na medida em que o empresariado coloca a luta de classes como anacronismo, ideologicamente procura descaracterizar a identidade de classe dos trabalhadores, contribuindo, desta forma, para fragmentá-los e fragilizá-los.

Poderíamos nos perguntar, inclusive, até que ponto os pretensos laços de “parceria e colaboração” estabelecidos nas fábricas entre operários e industriais, não poderiam, em parte, responder pelo baixo comparecimento de sapateiros, sobretudo sapateiras, aos Congressos da categoria. Dentre as razões da pequena participação sindical das operárias da FÁBRICA, pudemos perceber, por meio das entrevistas, além do medo de represálias,

a força da prática corporativista da empresa que acaba envolvendo os trabalhadores, neutralizando, assim, as contradições.

Resta falar das Assembléias Gerais realizadas periodicamente pelos sapateiros; estas, insistentemente explicitam a preocupação com efeitos nocivos aos trabalhadores do processo de flexibilização implantado em muitas fábricas de sapatos. Salta aos olhos, a apreensão dos sindicalistas com os resultados da terceirização que, da forma como vem acontecendo na cadeia produtiva de calçados, viola direitos trabalhistas e imprime condições precárias ao trabalho, principalmente ao das mulheres e crianças.

Como já assinalamos, o trabalho em domicílio, uma das formas mais utilizadas de terceirização, não é novidade em Franca, nem tampouco é novidade que ele seja realizado principalmente por mulheres; contudo, há até mais ou menos 10 anos, mesmo executando domiciliarmente suas atividades, grande parte das “costuradeiras” que eram contratadas diretamente pelas indústrias, tinha registro em carteira.

Porém, as fábricas de calçados de Franca intensificaram o processo de terceirização como medida redutora dos custos de produção e os contratos de serviços terceirizados passaram a ser firmados, preferencialmente, com as microempresas. Assim, grande parte das “costuradeiras” teve que se vincular diretamente às bancas; a mudança representou a precarização das condições e relações de trabalho, na forma de salários mais baixos, de jornadas mais longas, da falta de registro em carteira bem como de convênios médico-hospitalares; enfim, a perda de direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora e consagrados pela legislação trabalhista vigente.

O Sindicato tem pressionado os órgãos competentes a exercerem uma ação vigilante sobre as bancas para punir irregularidades - mormente no que tange à exploração do trabalho infantil - e exigir o cumprimento das leis protetoras da criança, bem como do trabalhador adulto.

Integra também o universo de preocupações do Sindicato, aspectos relacionados à saúde dos sapateiros, em especial, a questão do desgaste físico e mental provocado pela ânsia de aumento da produtividade, que os insta a imprimirem um ritmo alucinante à produção. Muitos trabalhadores chegam a ocultar doenças e estados patológicos, suportam calados situações de mal-estar, sem se ausentarem do trabalho, para não terem perdas salariais e, sobretudo, não correrem o risco de demissões. Não são poucos os trabalhadores que sentem dores de cabeça ou na coluna, tonturas, falta de ar, que têm asma e bronquite, que perdem o apetite, que têm problemas auditivos ocasionados por ruídos excessivos, que têm problemas oftalmológicos decorrentes da fixação da vista em ambiente precariamente iluminado, que apresentam má circulação nas pernas em virtude de manterem-se por prolongado tempo em uma mesma posição - sentados ou em pé.

Segundo informações de um sindicalista, além dos vários distúrbios gerados pelo excesso de trabalho ou ocasionados pela poeira, pelo calor ou pela inalação de produtos tóxicos⁸⁰, há que se acrescentar também casos de saturnismo, causados pelo chumbo contido nas tachas utilizadas na confecção de calçados⁸¹. Sem contar o crescimento de casos de *stresses* e de LER, aos quais já nos referimos anteriormente, fenômeno comum a diversos setores produtivos, e presente também, na indústria calçadista. Daí a preocupação do Sindicato com a constituição de CIPAs efetivamente combativas, que sem conchavos, posicionem-se em defesa do trabalhador.

Os Sindicatos de trabalhadores são, hoje, entidades na defensiva, posto que a diminuição da demanda de mão-de-obra decorrente das mudanças tecnológicas e

⁸⁰ Embora se afirme que as colas hoje utilizadas na produção de calçados têm menor teor tóxico, elas continuam, ou ainda contêm, não se sabe ao certo, benzeno, substância cancerígena, capaz de aumentar os glóbulos brancos, possibilitando o aparecimento de leucemia. Pode ainda causar tumores de testículos e de rim, bem como alterações no desenvolvimento do feto em gestantes e no crescimento de crianças.

⁸¹ Para agilizar as tarefas, os sapateiros têm o hábito de colocar as tachinhas na própria boca para, assim, liberar suas mãos; daí o risco de contaminação, pelo chumbo ingerido na saliva.

organizacionais em curso, fez da luta contra o desemprego, a principal bandeira do movimento sindical, tendo sido relegadas a plano secundário outras questões fundamentais, tais como a da saúde do trabalhador. Porém, a precarização das condições de trabalho decorrentes de tal processo e as doenças ocupacionais dela provenientes, forçam os sindicalistas a redimensionar a problemática e a recolocá-la na ordem do dia.

A preocupação com tais problemas levou o Sindicato a promover (em parceria com três universidades da região – UNAERP, USP de Ribeirão Preto e UNESP de Franca), no período de 01 a 03 de agosto de 2001, no campus de Franca da UNESP, o III Seminário de Saúde do Trabalhador. Dentre suas resoluções, resultou um documento por meio do qual as entidades participantes assumiram o compromisso de uma ação conjunta em defesa da saúde dos trabalhadores. Queremos registrar que neste seminário, a presença de trabalhadores ficou aquém da, dos estudantes e os professores; estes efetivamente lotaram o salão nobre da universidade. O presidente do Sindicato dos Sapateiros, Paulo Afonso Ribeiro lamentou que dos 28 sindicatos organizados de Franca e região, apenas três estivessem representados - o dos sapateiros, o das domésticas e o dos servidores públicos municipais. Por oportuno, questionou também a ausência de representantes do empresariado e do poder público municipal, no evento.

Deixamos, propositadamente, para finalizar o presente tópico, o relato do VII Congresso, sediado em Brodowski (SP), de 24 a 26 de agosto de 2001 e centrado na temática: “Os Trabalhadores e as Trabalhadoras nas Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região e os Impactos da Globalização no Mundo do Trabalho”, porque nele, pela primeira vez, a questão de gênero foi incluída nas políticas permanentes da entidade. Ele contou com a participação de cerca de 100 delegados, dos quais, aproximadamente, 30% eram mulheres; significativo avanço, posto que a participação feminina praticamente dobrou, se comparada ao Congresso anterior, de 1999. E não houve apenas uma mudança quantitativa, porque em todos os documentos apresentados ou elaborados durante o

evento, a mulher ganhou visibilidade. Transcrevemos, por oportuno, alguns fragmentos destes:

A Secretaria da Mulher tem como compromisso fortalecer e organizar a luta das mulheres trabalhadoras sapateiras que se preocupam com o crescimento e a formação política da mulher, no sentido de avançar na consciência crítica de classe e romper com todo tipo de exploração e opressão sobre a mulher trabalhadora; inclusive na hora de procurar emprego são rejeitadas por ser mulher. Porque para eles, as mulheres engravidam, têm que levar os filhos ao médico, participar de reuniões escolares dos filhos, etc ...

Temos como princípio apoiar as organizações de mulheres do campo e da cidade que reivindicam melhores condições de vida e trabalho e lutam contra a opressão de gênero no mundo político e social. A Secretaria da Mulher diante do quadro real que estamos vivendo hoje, tem, da mesma forma que as demais secretarias, encontrado dificuldade para se organizar, para se reunir e trabalhar melhor a questão da mulher trabalhadora. Apesar dessas dificuldades, conseguimos realizar algumas atividades, dentre elas, as comemorações de 08 de março, que consideramos importantes.

É preciso admitir que o preconceito e o machismo estão em cada um de nós e que é possível mudar isso, é preciso evoluirmos.

Entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações - de poder, econômicas, com o meio ambiente - baseadas em novos valores, tais como o companheirismo, a solidariedade, a divisão dos trabalhos domésticos e do cuidado dos filhos.

O desrespeito e o machismo por parte de chefes e gerentes das empresas, que maltratam, assediam e discriminam trabalhadoras, é um problema que tem acontecido de forma constante em muitas empresas. Mas, a maioria das trabalhadoras agredidas, faz denúncia por telefone, porque tem medo de aparecer; outras enfrentam o caso, vão até a Delegacia da Mulher e fazem a queixa, mas não dão continuidade. Assim fica difícil de se trabalhar esses problemas. Queremos incentivar as mulheres a continuar denunciando, mas é preciso se organizar melhor para exigirmos o respeito que a mulher merece, como trabalhadora e cidadã, resgatando sua dignidade.

Historicamente o Sindicato tem travado várias lutas contra a opressão da mulher, em todos os sentidos, buscando garantir a representatividade das mulheres na diretoria do Sindicato, e contribuir na luta do dia a dia para a formação de trabalhadores conscientes da importância da luta pelos direitos da classe.

Várias companheiras valorosas passaram pela diretoria, com o mesmo objetivo de luta por justiça, liberdade e igualdade entre homens e mulheres⁸².

No Congresso foram também avaliadas as atividades desenvolvidas em março do ano em curso, no bojo das programações do Dia Internacional da Mulher, que envolveram

⁸² O trecho transcrito registra os nomes de treze dessas mulheres, que teriam integrado diretorias sindicais, dentre elas, Clara Lúcia de Aguiar, a única a ter presidido, ainda que interinamente, o Sindicato dos Sapateiros de Franca. No período de 1º de junho a 1º de outubro de 2000, Milton Silva afastou-se da presidência da entidade para disputar uma vaga à Câmara Municipal de Franca, tendo sido por ela substituído durante quatro meses.

154 participantes, dos quais, 115 mulheres. O documento elaborado a partir das avaliações feitas, relaciona os desafios de gênero que estão colocados para o movimento sindical e apresenta algumas propostas para o biênio subsequente, dentre as quais destacamos:

- “Viabilizar o projeto de uma pesquisa sobre as mulheres.”
- “Curso de formação para mulheres com o tema: Gênero, Classe e Raça.⁸³”
- “Curso de qualificação e requalificação profissional.”
- “Curso de formação política e trabalhista para as mulheres da categoria.”
- “Encontros, reuniões, debates, plenárias e seminários para discutir questões da mulher trabalhadora - saúde, direito trabalhista, previdência social, mercado de trabalho, licença- maternidade.”
- “Reunir as esposas dos diretores para um debate que esclareça como é o trabalho da mulher no Sindicato.”
- “Programar calendário de reuniões e de atividades da Secretaria”.
- “Debate com as Cipeiras das empresas da categoria.”
- “Lançar no boletim da categoria, um informativo específico sobre a mulher (no mínimo bimestral ou trimestralmente).”

Esta retrospectiva da atuação do Sindicato dos sapateiros de Franca, mormente quanto a questões de gênero, que ora finalizamos, o levantamento de textos por ele produzidos, a análise das assembléias, das campanhas salariais e dos congressos realizados pela entidade, permitem-nos perceber que embora esse continue sendo um espaço predominantemente masculino e que as questões da mulher trabalhadora ainda não tenham sido reconhecidas como prioritárias, houve um inegável avanço.

⁸³ O encontro, que veio efetivamente a ocorrer em 09 e 10 de novembro de 2002, como vimos, teve como eixo a reflexão sobre as desigualdades sexuais no trabalho e nos espaços doméstico e político.

Muito há por se caminhar; a estrada é longa, mas os primeiros passos para a incorporação da temática de gênero na agenda sindical foram dados. Iniciativa necessária, dentre outras razões, porque:

Os diagnósticos sobre o mundo do trabalho têm falado de fenômenos como a feminização da pobreza e a feminização do trabalho. Já há muitos anos, entidades sindicais internacionais vêm reconhecendo que a sindicalização das mulheres tem sido fundamental para reduzir o declínio da porcentagem geral de sindicalizados, em vários países. Esses são argumentos suficientes - e pragmáticos - para que o movimento sindical assuma seriamente a tarefa de organizar as trabalhadoras e de representar seus interesses diante do patronato e do Estado. (DELGADO, 1998, p.223).

Nesse sentido, a implementação de práticas destinadas a ampliar a participação sindical das mulheres sapateiras e as estratégias sindicais de combate ao sexismo no lugar de trabalho são imprescindíveis, tanto em virtude da desigual divisão do trabalho quanto da diminuta base sindical feminina. O índice de sindicalização na FÁBRICA, em novembro de 2001, ficava em torno de 30%. Do total de 376 funcionários sindicalizados, 1/3 destes, ou mais precisamente, 33,2%, eram mulheres. A taxa de sindicalização entre as mulheres era de 24,8%, ou seja, do total de 503 sapateiras então empregadas, 125 estavam associadas ao Sindicato.

Das 22 funcionárias que entrevistamos, oito eram sindicalizadas; consideramos importante registrar suas considerações acerca da própria inserção no movimento sindical, e a respeito da atuação do Sindicato.

De modo geral, elas não demonstraram um sentimento de identificação com a entidade representativa de sua categoria, fossem ou não dela associadas e tampouco declararam-se atuantes nesse espaço.

Nas expressões locutórias, de que se utilizam, referem-se sempre ao Sindicato na terceira pessoa pronominal; as formas “eu” ou “nós”, que denotariam alguma

identificação, foram pouco utilizadas. “Ele” - o Sindicato - configura-se, de modo geral, como o outro, que fala e age de um outro lugar.

Pra te dizer a verdade, eu tô esperando só eu receber aquele plano Collor, que eu vou tirar meu nome de lá, porque eu acho que ele num faz muita coisa pra gente que é sapateiro, não ... (Veridiana).

Sou [sindicalizada]. Em alguma coisa até que ele [Sindicato] ajuda a gente, mas na medida do possível. Eu fico no meio, não sou aquela que fica com brigaiada não. Pago, assim, porque uma hora a gente precisa, no que eles pode fazer, até que eles ajuda a gente ... (Renata).

Eu não tô pagando Sindicato, mas muito tempo fui pagando Sindicato. Eu acho que é uma coisa boa, né? Porque a hora que a gente precisa eles tá sempre lá pra ajudar. Eu penso assim. (Ivana).

Nunca participei. Já fui [sindicalizada], hoje não sou mais não... teve um tempo que eu desliguei, mas eu acho que é muito importante, né? Eu tenho vontade de voltar de novo a ser sindicalizada. Sem ele, a gente não consegue nada, né? Como aumento. (Zilda).⁸⁴

Sou sindicalizada, mas nunca participei e nunca precisei ir lá também. Eu não tenho nada contra não, eles procura fazer o trabalho deles, né? E as firmas, o delas também, né? Porque nem sempre se aceita tudo. Mas eu acho que tá bom porque, assim, eu nem posso falar muito, porque eu sou neutra mesmo, eu não tô participando, num tô dentro do assunto. (Vânia).

Ah, é médio. Faz as coisas necessário, mas depende muito da gente também, né? Porque sapateiro tá muito desunido, né? Em relação ao Sindicato, assim, quando tem campanha de aumento, eles não participa igual participava. Hoje a gente não consegue mais que 10% de aumento, e teve uma época, em 1986, que a gente conseguiu um aumento até bão, né? Eu acho que os sapateiros tá muito desanimado, né? Por causa do salário muito defasado, né? (Amanda).

Eu sou sócia só, não participo não ... Eu acho assim, que a gente critica muito e não vai lá ajudar, né? Fazer alguma coisa pra melhorar. Eu acho que eles tinha que se empenhar mais a favor do sapateiro pra eles conseguirem alguma coisa, igual era antigamente. Há uns dez anos atrás eles eram um sindicato muito forte. Agora não, já deu aquela caída. Do jeito que sai o acordo, eles luta pouco. Então o pessoal desanimou com isso. Eu acho que é por aí. Tem reunião, vai muito pouca gente, né? Eu não vou na reunião, mas tem irmão que vai, meu marido às vezes passa lá ... acho que tinha que ter muito mais força mesmo, não só deles mas nossa mesmo, pra poder ajudar mais. (Melissa).

⁸⁴ Endossa as palavras da operária, o último acordo salarial firmado pelo setor calçadista francano, em março de 2003, considerado uma significativa vitória dos sapateiros. O piso da categoria foi elevado para R\$ 315,00, retroativo a 1º de fevereiro e para R\$ 340,00 a partir de 1º de agosto, após difícil negociação, no decurso da qual aconteceram paralisações-relâmpago, o que há muito não se via em Franca. “Os trabalhadores das indústrias de calçados de Franca fecharam o melhor acordo da categoria desde 1996, ao conseguirem um reajuste salarial de 17,64%. Além disso, os trabalhadores tiveram um aumento na participação dos lucros e resultados, de 70 para 80 h/ano ... e reajuste de R\$ 20,00 no abono escolar, que passou de R\$ 80,00 para R\$100,00, a ser pago no início de 2004. ‘Comparado aos reajustes deste ano [de outras categorias] e aos que obtivemos em negociações anteriores, esse foi o melhor’, afirmou Raquel Clares da Luz, diretora do sindicato dos sapateiros ... O percentual deste ano fica acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - 16,33%.” (Folha de São Paulo, 22 mar. 2003. Caderno C., p. 13).

São poucas as vozes que, como esta, creditam não apenas ao Sindicato a responsabilidade pelo refluxo do movimento, mas também ao distanciamento e à acomodação da própria base; a tônica das entrevistas é a concepção de que o Sindicato já foi muito mais forte e enraizado na categoria do que é hoje; de que houve uma significativa queda de sua capacidade de representação. Situação que, bem sabemos, não constitui uma particularidade francana.

Antigamente [o Sindicato] era mais forte, a gente conseguia mais coisa...” (Elza).

[O Sindicato] já foi bom, mas agora tá muito devagar. A atuação deles não tá boa mais não. (Penha).

Eu não acho o nosso Sindicato forte, não; assim, em termos de sapateiro, não! Antigamente era forte, sabe? Assim... eles lutavam mesmo; a CUT vinha, e juntava todo mundo. A gente conseguia! Agora, não; de uns anos pra cá ficou... nossa, fracassou muito. Às vezes a gente conversa um com outro, então eu acho que têm a mesma cabeça que eu, principalmente as pessoas que eu já conversei, elas pensam igual eu, né? Eles são muito fraco ... (Mariana).

Rodrigues (1999), percorrendo sobre os rumos do sindicalismo, já observara, como vimos, sua decadência. Embora tal declínio apresente cores locais, é fenômeno generalizado.

Não sou contra Sindicato ... a empresa sem o Sindicato seria muito ruim, muito assim, prejuízo, porque embora eles sejam assim fraco, em termos, vamos supor, de uma greve, né? Não que eu seja aquela grevista, mas vamos supor se fosse uma coisa assim, organizada, né? Tudo dentro da meta que a empresa exige, e tal. Mas eles perderam a força; é isso que eu não sei o porquê, entendeu? Eu não sei se foi politicamente ou se foi financeiramente; só sei que eles perderam a força. Então os próprios sapateiros já não confiam muito neles, você entendeu? Tipo assim, se eles chegam aqui: - Olha gente, vamos fazer greve? O sapateiro até ouve, concorda, mas recua, entendeu? Fica com aquele medo e tal de enfrentar. Quando eu era novinha de empresa, eu sempre via assim... o sapateiro fazia aquela greve, era uma coisa forte. Só que hoje acabou, ninguém mais confia. Agora, por quê? Eu não sei. Por exemplo, eu não tenho coragem de enfrentar uma greve; talvez seja assim por causa do desemprego também, que houve, né? De enfrentar... eu acho que eles perderam um pouco assim... aquela potência ... (Lia).

Não é que eu sou contra [Sindicato], é que eu penso assim: eu não posso mexer com isso, porque se eu for mexer... Eu acho que nem precisava de Sindicato, eu acho que os patrão mesmo já devia ter assim, uma noção do que a gente passa, eu achava que a coisa já devia ser assim automática, né? Que não precisava ter rebelião, ter essas coisas, porque no fim acaba sempre pior pra gente, né? (Maria).

As palavras das operárias expressam não apenas a convicção do enfraquecimento do Sindicato, mas também o medo de que a militância sindical possa lhes prejudicar; temor que não é infundado. O desemprego gerado pela reestruturação produtiva é, de fato, ponto nodal do refluxo do sindicalismo.

Se os trabalhadores evitam faltar até em caso de doença, para não perder os adicionais de produtividade e assiduidade, este cuidado intensifica-se em se tratando de ausências motivadas por greves. A instabilidade dos empregos e conseqüente insegurança profissional cerceiam a atuação do Sindicato, bem como a participação das funcionárias da FÁBRICA que tudo fazem para não ser demitidas e para evitar queda na produção e perdas salariais.

O baixo índice de participação sindical das sapateiras tanto pode ser debitado na conta de precárias formação política e consciência crítica destas, quanto na conta de um conjugado de fatores que passa pelo medo de comprometerem-se, pelo descrédito com o Sindicato, ou pela pouca disponibilidade; seu tempo, exíguo para as múltiplas tarefas que desempenham, acaba sendo canalizado para as atividades que socialmente são consideradas prioritárias às mulheres, quais sejam, as domésticas.

Eu pago Sindicato, mas eu não sou de ficar indo nas reunião, porque eu não tenho tempo. (Elza).

Sou [sindicalizada], mas eu participava antes quando eu era solteira. Eu ia muito sabe? Mas, agora o tempo tá curto mesmo. Eu acho triste a situação deles, viu? Porque o povo colabora tem muita gente que fala que eles não faz nada, mas eles faz, tá? Só que o povo que não ajuda. (Rosana).

O tom das críticas, entretanto, eleva-se, faz-se contundente no discurso de algumas operárias entrevistadas, que chegam a atribuir ao Sindicato práticas escusas e acordos lesivos à categoria.

Eu era [sindicalizada], não sou mais eu fiquei meio desanimada, pra te falar a verdade, com o Sindicato, faz uns dois anos, eu parei eu fiquei decepcionada com ele uma vez que nós fizemos uma greve. Nós fizemos uma greve na fábrica de uma semana, cinco dias parado ... nós ficamos, de segunda até na sexta parado, aqui dentro, sem sair daqui de dentro. Eu acho que a gente ia conseguir um aumento e na última hora eles mandaram a gente voltar a

trabalhar. Não conseguimos nem meio por cento a mais. Eu fiquei decepcionada, sabe? Porque eu falei assim: a única vez que a fábrica parou 90% da produção eles não conseguiram um centavo a mais; eu fiquei decepcionada; aí eu resolvi parar de pagar. Nem os dias parados nós ganhamos; eles não conseguiram ganhar nem isso. Então nós perdemos os dias tudo e eu fiquei decepcionada porque nós perdemos uma semana e algumas pessoas que ficaram trabalhando ganharam dobrado, falei: greve, nunca mais! Já fiz três greves aqui na empresa nunca mais eu faço. (Cida).

Não sou [sindicalizada] eles fala que vai é lutar por uma causa, por exemplo, mas quer a colaboração sua. Você começa a colaborar com eles, mas chega no meio do caminho eles deixa você na mão, sozinha. Porque já aconteceu umas duas vezes, principalmente nesses negócios de quando chega a época de aumentar o salário, a gente pede um tanto, os patrão oferece um tanto. Eles tentam umas duas semanas. Depois conversam com os patrão: - Se vocês quiser voltar, vocês volta, foi embora e largou. Nós acabou recebendo menos de aumento, e de primeiro não era assim se num desse mais, pelo menos chegando perto, eles não desistiam de tá conversando, tá negociando. Agora não, agora cada um caça seu rumo Hoje em dia não tá dando nem pra perder tempo pra escutar o que eles tá falando. Enfraqueceu, né? Enfraqueceu muito o sindicato, principalmente o dos sapateiros. (Penha).

Não sou [sindicalizada], não faço parte. Não que eu não tenho interesse, assim, de questionar as coisas, o que é justo, o que deixou de ser. Só que eu acho que é um movimento que existe muita desigualdade lá dentro, você entendeu? Eles não buscam o que realmente o trabalhador precisa; ele precisa de mais respeito, eu acho que ele precisa de melhor remuneração, entendeu? Eu acho que ele precisa de melhores condições para viver, e o Sindicato busca umas coisas que eu acho que não tem nada a ver. O que que adianta? Eles vão lá e põem na mesa, lá com o patrão 130 e não sei quantas reivindicação. Só que o que o trabalhador precisa é dinheiro para poder ter uma vida melhor, pra ele viver melhor, e vai lá pra quê? Pra pagar 3% ! Aquilo tudo que ele pediu lá, não vira nada... Eles brigam, brigam por uma causa e depois no fim, eles abrem mão, eles não têm uma posição decisiva, eles ficam em cima do muro. Acaba indo, igual há dois anos, traz pra Campinas⁸⁵ e enrola, enrola, passa um ano inteiro e o trabalhador não vê a cor do dinheiro ... Eu acho que devia ter assim, igual tá acontecendo lá em São Paulo, nas metalúrgicas, nas siderúrgicas, ter dentro da empresa um conselho; senta na mesa de negociação e negocia direto. Esse negócio de terceiro, na época de hoje, não vira não, porque muitas vezes eles procuram o que é de interesse pra eles (Jovana).

Eu acho assim, o nosso Sindicato, muito devagar... teve uma época que a gente precisava de um aumento, tava todo mundo lutando e, luta daqui, luta dali; aí então vamos ficar todo mundo aqui fora, não vamos entrar pra gente conseguir um aumento e tal; aí ficava aí uma semana e quando foi no último dia o Sindicato largou todo mundo na mão. Não sei se entrou em acordo com a firma, né? Largou todo mundo na mão, nem satisfação não deu. Eu acho então, que isso aí é um erro que eles fizeram com a gente, com os funcionários. A gente tava lá, eles pediu pra ficar, todo mundo foi ficando ... Perdemos. Nós perdemos os dias, só que eles ainda parcelou pra descontar, né? Então eu acho que o Sindicato falhou com a gente. (Mariana).

⁸⁵ A operária refere-se ao TRT - Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP), alçada de julgamento dos dissídios que são instaurados quando sapateiros e industriais de Franca não conseguem, nas negociações salariais, fechar um acordo coletivo de trabalho.

Se algumas sapateiras censuram a atuação do Sindicato, por considerá-lo pouco combativo e outras, por excesso de radicalismo, outras há, ainda, que em suas críticas incorporam a perspectiva patronal; falam a partir de uma posição social que não é a sua, como se integrassem comunidades discursivas alheias. Há inversões valorativas que expressam, nos textos discursivos, a formatação ideológica das representações.

Sou [sindicalizada]. Tá péssimo [o Sindicato]. Muito ruim mesmo. Na primeira oportunidade que eu tiver, eu vou cortar o meu convênio porque eu acho que eles tão deixando muito a desejar. Eles querem mexer em coisas que não precisa e outras coisas que realmente ta precisando, eles não fazem nada. Meu irmão mesmo, teve um problema com uma firma que ele saiu e tal, que ele não recebeu, ele vai lá, eles tratam ele muito mal... as pessoas que ficam lá no balcão não deu atenção. Eu acho assim se tá aberto aquilo lá é porque depende do sapateiro... quer dizer que eles teriam que tratar melhor as pessoas que fossem lá. Eles falaram que todos, essas pessoas que trabalham no fundo do quintal tem que ser registrada. Eu acho que não, se as pessoas tão lá é porque elas querem trabalhar dessa forma. A gente tem que saber respeitar a opinião deles. Isto daí vai trazer muito problema pra nós, futuramente porque aquelas firma que não têm condições, que elas vão fazer? Fechar as portas, né? Porque tem firma pequena que não tem condição de registrar todo mundo e isso pra nós fica pior ainda... Eu acho que criança trabalhar assim junto com a mãe e com o pai dentro de casa é bem melhor do que ficar na rua aprendendo o que não deve, porque eles fala que a criança só pode trabalhar depois dos dezesseis anos. Eu aprendi a trabalhar nova e não me arrependo; esse caminho foi ótimo... Com dez anos já tá de bom tamanho porque é melhor do que ficar na rua aprendendo o que não deve. Eles querem proibir até isso, então, eu não acho certo, entende? (Ondina).

Na verdade, é preciso frisar que o Sindicato contrapõe-se à forma de terceirização que se incorporou à rede produtiva calçadista. Em entrevista concedida a um jornal francano, o presidente do Sindicato dos sapateiros, Paulo Afonso Ribeiro, esclarece a polêmica:

Para nós, se vai haver terceirização ou não, é indiferente. O que queremos é que neste caso, todos os trabalhadores estejam registrados e trabalhando em locais apropriados. O que vemos em Franca é uma terceirização fraudulenta, que não respeita o ser humano nem seus direitos. Famílias se aglomeram em suas próprias casas para trabalhar 14, 16 horas por dia em condições desumanas... O que queremos é que haja empresas constituídas, de terceirização, que gerem empregos de qualidade. Queremos que a relação de trabalho seja legal. Se alguém montar uma empresa de prestação de serviço e pesponto, de cabedal, e estiver tudo legalizado, não vamos para a porta desta firma. Já existem várias trabalhando desta forma e elas não têm problemas com o Sindicato, pois estão enquadradas dentro daquilo que defendemos. Aceitamos a terceirização regulada. Como está sendo feita hoje, temos certeza, é prejudicial ao trabalhador. (Comércio da Franca, 10/11 fev. 2002. Caderno A., p. 20).

A opinião da operária não explicita um ponto de vista isolado, pois na cidade, não são raras as alusões ao caráter positivo do trabalho infantil na rede calçadista; prática que, para muitos, preventivamente evitaria o surgimento de um “marginal”. A ótica negativista e quase hobbesiana de que cada ser traz em si um potencial malfeitor estreita muito o leque das possibilidades: ou se trabalha desde tenra idade, mesmo à custa das atividades lúdicas e educativas (que bem sabemos serem imprescindíveis ao desenvolvimento integral do indivíduo) ou se aprende nas ruas, no “ócio”, o que não se deveria. É comum ouvir-se, em Franca, o fatídico clichê: _ “É melhor criança costurar sapato em casa do que cheirar cola na rua”. Como se houvesse apenas estas duas alternativas!

Sua fala expressa uma ideologia burguesa de trabalho, entendido como atividade produtiva que sempre dignifica o ser, independentemente das condições em que se realize; é esta uma perspectiva produtivista e mercadológica que se superpõe à ética do ser humano e limita os princípios da cidadania. O problema central é que tal discurso não só comprova o processo de subjetivação de concepções estruturalmente construídas, mas, “dá forma à ação e torna possíveis certas estratégias” (LAMAS, 2000, p.15), sejam estas de dominação/exploração ou de resistência.

Dentre os vários discursos impregnados de ideologia, que as entrevistas permitiram-nos apreender, é nuclear nesta tese, o que se serve das diferenças entre mulheres e homens, naturaliza-as para, a partir delas, estabelecer desigualdades sociais e dispensar tratamento diferenciado às forças de trabalho feminina e masculina. Desigualdades estas, que trazem danos não só às mulheres, mas ao conjunto da classe trabalhadora, ao conjunto da humanidade.

Reconhecer as particularidades da parcela feminina da classe operária, que foi socializada para a submissão, que é discriminada profissionalmente, que arca com a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, não contribui para a divisão e fragmentação da

luta política; ao contrário, a organização das trabalhadoras e o combate a quaisquer formas de discriminação e exploração, são fatores de fortalecimento de uma classe constituída por sujeitos plurais.

Sujeitos plurais que, não apenas vivenciam situações diversificadas no mundo do trabalho e no espaço doméstico, mas também inserem-se de diferentes formas no espaço público - nos movimentos comunitários, políticos e religiosos. Sujeitos plurais que experimentam condições objetivas específicas de vida e que as subjetivam de modos diferenciados.

Compartilhar das concepções de Bourdieu de que as *habitudines* geram os *habitus*, concordar que a discriminação sexual existente na sociedade - nos espaços doméstico e extradoméstico - é produto de um transversal sistema de sexos, estruturalmente construído, não implica em negar a força das subjetivações. “É verdade que a estrutura social constrói as relações homens/mulheres e a idéia da mulher, mas, ao mesmo tempo, considero que a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação.” (SCOTT, 1998).

Se as mudanças sociais, inclusive as ocorridas no mundo do trabalho, são influxonadas pelas instâncias objetivas, elas não deixam de passar pelas pulsões do sujeito. Sem negar a força das estruturas, seria uma perspectiva determinista, e até mesmo simplista, considerar as instâncias subjetivas como seus meros reflexos; as práticas humanas, as construções sociais são afetadas às visões de mundo, às subjetividades. As duas instâncias caminham juntas, retroalimentando-se.

Atentas aos mecanismos de subjetivação das estruturas objetivas, expressos nos discursos das sapateiras da FÁBRICA, e procurando jamais esquecer que “os embates que se dão no plano social se revelam também no discurso” (CARMO, 1999, p.120), buscamos no capítulo subsequente, suas formas de inserção e de representação social,

entendidas estas como atitudes criativas, de sujeitos inseridos socialmente, que traduzem valores e têm força para mover ações.

VI - A inserção social da sapateira de Franca

Neste capítulo final transpondo os limites do trabalho doméstico e extra doméstico da sapateira francana, procuramos focalizar sua inserção no espaço público - a participação em movimentos comunitários, religiosos e políticos - bem como suas representações sociais.

Para tal, valemo-nos da categoria Análise do Discurso, rico instrumental que nos permite elucidar a natureza das

relações estabelecidas entre os interlocutores (...) as relações entre o discurso e sistemas ideológicos, entre o discurso e os imaginários sociais, em síntese, as relações entre o discurso e as condições históricas nas quais ele foi produzido e das quais participa, sendo o sujeito o elemento de mediação. (CARMO, 1999, p.16).

Na medida em que o discurso é o “*locus* preferencial de expressão do simbólico” (ANDRADE, 1995, p.43), a fala dos sujeitos sociais possibilita-nos apreender as representações sociais de indivíduos, que a despeito de suas idiossincrasias, estão referenciados a posições/funções sociais específicas.

A representação não se confunde com a vivência, com a experiência. A representação é o pensar - sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta, não se podem separar o material e o simbólico: um é constitutivo do outro. Desta sorte, sem correr o risco de deslizar para uma oposição idealista, pode-se afirmar que as representações que os homens e as mulheres fazem da realidade social operam como forças propulsoras de novas ações. (SAFFIOTI, 1992, p. 209).

Cabem, pois, de início, algumas considerações acerca desses instrumentais teóricos, que utilizamos imbricadamente, por acreditarmos que o discurso, enquanto sentido do que se enuncia, materializa-se em formas singulares de representação da realidade.

Não há como negar a força das condições históricas de produção dos discursos, não há como negar a historicidade de sujeitos reais e a vinculação de suas falas com

situações sócio-econômicas específicas, com ideologias nelas inscritas e com as representações sociais que elas traduzem.

Entretanto, inscrever os indivíduos que discursam, em um quadro sócio-histórico, pensá-los a partir das características definidoras de suas identidades sociais, tais como classe, raça/etnia e sexo, não implica considerá-los seres assujeitados.

o discurso é produto de um sujeito histórico que recria, nele mesmo, subjetivamente, a realidade empírica vivenciada a partir da sua condição histórica. Porém, mesmo esse processo de recriação está constantemente referido às condições sociais e históricas. (CARMO, 1999, p. 116).

Em nossas pesquisas, ao cotejarmos diferentes textos discursivos, pudemos, em dimensão empírica, percebê-los como expressão dos embates travados no plano social: de um lado, temos o discurso empresarial que alardeia o caráter de colaboração entre capital e trabalho, que se refere ao operário como um colaborador e à luta de classes como um anacronismo; de outro, o discurso de representantes do sindicato de trabalhadores que enfatizam a contradição existente entre classes sociais e questionam as práticas colaboracionistas.

Os diferentes pontos de vista espelham interesses sociais e políticos que nos remetem às respectivas comunidades discursivas portadoras dos discursos. Os diferentes textos evidenciam um antagonismo ideológico que reflete o conflito de classes.

Entrementes, na sociedade o ringue é mais amplo; os embates sociais são de múltiplas naturezas.

Conforme Bakhtin, o discurso se torna a arena desses confrontos, não apenas daqueles referidos à luta de classes, mas também a outros tipos de relacionamento social, fundados na hierarquização e que atuam fortemente sobre as formas de enunciação. (CARMO, 1999, p.22).

As relações de gênero, um desses tipos de relacionamento social, marcam, de maneira acentuada, os discursos; os textos que naturalizam as desigualdades sexuais remetem-nos a valores e configurações ideológico-discursivas específicas.

O discurso, repetimos, permite-nos, ainda, apreender as representações sociais. Estas, segundo a concepção da escola francesa, podem ser entendidas como uma forma de conhecimento primordial, socialmente elaborada e compartilhada, que é construída com a finalidade prática de conhecer o mundo, sobre ele atuar e responder às demandas colocadas pelo cotidiano.

As representações surgem como simbolizações figurativas, como construção social da realidade no nível do simbólico e inscrevem no universo do já conhecido um novo objeto, conferindo-lhe o *status* de um signo e tornando-o inteligível.

O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento que se constitui a partir de experiências, informações e saberes pré-existentes. “As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal” (JODELET, 1988, p.9-10).

Representar é atribuir significações ao real, é criá-lo simbolicamente. As representações sociais não podem ser tomadas como meras imagens ou passivos reflexos de uma realidade externa, constituindo antes, uma atitude criativa, na qual o sujeito auto-representa-se nas representações que faz do objeto.

Embora elas não sejam meras reproduções, posto que passam pelas pulsões dos sujeitos, tendo, assim, caráter criativo e autônomo, não se pode esquecer que intervêm nas elaborações representativas e discursivas do indivíduo, as idéias, os valores e os paradigmas do grupo social em que ele se insere.

Todavia, na medida em que grupos socialmente hegemônicos - de classe, de gênero, de raça/etnia - têm força para veiculá-los como expressão de verdades e interesses universais no intuito de, em seu benefício, manipular tais diferenças, deparamo-nos com ideologias que, veiculadas socialmente, perpassam os discursos e as representações.

Ao contrário dos textos discursivos - que sempre nos remetem a posições sociais e respectivas ideologias - as representações não necessariamente nascem comprometidas com alguma classe ou categoria social, mas são presas fáceis de ideologias. A fala das operárias, abaixo transcrita, é ilustrativa:

Houve mudanças, assim ... eles tá sempre exigindo mais e eu acho legal porque a gente tá sempre melhorando, né? (Vânia).

Eu amo a FÁBRICA; eu gosto demais de trabalhar na FÁBRICA. Lá eu me sinto à vontade, você entendeu? Não tenho reclamação... não tenho reclamação de chefe, de gerente, de nada... (Veridiana).

É preciso, pois, atentarmos para possíveis distorções ideológicas presentes nas suas formas de subjetivações e representações que, na enunciação, podem calar a voz do sujeito comunicante e, em seu lugar, qual boneco de ventríloquo, fazer soar a voz de outros sujeitos sociais.

6.1 A sapateira no espaço público

As entrevistas que realizamos com operárias da FÁBRICA evidenciaram que suas existências restringem-se quase que exclusivamente aos espaços doméstico e fabril “É de casa pro serviço, do serviço pra casa”, como revela uma das sapateiras entrevistadas. De modo geral elas definem-se como “muito caseiras”; é a partir do universo doméstico que se estruturam suas vivências e representações.

Não, eu não gosto de sair de casa, menina. Eu sou muito caseira... eu tenho preguiça de trocar de roupa pra sair de casa... Ah, não, aqui tá bão! Eu ligo a televisão, eu acendo um cigarro. Pra mim, tá bão. (Veridiana).

Eu fico mais em casa ... eu não sou muito de sair. Quando eu saio mais eu vou na casa da minha família. A missa é a única coisa diferente. Fico mais com família ... Sou mais de ficar em casa mesmo. Sou mais caseira. Se eu não tenho serviço, prefiro ficar em casa, ficar quietinha, do que sair. (Mariana).

Eu sou muito família, desde pequenina porque a gente foi muito unido, né? O tempo que eu tenho eu gosto de estar com a minha família. Eu acho que um pouco o mundo lá fora é ilusão. Não é porque eu sou evangélica, mas eu sempre pensei assim ... (Melissa).

O “mundo lá fora”, simbolizado como falseamento do real, é apreendido a partir do sistema preexistente de representações familiares; eixo que confere sentido à realidade vivida. Ao representar o espaço externo como ilusório, a mulher demonstra priorizar a sua identidade doméstica, revelando o sexismo presente em suas representações, a subjetivação de estruturas objetivas sexistas. Ela se percebe como integrante do mundo de dentro - espaço legítimo, situado entre as quatro paredes que “jamais abrigam ilusões”.

A transposição desse *locus* vivencial dá-se, sobretudo por meio da participação em movimentos comunitários e religiosos - seara do sagrado, do assistencial, do ético e moralmente louvável, do permitido - que se configuram praticamente como um prolongamento do espaço doméstico. No campo religioso, predomina o catolicismo, vindo a seguir, as religiões evangélicas e, em menor escala, o espiritismo.

Eu tinha parado, agora voltei no grupo da Igreja... católica... É, reza terço pra Nossa Senhora, toda terça-feira. (Renata).

De Igreja eu participo... Eu gosto de cantar, então eu sou salmista... sou legionária na Igreja... É só ir nas casas, rezar, fazer uma visita ... (Maria).

A gente participa lá, no grupo de oração. Eu faço parte da Renovação Carismática, eu gosto muito. (Elza).

Eu sou da Quadrangular, eu participo do Evangelho Quadrangular a gente tem o grupo de oração, né? (Clara).

Eu sou espírita. Eu participava, mas depois que eu tive ela [a filha], conciliar ficava mais difícil, né? (Vânia).

A vontade de participar de eventos religiosos, não raro, é limitada pela falta de tempo ocasionada pelo acúmulo das tarefas domésticas e profissionais.

Amanhã nós vamos comemorar a novena de Natal. A gente faz reunião uma vez por semana e participa assim, né? Eu gosto muito, eu vou na missa, né? Ainda não participo de grupo na Igreja... porque com dois meninos é difícil, de a pé. A gente não tem carro... o que eu posso é perto de casa... o terço eu vou, eu gosto muito, a gente vai.. (Zilda).

Participo de grupo de oração da Renovação Carismática... eu gosto de estar ajudando muitas pessoas, fiz parte muito tempo de uma sopa comunitária, agora parei, por causa... devido ao serviço ... (Jovana).

Na Igreja eu costumo ajudar. Igual na quermesse, eu ajudo. Mas é só assim, aquele compromisso... de toda semana, não... Eu tenho vontade de trabalhar na Pastoral da Saúde, só que pra mim trabalhar na Pastoral da Saúde eu tenho que ter tempo disponível... Mas, então eu falo que a hora que eu aposentar, eu vou trabalhar na Pastoral da Saúde. (Amanda).

Não dá, assim, tempo da gente ir na Igreja, sabe? De vez em quando eu vou ali, ó, nos crentes... Igreja Quadrangular. (Ivana).

A participação religiosa dá-se, pois, na medida do possível, circunscrita aos limites permitidos pela dupla jornada de trabalho. É importante observar que tal envolvimento não tem apenas o sentido da espiritualidade, apresentando-se como forma de lazer e canal de socialidade das sapateiras.

de segunda de noite, nós tem o nosso terço, né? Nós reúne as famílias... acho que tem umas dez e nós junta na casa de um. (Bela).

sair pra divertir, não. Às vezes eu vou na Igreja com meu marido... na Igreja Quadrangular. (Márcia).

Dentre as formas de lazer que fogem ao perfil religioso, as preferências recaem sobre saídas para bater papo com amigos, para dançar, ver um filme. O *Shopping Center* aparece como o espaço dileto para passeios.

A gente gosta de cineminha, né?, quando tá passando algum filme bom a gente vai... leva as meninas pra passear no Shopping. (Cida).

Ultimamente tá difícil, mas eu gosto muito de sair com as minhas amigas, né? A gente tem uma turminha. Uma hora que você tira pra você é muito bom, você volta com outra cabeça, né? Você fica numa turminha... você conversa, você bate papo, né? Então isso aí faz muito bem pra gente. (Ondina).

Bom, eu gosto muito, assim, de passear, ir na casa de uma amiga; gosto de festinha, eu sempre gosto de estar envolvida com amigos, sabe né? Gosto de dançar. (Ione).

Eu gosto de sair, assim, pra dançar forró, né? Tomar umas cervejinhas com as colegas. (Renata).

Quando eu não estou trabalhando, gosto da minha casa, gosto da minha cama, gosto de curtir minha filha, pegar um cineminha com ela, dar uma voltinha no shopping. (Jovana).

Mas, mesmo sendo as relações familiares e o espaço domiciliar as bases fundantes da existência da sapateira, estes acabam sendo interceptados pelo trabalho fabril. Assim, mais uma vez parafraseando Abramo (*apud* BRITO E OLIVEIRA, 1997), da mesma forma que paira sobre a mulher trabalhadora a sombra cerceadora de seu “eu doméstico” - mãe, esposa, dona-de-casa - queremos também recordar que a produção calçadista estende seus tentáculos sobre o lar. Na medida em que a sapateira leva serviços para realizar em casa, a sombra da fábrica recobre os afazeres domésticos. Ela precisa imprimir a estes um ritmo mais acelerado, para que lhe sobre tempo para, em casa, pespontar, colar calçados e assim, auferir algum ganho adicional.

Esta sombra paira igualmente sobre os relacionamentos familiares. Se tais atividades fabris desempenhadas no lar podem, como vimos, estreitar laços, através do compartilhamento de serviços da fábrica realizados em domicílio, podem inversamente ser foco de tensões, de conflitos, porque o convívio de natureza afetiva acaba sendo relegado a plano secundário.

O tempo das sapateiras, fora da fábrica, é livre apenas no nome; elas precisam fazer malabarismos para reparti-lo entre os afazeres domésticos e as atividades remuneradas que realizam em domicílio. Ou seja: o seu lazer e a sua inserção no espaço público encaixam-se nas franjas da dupla jornada de trabalho; um bom exemplo disso, como observamos no capítulo anterior, é sua participação sindical pequena, dentre outros fatores, porque condicionada às possibilidades de um cotidiano sobrecarregado.

Tampouco é expressivo o nível de atuação político-partidária das sapateiras. Nas entrevistas, demonstraram desinteresse, distanciamento ou rejeição às práticas dessa natureza. A política é por elas percebida apenas em suas dimensões partidária e eleitoral.

Não, política não gosto, não gosto de discutir nem política, nem religião, nem futebol. (Maria).

Tal representação traz-nos à lembrança a ácida crítica de Bertolt Brecht à omissão dos que não vêem que:

o preço do feijão, do peixe,
da farinha, do aluguel,
do sapato e do remédio,
dependem das decisões políticas. (excerto de “O analfabeto político”).

Uma única sapateira entrevistada - que é delegada sindical - demonstrou considerar relevante a militância político-partidária da mulher trabalhadora:

Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores depois que eu vim para o Sindicato. Eu sempre tive vontade de estar participando, mas logo já veio os filhos, né Aquela responsabilidade, aquelas coisas todas de estar presa mesmo à família. (Clara).

Mas, suas palavras revelam que, da mesma forma que a dupla jornada de trabalho tolhe os passos profissionais da mulher trabalhadora, também tolhe sua ação político-partidária.

Em síntese, a participação social da sapateira de Franca, sua inserção no espaço público, dá-se através de reduzidos canais: Igrejas e, em menor escala, Sindicato e Partidos.

O desejo de atuação mais efetiva da mulher trabalhadora só pode realizar-se, na medida em que sua concretização não traga prejuízos à instância familiar, considerada primordial em sua vida. Seus anseios pessoais ou profissionais submetem-se, pois, às necessidades do lar, consideradas prioritárias.

6.2 As representações sociais da sapateira

Neste item finalizamos nosso texto, buscando no discurso da sapateira de Franca, a representação que ela faz de si, como mulher e como trabalhadora.

Tencionamos delinear, através de sua fala, aspectos das condições objetivas que marcam sua existência, bem como de sua subjetividade - como quer Bourdieu, suas formas de subjetivação das estruturas sociais - e as representações que mobilizam suas práticas.

Também Daune-Richard e Devreux consideram inseparáveis as práticas e as representações, na medida em que:

ces normes sociales réglemant les conditions d'exercice du travail domestique sont profondément intériorisées par les femmes et fondent largement les appréciations qu'elles portent sur leur emploi, ainsi que les caractéristiques de leurs trajectoires professionnelles. (1992, p.14)⁸⁶.

É nosso intuito desvelar como o trabalho na fábrica toca a subjetividade da trabalhadora e, nesse sentido, deve ser levada em conta uma subjetividade pensada a partir das dimensões de um trabalho que se configura como uma realidade sexuada. Nem sempre, como já assinalamos, as sapateiras demonstram ter clareza das barreiras de gênero com as quais se defrontam no espaço profissional; a introjeção da discriminação leva muitas mulheres a não percebê-las, ou percebendo-as, a justificá-las.

Assim, diante do processo de subjetivação e da força das ideologias, imaginar uma polarização, na sociedade, entre dominados de um lado e dominantes de outro, seria demasiado simplista, pois o dominado introjeta as concepções do dominante. É claro que

⁸⁶ As normas sociais, que regulamentam as condições de exercício do trabalho doméstico, são profundamente interiorizadas pelas mulheres e fundamentam largamente as apreciações que fazem sobre seus empregos, bem como das características de suas trajetórias profissionais. (Tradução da autora).

não existe uma mecânica transposição e, dialeticamente, o dominado pode construir uma contra-ideologia, ou, valendo-nos de Bourdieu, pode ocorrer a reversão de uma “violência simbólica”. Isso nos leva a pensar a questão social e política em termos de “confrontos de hegemonia e formas sutis de exercício de poder” (CARMO, 1999, p. 73).

As desigualdades que, face à divisão sexual do trabalho, as sapateiras experimentam na fábrica, tendem a ser por elas naturalizadas e entendidas, não como construções sociais, mas, como atribuições que necessariamente teriam que ser diferenciadas em virtude de aspectos corporais, em decorrência de um substrato físico.

Ou seja: fala mais alto um essencialismo biológico, cuidadosamente tecido por meio de um processo de socialização que objetiva legitimar as relações de gênero. São, dele ilustrativo, as palavras da filha de uma sapateira, menina de seis anos, que desde tenra idade vem sendo moldada para, futuramente, assumir o papel que lhe será socialmente atribuído no espaço doméstico: de mãe, esposa, dona-de-casa e no extra doméstico: trabalhadora multifuncional, acostumada a dar conta de inúmeras tarefas, a servir e a acatar ordens. Gravamos sua voz, ao término da entrevista com sua mãe, que foi realizada em domicílio.

Eu lavo louça pra minha mãe, enxugo as coisa, guardo os brinquedos do Eduardo [irmão de 1ano e 7 meses], dou banho nele, eu tiro a roupa dele. Eu adoro varrer casa

Não pretendemos negar as diferenças biopsíquicas efetivamente existentes entre seres de sexo feminino e masculino, mas questionar a manipulação que delas se faz, no sentido de criar-se estruturas sociais hierarquizadas de dominação/exploração. O parágrafo é recorrente, mas, em sendo ponto fulcral desta tese, valemo-nos dele ainda uma vez, para mapear como os mecanismos de naturalização das desigualdades sociais aparecem no espaço empírico, ora analisado.

O homem ganhar salário mínimo é meio difícil... pra mulher também é difícil, mas, só que, geralmente, quando ela é casada, ela tá, às vezes, trabalhando para ajudar o marido então, não é tão assim... ela ter um salário maior, né? (Cida).

As palavras da operária explicitam sua representação do salário da mulher como ganho complementar e acessório. Refletem a subjetivação da idéia, socialmente construída, de que a identidade prioritária da mulher é doméstica, e a do homem, profissional.

O processo de subjetivação, como vimos, pode conduzir à “impotência aprendida” (BOURDIEU, 1999), o que leva muitas sapateiras a creditarem a si mesmas a responsabilidade por insucessos que, na maior parte das vezes, derivam das barreiras profissionais que lhes são antepostas, ou das amarras internas, socialmente construídas, que tolhem seus passos, impedindo-as de perseguirem de forma mais incisiva os próprios objetivos.

as mulheres não têm decisão, não tem pulso firme, vamos dizer, para querer alguma coisa e vencer, você entendeu? (Jovana).

A discriminação, quando percebida, tende a ser justificada por meio de limitações que se acredita intrínsecas às mulheres; isto por se considerar que as tarefas domésticas - que efetivamente as tornam menos disponíveis em termos profissionais do que os homens - sejam encargos femininos. Ou seja: graças a um bem sucedido processo de subjetivação, toma-se como inevitável o quadro de relações sociais de sexo que faz das funções domésticas e não das profissionais, os marcadores prioritários da identidade social da mulher. Situação esta que, de fato, nada tem de inexorável; é socialmente produzida e portanto, passível de mudança.

geralmente são os homens, assim, os mais escolhidos, né? Você mesmo vê, né? Igual tem uma sub chefe só no barracão de cá, tá? (Melissa).

tem grupo que não gosta de pespontadeira mulher ... eu não sei se é porque eles acha que a gente ... que mulher arruma filho, não sei o que tem ... Eu acho que não é bem isso, né? Porque a gente esforça tanto, né? (Zilda).

Mas, os limites que a dupla jornada coloca à profissionalização da mulher - seja por força dos empecilhos com os quais se defronta no dia a dia da fábrica, seja em termos da maior dificuldade que ela encontra para participar de cursos de reciclagem e qualificação, oferecidos pela empresa - soem parecer-lhe incontornáveis.

Os rapazes que trabalham aí, eles ficam trabalhando depois do horário, né? Trabalham até às seis horas; quando podia, eles trabalhavam até mais tarde... mas a gente que é mulher não pode, isso, porque homem, ele chega em casa, janta, acaba, né? Eles acabam tendo mais oportunidade, por exemplo, porque se eles têm um curso hoje, de um mês pra eles ficarem todo dia, eles ficam, porque eles chegam em cada, pode ser dez horas, eles tomam banho e vão dormir. Agora, a gente, não, porque você tem criança pequena, tem casa, tem marido, você tem que tomar conta e às vezes eles não entendem isso, eles acha que é você... é nessa parte que eu acho assim meio diferente entre homem e mulher, porque se eles falam: - eu vou trabalhar todo dia até às seis horas, tudo bem, né? Mesmo que eles sejam casados, eles vão trabalhar e ninguém vai falar nada porque eles estão trabalhando. Agora, se a gente... se o horário é às cinco horas, você fala, eu vou trabalhar uma semana até as seis, pra adiantar o serviço, o seu marido já não vai entender muito, ele vai falar assim: - Nossa, mas você já trabalha o dia inteiro, você ainda vai ficar até às seis horas? Já acha que é demais; agora, homem não, pra eles é mais tranqüilo, né? (Cida).

Hirata, nas trilhas de Kergoat, pondera que o modelo de competência - elemento integrante da reestruturação produtiva - pode conduzir à dissociação das competências masculinas e femininas e assim ratificar a desigual divisão sexual do trabalho vigente, ou até mesmo, acirrará-la. Os critérios de competência jogam com as relações de gênero, pois as mulheres, sendo mais tolhidas, e menos disponíveis do que os homens em função da dupla jornada têm menores possibilidades de responder às exigências do novo modelo. Constitui-se dessa forma, um novo mecanismo de exclusão, que se presta a intensificar as discriminações e acentuar as desigualdades profissionais entre mulheres e homens.

As características do modelo de competência (iniciativa, responsabilidade, responder ao imprevisto, etc), são pouco observáveis quando se trata de uma proporção majoritária do trabalho feminino (monotonia, repetitividade, disciplina, etc.), ou do trabalho operário, masculino e feminino, dito 'não qualificado' sobretudo em pequenas e médias empresas. Levar em conta a competência na avaliação dos/das trabalhadores/as não tenderá a privilegiar o contingente masculino/qualificado da mão-de-obra? (HIRATA, 2001, p.9).

Na medida em que a representação social que a sapateira faz de si e de seu trabalho é ideologicamente marcada pelo sexismo, são poucas as vozes que revelam

consciência das relações de gênero na fábrica e atentam para a necessidade de desvelá-las e desconstruí-las.

uma época, que eu tava desempregada, que eu cheguei na fábrica, eles tinham acabado de colocar a placa de que tava precisando de enfumaçador... eu cheguei, perguntei, ele ligou lá dentro para saber. Aí, as perguntas que ele fez: _ enfumaçador tem que ser do sexo masculino? Aí eles falou: _ tem que ser. Aí ele desligou o telefone e falou: _ Ó, infelizmente não pega mulher. A alegação que ele disse é que mulher não faria serão, hora extra, entendeu? Que ela tem o serviço a mais em casa, que elas não iam tá disposta a ... estar cumprindo o que a fábrica precisaria, entendeu? Tá na cara, quem não vê que há essa discriminação, que há essa diferença? Mas, você fazendo uma pesquisa, vindo lá de dentro, eles vão falar: _ Imagina, tudo é ótimo! (Clara).⁸⁷

Entretanto, uma psicóloga da empresa, de opinião diversa, considera que a FÁBRICA tem ampliado a oferta de oportunidades às mulheres e que elas, por sua vez, têm respondido de forma bastante positiva aos novos desafios que lhes vêm sendo colocados.

Hoje, a maioria dos nossos cursos para cargos de produção, tem sempre uma pessoa que é um profissional bem qualificado que se propõe a ficar, no horário de almoço, para ensinar outras pessoas, então nós chamamos de instrutores, mas são profissionais nossos, né? São remunerados para isso, ficam na hora do almoço e a gente dá uma verbazinha e paga para eles, e as mulheres procuram mais do que os homens os cursos; as mulheres são mais interessadas; é o que eu te falo. Tem instrutora da colação de peças. Só para você ter idéia, na seção do corte, quem se propôs a dar o curso na hora do almoço foi uma mulher. Então, ela fica para ensinar outras pessoas... Tem várias mulheres, inclusive, que têm filhos lá na creche, que elas deixam de ir (que no horário do almoço a gente vai até lá para ficar um pouquinho com as crianças), para estarem fazendo o curso, né? ... Houve uma mudança, mas assim ... é o número de mulheres separadas também aumentou; a responsabilidade acaba sendo da mulher, é sobre ela que pesa mesmo a despesa da família, dos filhos ... ela não trabalha para sair de casa, né? Ela trabalha porque a família dela depende do salário dela ... (Sílvia).

O maior comprometimento com a empresa, a adesão a seus interesses é a resposta, hoje, requerida de qualquer trabalhador que deseje permanecer no competitivo espaço profissional. A representação, pelas sapateiras, das mudanças ocorridas na fábrica e desses novos moldes produtivos, entretanto, é marcada pela ambigüidade. Se neles reconhecem aspectos positivos, a exemplo de uma melhor organização e maior

⁸⁷ O termo enfumaçador refere-se à função do sapateiro que aplica tintas e vernizes no solado e no cabedal do calçado por meio de uma pistola de ar comprimido.

racionalização do trabalho, também sentem na pele seus impactos na forma da sobrecarga física, do *stress* e do estabelecimento de relações que, por tão impessoais e competitivas, chegam a ser desgastantes.

O serviço era mais, assim, desorganizado. Organizou mais o serviço, sabe? A gente trabalha mais com organização, né? (Márcia).

O que teve de positivo foi a evolução tecnológica... o serviço melhorou muito, não é aquele processo de você fazer na mão, você entendeu? Em termos de formação ficou melhor; agora, por outro lado dificultou o relacionamento entre as pessoas. Dentro da empresa você tinha mais facilidade de conversar com o diretor, com o patrão, você tinha liberdade de dar idéias, de estar conversando e hoje, não. Hoje está se distanciando de uma tal forma que até pra você dar um recado ... hoje em dia você não fala mais, nem por telefone; você tem um computador na sua frente, você entendeu? Eu acho que isso está fazendo com que as pessoas não conheçam umas às outras de primeiro você tinha incentivo para crescer... hoje o patrão não vê o que o funcionário faz... (Jovana).

Eu trabalhei individual. Pra mim, na minha opinião, trabalhar individualmente é bem melhor. Você faz o seu, você sabe o seu né? Mas, mudou muita coisa na firma, as coisas vão evoluindo, né? Não pode ficar só naquela rotina. Eu, particularmente, acho que trabalhar individualmente é bem melhor.. (Ondina).

Na época que eu comecei, era mesa atrás de mesa. Depois mudaram pra esteira, né? Aí, depois começou a trabalhar por grupos. Não era pecista; de uns anos pra cá mudaram pra sistema pecista. Aí teve muita mudança: mudança de relacionamento, mudança de cabeças diferentes. Pessoas não pensam da mesma forma, então às vezes, tinha muita briga, teve muita mudança. Assim tá mais organizado, né? O serviço é mais corrido, também (Cida).

Olha, quando eu entrei a gente trabalhava em esteira, era um serviço completamente diferente... A produção que passava ali era a produção que você fazia, tinha o seu salário. Você não tinha que preocupar se tinha que acabar o serviço, se não tinha. O que passava ali você fazia. Era somente um serviço, só que você fazia o dia inteiro e assim ia, até acabar. Depois, acho que não tava dando muito certo esse negócio, aí mudaram pra grupo. Já desmancharam grupo... os pespontador foram pra trabalhar em casa;⁸⁸ as coladeira ficou. Depois montaram os grupos de novo, aí quem quis voltar, voltou, pra trabalhar nos grupos... No começo era menos serviço pra nós, agora, hoje, o serviço aumentou muito, né? Nós temos que montar o sapato completo e antes, não, a gente só colava; tinha a seção de preparação e você só acabava mesmo o sapato, né? Agora tem de fazer de tudo, desde o enfeite até a calcanheira; você tem que fazer, mandar prontinho pro acabamento. E foi bem difícil a gente se enturmar, mas, devagarinho, foi. Acho que de positivo teve que você teve uma chance de ganhar mais, em termos de salário, né? Mas, em termos negativos, existe muita cobrança por parte do próprio grupo, né? Então, você tem que forçar mais, porque igual os pespontador... também têm as famílias dele e a gente tem a família da gente; então, cada um quer ganhar um pouco mais, então é muito competitivo lá dentro, né? Cada grupo quer ganhar mais que o outro e virou uma loucura total lá, né? Então fica assim, um sempre tá forçando o outro a produzir mais, a melhorar mais. (Melissa).

⁸⁸ A operária refere-se aos trabalhadores que passaram a trabalhar em domicílio, permanecendo vinculados à fábrica, registrados e integrados ao seu quadro funcional.

... na época que eu entrei era esteira, era por peça ... depois disso aí, montou grupo, mas era por hora ... mas, aí mudou pra peça, passei a pecista. Trabalhar por hora, a gente trabalha mais sossegado, né? Sabe que tem aquele salário fixo... Agora, por peça, não. Por peça é o dia a dia; o que você fazer, você vai chegar no fim do mês, é o que você vai ganhar. Acaba trabalhando mais e às vezes, trabalha mais e ganha menos do que por hora. (Renata).

... era esteira, depois mudou pra grupo, depois voltou esteira de novo, agora tornou a voltar pra grupo, né? Esteira é tipo, assim: cada pessoa faz um tipo de serviço, certo? Coladeira: uma colava gáspea, outra colava talonera⁸⁹, outra colava forro. Se a pessoa fosse pespontadeira: uma pespontava gáspea, outra pespontava talonera, e assim. Ganhava por hora, aí depois passou a pecista; agora é tarefeira, agora é por tarefa. Conforme você trabalha, você ganha. Eu gostei. Na esteira você trabalha muito, também. De fato, no grupo também trabalha, né? Por peça trabalha muito, só que eu não acho ruim, não; tem que se dar bem com os colega, porque senão... Esteira era melhor, assim, que mudava muito, conforme o tipo de sapato, mudava o lugar, mudava de perto dos colegas; então, você não ia direto com uma pessoa só, igual agora... Era melhor, mas, eu não acho ruim, não. Eu gosto do jeito que tá, também é bom... quando era esteira, dependendo do serviço trabalhava menos, né? Ou mais, também, dependendo do serviço que pegava. [No grupo] é mais rápido e tem que trabalhar porque você tá por peça, né? Agora, se trabalhar por hora, não; se você quiser trabalhar você trabalha, se não, você ganhava a mesma coisa. Agora não, depende de você pra ganhar. (Mariana).

... no grupo você trabalha mais tem dia que não dá tempo de ir no banheiro. É rápido mesmo, é um serviço corrido mesmo, muito forçado. Às vezes você não consegue atingir nem o salário. Você trabalha o mês inteiro a morrer e não consegue atingir o que ganharia por hora... Eu já trabalhei antes, pecista, na esteira; era diferente. Depois passamos por hora, né? Horista, na esteira. Agora, depois que mudou pra grupo, aí sim que eu vi a diferença de trabalhar em grupo. Porque mesmo na esteira, por peça, eu ganhava muito mais do que por hora. Agora, em grupo, não tem como, porque um puxa prá cá, outro puxa prá lá, então, não sai. É difícil esse trabalho. (Penha).

Por peça a gente tem que realmente trabalhar porque ali o que envolve é o dinheiro, é o salário de cada um. Então, se a gente não trabalhar acaba causando atrito, né? (Elza).

Por peça a gente tem que trabalhar demais, nossa! Tem que trabalhar bastante mesmo pra poder tirar um pouquinho a mais do que por hora, porque senão não tira não. Igual esse dia mesmo que tá saindo uma sandália lá, viche, não dá produção. E nós ganha menos até do que nós ganhava por hora. (Bela).

Quando eu entrei nós trabalhava por peça, aí a gente ganhava por operação. Suponhamos, se eu pregava um bico, eu ganhava para pregar aquele bico, se fosse forrar, já era outro preço pra mim forrar. Aí, chegava no final da tarde, somava e via quanto eu tinha ganhado. Vinha os tiquetes mostrando o que você ia fazer, né? Cada operação tinha o seu preço. Agora é diferente, hoje é grupo. Trabalhei na esteira também, cada um fazendo uma operação, mas aí já era por hora. No grupo a gente se esforça mais, né? Ganha mais, mas eu acho que a gente fica muito é, como fala? Individualista, cada um por si. É, cada um cuida do seu grupo o meu grupo vizinho eu não sei quanto que ele ganha, eu não sei de nada deles. (Ione).

⁸⁹ Taloneira é a parte posterior do calçado.

Duas operárias, falando-nos sobre as mudanças ocorridas no processo de trabalho e sobre as dificuldades de se trabalhar em grupos, referiram-se também a um rateio da produção, de que são encarregadas como “líderes de grupo”, função que traduz mais uma maneira de submeter os trabalhadores a um rígido controle interno e forçá-los à cobrança mútua.

O trabalho antes era bem melhor, sabe por quê? Igual eu, entrei como aparadeira, então eu tinha responsabilidade com o meu serviço ... se eu colasse uma peça, eu sabia que era eu que coleí. Agora, em grupo, você cola uma peça errada, não é só eu que colo ... Aí a outra vai querer pôr a culpa em mim, entendeu? É aquele jogo, é supercomplicado trabalhar em grupo, é briga atrás de briga; você tem que relevar muita coisa... Agora eles montaram um sistema na fábrica que tem que... igual eu, tô como líder do grupo, né? Então tem que ir lá no computador e fazer o rateio do grupo. Rateio é, tipo assim, é igual passar cartão, picar cartão... eu tenho que afirmar que todo mundo veio, né? Se eu não fazer o rateio hoje, é perigoso eu nem receber o dinheiro; aí eles vêm cobrar depois. Na parte da tarde eu mando a produção certinha ... Se eu não mando, eu aviso, né? Isso daqui é uma rotina! (Rosana).

... alguns anos atrás era esteira, então cada um fazia uma coisa. Um fazia taloneira, outro pregava, você entendeu? Cada um fazia uma operação, até sair pronto lá na frente. A esteira ia rodando, você ia fazendo o sapato, né? Cada um fazia uma coisa; na frente, já saía a menina queimando o sapato, pronto pro gancho... Na hora do almoço, eu aproveito, porque eu sou a líder do grupo, pra fazer o rateio do grupo, porque é tudo no computador. Eu faço o rateio, eu vejo quantos pares a gente tem, quantos a gente pegou, quantos a gente tirou na ficha do sapato tem uns quadradinhos ... código de barra. Então, a gente passa, a gente recorta aquele pedacinho pra dar pra outra menina passar no computador pra você. Aí, então, a gente confere, né? Porque, às vezes, você já viu, a gente é falha, todo mundo falha, né? A gente faz a conferência todo dia pra não dar problema, porque se deu problema ontem, hoje já tá fácil de resolver, né? E eu anoto também num... eu tenho um caderninho. (Veridiana).

As palavras da psicóloga que entrevistamos, clareiam o percurso dessas mudanças implantadas pela empresa, ressaltando que nelas está embutida a demanda por um novo perfil de trabalhador que se identifica com as características da mão-de-obra feminina. No novo processo, como o salário depende da produção realizada, os trabalhadores controlam o próprio ritmo de trabalho, bem como o desempenho dos colegas de grupo, eliminando-se, assim, as porosidades do trabalho; tempo parado não lhes é interessante, posto que reduz ganhos e implica em perdas. Desta sorte, contratempos que os encargos domésticos possam trazer ao trabalho fabril, passaram a não mais representar ônus para os empregadores, pois as trabalhadoras encarregam-se de compensá-los. Assim, ser casada

ou não, ter filhos ou não, deixou de representar um problema para os empresários; tornou-se uma situação a ser administrada pela própria operária.

A principal mudança a nível do sistema produtivo se refere à parte da reparação e pesponto, né? Porque da montagem pra frente não houve particularmente nenhuma mudança, a não ser a introdução de um ou outro equipamento; mas, a nível de sistema de produção, nós não sofremos nenhuma mudança. A principal mudança da área do pesponto, onde tem um grande número de mulheres é o trabalho em grupo, o rateio da produção e o trabalho por tarefa. Isso impactou diretamente a questão salarial e conseqüentemente a questão do trabalho, né? O que eu observo é que as pessoas são extremamente cobradas pelo grupo em relação à produção, em relação a horário de trabalho, à disponibilidade para estar levando alguma coisa para ser terminada, para fazer em casa. Então, existem grupos que são muito, não sei nem se a gente poderia dizer, gananciosos, porque na verdade a remuneração não é tão grande assim, né? Mas, são mais ambiciosos, querem ganhar mais e fazem de tudo para isso, né? Então eles acabam cobrando muito. Outros grupos são mais tranqüilos, onde a coisa acontece, assim, de uma maneira mais natural, né? Eles ficam só o horário de trabalho e o grupo se satisfaz com isso, né? E quando tem alguma pessoa diferente disso dentro do grupo, ela não consegue se adaptar uma pessoa que se sujeita, acha que aquele tanto tá bom e tal, não se propõe a ficar um dia fora do horário, a levar algum trabalho e tal, se o grupo é mais ambicioso, ela não vai se adaptar e o grupo vai excluí-la naturalmente. Começa a pressão em cima da pessoa, começa a ser tão grande, que ela não suporta ficar, então, ou ela pede demissão, ou pede para o supervisor trocá-la, né? Ou ela muda, ou se adapta. Então, o próprio grupo seleciona quem fica e quem não fica trabalhando no grupo e, com isso, os conflitos acontecem, né? Já estamos com essa mudança há uns cinco anos. A princípio nós tivemos muitas dificuldades. Então, pessoas antigas de casa, que estavam no sistema antigo, super bem adaptadas, de esteira, quando elas foram colocadas em grupos, elas não se adaptaram. Então, nós tivemos um processo de adaptação, assim, demorado, a rotatividade foi grande, várias pessoas tiveram, inclusive, que ser desligadas, não só por motivo de relacionamento, mas por dificuldades profissionais, porque elas não estavam preparadas para o sistema de grupo, elas não tinham nem conhecimento técnico. A princípio, nós não precisávamos de pessoas tão qualificadas profissionalmente para cargos de produção, porque a esteira não exigia muito; e isso, com exceção do pesponto, de algumas coisas assim, né? Quer dizer, o pesponto que eu falo é da máquina, de trabalhar na máquina; aí teria que ser um profissional. Mas, ali, por exemplo, colação de peça, a gente não precisava todos esses cuidados, porque, ela passava uma colinha, a outra cortava uma linha, quer dizer, eram operações muito simples de serem feitas. Então, podia optar por uma pessoa mais jovem, uma pessoa sem experiência, né? Com essa mudança para grupos, hoje nós queremos profissionais, então, hoje nós optamos pelas pessoas com mais experiência, quer dizer, conseqüentemente mais velhas [acima de 25 anos e abaixo de 40]⁹⁰ Então, continuando, as mulheres casadas, as mães solteiras, elas são muito bem-vindas, porque hoje elas têm um papel bem diferente e elas, pela mudança das condições de trabalho, hoje, por exemplo, se uma mulher precisa levar seu filho ao médico, ela vai levar e depois ela vai repor essa hora. Então, como ela está trabalhando por tarefa, a empresa não precisa ter essa preocupação, ela mesma não vai querer estar perdendo o seu tempo, né? Então, ou ela vai se

⁹⁰ O fenômeno não se restringe à produção calçadista francana. “O perfil do mercado de trabalho mudou de 1990 a 2002: a massa de trabalhadores está mais velha, com um nível de instrução maior e mais feminina. É o que revela levantamento do IBGE, obtido com exclusividade pela Folha”. (Folha de São Paulo, 18 nov. 02, Caderno B, p.1).

organizar para que alguém leve, ou ela vai levar depois do horário, ou ela vai rapidinho e volta. (Sílvia).

Os depoimentos das sapateiras permitiram-nos, também, observar que embora o fator econômico seja determinante de seu ingresso no mercado de trabalho, o prazer de trabalhar fora de casa, de integrar-se a uma rede de convivências muito mais ampla do que a que se estabelece no núcleo familiar e de criar bens através do seu trabalho, não são fatores menos relevantes.

Tem vezes que eu fico assim muito cansada... mas, mesmo assim eu gosto do serviço que eu faço... eu acho o serviço de casa muito desgastante eu fiquei um mês dentro de casa e já não agüentava mais, porque o serviço de casa você faz do mesmo jeito, e aquilo vai ficando uma coisa cansativa, porque todo dia você tem que fazer, todo dia. Então, eu não gosto de ficar em casa, não... Eu gosto de trabalhar fora, porque em casa, eu acho assim você trabalhando fora, você faz o serviço em casa; e você, ficando em casa, você fica muito cansada porque é aquela coisa todo dia. Todo dia e você não vê ninguém, não conversa com ninguém... (Cida).

Gosto... se bem que eu já cansei... mas que eu gosto, eu gosto, porque é uma coisa que eu nunca tinha feito, tinha vontade de aprender e eu aprendi. E tem outras coisinhas que eu aprendi a fazer aqui dentro, em termos de sapato... o que eu tive vontade de aprender, aprendi... O serviço de casa, você sente falta dos amigos, do serviço e tudo mais. Eu acho que já acostumei com esta vida. (Penha).

... faz tanto tempo que eu trabalho, que tem hora que eu falo assim: eu já não agüento mais. Mas, eu gosto...Faz tantos anos que a gente trabalha que eu acho que eu não consigo ficar em casa mais não. (Renata).

Às vezes a gente fica cansada, tudo. Mas, sério mesmo, ficar em casa todo dia, ih, não consigo não. Eu gosto de trabalhar.(Márcia).

Eu procuro a cada dia fazer melhor do que eu fiz ontem, me aperfeiçoar mais, estar buscando mais experiência, mais paz pra estar convivendo com as pessoas lá dentro... (Melissa).

Para algumas operárias, o trabalho pode ser a forma de sublimar um cotidiano familiar desagradável, pode significar um mecanismo de fuga de relações conflitivas.

Eu gosto de trabalhar ... eu me refugiava no trabalho... então eu fazia muita hora extra, eu não queria ir embora.... Aqui era a minha casa, se deixasse eu dormir aqui, eu dormia, não queria ir embora para não ver problema.(Ione).

Quando eu fico de férias, que eu fico, por exemplo um mês lá em casa, nossa! Eu já fico doida pra voltar a trabalhar. Eu estando aqui, às vezes, quando acontece alguma briga eu fico doida pra ir embora. Ah, meu Deus, se eu estivesse lá em casa. Mas, se eu tô lá, eu falo: Ah, que vontade de voltar a trabalhar. Então, é difícil! (Bela).

Há sapateiras que demonstram tamanho apreço pelo trabalho que, inevitavelmente, convidam-nos a pensar no ajustamento das suas esperanças às oportunidades que se lhes apresentam, na adequação das próprias aspirações às possibilidades que visualizam. (BOURDIEU, 1999).

Eu gosto do que eu faço e gosto mesmo. Então, isso aqui pra mim é tudo... Eu acho que como eu já cheguei até aqui, graças a Deus, já consegui... (Maria).

Toda vida eu sonhava em pespontar... eu nem acreditava que um dia eu fosse uma pespontadeira... tou no trabalho que eu quero ... (Bela).

Outras há, que resgatam o sentido criador do trabalho. Sem quaisquer elaborações teóricas e a partir das próprias vivências, aproximam-se das concepções sociológicas de trabalho como protoforma de atividade humana (ANTUNES,1997), como afazer que, no universo da sociabilidade humana, responde, não só pela criação de bens, mas pela transformação dos próprios criadores.

É interessante! Igual a gente, começa uma produção e vai, leva até no final, né? (Amanda).

Eu gosto de trabalhar, eu preciso do trabalho... eu acho que é muito bom mulher trabalhar... a gente se realiza... você está sendo importante, né? Uma coisa eu aprendi, uma vez que eu tava lendo, você tem que ser assim ó, tudo que você fizer, você tem que ser especial... você tem que mostrar o seu trabalho, mostrar seu desempenho, o que você sabe fazer. Talvez não esteja ninguém vendo, mas você está vendo, você está sendo especial, você está sendo importante, né? O trabalho te impulsiona... ele faz você ser importante, por mínimo que seja, né? (Lia).

Eu acho que a pessoa que não trabalha, ela não tem nada.. Porque eu acho que quem não trabalha não sabe de nada... a pessoa que fica em casa sem fazer nada (SIC), ela procura doenças, encrencas, ela procura tudo... A partir do momento que você tem um dia de atividades, você não tem tempo para isso. E outra: a melhor escola da vida é a vida, é ela própria, é o seu dia a dia, é as pessoas com quem você vive, o ambiente que você está, as coisas que você pode conhecer... (Jovana).

Algumas falas enfatizam ainda mais a positividade do trabalho, representando-o como caminho que conduz à autonomia da mulher, que lhe possibilita escolhas e ações ditadas pela própria vontade.

Eu gosto de ser independente. Eu não tenho paciência de esperar as coisas de ninguém. Eu acho que nem se eu chegar a casar um dia (que isso nunca vai acontecer) com um milionário, eu acho que eu ainda ia querer trabalhar... (Veridiana).

...eu tenho que estar fora trabalhando. Imagina, eu vou precisar comprar uma calcinha: _ Me dá um dinheiro pra eu comprar uma calcinha. Ah, de jeito nenhum; eu quero ter o meu dinheiro, eu quero ter, sabe, eu quero poder chegar ali e vou comprar isso, independente de eu ter que chegar lá em casa e falar: _ Eu queria muito comprar isso, será que eu posso? O que é isso? Não tem lógica uma coisa dessas ... Se um cara chegar: _ vou te dar de tudo, você vai ficar em casa. Ah, eu prefiro fazer um servicinho. É o meu dinheiro, é uma coisa que é de mim mesmo. (Clara).

Hoje em dia eu não me vejo uma mulher ficando dentro de casa... se um dia eu chegar a aposentar, eu vou ter que arrumar alguma atividade pra mim... Eu tenho vontade de comprar isso, né? Na medida do possível, você vai e compra, não depende do salário do seu marido pra poder fazer alguma coisa. Isso aí, eu acho que é muito bom pra mim... (Ondina).

Eu gosto muito de trabalhar, né? Eu não consigo ficar parada, né? Então, eu acho que eu não consigo, assim, da gente depender do dinheiro do marido. Eu nunca dependi, né? Eu nunca dependi de dinheiro nem do meu pai, né? Sempre trabalhei pra ganhar ele, nem que fosse doméstica, na roça; mas, eu sempre lutei, né? (Zilda).

Os excertos transcritos evidenciam que apesar do eixo fundante da vida da mulher trabalhadora ainda ser o espaço doméstico, paulatinamente o trabalho extradoméstico vai configurando-se como elemento de importância crescente na vida das sapateiras; fator fundamental não só em termos da própria sobrevivência, mas também de sua realização pessoal. Não obstante as queixas de cansaço, de sobrecarga, fica patente a satisfação por integrarem o mercado de trabalho, por pertencerem a uma categoria social que tem necessidades e interesses comuns. O trabalho fabril retira-a do isolamento doméstico, amplia a rede de convivialidade, exercita seu potencial criador, possibilita a independência financeira. O trabalho extradoméstico responde, em larga medida, pela construção de uma nova identidade social da mulher.

O fato de a sapateira ter um salário, fruto do seu trabalho, permite-lhe, inclusive em casos de degradação dos laços conjugais, prescindir de um homem provedor e ser capaz de garantir o seu próprio sustento.

...parece que eu não tinha força para enfrentar, eu achava assim que se eu largasse do marido, eu não dava conta e muito pelo contrário, quem fazia era eu e achava que não dava conta, né? (Ione).

Não é pra gabar, mas eu acho que eu sou uma batalhadora, uma vencedora. Porque por tudo que eu já passei até hoje, o que eu já consegui até hoje... porque eu casei nova, não deu certo. Sofri demais; o que eu tenho hoje, foi com o meu suor... eu me considero uma vencedora e pretendo ser mais ainda. (Renata).

A descoberta de que é possível caminhar com as próprias pernas e não depender financeiramente de outrem é ponto de partida para a emancipação da mulher. É o primeiro passo para a formação, nela, de uma auto-imagem positiva que, nos foi passada por várias sapateiras que entrevistamos.

Eu me sinto uma mulher guerreira mesmo; que eu luto. Quando eu quero uma coisa, eu luto por aquilo que eu quero, né? Se eu falo que faço, eu vou lá e faço, eu pago pra ver. (Melissa).

Eu me vejo uma pessoa forte, uma pessoa animada, uma batalhadora... se várias mulheres fosse igual a eu, acho que o mundo seria melhor ... porque eu me vejo uma pessoa honesta, que não tem preguiça. Qualquer coisa, eu faço, principalmente na fábrica. Eu me vejo uma pessoa, assim, feliz. (Elza).

O meu equilíbrio emocional é muito equilibrado; eu sou uma pessoa muito sensata, sabe? Eu busco muito o meu eu, não sei se é por causa de gostar de ler muito ... Então, eu gosto muito de viver comigo, eu gosto de mim, eu me amo dessa forma. (Jovana).

Sinto vitoriosa, porque eu não sabia que eu ia agüentar tanta coisa! Muito vitoriosa mesmo; eu achava que não ia agüentar, porque é muita coisa pra mulher, viu? (Rosana).

As sapateiras, que nos permitiram adentrar sua intimidade, não raro, revelaram gostar muito de si mesmas. Se em alguns momentos o desânimo assombra-as:

Eu acho, assim, que eu tenho muita vontade de lutar pelas coisas, pelo meu ideal, só que às vezes eu me sinto um pouco vencida, mesmo, pelo cansaço, sabe? Você luta, luta, luta, meu Deus, será que eu não vou chegar em lugar nenhum? Será que eu não vou conseguir realizar? Às vezes eu acredito nas pessoas; aí eu levo umas rasteiras feias, sabe? (Clara).

No mais das vezes, parafraseando Milton Nascimento, são verdadeiras “Marias, Marias”, mulheres que a despeito de enfrentarem discriminações, barreiras, sobrecargas, ao invés de chorarem, riem, celebrando a própria existência. As sapateiras, além do mais, foram muito receptivas e demonstraram sentir prazer em falar sobre si mesmas.

Eu me vejo como lutadora. Eu me acho trabalhadeira, né? Gosto do meu trabalho, gosto da minha pessoa, gosto demais da minha família.... Eu gostei da entrevista; é bom, né? A gente conta um pouco da vida da gente, né? Adorei; gostei, sim. (Mariana).

São mulheres guerreiras que mesmo quando admitem não sonhar...

Eu acho que eu nem sonho... é verdade, eu acho que um sonho mesmo, eu não tenho não... O que eu tinha vontade de fazer, eu fiz; o que não deu, ficou pra trás. Mas, o que eu tentei, deu certo. Eu consegui na maior das partes; as coisas que eu queria aprender, aprendi. Então, pra mim, tá, como diz o outro, realizado, mais ou menos na parte de trabalho.. (Penha).

.... Mais do que sonhar, ao colar e costurar peças de couro, que pelas suas mãos transmutam-se em calçados, lutam, enfrentando os obstáculos com os quais se defrontam, para fazer dos sonhos, realidade.

Eu acho que é muito melhor você ter um sonho no trabalho; você ter no seu dia a dia uma realidade, uma verdade que faz com que você viva melhor...." (Jovana).

Deparamo-nos, em nossa pesquisa, com mulheres especiais, que através de seus depoimentos deram-nos um exemplo de vida. Mulheres que, na casa ou na fábrica, respondem pela produção de bens e pela reprodução da vida e que, justamente, por gestarem vida, desenvolvem grande sensibilidade.

Mulheres ternas, que a despeito de quaisquer contratemplos e obstáculos com que se deparam, que apesar das discriminações experimentadas, que malgrado o fardo da dupla jornada de trabalho, conseguem manter acesa a chama da emoção:

Hoje, depois de tudo esses problemas que já passou, eu me sinto muito bem... me acho muito mulher... quando eu pensava que eu era fraca, aí eu ficava.. Falei, não, mas eu tenho que ser forte e fui forte, entendeu? Vencendo meus problemas, passou. É uma batalha por dia, inclusive quando um dia a minha menina falou assim:

*_ Mãe, (até me emociona, sabe?) eu me orgulho de você!
_ Eu falei: eu nunca pensava que ia escutar isso. (Ione).*

Considerações finais

Neste estudo, focalizamos a questão contemporânea do trabalho sob a perspectiva de gênero, observando o trabalho das mulheres sapateiras no universo empírico de uma indústria de calçados de Franca (SP). Procuramos mostrar a divisão sexual do trabalho na fábrica pesquisada e os impactos da reestruturação produtiva sobre a mão-de-obra feminina no setor coureiro-calçadista francano.

Ao longo do trabalho de pesquisa reiteramos a hipótese de que as mudanças processadas no mundo do trabalho vieram garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista que se realiza a partir de inovações tecnológicas, mudanças organizacionais e, sobretudo, de formas diversificadas de exploração do trabalho.

O atual paradigma produtivo adotou métodos eficazes de acumulação e dominação. Em seu bojo, inserem-se os mecanismos de cooptação, a lógica da competência, as práticas de benefícios e “humanização” do trabalho, o comprometimento com a produção e com a filosofia das empresas, que resultam em controle mais efetivo dos trabalhadores e, não raro, na sua alienação. Desta forma, pelo salário adquire-se não só determinadas horas de exercício da força de trabalho, mas habilidades psico-físicas e parcelas da alma, do querer, da vontade, dos sonhos dos trabalhadores que, simbioticamente, se confundem com os da empresa.

A presente organização social apresenta, pois, dois eixos interligados: o econômico, que se traduz no aumento da produtividade e da lucratividade pelo superuso (mesmo que de forma sutil ou pouco explícita) da força de trabalho, e o político, que se alicerça no domínio exercido à custa da dispersão e fragmentação dos trabalhadores.

Ambos, em sintonia, vêm assegurando a preservação do capitalismo. Mas, observando as

crises que perpassam a sociedade contemporânea, podemos pensar que o sistema, mesmo reconfigurado, não foi capaz de sanar contradições que, se podem ser sustentadas por largo espaço de tempo, não o podem ser indefinidamente.

Consideramos que o trabalho, independentemente da forma assumida, continua tendo centralidade na atual organização societária; que trabalho e capital seguem existindo - malgrado quaisquer “parcerias” firmadas - como pólos antagônicos e que, apesar de metamorfoseadas, as classes sociais permanecem uma realidade incontestável.

A classe trabalhadora não é homogênea e o sistema de produção capitalista tem se valido de sua heterogeneidade, bem como das enriquecedoras diferenças naturais de seus integrantes, para ampliar o controle exercido sobre o conjunto dos trabalhadores, para desbaratar quaisquer iniciativas coletivas de resistência e apropriar-se, ao máximo, de sua capacidade produtiva.

A divisão sexual do trabalho é precioso mecanismo neste processo, pois a combinação dos fatores **classe** e **gênero** potencializa a exploração dos trabalhadores. A sexualização do trabalho possibilita domínio e controle mais efetivos dos empregados e mais intensa utilização da mão-de-obra, o que, conseqüentemente, reforça a acumulação do capital, conforme foi observado na pesquisa realizada.

As modificações no mundo do trabalho que, a despeito da manutenção de alguns “guetos” ocupacionais feminizados, aparentemente integraram de modo mais eficaz a mulher à produção social, na verdade intensificaram a discriminação sexual.

Aproveitando-se de uma preexistente divisão sexual do trabalho que, conforme Daune-Richard e Devreux (1992), designou a homens e mulheres diferentes lugares na família e no espaço profissional, a reestruturação produtiva acrescentou, aos antigos mecanismos de discriminação de gênero, novas formas de exclusão; dentre estas, justamente a feminização de determinadas tarefas menos qualificadas e pior remuneradas.

Não houve, pois, com a reestruturação produtiva, o declínio da divisão sexuada do trabalho, mas a introdução de novas modalidades de esquemas discriminatórios, ao lado da manutenção de outros, já cristalizados. Para Hirata (2002), a nova divisão sexual do trabalho continua assentada sobre uma hierarquia social com supremacia do masculino.

Gênero é elemento constituinte e instituinte da exploração/dominação, porque no mundo do trabalho existe um sujeito sexuado. Gênero e classe precisam, pois, ser analisados conjuntamente.

Em que medida podemos afirmar que houve um impacto sexualmente diferenciado da reestruturação produtiva em curso sobre as relações de trabalho no setor coureiro-calçadista francano?

A partir do estudo de caso das sapateiras da FÁBRICA, pudemos perceber que a empresa pesquisada conseguiu manter-se competitiva, por meio da introdução de novas estratégias de produção e, é mister frisar, mais por força de arranjos operacionais do que por pesados investimentos em tecnologia.

Sem dúvida, a empresa lançou mão de inovações tecnológicas, utilizando, inclusive, sofisticados equipamentos de base microeletrônica, mas, como uma indústria intensiva em mão-de-obra, valeu-se sobretudo das mudanças organizacionais.

Para tal, articulou diferentes formas de trabalho e gestão: práticas tayloristas de produção em massa, flexíveis procedimentos toyotistas, trabalho individualizado semi-artesanal, tarefas realizadas em domicílio, terceirização, e valeu-se de mecanismos de envolvimento dos trabalhadores através de medidas de estímulo à produção e de posturas colaboracionistas.

Combinou também modalidades diferenciadas de remuneração do trabalho - salário fixo de “horistas” e salário por produção de “pecistas” - ambas as formas acrescidas de incentivos financeiros para ativar a capacidade produtiva do trabalhador e restringir suas ausências ao serviço.

Os recursos utilizados permitiram a intensificação do ritmo de trabalho, sobretudo o dos “pecistas” que se empenham, sobremodo, para cumprir as metas de produção pré-estabelecidas. Possibilitaram também a extensão da jornada de trabalho dos empregados que fazem atípicas horas extras em domicílio, à noite ou em finais de semana, não raro, gratuitamente.

Ou seja: a produtividade, a extração de mais-valia e o conseqüente lucro empresarial são assegurados por meio de estratégias que intensificam a exploração do trabalho; a divisão sexual do trabalho é uma delas, e de importância singular.

Pudemos observar, empiricamente, que as funções mais desvalorizadas, às quais se atribuem os mais baixos salários, são majoritariamente desempenhadas por mulheres.

Sua alocação preferencial nesses nichos ocupacionais é, ideologicamente, atribuída às peculiares sensibilidades e habilidades corporais femininas; é justificada por uma suposta fragilidade física e pretensa desqualificação das trabalhadoras.

Na medida em que a identidade social prioritária da mulher é a de mãe, esposa, dona-de-casa e que os encargos domésticos são considerados suas atribuições principais, ela torna-se, de fato, menos disponível em termos profissionais e mais propensa a faltar ao serviço, situação esta que se presta a justificar sua alocação em postos de menor relevância.

Bem sabemos que seria resvalar para um essencialismo sociológico negar as diferenças bio-psíquicas entre mulheres e homens. Elas efetivamente existem. Mas a questão central refere-se à forma pela qual essas diferenças sexuais fazem-se suporte de desigualdades sociais.

Na verdade, mesmo que os homens tenham mais força física do que as mulheres, tal fator não justifica uma valorização diferenciada da mão-de-obra feminina e da masculina, posto que o tipo de equipamentos hoje utilizados e de tarefas realizadas, em sua grande maioria, não requer braços hercúleos.

A desigualdade entre trabalhadoras e trabalhadores, construída por meio da manipulação social de diferenças sexuais, favorece a acumulação do capital; ele joga com elas para rebaixar salários, para aumentar a produção, para elevar a lucratividade, para acirrar desavenças e, assim esgarçar a solidariedade de classe dos trabalhadores.

Expressões que, inúmeras vezes, ouvimos de gerentes e mesmo de trabalhadores - “a sapateira é menos qualificada”; “porta um currículo profissional mais limitado”; “apresenta maior possibilidade de absenteísmo”; não deixam de revelar uma situação real, mas omitem as razões de tal fato.

De início, é preciso lembrar que a própria socialização da mulher leva-a a colocar em plano secundário suas atividades profissionais e a priorizar suas funções domésticas; faz com que ela se preocupe menos com a própria qualificação, com que acredite menos no seu próprio potencial, e, conseqüentemente, ouse menos. É, insistimos, a presença da nefasta *learned helplessness* (BOURDIEU, 1999), ou seja, o enquadramento dos sonhos nos estreitos limites do que lhe parece possível.

É evidente que, na medida em que os afazeres domésticos são assumidos quase que exclusivamente pelas mulheres, elas têm dificuldades muito maiores para freqüentar cursos de qualificação ou aprimoramento profissional proporcionados pela empresa que, em geral, acontecem fora do horário normal de trabalho. A segunda jornada que assumem após o expediente fabril antepõe sérios obstáculos a quaisquer compromissos adicionais.

E, por maior que seja a sua seriedade profissional, as mulheres são também compelidas, para atender às demandas familiares, a faltarem mais ao trabalho do que os homens, porque, via de regra, são elas que resolvem os problemas domésticos (que participam das reuniões de pais nas escolas, que levam os filhos ao médico ou que deles cuidam quando adoecem, que fazem compras, que pagam contas), que solucionam uma infinidade de questões cotidianas. Tudo isso gasta tempo, absorve-a e, de tudo isso, a sociedade apropria-se, gratuitamente, em sua dinâmica de reprodução.

A FÁBRICA, ao implementar as mudanças tecnológico-organizacionais, inscritas no processo de reestruturação produtiva, reduziu despesas à custa de um superuso da força de trabalho que, em larga medida, assenta-se nas relações de gênero.

As habilidades femininas - paciência, capricho, docilidade e sobretudo multifuncionalidade - das quais ela se apropria, tanto condizem com as necessidades do exigente mercado globalizado que, mais do que nunca, requer esmero na elaboração dos produtos que nele circulam, quanto servem de pretexto para delegar às trabalhadoras as funções não nucleares do processo produtivo.

Além do mais, a mulher, talhada preferencialmente para as atividades doméstico-familiares, representa para o capital um ser, em geral, mais cordato do que o homem; consciente das dificuldades com que se depara no mercado de trabalho, dedica-se de forma ímpar às atividades fabris para preservar seu emprego; faz-se, com frequência, mais submissa do que o homem e, portanto, mais suscetível de dominação/exploração.

Reside aqui, como já assinalamos, embasadas em Rizek e Leite (1998), uma das dimensões do lugar ocupado pelo trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva, que diz respeito a essa forma de consentimento fabril vinculado à doméstica imagem de um feminino dócil.

A forma de adesão das mulheres trabalhadoras, explicitada em nível discursivo no “trabalho com amor, com capricho”, faz-se nítida no espaço empírico analisado; pudemos observá-la através do empenho das sapateiras da FÁBRICA na limpeza e organização do local de trabalho, procedimentos previstos no referido programa de qualidade total “D’Olho”.

Assim, deparamo-nos com a higienização e a docilização do trabalho, fenômenos voltados à construção de uma imagem de domesticidade atribuída às mulheres, e que feminizam o trabalho.

Em virtude da necessidade de articular as instâncias fabril e doméstica, as mulheres, corriqueiramente, vêem-se coagidas, por mais que afirmem fazê-lo de livre e espontânea vontade, a levar trabalho para realizar em casa; este é um dos mecanismos de flexibilização que evidencia uma forma especial de ampliação da mais-valia e um superuso da força de trabalho. Burla-se, inclusive, a legislação vigente por extrapolar-se os limites da jornada legal de trabalho, por não se assegurar os devidos direitos trabalhistas e por utilizar-se, ainda que veladamente, de trabalho infantil, na ajuda que os filhos prestam, em domicílio, aos pais.

O uso intensivo da mão-de-obra na fábrica, as redes de subcontratação, a externalização de serviços e o trabalho em domicílio, como estratégias para reduzir custos, não são traços exclusivos da produção calçadista. Araújo e Amorim revelam as semelhanças desta com o setor de confecção por elas pesquisado na região paulista de Campinas; também ressaltam como característica central e comum aos dois setores “a reprodução de condições desiguais de trabalho entre mulheres e homens” (2001/2002, p.275).

Fazemos nossas suas palavras uma vez que, a exemplo da empresa confeccionista, as relações na indústria de calçados “são atravessadas por um nítido recorte de gênero”

(2001/2002, p. 309) e, por suas características, “revelam não só a permanência, mas o reforço da divisão sexual do trabalho...” (2001/2002, p.288). Constatação que nos leva a reiterar a premência da Sociologia do Trabalho atentar mais para o caráter sexuado deste.

Na medida em que a questão é estrutural e só conseguem permanecer no circuito empresarial os proprietários que seguem o receituário preconizado, a FÁBRICA não se faz exceção, e dessa conduta decorre seu êxito, sua posição privilegiada no *ranking* das indústrias calçadistas de Franca.

Ela sobrevive no atual panorama demonstrando a capacidade competitiva que resulta, em última instância, dos múltiplos recursos utilizados para produzir-se cada vez mais com o menor custo possível, dentre estes a divisão sexual do trabalho assentada sobre desigual distribuição de cargos e salários.

Não há, pois, como estudar o processo de reestruturação produtiva, que se insere no bojo de uma transformação mais ampla do próprio modo de produção capitalista, prescindindo da perspectiva de gênero.

As mudanças do sistema, mesmo edulcoradas, traduzem-se em exploração do trabalho, e esta é potencializada pela discriminação sexual; o trabalho é sexuado.

Seria temerário estabelecer uma hierarquização das demandas sociais : econômicas, culturais, sexuais, raciais, dentre outras, para conferir prioridade às contradições de classe ou às de gênero, ou ainda, às originadas a partir de identificadores sociais de qualquer outra natureza. São múltiplas as dimensões sociais da exploração e da dominação e elas reforçam-se mutuamente. Há que desvelá-las todas para desconstruí-las e, novamente remontando-nos à Kergoat, lutar contra elas, sem “*front* ou inimigo principal”. (1987, p.83).

O mundo do trabalho feminizou-se com o massivo ingresso de mulheres no mercado de trabalho e com a expansão de atividades que requerem habilidades e

sensibilidades consideradas femininas. Estas, em grande parte construídas socialmente, ajustam-se à perfeição aos novos preceitos produtivos.

O sistema de acumulação flexível vale-se delas, mas isto não significa que tenha ocorrido a contrapartida da valorização do trabalho da mulher e da equalização de tratamento e oportunidades no campo profissional; ao contrário, tais atributos, requeridos pelo sistema, têm sido manipulados para reproduzir as desigualdades entre trabalhadoras e trabalhadores.

Daí a necessidade de não fazermos vistas grossas à desigualdade sexual no trabalho. A contradição existente entre capital e trabalho requer, para seu real dimensionamento, que atentemos para uma classe trabalhadora heterogênea; os sujeitos plurais que a constituem vivenciam contradições específicas, que não podem ser consideradas secundárias, posto que são seus elementos instituintes. Daí a necessidade de focalizarmos, no processo produtivo, as relações de gênero, porém, lembrando que elas não devem ser entendidas como um fenômeno inexorável, mas sim como uma realidade passível de mudança.

“... Não há essência feminina nem masculina. Ainda que o gênero esteja inscrito culturalmente e inculcado inconscientemente, ele é transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente.” (LAMAS, 2000, p. 23).

Em uma metáfrase da autora, ousamos reescrever o excerto acima : as relações de gênero são construções sociais e, como tais, alteráveis por força de circunstâncias históricas, culturais, psíquicas, para acrescentarmos: **também, por força da vontade.**

Lembrando Nietzsche, é justamente a vontade, intenso querer interno que se traduz em força, a mola propulsora do gesto transformador, preconizado por Bourdieu:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres, quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (...) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos

ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 1999, p.139).

Progressivo desaparecimento da dominação masculina que conduza ao progressivo desaparecimento da discriminação sexual do trabalho e, conseqüentemente, à erradicação de um dos fatores fundantes da exploração da classe trabalhadora e da opressão das mulheres.

E, sobretudo, que em contemporâneo resgate de velha utopia igualitária, coloque no horizonte a possibilidade de uma nova lógica societária, capaz de valer-se das diferenças individuais, não para criar desigualdades, mas para construir uma sociedade de seres humanos plurais, emancipados e autônomos, que celebrem a alteridade e façam das diferenças um ponto de encontro.

Referências - bibliografia citada

ANDRADE, Maria Antônia de. O espaço simbólico como articulação do processo ideológico e do processo representativo. **Cadernos de Ciências Sociais**. João Pessoa: MCS / UFPB, n. 37, 1995.

ANDRADE, Maria de Los Angeles Garduño. A Saúde no trabalho de homens e mulheres: uma visão de gênero. In: OLIVEIRA, Eleonora M. de SCAVONE, Lucila (org.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Atualidade do conceito de classe social. *Jornal de Resenhas - Discurso Editorial/USP/Unesp/UFGM/Unicamp*. **Folha de São Paulo**, 10 maio 2003, Especial, p. 6.

_____. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**. Campinas (SP): Unicamp, n.17/18, 2001/02, p.267-310.

_____. FERREIRA, Verônica Clemente. **Relações de gênero e sindicatos no contexto da reestruturação produtiva**. Trabalho apresentado no Seminário “Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios”, organizado pelo GT: População e gênero da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Campinas (SP), 14 e 15 de abril de 1998. Xerocópia.

ARDIT, Benjamin. Uma Gramática pós- moderna para pensar o social. **Lua Nova**. SP: Marco Zero, n.15, outubro1988, p. 107-123.

ARRUDA, Ângela. Representações sociais: emergência e conflito na Psicologia Social. In: BAPTISTA, Luis Antônio Santos (org.) **Anuário do Laboratório de subjetividade e Política**. Departamento de Psicologia, [s.l.] UFF, 1991- 92, 1 (1): p. 115-131.

BARRETO, Margarida. Lesões por esforços repetitivos (LER): que danos causam no cotidiano das mulheres. In: SCAVONE, Lucila, OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (orgs.) **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Razões práticas** - sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1997.

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca: a reorganização industrial e economia informal**. Franca, 2000. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca.

BRITO, Jussara. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____. OLIVEIRA, Simone. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J.F.; JARDIM, Sílvia (org.) **A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico**. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. **Textos FCC**, n. 17, São Paulo: FCC/DPE, 1998.

_____. Mulher e trabalho: políticas de recursos humanos em empresas de ponta. **Cadernos de Pesquisa**, n. 95, São Paulo, nov. 1995: p. 13-24.

_____. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B., MUÑOZ-VARGAS, Mônica (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos Ltda, 1994.

_____. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CARMO, Sônia Irene do. **Discurso, dimensão da História**: a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Araraquara: UNESP, 1999. Xerocópia.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHIACHIRI, José. **Vila Franca do Imperador**: subsídios para a história de uma cidade. Franca (SP): Editora "O Aviso de Franca", 1967.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto - SP: Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986.

_____. Subsídios históricos do município de Franca. In: **Franca – caminho aberto para o desenvolvimento**. Franca, Prefeitura Municipal de Franca, [s.d].

CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar: trabalho feminino e globalização**. São Paulo: PUC, 1997. Tese de Doutorado.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie; DEVREUX, Anne-Marie. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. **Recherches féministes**, vol 5, n. 2, 1992: p.7-30.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela et alii (org.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: **Durkheim**; seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FERREIRA, Mauro. **O espaço edificado e a indústria de calçados em Franca**. São Carlos. EESC - USP, 1989. Dissertação de Mestrado.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade-I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANCO, Pearl Gonçalves. **Bancas de pesponto em Franca: trabalho façonista para a mulher e o menor**. Franca: UNESP- FHDSS, 1991. Trabalho de Conclusão de Curso.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GORZ, André. **Métamorphoses du travail Quête du sens - Critique de la raison économique**. Paris: Galilée, 1991.

_____. **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRACIOLI, Maria Madalena. **Os saberes dos sapateiros**. Franca - Universidade de Franca, 2000. Dissertação de Mestrado.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Reorganização da produção e transformações do trabalho.** Uma nova divisão sexual do trabalho?. Seminário: Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira, Itu - SP, 2001. Xerocópia.

_____. **Flexibilidade, trabalho e gênero.** Taller Las transformaciones del trabajo – genero, flexibilizacion e insercion laboral femenina. CEM, Santiago, 1999. Xerocópia.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo:** Gênero, Tecnologia e Trabalho ano 4, n. 7, 1998: p.5-27.

IANNI, Octávio. **A Era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JODELET, Denise. Representation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (org.) **Psychologie sociale.** Paris: Presses Universitaires de France, 1984. Traduzido por Marcelo Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: FGV, 1988. Xerocópia.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma Sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: **O Sexo do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. (org.) **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** São Paulo: Global, 1978.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização** - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** vol.1, n. 2, out., 1986: p.41-47.

LAFIS - Informação & pesquisa de investimentos e ações na América Latina. **Estudo Setorial do comércio atacadista.** São Paulo, 1998.

LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, (84/85), mar./ago. 2000, p.12-25.

LENINE, V.I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. IN: LENINE,V. I. **Obras escolhidas** - 1 . São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da Economia Política., Livro 1, Vol. I, São Paulo, Difel,1984a.

_____. **O capital** – crítica da Economia Política., Livro 1, Vol. II, São Paulo, Difel,1984b.

_____. **O capital** – crítica da Economia Política., Livro 3, Vol. VI. São Paulo: Difel, 1985.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: **Textos**. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Edições Sociais, [s.d.].

_____. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **Textos**. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Edições Sociais, [s.d.].

MENDIOLA, Salvador. **Teoria feminista de los estudios de género**. Ponencia presentada en el VII coloquio de investigación del P.U.E.G., 1997.Xerocópia.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca (SP): a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho**. Araraquara (SP): UNESP, 1998. Tese de Doutorado.

NEGRI, Antônio. A feminização do trabalho. **Folha de São Paulo**, 14 jun. 1998, Caderno Mais, p. 3.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho' - Vol II: Perspectivas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. **Trabalho e sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho' - Vol I: A crise. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

_____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec/CUT, 1999.

_____. Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. In: OLIVEIRA Eleonora Menicucci de, SCAVONE, Lucila (orgs.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

RINALDI, Dalva Marlene Chioca. **O Façonismo em Franca**. Franca: UNESP, 1987.

RIZEK, Cibele Saliba; LEITE, Márcia de Paula. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.). **Gênero e trabalho na Sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p.63-64.

ROMITO, Patrícia. Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: algumas notas metodológicas. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SCAVONE, Lucila (orgs.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B., Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SCAVONE, Lucila. Recursos conceituais: feminismo e ciências sociais. In: Lucila (org.) **Tecnologias reprodutivas – gênero e ciência**. São Paulo: Edunesp, 1996.

SCOTT, Joan. Entrevista concedida a Miriam Grossi et.alii.. **Revista de estudos feministas**. vol. 06, n.1, 1998, p.115-124.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71- 99.

SERT - SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. Banco do Povo. **Relatório de desempenho**. edição de 31 de janeiro de 2001.

_____. **Banco do Povo**: acreditando em quem produz. Guia Prático, agosto/ 2000.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a história da indústria coureiro – calçadista (1860-1945). Franca, Instituto de - UNICAMP, 1998. Tese de Doutorado.

VILHENA, Maria Ignez de Freitas. A indústria de calçados em Franca. Separata da **Revista da F.F.F.** - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Ano I, n.2, Dez. 1968, p.61-86.

WEBER, Max. Classes, “status”, partido. In: VELHO, Otávio Guilherme et.al. (orgs.) **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1989.

ZIMMERMANN, Tarcísio J. **A crise na indústria de calçados** - visão e proposta dos trabalhadores. Federação Democrática dos Trabalhadores nas indústrias de calçados do Rio Grande do Sul/ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.[s.d.]. Xerocópia.

Jornais consultados:**COMÉRCIO DA FRANCA**, Franca, edições de:

14 mar. 2000; 15 jun. 2000; 26 ago. 2000;
29 ago. 2000; 09 dez. 2000; 15 dez. 2000;
30 dez. 2000; 21 mar. 2001; 06 jun. 2001;
15-16 jul. 2001; 07-08 out. 2001; 10-11 fev. 2002;
07 mar. 2002; 14 maio 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO: São Paulo, edições de:

14 jun 1998; 31 maio 1998; 23 maio. 1999;
25 ago. 1999; 22 maio 2000; 04 jan. 2001;
08 mar. 2001; 09 out. 2001; 22 dez. 2001;
23 dez. 2001; 24 jan. 2002; 10 jul. 2002;
18 nov. 2002; 10 mar. 2003; 22 mar. 2003;
10 maio 2003.

O SAPATEIRO. Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região. Especial Mulheres, 08 mar.1995.

Bibliografia Geral

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.) **Gênero e trabalho na Sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ABREU, Alice Rangel Paiva; JORGE, Ângela Filgueiras; SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. **Estudos Feministas**, out., 1994, p.153-178.

ALAMBERT, Zuleika. Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n.26, 1980, 105-125.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise no marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRAVERMAM, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: OIT/ABET. **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTR, 1995.

_____. **Mulher e Trabalho**: Uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARVALHO, Juliana do Nascimento; AMARAL, Lisandra R. **O filho, o sapato e a cozinha**: confinamento da mulher à casa. Franca: UNESP, FHDSS, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova Análise do Discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.) **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CINTRA, Soraia Veloso. **As marcas da exploração e a opressão das mulheres na indústria de calçados de Franca**. Franca: UNESP, FHDSS, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CTCCA - Centro tecnológico do couro, calçado e afins. **Estudo setorial de calçados**. [s. l.], 1998.

CUNHA, Maria Amália de A. **Entre a casa e a fábrica**: as operárias da noite – um estudo do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva. Araraquara (SP): UNESP, 1997. Dissertação de Mestrado.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

FURTADO, Celso. **O Capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GITAHY, Leda. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.8, n.1, jan./mar.1994, p144-153.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

HAGUETE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, João et.al. (org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOSÉ, Emiliano. Um espectro ronda o mundo: o espectro da globalização (revisitando o nacionalismo). **Cadernos do CEAS**, n.169, maio/jun.1997, p. 59-72.

- KALECKI, Michael. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, André et. al. (org.). **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LARANJEIRA, Sônia M. G. **Faz sentido falar em classes sociais?** Natureza, história e cultura. Repensando o social. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.
- LÖWI, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen -** Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich e LÊNIN. **Sobre a Mulher**. (coletânea de textos). São Paulo: Global, 1979.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta/ Página Aberta, 1996.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MONTES, Pedro. **El desorden neoliberal**. Madrid: Trotta, 1996.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MTB/PNUD-CESIT- **O mundo do Trabalho: Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- NAVAJAS, Ana Maria. **Mulher e Trabalho- enfrentando o duplo preconceito**. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 1995.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, SCAVONE, Lucila (org.) **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **Ciência e Cultura**. v.39, n.3, mar.1987, p.272-86.

PREFEITURA Municipal de Franca. Banco de Dados. Franca,1996.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação de gênero. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes (org.) **Mulher em seis tempos**. Araraquara: Unesp, 1991.

_____; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (org.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SARTI, C. **Antropologia dos gêneros** - reflexões preliminares sobre a constituição de um campo de estudos. Campinas, XVI Reunião Brasileira de Antropologia, 1988. Xerocópia.

SENAI. Indústria de calçados em Franca, Birigüi e Jaú: **mercado de trabalho e atendimento**. SENAI. Núcleo de Mercado de Trabalho, 1993.

SILVA, Lorena Hozmann da. Admitimos mulheres para trabalhos leves. **Estudos Feministas**, v.3, n2, 1995, p.349-61.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SILVA FILHO, J. F., JARDIM, Sílvia. (org.) **A danação do trabalho** - organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.

SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não capitalista. **Teoria e Debate**. Ano 9, n.32, jul./ago./ set./1996, p.38-42.

SOUZA, Irene Sales de. **A visão política de um grupo de operários da indústria de calçados de Franca: um estudo das contradições nas representações de classe e nação**. São Paulo: PUC – S.P., 1983. Dissertação de Mestrado.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E.P. *Lucha de clases sin clases?* Tradicion, Revuelta y consciencia de clase. Espanha: Editorial Crítica, 1984.

TODARO, Rosalba; RODRIGUES, Regina (org.) *El trabajo de las mujeres en el tempo global.* Santiago, Chile: ISIS Internacional, Centro de Estudios de la mujer, 1995 (Ediciones de la Mujer).

TOZATTO, Guilherme Alessandro. **O trabalho, a participação e a crise na ótica das costureiras de sapato.** Franca: UNESP, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso.

ANEXO I

Relação de entrevistadas.

I - sapateiras da FÁBRICA: (nomes fictícios)

1. Amanda:

Data da entrevista: 03 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 41 anos.

Naturalidade: Ibiraci (MG).

Tempo de domicílio em Franca: 36 anos.

Profissão dos pais: pai, agricultor; mãe, do lar.

Nível de escolaridade: 7ª série.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: sapateiro.

Número de filhos: 2 filhas (de 12 e 3 anos).

Percorso profissional: Começou a trabalhar aos 15 anos, em indústria de calçados, “tirando cola”, na esteira. Trabalha na FÁBRICA há 9 anos, como coladora de grupo de produção. Nesse meio tempo parou de trabalhar por dois anos, face a problemas de saúde de uma das filhas.

Situação sindical: não declarou.

Religião: católica.

Um sonho: ter uma casa melhor. Sonho “impossível”, ser enfermeira.

2. Bela:

Data da entrevista: 14 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 38 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarada.

Nível de escolaridade: 7ª série (pretende voltar a estudar; fazer Telecurso).

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarada.

Número de filhos: 2 filhos (de 14 e 18 anos).

Percorso profissional: Trabalha desde os 13 anos em indústria calçadista; em momentos de desemprego, costurava sapatos em domicílio. Ingressou na FÁBRICA há 20 anos como coladora; hoje é pespontadora de grupo de produção.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica; participa de grupo de oração.

Um sonho: ter uma casa maior.

3. Cida:

Data da entrevista: 17 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 39 anos.

Naturalidade: São José da Bela Vista (SP).

Tempo de domicílio em Franca: mais de 20 anos.

Profissão dos pais: pai, zelador de prédio; mãe, lavadora de roupas.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: professor de Biologia.

Número de filhos: 2 filhas gêmeas, de 5 anos.

Percurso profissional: Foi estagiária da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SP) por um ano e logo em seguida começou a trabalhar em Franca, em indústrias de calçados, como coladora de peças. Trabalha na FÁBRICA há 19 anos; foi contratada como “dobradeira” manual e atualmente é pespontadora de grupo de produção.

Situação Sindical: não sindicalizada (foi sindicalizada por dois anos).

Religião: católica, não praticante.

Um sonho: afirma não ter.

4. Clara:

Data da entrevista: 26 de janeiro de 2002.

Local da entrevista: sede do Sindicato dos sapateiros.

Idade: 37 anos.

Naturalidade: Rifaina (SP).

Tempo de domicílio em Franca: 23 anos.

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: 8ª série.

Estado civil: separada (o ex-marido já é falecido).

Número de filhos: 5 filhos (de 18,17,15,14 e 13 anos). Tem netos.

Percurso profissional: Trabalhou como doméstica, servente de Escola e, em seguida integrou-se à indústria calçadista como auxiliar de produção. Ingressou na FÁBRICA há 10 anos como enfumaçadora (setor de acabamento, sistema de esteira), encontrando-se, hoje, na mesma função. Durante muito tempo fez faxinas para fora nos finais de semana.

Situação sindical: delegada sindical.

Religião: evangélica (Igreja do Evangelho Quadrangular).

Um sonho: o sonho de adolescente era seguir a carreira militar. Atualmente sonha com o socialismo para o país e com mais segurança e conforto/comodidade para a família.

5. Elza:

Data da entrevista: 21 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 30 anos.

Naturalidade: Cássia (MG).

Tempo de domicílio em Franca: 18 anos.

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio. Prestou vestibular para Serviço Social; não foi aprovada.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: balconista de farmácia.

Número de filhos: uma filha adotiva de 14 anos, portadora de necessidades especiais, e um bebê recém-nascido.

Percurso profissional: Foi babá, empregada doméstica e, em seguida, integrou-se à indústria calçadista como coladora de peças. Já trabalhou em domicílio como “dobradeira”. Ingressou na FÁBRICA há 10 anos como auxiliar de acabamento, sistema de esteira. Hoje trabalha na chanfração (setor de preparação) e é membro da CIPA.

Situação sindical: sindicalizada, mas não atuante.

Religião: católica (Renovação Carismática).

Um sonho: ser assistente social.

6. Ione:

Data da entrevista: 03 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 41 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: 5ª série.

Estado civil: desquitada.

Número de filhos: 3 filhos (de 23, 20 e 16 anos). Tem 1 neta de 8 anos.

Percurso profissional: Começou a trabalhar na indústria calçadista aos 13 anos, como auxiliar de produção. Trabalha na FÁBRICA há 15 anos, na mesma função de pespontadora e há 9 anos, no mesmo grupo.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: Testemunha de Jeová.

Um sonho: uma casa melhor e o bem-estar da família.

7. Ivana:

Data da entrevista: 26 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 49 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: 8ª série.

Estado civil: amasiada.

Profissão do companheiro: pedreiro.

Número de filhos: 4 filhos (de 21, 14, 12 e 9 anos).

Percorso profissional: Aos 7 anos começou a trabalhar como doméstica; costurou sapato em domicílio, integrou-se à indústria calçadista aos 15 anos como passadora de cola, sistema de esteira. Trabalha na FÁBRICA há 9 anos na colagem de peças, em grupo de produção. Nele, ajuda a pespontar, embora receba salário de coladora.

Situação sindical: sindicalizada.

Religião: evangélica (Igreja do Evangelho Quadrangular).

Um sonho: Trabalhar em creche e terminar a construção da casa própria.

8 - Jovana:

Data da entrevista: 24 de novembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 45 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: divorciada há seis anos (foi casada por 13 anos).

Número de filhos: uma filha de 16 anos.

Percorso profissional: Primeiro emprego em 1970, como auxiliar de serviços diversos em indústria de calçados. Trabalha há 28 anos na FÁBRICA; aposentou-se e foi recontratada pela empresa. É chefe do setor de expedição.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica (Renovação carismática). Participa de grupo de oração.

Um sonho: Ver a filha bem; trabalhar com turismo e ter mais tempo para si própria, principalmente para ler e viajar mais.

9-Júlia: (entrevista não gravada).

Data da entrevista: 01 de março de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 39 anos.

Naturalidade: Pedregulho (SP).

Tempo de domicílio em Franca: não declarou.

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: solteira (mora com a mãe).

Percurso profissional: Está na FÁBRICA há 22 anos; é pespontadora de grupo de produção. Anteriormente, passou por outras indústrias de calçados, sempre trabalhando como pespontadora.

Situação sindical: não declarou

Religião: não declarou.

Um sonho: Fazer cursos que lhe permitam desempenhar outras atividades, tal como fazer bolos para fora, para complementar os ganhos, e porque está cansada de trabalhar há tanto tempo como pespontadora.

10 - Lia:

Data da entrevista: 22 de novembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 34 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio (Curso Supletivo).

Estado civil: solteira; está namorando.

Percurso profissional: Trabalha em indústrias de calçados desde os 16 anos. Está na FÁBRICA há 8 anos, sempre como coladora de peças, em grupo de produção.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: Congregação Cristã do Brasil.

Um sonho: casar e ter casa própria. O sonho “impossível” é ser fonoaudióloga.

11 - Márcia:

Data da entrevista: 11 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 31 anos.

Naturalidade: Ibiraci (MG).

Tempo de domicílio em Franca: 28 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: vendedor ambulante de gás.

Número de filhos: 2 filhos (de 10 e 5 anos).

Percorso profissional: Começou a trabalhar em banca de pesponto aos 13 anos; aos 16 anos em indústrias de calçados, como coladora. Está na FÁBRICA há 7 anos; sempre como coladora de grupo de produção.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: evangélica (Igreja do Evangelho Quadrangular; na verdade, esta é a religião do marido, que ela também passou a seguir).

Um sonho: Terminar a construção da casa própria. Sonho “impossível”, fazer faculdade de Educação Física.

12 - Maria:

Data da entrevista: 01 de março de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 51 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: divorciada.

Número de filhos: 2 filhas.

Percorso profissional: Ingressou na FÁBRICA aos 17 anos, como operadora de *tresse*.

Após 8 anos, saiu para casar-se e transcorridos 10 anos retornou, aos 35 anos de idade. Trabalha como revisora de *tresse*; é “horista”. Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica.

Um sonho: Formar as filhas.

13 - Mariana:

Data da entrevista: 18 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 41 anos.

Naturalidade: Itirapuã (SP).

Tempo de domicílio em Franca: 18 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: 5ª série.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarou.

Número de filhos: não tem filhos; já teve dois abortos.

Percurso profissional: Já trabalhou na lavoura e como doméstica. Desde que veio para Franca trabalha na FÁBRICA; entrou como auxiliar de produção e hoje é pespontadora de grupo.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica.

Um sonho: Terminar a construção da casa própria.

14 - Melissa:

Data da entrevista: 23 de novembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 33 anos.

Naturalidade: Carmo do Paranaíba (MG).

Tempo de domicílio em Franca: cerca de 30 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: 6ª série.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarou.

Número de filhos: um filho de 4 anos e está grávida.

Percurso profissional: Foi babá aos 9 anos e depois, doméstica. Ingressou na indústria calçadista aos 14 anos, como auxiliar de produção; passava cola.

Trabalha na FÁBRICA há 13 anos; é coladora de grupo de produção.

Situação sindical: sindicalizada, não atuante.

Religião: evangélica (Igreja do Evangelho Quadrangular).

Um sonho: Ter casa própria, educar bem o filho e trabalhar como pespontadora.

15 - Ondina:

Data da entrevista: 27 de novembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 39 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: sapateiro.

Número de filhos: 3 filhos (de 12, 13 e 18 anos).

Percorso profissional: Ingressou na indústria calçadista aos 13 anos, como auxiliar de pesponto (já trabalhara, anteriormente, como doméstica). Está na FÁBRICA há 16 anos; sempre como pespontadora, hoje, em grupo de produção. Nesse período, ficou afastada por dois anos, para cuidar dos filhos.

Situação sindical: sindicalizada; pretende deixar de ser.

Religião: católica (Renovação Carismática). Já integrou grupo de oração; atualmente não tem participado.

Um sonho: ver todos os filhos formados.

16 - Penha:

Data da entrevista: 20 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 42 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: 8ª série (Curso Supletivo).

Estado civil: solteira (vive com dois irmãos).

Percurso profissional: Começou a trabalhar aos 12 anos, como doméstica. Trabalhou na lavoura, em bancas e costurou sapatos em domicílio. Está na FÁBRICA há 16 anos; entrou como dobradora, em esteira e hoje é coladora de grupo de produção.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica. Já integrou grupo de oração; atualmente não tem participado.

Um sonho: Quando mais jovem, desejava concluir os estudos e ter um trabalho mais leve, mais limpo, ao ar livre. Hoje afirma não ter mais sonhos, apenas o de descansar.

17 - Renata:

Data da entrevista: 18 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 38 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental (Curso Supletivo).

Estado civil: desquitada.

Número de filhos: um filho de 12 anos.

Percurso profissional: Começou a trabalhar em indústrias de calçados aos 14 anos, como coladora de peças. Anteriormente, ajudava a irmã a costurar sapatos em domicílio. Está na FÁBRICA há 16 anos; entrou como coladora de peças e hoje é pespontadora de grupo de produção.

Situação sindical: sindicalizada.

Religião: católica; participa de grupo de oração.

Um sonho: ter casa própria, parar de trabalhar, desde que dispondo de alguma renda para sobreviver, e fazer Enfermagem.

18 - Rosana:

Data da entrevista: 04 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 34 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarou.

Número de filhos: 1 filha de 11 anos.

Percurso profissional: Começou a trabalhar aos 10 anos, como doméstica; aos 15 anos passou a trabalhar em indústrias de calçados, como coladora de

peças. Está na FÁBRICA há 7 anos; entrou como aparadora de vira e hoje é coladora de grupo.

Situação sindical: não sindicalizada.

Religião: católica, não praticante.

Um sonho: ter casa própria e fazer faculdade de Educação Física (antes do casamento, fora jogadora de vôlei).

19 - Sílvia:

Data da entrevista: 28 de novembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 37 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Superior.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: funcionário administrativo da FÁBRICA há 20 anos.

Número de filhos: 2 filhos (de 2 anos e meio e recém-nascido).

Percorso profissional: Foi professora da Rede Privada de Ensino. É psicóloga da FÁBRICA há 13 anos; acumula cargo de professora do SENAC.

20 - Vânia:

Data da entrevista: 30 de novembro de 2001.

Local da entrevista: dependências da FÁBRICA.

Idade: 27 anos.

Naturalidade: Piuhi (MG).

Tempo de domicílio em Franca: 20 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: 8ª série.

Estado civil: solteira.

Número de filhos: uma filha de 2 anos e meio.

Percurso profissional: Começou a trabalhar em indústrias de calçados aos 13 anos, como preparadora de vira. Trabalhou em bancas, e está na FÁBRICA há 8 anos, como coladora de grupo de produção.

Situação sindical: sindicalizada, não atuante.

Religião: espírita.

Um sonho: ver a filha crescer bem, ter uma vida melhor e encontrar o homem certo.

21 - Veridiana:

Data da entrevista: 17 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 49 anos.

Naturalidade: Guará (SP).

Tempo de domicílio em Franca: 26 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto.

Estado civil: separada.

Número de filhos: 2 filhos (de 20 e 22 anos).

Percurso profissional: Trabalhou na lavoura; está na FÁBRICA há 25 anos (afastou-se dela por 6 anos, em virtude do casamento). Iniciou suas atividades como dobradora de tiras e hoje é pespontadora de grupo de produção.

Situação sindical: sindicalizada, mas pretende deixar de ser.

Religião: católica.

Um sonho: ser professora de Matemática e filhos fazerem faculdade.

22 - Zilda:

Data da entrevista: 02 de dezembro de 2001.

Local da entrevista: residência da entrevistada.

Idade: 37 anos.

Naturalidade: Ituverava (SP).

Tempo de domicílio em Franca: 24 anos.

Profissão dos pais: pai, lavrador (hoje, pedreiro); mãe, empregada doméstica.

Nível de escolaridade: Ensino Médio incompleto.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: borracheiro.

Número de filhos: 2 filhos (de 6 anos e de 1 ano e meio).

Percurso profissional: Começou a trabalhar aos 8 anos, na lavoura; depois foi empregada doméstica. Aos 16 anos ingressou na indústria calçadista. Está há 10 anos na FÁBRICA, como coladora.

Trabalha em grupo de produção. É manicure nos finais de semana.

Situação sindical: não sindicalizada (já foi).

Religião: católica; participa de grupo de oração.

Um sonho: Seu sonho era ter um bom esposo, filhos e uma casa; sente-se realizada.

Observação:

Iniciamos as entrevistas no início de março de 2001. Diante da necessidade de levantarmos dados adicionais mais precisos, que nos permitissem melhor aproveitamento das informações obtidas, optamos por interrompê-las durante alguns meses. Retomamos-las em novembro de 2001 e elas estenderam-se até janeiro de 2002.

Entrevistamos 22 funcionárias da FÁBRICA; dentre estas, 18 pespontadoras ou coladoras de grupos de produção, com significativo tempo de empresa (de 7 a 28 anos; tempo médio: 14 anos).

Valemo-nos de entrevistas semi-estruturadas, cuja duração média foi de 30 minutos, apoiadas em roteiro auxiliar de questões. (vide Anexo II).

Cooperadas da Coopermoda:

(citadas nesta tese - nomes fictícios).

1- Diva:

Data: questionário respondido em domicílio, a 20 de março de 2001.

Idade: 54 anos.

Naturalidade: Delfinópolis (MG).

Tempo de domicílio em Franca: não declarou.

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto.

Estado civil: separada.

Número de filhos: 6 filhos.

Percorso profissional: Foi funcionária da Prefeitura Municipal de Delfinópolis. Costura sapatos em domicílio. Está na cooperativa há 2 meses.

Um sonho: não declarou.

2- Iara:

Data da entrevista: 13 de março de 2001.

Local da entrevista: Coopermoda, Incubadora de empresas de Franca.

Idade: 29 anos.

Naturalidade: Nova Aurora (PR).

Tempo de domicílio em Franca: 10 anos.

Profissão dos pais: lavradores.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: solteira.

Percurso profissional: Trabalhou na lavoura no Paraná e no Mato Grosso. Em Franca, foi doméstica e costureira autônoma de roupas. Costura sapatos em domicílio para as bancas. Está há 6 meses na cooperativa.

Um sonho: fazer faculdade de Educação Física.

3- Malu:

Data da entrevista: 13 de março de 2001.

Local da entrevista: Coopermoda, Incubadora de empresas de Franca.

Idade: 54 anos.

Naturalidade: São Tomás de Aquino (MG).

Tempo de domicílio em Franca: não declarou.

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Médio.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarou.

Número de filhos: 5 filhos (de 24 a 32 anos) e 12 netos.

Percurso profissional: Foi doméstica, trabalhou 18 anos em indústrias de calçados, foi proprietária de banca por 2 anos. Está na cooperativa há pouco mais de um mês.

Um sonho: não declarou.

4 - Solange:

Data da entrevista: 13 de março de 2001.

Local da entrevista: Coopermoda, Incubadora de empresas de Franca.

Idade: 45 anos.

Naturalidade: Franca (SP).

Profissão dos pais: não declarou.

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto.

Estado civil: casada.

Profissão do marido: não declarou.

Número de filhos: não declarou.

Percorso profissional: Trabalhou em indústrias de calçados, a partir dos 14 anos; saiu para casar-se. Já costurou sapato em domicílio, foi proprietária de banca. Hoje, presta ajuda na fábrica de “fundo de quintal” de seu marido.

Um sonho: Voltar a trabalhar em fábrica de calçados.

Observação:

Realizamos em março de 2001, 5 entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas. Procedemos também à entrega de um questionário para ser respondido pelas demais cooperadas, mas somente seis desses retornaram.

Registramos nesta relação apenas as cooperadas que explicitaram, nas entrevistas ou nos questionários, alguma relação com a produção calçadista.

ANEXO II

ROTEIRO AUXILIAR DE QUESTÕES:

Data:

Horário:

início:

término:

- Nome:
- Data de nascimento:
- Naturalidade:
- Tempo de residência em Franca:
- Por que veio para Franca ?
- Nível de escolaridade:
- Está estudando atualmente? O quê? Por quê?
- Estado civil:
- Número de filhos: Idade dos filhos:
- Primeiro trabalho remunerado: Empregador: Local: Data:
- Outros empregos anteriores: Empresa: Função: Data:
- Trabalho na FÁBRICA: Data de admissão: Função: Salário:
- Como é seu trabalho? (Descrever o que faz e como faz)
- Trabalha em grupos, na esteira ou individualmente ?
- Como é o relacionamento com colegas de trabalho?
- Mudanças ocorridas em seu trabalho na FÁBRICA?
- Equipamentos? Organização? Condições?
- Mudanças ocorridas: Aspectos positivos: Aspectos negativos:

- Comparar as condições de trabalho de mulheres e homens, em termos de:
 Oportunidades: Promoções: Cursos oferecidos:
- Gosta de seu trabalho? Por quê? Aspectos positivos: Aspectos negativos:
- Locomoção para o trabalho: Meio de transporte: Tempo de percurso:
- Acidente de trabalho? Doenças relacionadas ao trabalho?
- Já levou trabalho para terminar em casa? Como? Por quê?
- Trabalho da casa/cuidado dos filhos: Como? Quem se encarrega?
- O trabalho na FÁBRICA interfere em seu relacionamento conjugal? De que forma?
- Outra atividade remunerada?
- Já esteve desempregada? Em períodos de desemprego, o que fazia?
- O que faz em seu tempo livre?
- Participa de algum movimento ou grupo: Comunitário ? Religioso? Sindical?
 Especificar a atividade e forma de participação:
- Por que você trabalha?
- Preferiria outro trabalho? Qual?
- Você, mulher:
- Você, trabalhadora:
- Um sonho: